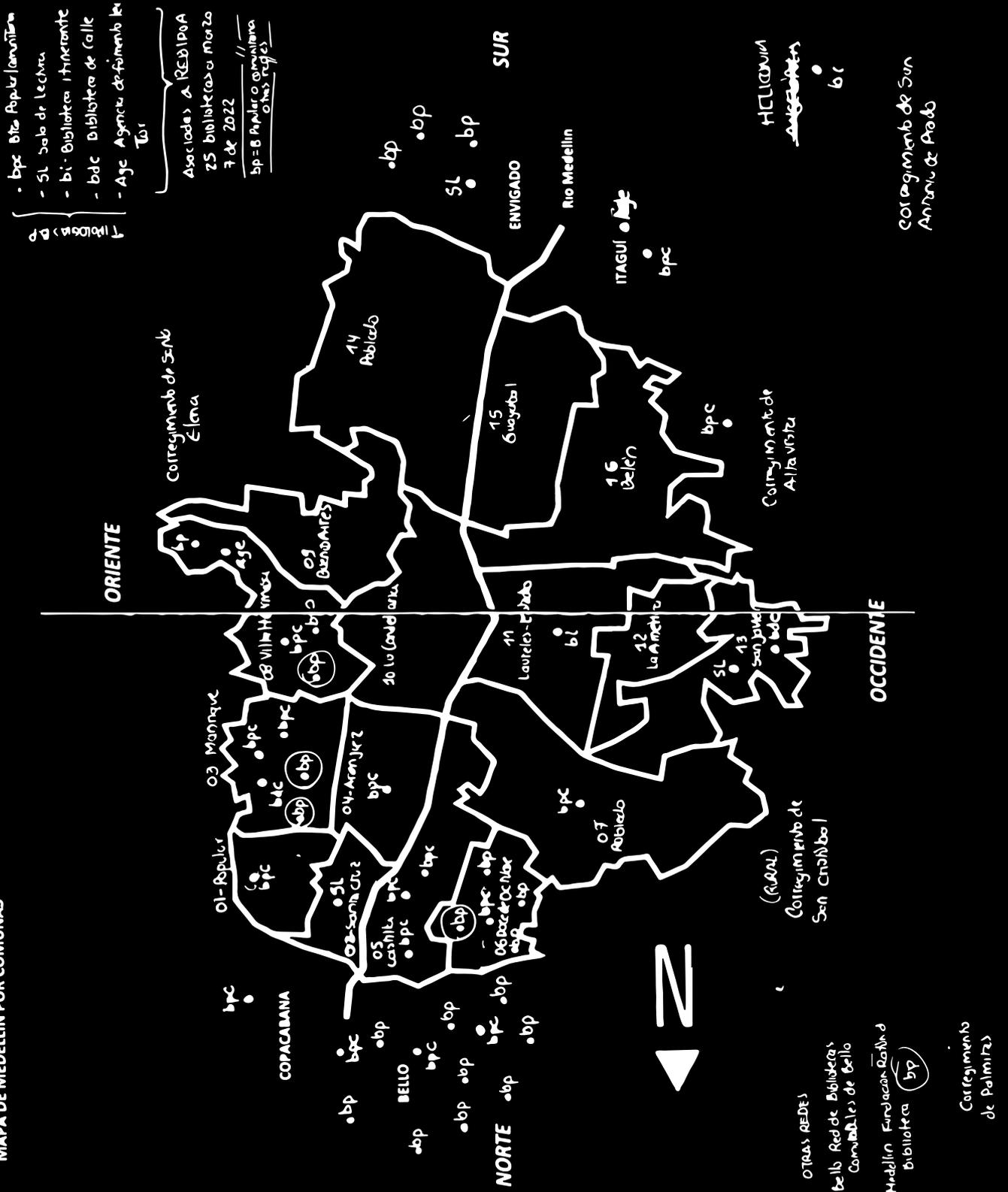


TERRITÓRIOS DA MAGIA

Guilherme Fellipin dos Santos
PPGCI-ECA-USP | 2023

bibliotecas colombianas como lugares de cultura e de resistência à crise expressa na apropriação capitalista da informação

MAPA DE MEDELLÍN POR COMUNAS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERRITÓRIOS DA MAGIA:

AS BIBLIOTECAS COLOMBIANAS COMO LUGARES DE
CULTURA E DE RESISTÊNCIA À CRISE EXPRESSA NA
APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA INFORMAÇÃO*

GUILHERME FELLIPIN DOS SANTOS

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (NÍVEL MESTRADO ACADÊMICO)
EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E
ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SOB **ORIENTAÇÃO DO
PROF. DR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA.**

SÃO PAULO-SP

2023

FELLIPIN DOS SANTOS, GUILHERME

TERRITÓRIOS DA MAGIA: AS BIBLIOTECAS COLOMBIANAS COMO LUGARES DE CULTURA E DE RESISTÊNCIA À CRISE EXPRESSA NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA INFORMAÇÃO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA

APROVADO EM: 28/04/2023

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. Marco Antônio de Almeida

INSTITUIÇÃO: PPGCI ECA USP

PROF. DR.A Luciana Gracioso

INSTITUIÇÃO: DCI UFSCAR

PROF. DR. Gustavo Saldanha

INSTITUIÇÃO: PPGCI IBICT UFRJ

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO | SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Fellipin dos Santos, Guilherme

Territórios da Magia: bibliotecas colombianas como lugares de cultura e de resistência à crise expressa na apropriação capitalista da informação / Guilherme Fellipin dos Santos; orientador, Marco Antônio de Almeida. - São Paulo, 2023.

209 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Bibliotecas. 2. Decolonialidade. 3. Epistemologias do Sul. 4. Linguagem. 5. Territórios. I. Antônio de Almeida, Marco. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vera Lúcia, ao meu pai, Douglas e à minha irmã Giulia. Às minhas avós, Izabel e Dulce, e meus avôs, Celso e Luís. Ao tio César, biblioteca humana brasileira. À toda a família. À Guilherme e Giuliana. À Bruna, por me mostrar a arte da ciência e a ciência da arte. A todos aqueles queridos que caminham comigo desde o começo. A todos aqueles queridos que caminham comigo desde depois. À Rafaela, sempre companheira. Para essas pessoas que são meu *acá* para chegar *allá*.

Às professoras e professores, que além de tudo me ensinaram a paixão por esse ofício. Ao professor Marco Antônio, pela orientação que transborda uma pesquisa e ensina a vida por trás da Ciência. Às companheiras e companheiros do PRACTIC por tantos horizontes de pensamentos esperançosos em tempos tão difíceis. À professora Nathalie, por me ensinar a caminhar um continente.

À professora Natália Duque, pelo recebimento tão carinhoso nesse universo bibliotecário de luta por um mundo melhor. À professora Maria Camila, aos professores Santiago, Didier e Fernando. A todas as pessoas que concretizam a *Escuela Interamericana de Bibliotecología*. Às companheiras de aventuras das ciências Luísa e Sara.

À Ana María e Alexander, de Santa Elena. A Lorena Andrea, do CERLALC. A professora Silvia Castrillón por abrir as portas de sua casa. À Sandra Patrícia e integrantes da RNBP. A Guillermo e integrantes do PCLEO. À Casa Kolacho da Comuna 13. A Carolina, Juan-Vicente e demais de Sabanetas. A Andrés e César de Castilla. A Catalina e demais de Claustro. A Andrés Felipe da EPM e toda sua equipe no centro. À Glória, liderança e guardiã da Moravia. À Vivian, todas e todos do *Colectivo los Botones*. A Jonathan Andrés, da luta por uma Cali digna. A Gustavo e Felipe, do Petecuy. Às equipes das bibliotecas de *Las Palmitas*, *San Antonio de Prado*, *San Cristóbal* e da CNMH.

A Arley Orozco, me apresentar à linha de esperança das bibliotecas populares. À Glória de *Santander*. À Lucelly de *El Salado*. À Zully Ballesteros e todas as companheiras e companheiros de Paris do *T-Asombro*. Aos lúdicos Arnulfo e Francisco. A David e Saúl de *La Sierra*. Aos integrantes do *Bibliocielo*. A todas as pessoas realizadoras da REBIPAO. A todas que compartilharam afetosamente seus conhecimentos e culturas, histórias e memórias. Que mostram diariamente a força de uma Cultura pela vida coletiva. Às companheiras e companheiros da Colômbia, lhes tenho uma gratidão imensa.

A Zeus, irmãozinho canino, assistindo à segunda Dissertação de sua coautoria em outro plano.

FELLIPIN DOS SANTOS, GUILHERME. **TERRITÓRIOS DA MAGIA**: BIBLIOTECAS COLOMBIANAS COMO LUGARES DE CULTURA E DE RESISTÊNCIA À CRISE EXPRESSA NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA INFORMAÇÃO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI-ECA-USP), 2023, 208P.

RESUMO:

A pergunta central da pesquisa pode ser posta nos seguintes termos: quais são possíveis respostas, nos Lugares da Cultura, aos desafios colocados pela crise de apropriação da informação na modernidade capitalista? Entendendo que lugares tipicamente reconhecidos como espaços de práticas culturais têm uma importância imensa dentro desse processo sacralização da vida, procura-se identificar respostas possíveis a essas problemáticas dentro do campo de sua área de atuação. Com isso em mente, é necessário entender o problema, o mecanismo de reificação da Cultura na apropriação capitalista da informação, em uma primeira parte, seguida por um estudo de dinâmicas das bibliotecas do Vale de Aburrá, Colômbia, para encontrar possibilidades de caminhos de saída dessa crise a partir de uma territorialização da informação. A primeira etapa do trabalho acaba por articular uma literatura multidisciplinar ao redor de seu tema, utilizando diversas lentes de análise para interpretar os processos de sacralização da vida e objetificação de sujeitos. A segunda etapa, por sua vez, é baseada em uma série de visitas aos Lugares da Cultura do ecossistema de bibliotecas do Vale. As reflexões propostas ao final deste trabalho são resultado desse diálogo entre literatura e práxis.

PALAVRAS-CHAVE ASSOCIADAS:

Biblioteca Pública – Lugares de Cultura – Participação Popular – Apropriação da Informação – Epistemologias

FELLIPIN DOS SANTOS, GUILHERME. **TERRITÓRIOS DA MAGIA**: BIBLIOTECAS COLOMBIANAS COMO LUGARES DE CULTURA E DE RESISTÊNCIA À CRISE EXPRESSA NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA INFORMAÇÃO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI-ECA-USP), 2023, 208P.

ABSTRACT:

This research main question can be put on the following terms: what are some possible questions, on Places of Culture, to the challenges caused by the crisis of information appropriation at the capitalist modernity? Recognizing that places typically taken as spaces for cultural practices have it's huge importance inside this process of life sacralization, it's aimed to identify possibles answers to such problems on its field of acting. With that in mind, it's necessary to understand the main problem, the mechanism of Culture reification on the capitalist appropriation of information, in a first part, followed by a study of libraries from the Vale of Aburrá, Colombia, to look for possible ways to escape the crisis, by territorializing the information. The first part entangles a multidisciplinary literature surrounding its theme, using different lenses of analysis to know process of life sacralization and subjects objectification. The second part is based on a series of visits to Places of Culture from the librarian ecosystem from the Vale. The propositions by the end of the text are a result of this dialogue between the theory and praxis.

RELATED KEYWORDS:

Public library- Places of culture- Popular participation- Information appropriation – Epistemologies.

LISTA DE FIGURAS

Fig.1: Desenho por Samuel Garcia Perez (Latour, 2020a, pag. 38).....	28
Fig.2: Reprodução autoral que compila os esquemas desenhados por Bruno Latour para ilustrar limitadamente a “descida à Terra” em “Onde Aterrar” (Latour, 2020b).....	81
Fig.3: Fotografia da área externa da sede da Corporación T-Asombro com alguns de seus membros, incluindo Zully Ballesteros, responsável pela Biblioteca Lola Vélez. Foi registrada ao lado da entrada do espaço da biblioteca e em frente ao teatro da Corporação.....	106
Fig.4: Fotografia da entrada da Biblioteca Popular Bairro Santander.....	106
Fig.5: Fotografia registrando oficina de leitura e confecção de artesanato na Sala de Leitura da Agência de Fomento Luna Roja.....	107
Fig.6: Mapa das bibliotecas da REBIPOA por comuna de Medellín, zona rural e alguns municípios vizinhos, com legenda de siglas e cores no alto à direita e abaixo à esquerda. Preenchido à mão e entregue por Arley Orozco, à época tesoureiro da Rede.....	108
Fig.7: Estrutura administrativa da REBIPOA, seguindo legenda de siglas da figura anterior. Desenhado à mão e entregue por Arley Orozco.	109
Fig.8: Ilustração esquemática das dinâmicas entre a RNBP, Prefeitura e Bibliotecas Públicas, esboçando os âmbitos nacional, municipal e territorial..	113
Fig.9: Registro em <i>scan</i> do exercício de criação de texto durante oficina realizada no Parque Biblioteca José Horácio Betancur.....	123
Fig.10: Registro parcial em <i>scan</i> do volume número 13 dos livros- folhetos da Festa do Livro de Medellín, da edição de 2020. Sobrepõe três paisagens características da cidade em tons de cores diferentes, para um efeito tridimensional através dos óculos 3D azul-vermelho.....	125
Fig.11: Registro parcial em <i>scan</i> do volume número 14 dos livros- folhetos da Festa do Livro de Medellín, da edição de 2021. Apresenta uma série de pequenos ensaios provocativos sobre a linguagem e a expressão, a partir da temática do evento daquele ano, a história do Mágico de Oz.	126
Fig.12: Registro parcial em <i>scan</i> da publicação “Ando Digitalizando”, da Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena, composta por textos frutos dos encontros promovidos no bairro.	128
Fig.13: Registro parcial em <i>scan</i> da publicação “Radioperiódico Clarín: Clarín dice lo que otros callan” de dezembro de 2020, páginas 18 e 19.	130

Fig.14: Fotografia de mini-exposição de obras construídas por sujeitos locais a partir de sementes de plantas características do corregimento, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San Ant3nio de Prado.	133
Fig.15: Registros de mural de fotografias realizadas por crianas e jovens do corregimento, sobre o cotidiano dos setores, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San Ant3nio de Prado.....	134
Fig.16: Fotografia de mapa do corregimento destacando alguns outros espaos e institui3es (como escolas e outros Lugares da Cultura) membros das redes de articula3o da Biblioteca, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San Ant3nio de Prado.....	135
Fig.17: Registro em <i>scan</i> da capa e p3gina 14 da publica3o “Garabateando” da Biblioteca Santa Elena.....	137
Fig.18: Registro em <i>scan</i> da capa e p3gina 4 da publica3o “Hojas de Hierba” da Biblioteca Santa Elena.....	137
Fig.19: Registros fotogr3ficos de livro de mem3rias da Corporaci3n Giras3l, compilando imagens etiquetadas e legendadas sobre os primeiros anos desse Lugar.....	139
Fig.20: Cartaz da pea “Requi3n, El llanto de los olvidados” da Corporaci3n T-Asombro.....	140
Fig.21: Fotografia registrando o primeiro encontro com membros da REBIPOA durante a etapa de campo, realizada na Biblioteca P3blica Claustro Comfama, no centro de Medell3n. Ocas3o da reuni3o e conversa com o tesoureiro Arley Orozco, 3 esquerda do autor. 3 esquerda na foto est3 Zully Ballesteros (Biblioteca Popular Lola V3lez). 3 frente est3o, da esquerda para a direita, Gladys L3pez (Biblioteca Popular Telejo) e Lucelly Castaeda (Corporaci3n Giras3l).	147
Fig.22: Registro fotogr3fico do primeiro ano (1994) da Sala de Leitura Corporaci3n Giras3l, em seu livro de mem3rias. O esquema de ladrilhos no piso 3 bastante tradicional da regi3o.	152
Fig.23: Fotografia realizada ao final da visita 3 Sala de Leitura da Corporaci3n Giras3l, em maro de 2022. O caracter3stico esquema de ladrilhos bejes e vermelhos foi mantido, mesmo com todas as reformas e amplia3es do espao.....	153
Fig.24: Fotografia do audit3rio do Parque Biblioteca Fernando Botero, durante apresenta3o circense de companhia local.	154
Fig.25: Fotografia do audit3rio do Parque Biblioteca San Ant3nio de Prado, vista do palco.....	154
Fig.26: Fotografia da “Makers room” do Parque Biblioteca Fernando Botero. Al3m dos computadores dispon3veis na mesa central, nota-se na parte esquerda da sala os equipamentos para impress3o 3D.....	155

Fig.27: Fotografia panorâmica de um dos andares do amplo acervo do Parque Biblioteca Fernando Botero.....	155
Fig.28: Fotografia da entrada do Parque Biblioteca Doce de Octubre, também arquivancada para o complexo de campos esportivos na mesma parte do Lugar, ao fundo.	156
Fig.29: Imagem frontal do Parque Biblioteca Fernando Botero, na qual se destaca o experimento de integração arquitetônica entre a megainfraestrutura com a estética do bairro.	158
Fig.30: Fotografia panorâmica do jardim comunitário na parte de trás do Parque Biblioteca Fernando Botero.....	158
Fig.31: Fotografia da praça central do Corregimento de San Cristóbal, vizinha ao Parque Biblioteca Fernando Botero.....	159
Fig.32: Fotografia do mirante em frente à entrada do Parque Biblioteca Fernando Botero, onde fica ainda mais evidente a dissonância entre arquitetura das habitações do bairro e a do Parque.....	159
Fig.33: Fotografia com os membros do grupo de pesquisa da EIB-Udea e parte da equipe da biblioteca, tomada na entrada da Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena, onde fica clara a arquitetura reduzida em relação aos Parques Bibliotecas.....	161
Fig.34: Fotografia com os membros do grupo de pesquisa da EIB-UdeA e parte da equipe da biblioteca, tomada na entrada da Biblioteca Pública Corregimental Las Palmitas, onde fica clara a arquitetura reduzida em relação aos Parques Bibliotecas.....	162
Fig.35: Fotografia do corregimento de Las Palmitas, setor central, realizada em frente à entrada da Biblioteca Pública, onde é possível observar a presença reduzida de moradores e estabelecimentos.	162
Fig.36: Fotografia tomada com Gustavo Gutiérrez à frente, Felipe Bedoya ao fundo (coordenadores do Biblioghetto) e Luisa Bustamante (companheira de Pasantía de Investigación da UdeA), em frente à Esquina de Leitura do bairro Petecuy.....	170
Fig.37: Registro em scan de página do livro "Cambiando Balas por Libros", de Gustavo Gutiérrez, relatando a experiência e memória do Biblioghetto até então, em especial sobre os primeiros anos de oficinas de leitura sobre o depósito de lixo deixado entre as casas do bairro e o rio Cauca.	171

LISTA DE SIGLAS

REBIPOA - Red de Bibliotecas Populares de Antioquia

EIB - Escuela Interamericana de Bibliotecología

UdeA - Universidad de Antioquia

PCLEO - Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

SBPM - Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín

COMFENALCO - Caja de Compensación Familiar de la Federación Nacional de Comerciantes

COMFAMA - Caja de Compensación Familiar de Antioquia

RNBP - Red Nacional de Bibliotecas Públicas de Colombia

BRI - Bibliotecas Rurales Itinerantes

CNMH - Centro Nacional de Memoria Histórica

CERLALC - Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe

IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução.....	13
PARTE I.....	20
SEÇÃO 1 ▪ Cultura, Natureza e Magia	21
1.1. O que chamo de Cultura.....	21
1.2. O estado da Cultura: sem Magia, o Sagrado	27
1.3. A Magia está onde?	34
Tecnologia e Religiosidade	35
Obediência	42
SEÇÃO 2 ▪ Colonialismo, Biopolítica e Antropoceno.....	45
2.1. Biopolítica e sua sistematização	48
2.2. Algoritmização da vida	54
2.3. Colonialismo e Plantationceno.....	61
2.4. Antropoceno	70
SEÇÃO 3 ▪ Possibilidades e potencialidades.....	78
3.1. O Global, o Local e o Terrestre	78
3.2. Profanação	84
3.3. Magia	86
3.4. Cthtuluceno.....	90
3.5. Novas epistemologias da informação e Cultura.....	93
PARTE II.....	95
SEÇÃO 4 ▪ Lugares da Cultura e o Ecossistema de Bibliotecas	96
4.1. Lugares da Cultura, quais?	96
4.2. Ecossistema.....	101
Redes comunitárias de resistência cultural popular.....	103
Política para bibliotecas em territórios periféricos	111
4.3. Os desafios ecossistêmicos	115

SEÇÃO 5 ▪ Magia, Linguagem e Território	119
5.1. Linguagem como totalidade desde o território	119
5.2. O uso da Palavra, linguagem para a Magia	121
5.3. Os territórios têm a Palavra	131
SEÇÃO 6 ▪ Cthulluceno: Relações e vínculos	144
6.1. Refletindo sobre a ideia de ecossistema	144
6.2. Relações intraecossistêmicas.....	146
6.3. Direito a um Lugar de Cultura como relação com o espaço bibliotecário	150
6.4. Vínculos territoriais como existência.....	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
Anexo 1	189
Anexo 2	193
Anexo 3	199

- INTRODUÇÃO -

Na literatura referente às dinâmicas mais recentes da Informação, do Conhecimento e sua articulação na construção da Cultura, uma série de autoras e autores identificam um problema relativamente semelhante. Há um processo dentro da modernidade capitalista o qual compreende a imposição de configurações de significados como objetivas, mas de caráter reificador, para neutralizar as contradições da experiência de interação com a alteridade e a diferença, e ocultar exercícios de biopolíticas.

Um dos principais referenciais epistemológicos modernos é a divisão Natureza/Cultura. Ela demarca a percepção da separação entre os processos tipicamente sociais, realizados por seus atores-sujeitos dotados da capacidade de convivência em grupos organizados, e os processos do domínio dos objetos cujo funcionamento independe das vontades de seus elementos, das coisas que *naturalmente são*. Dessa divisão, outra pode ser depreendida, separadora das dinâmicas da vida entre as dos sujeitos em interação/oposição com a dos objetos (Ingold, 2000; Latour, 2020a). Sob a retórica da racionalidade moderna, a modelização da informação e a organização do conhecimento foram construídas mirando o ideal da objetividade. Partindo do princípio de as tentativas de explicar a realidade (e projetar uma Cultura e modelos de sociedade) poderem ser enviesadas pelas diferentes subjetividades, foi dada uma conotação positiva àquelas explicações estruturadas enquanto objetivas, se autocolocando como neutras (Burke, 2003; Gutiérrez A. G., 2013).

Através de uma reificação, organiza-se em unidades informacionais ou conceituais que se tornam possíveis de explicar determinados universos de fenômenos do real. A reificação se aprofunda em uma mitologização, e essas significações componentes da Cultura às quais é aferida a característica da objetividade são separadas do plano cultural dos sujeitos que lhes originaram, subindo ao domínio do “sagrado” (Agamben, 2007; Marenko, 2019). Essa separação entre domínios diferentes do “sagrado” e do terreno, fruto do afastamento das dinâmicas da vida subjetivas das objetivas, aponta o aspecto definidor da epistemologia moderna. Ele coloca um mundo composto por coisas, no sentido mais genérico da palavra,

passíveis de experiência, da interação e negociação de convivência entre diferentes sujeitos agentes para ganhar forma, e de coisas inegociáveis, que estão “justo aí, nada mais” (Latour, 2020a), cuja existência independe da experiência.

A proposta da modernidade, no entanto, deve conciliar sua retórica objetiva com o motor da Cultura: a experiência e interação entre diferentes sujeitos (Haraway, 2016). As inconsistências dessa conciliação produzem ruídos entre as expectativas produzidas pelo projeto e pela matriz de significação da civilização moderna com o que ocorre no domínio do terreno, das dinâmicas concretas. A literatura aponta que esse processo de formação da Cultura moderna depende de um mecanismo de colonização, atuante sobre sujeitos, seus corpos e mentes, faculdades de significação, relações e diferenças. Demanda o controle desses agentes culturais para legitimar diversas desigualdades decorrentes do Capitalismo, para torná-las “natural”, sagradas, impedir a negociação e os alienar da experiência sobre seus elementos. Sujeitos são tornados objetos arbitrariamente, contidos nas mais diversas unidades manipuláveis de informação- número, categoria, conceito etc. (Hall, 2016).

Tornados objetos, a agência desses sujeitos sobre os processos da Cultura e nas significações das dinâmicas do real que a compõem lhes é retirada. Sua participação se dá apenas como unidade informacional explicativa, manipulável e alienável de seu contexto, para ser utilizada nas descrições “neutras” da realidade (Tsing, 2015). Essa questão é bastante evidenciada nos impactos das tecnologias digitais nos fluxos sociais, que amplificaram a sobreposição do ritmo da virtualidade sobre a materialidade em novos tipos de governanças (Frohmann, 2006; Capurro, 2014; Canclini N. G., 2019).

Uma outra questão na qual a literatura indica a pertinência dessa retirada dos sujeitos de sua agência sobre os processos da Cultura é a discussão sobre o Antropoceno. O conjunto do tópico que ele representa em torno da crise climática e a profundidade de suas consequências a nível geológico, causados pela intensa atividade industrial humana relacionada ao desenvolvimento tecnológico e do conhecimento sob a lógica do Capitalismo, evidencia uma urgência para se repensar a relação Natureza/Cultura. Aponta para a necessidade de construir novas matrizes de significação que levem em conta os emaranhados de interações difusas e contraditórias entre diferentes sujeitos agentes (Ingold, 2012; Chakrabarty, 2013; Haraway, 2016; Stengers, 2017; Latour, 2020b).

Portanto, torna-se imprescindível ao campo da Ciência da Informação não somente entender com maior profundidade esse processo descrito acima e explorado pelas diferentes pesquisadoras e pesquisadores citados, como se debruçar sobre

as propostas de construção de uma Cultura alternativa àquela projetada pela modernidade. É necessário buscar novos mecanismos para significar o mundo que reconheçam a diferença entre os sujeitos, valorizem a alteridade e retomem o papel de agência deles na resposta aos desafios trazidos pelo século XXI.

Nesse sentido, a pergunta central da pesquisa proposta para esse Mestrado Acadêmico pode ser posta nos seguintes termos: **quais são possíveis respostas, nos Lugares da Cultura, aos desafios colocados pela crise de apropriação da informação na modernidade capitalista?** Entendendo que lugares tipicamente reconhecidos como o local de práticas culturais têm uma importância imensa dentro desse processo de sacralização dos processos da vida pela modernidade, busca-se identificar respostas possíveis a essas problemáticas dentro do campo de sua área de atuação.

Para traçar uma resposta efetiva à essa crise de reificação da Cultura pela apropriação capitalista da informação, é necessário inicialmente entender em quais termos ela ocorre. Com alguma compreensão de como se estrutura o caráter sagrado da matriz cultural moderna, na sequência um segundo desafio se coloca, sendo ele identificar como se dá a construção existente de reflexões sobre possibilidades de formar conhecimento, organizar informação e fabricar outros mundos fora das chaves de compreensão já estabelecidas por essa hegemonia de pensamento¹. Nesse sentido, os objetivos deste trabalho podem ser colocados, em termos gerais, como:

- Aprofundar o entendimento acerca de desafios trazidos pela modernidade capitalista sobre o processo de apropriação cultural da Informação e identificar dinâmicas possíveis para responder a eles dentro dos Lugares da Cultura.

E em termos específicos:

- Identificar processos históricos que resultaram na crise de apropriação cultural da Informação da modernidade capitalista, sobretudo em relação às mudanças na organização do conhecimento e nas tecnologias informacionais.
- Sistematizar processos em vigência que apontam para a ocorrência dessa crise.
- Identificar na literatura discussões epistemológicas que apontem para Culturas e epistemologias possíveis resistentes e alternativas àquela imposta na narrativa da modernidade.
- Investigar no campo como Lugares da Cultura podem responder na práxis aos desafios colocados por esse contexto.

1. Um evidente terceiro problema envolve o estudo desses Outros mundos possíveis sem novamente cair no processo de reificação objetiva, motor da epistemologia moderna.

Para tentar enfrentar esses desafios, em linhas gerais, estruturo esta pesquisa de Mestrado em duas etapas complementares: a revisão das discussões teóricas em torno do problema, e a busca por algumas respostas possíveis, majoritariamente em uma investigação de campo. A primeira parte, a descrição do problema da crise expressa na reificação da cultura em função da apropriação capitalista da informação², será realizada sob três eixos articuláveis entre si: os referenciais epistemológicos que utilizo para falar de Cultura e como ela se apresenta na modernidade capitalista, processos históricos causadores da crise, ambos na seção 1, e quais são algumas das consequências práticas desse fenômeno sob a lente da biopolítica, na seção 2. É sabido que esses três eixos poderiam ser objetos de pesquisas separadas, e corre-se o risco de apresentá-los em conjunto superficialmente.

A opção por trazê-los de maneira mutuamente complementar, porém, atende às demandas da literatura utilizada de efetivamente desenvolver a capacidade de interpretar tais fenômenos culturais de maneira “emaranhada”, evitando simplificações e abraçando sua complexidade (Ingold, 2012; Tsing, 2015; Haraway, 2016). Para atender a isso sem deixar de articulá-los entre si, os argumentos e reflexões tecidas a partir desses eixos serão realizadas seguindo algumas chaves de interpretação conceituais mais ou menos semelhantes para cada seção, mas aqui podendo ser apresentadas como: a definição empregada de Cultura, as dinâmicas de sujeitos/objetos e seus corpos e a estruturação do conhecimento e das tecnologias da Informação, servindo como os fios a serem observados de maneira entrelaçada.

A seção 1, então, trará inicialmente uma discussão ao redor da binaridade epistemológica Natureza/Cultura, da qual se seguirá uma segunda, relacionada à primeira, de subjetividade/objetividade. A partir delas, será apresentada tanto a definição (ou, mais precisamente, a ideia) do termo Cultura, várias vezes utilizado no texto, quanto o tema da *sacralização* de seus elementos e dela própria, a partir da qual se desenvolverá a revisão sobre o problema de pesquisa. Em seguida,

2. Cabe um breve esclarecimento, fora do corpo do texto, a respeito do uso do conceito da “apropriação” da informação neste trabalho. Foi destacado o foco no problema de uma determinada crise na Cultura causada por um tipo particular de apropriação da informação e das dinâmicas da realidade, historicamente gestado no regime do Capitalismo. Em se tratando de discussões, ao longo da argumentação, sobre esse problema, o conceito fará referência à sua “versão” histórica capitalista. Não se exclui, no entanto, a consciência da possibilidade de uso do mesmo termo (“apropriação” da informação) para nomear o processo mais geral pelo qual sujeitos e sociedades significam suas experiências sobre o real e incorporam um conhecimento. Essa acepção mais abrangente, inclusive, está presente nesta pesquisa, majoritariamente nas seções destinadas às reflexões sobre as formas de resistência, mas também para falar de alguns outros conceitos-chave iniciais. Entendo os respectivos contextos textuais nos quais esses dois entendimentos aparecem aqui serem suficientes para discernir qual deles está sendo usado.

contextualizo essas dinâmicas em alguns processos históricos, no intuito de entender algumas de suas origens: o desenvolvimento dos aspectos “religiosos” e tecnológicos da modernidade capitalista.

A seção 2 completa a etapa de análise do problema e dos desafios colocados por ele. Inicialmente, explico a utilização do conceito de biopolítica como ferramenta tanto para entender a reprodução, nos sujeitos, da hegemonia da Cultura da modernidade capitalista, quanto buscando conectar as questões teóricas levantadas à materialidade de suas consequências, na concretude dos corpos e das coisas. Em seguida, apresento a ideia de “sistemas biopolíticos” para nomear e abordar os exemplos escolhidos das consequências, relacionados aos eixos de análise da seção 1: a Algoritmização da vida, sobre a sacralização; o Colonialismo e Plantationceno, da objetificação de sujeitos; o Antropoceno, sobre a relação com a Natureza na modernidade.

A primeira parte da pesquisa será concluída, e transicionada para a próxima, na seção 3, contendo a exploração de algumas reflexões da própria literatura acerca de caminhos possíveis para responder ao problema trabalhado aqui. Com essa seção do texto dedicada à elas, serão igualmente organizadas mais ou menos nos eixos de análise das questões epistemológicas e de apresentação das consequências das duas seções anteriores: profanação, a Magia e o Cthulluceno. Há uma subseção extra, que se debruça mais especificamente sobre essas ponderações dentro do campo particular da Ciência da Informação.

Uma etapa de pesquisa empírica diretamente em campo compõe a segunda parte com mais três seções, onde será introduzida a explicação do que são entendidos aqui como Lugares da Cultura, e quais deles foram escolhidos para essa etapa. Ela foi realizada majoritariamente no Vale de Aburrá, região onde se encontra o município de Medellín, e em menor medida na cidade de Cali e na capital Bogotá, todas na Colômbia. A opção por Medellín para realização do trabalho de campo se deu por se tratar de uma cidade recentemente “laboratório” de um processo de reformulação urbana no sentido de democratizar espaços públicos, o acesso à cidade, o conhecimento e a cultura, e desenvolvimento de espaços inseridos nos bairros periféricos- sobretudo através das bibliotecas.

As referências utilizadas para projetar a etapa de campo indicam a necessidade do cientista em aprender a se deixar contaminar pelas questões organicamente apresentadas pela experiência (e aqui esse termo adquire enorme importância) da interação com outros sujeitos. As habilidades da escuta atenta, da “arte de

notar” (traduzido livremente do termo tsingiano em inglês *art of noticing*) e da contaminação pelo campo são absolutamente fundamentais para o estudo proposto com elementos do método etnográfico (Tsing, 2015; Stengers, 2017). Nesse sentido, as “variáveis” inicialmente pensadas para essa etapa passaram por evidentes reformulações desde suas primeiras propostas.

A estrutura da pesquisa de campo, em princípio, seguiria três eixos principais, representando emaranhados culturais a serem estudados para entender o potencial das dinâmicas alternativas colocadas a partir da literatura. O primeiro é a investigação da biblioteca enquanto instituição e dispositivo cultural, relativamente mantido no texto final. Os sujeitos que constroem e usufruem da instituição compõem o segundo elemento de investigação. Um terceiro e último eixo possui um foco sobre os elementos evidentemente híbridos das dinâmicas dentro da instituição e entre seus sujeitos. Para tornar esse último mais claro, coloco aqui algumas questões-guia levantadas como referência: como a alteridade é construída nas dinâmicas dos sujeitos e como o “outro” compõe com os sujeitos, quais linguagens alternativas à escrita e leitura são pertinentes à atuação da instituição (sobretudo o papel da oralidade), e como as dinâmicas da instituição pelos sujeitos combinam diferentes usos de Tecnologias da Informação.

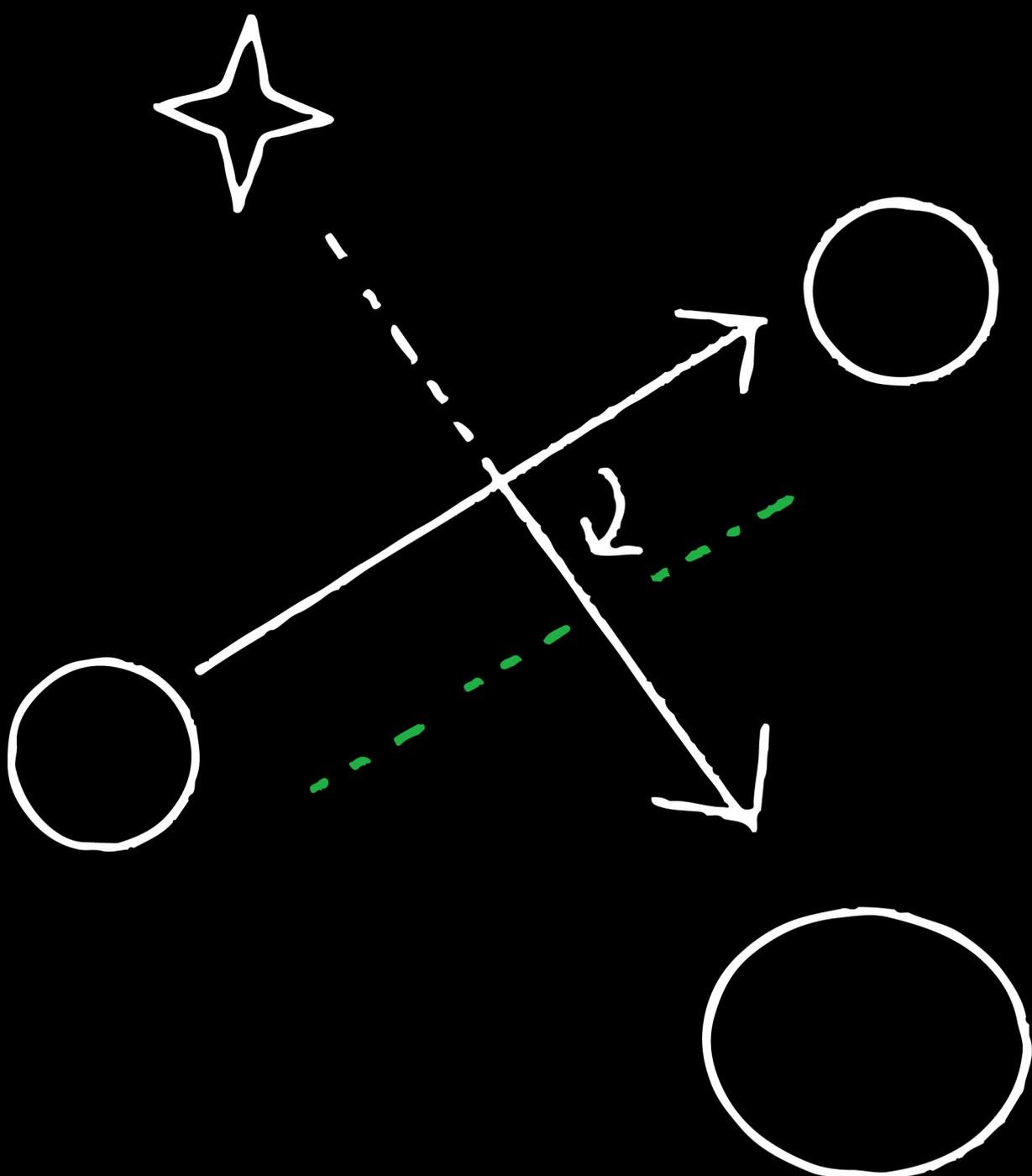
No lugar de categorias de análise no sentido literal do termo, se organizou as reflexões realizadas a partir da etapa de campo em eixos temáticos (divididos para cada uma das seções restantes). Foram definidos pelo autor com base nas provocações, questionamentos, inquietações, mas também diálogos, encontros, *charlas*, caminhadas e as mais diversas experiências vividas com os Outros sujeitos que afetuosamente proporcionaram a concretização desse trabalho empírico e a conclusão da pesquisa projetada. São eles: a apresentação do “ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá”, seus Lugares da Cultura e sua territorialidade (seção 4), a Palavra e a linguagem totalizada como conteúdo discursivo dele (seção 5), e os vínculos intersubjetivos como sua dinâmica estruturante (seção 6). Cada uma das seções dessa etapa é fechada por uma articulação propositiva com as sugestões identificadas na literatura comentadas na seção 3.

As duas partes da pesquisa não estavam previstas para serem tão marcadamente teórica, na primeira, ou empírica, na segunda. Em virtude da pandemia do Coronavírus, os anos de 2020 e 2021, cujo cronograma inicial previa já etapas de campo, foram inteiramente dedicados ao estudo da literatura pertinente ao tema. Ao mesmo tempo que tal mudança possibilitou um aprofundamento e melhor compreensão dos tópicos analisados e do tipo de resposta a ser formulada para

os problemas levantados, o volume de conteúdo teórico referente à parte 1 acabou por demandar um maior foco nas evidências e reflexões empíricas diretamente do campo na parte 2. Neste texto, praticamente não há uma argumentação sobre a crise de reificação da Cultura a partir da perspectiva dos sujeitos visitados no ecossistema bibliotecário. Por isso, considero a possibilidade da conexão entre o problema e algumas das dinâmicas empíricas propostas para respondê-lo não estar tão clara quanto poderia. A tentativa de contornar essa questão se dá pela articulação entre teoria e campo sobre justamente o esforço de buscar esses caminhos, ao final das seções dessa segunda parte.

Em todo caso, este trabalho pode auxiliar no melhor entendimento dos desafios do nosso tempo referentes às matrizes hegemônicas de significação da realidade. E a partir delas, do decorrente processo de conceber a maneira pela qual convivemos nesse mundo. Em princípio, tais desafios parecem dotados de grande gravidade em relação à possibilidade de continuar o projeto da vida da modernidade capitalista. Se confirmada, urge ao campo da Ciência da Informação buscar caminhos alternativos aos cânones da Cultura e do conhecimento no tecer de fios e emaranhados para guiar o pensamento em direção a outras formas de habitar (ou fabricar) o mundo.

- PARTE I -



SEÇÃO 1 ▪ Cultura, Natureza e Magia

1.1. O que chamo de Cultura

A questão geral que move esta dissertação envolve uma análise sobre o mecanismo com o qual formamos Cultura. Essencialmente, acredito que as dinâmicas culturais hegemônicas produtos da(s) modernidade(s) apresentam uma característica comum. Mas para entender esse mecanismo e essa característica, é necessária uma explicação do conceito de Cultura, com C maiúsculo, que será utilizado, com o objetivo de demonstrar não se tratar de uma definição completa e isenta a complementações.

Em linhas gerais, Cultura será utilizado aqui como sinônimo do que Latour (2020a) sugeriu chamar de Gaia. Este termo é colocado pelo autor como um substituto para o que identifica ser uma tensão constante nas epistemologias hegemônicas em dividir ela, Gaia, em dois termos mais comumente utilizados: um “complexo Natureza/Cultura”. Ele coloca como uma impossibilidade na tradição ocidental definir um dos termos sem passar pela menção do outro:

Não tente definir apenas a natureza, porque você terá que definir também o termo ‘cultura’ (o humano é o que escapa à natureza: um pouco, muito, apaixonadamente); não tente definir apenas ‘cultura’, porque de imediato terá que definir também ‘natureza’ (o humano é o que não pode ‘escapar totalmente’ das restrições da natureza). (Latour, 2020a, p. 34)

A divisão, argumenta o autor, advém de uma relação de marcação, “na linguagem dos antropólogos” (Latour, 2020a, p. 35), na qual um elemento serve como pano de fundo independente, normalizado, e o outro possui uma marcação de diferença, de distinção. Na epistemologia moderna ocidental, Natureza é tida como um dado, algo “que está justo aí, e nada mais” (Latour, 2020a, pp. 43-5), uma realidade objetiva cuja existência não é só independente das vontades subjetivas, mas passível de teste através de dados igualmente objetivos. A Cultura, por sua vez, é entendida como um elemento “marcado”, justamente, por seu componente subjetivo e incerto, volátil. Em outras palavras, por se tratar de uma criação humana, Cultura não possui sua origem “na Natureza”, mas de sua fuga.

Essa relação entre a divisão Natureza/Cultura e subjetividade/objetividade é aprofundada por Latour em seu argumento sobre a “invocação da natureza humana” e o “recurso ao mundo natural”. Por um lado, as tentativas de invocar uma moral universal, ou definir “o que é justo” passam pela constatação de alguma característica naturalmente comum a todos os humanos, ou pertencente à “natureza humana”, um argumento geralmente alvo de grande resistência em sociedades mais pluralistas. Por outro lado, como já referido acima, há uma dimensão de uma realidade entendida como objetiva, independente e ausente de moral, ou uma realidade que está “justo aí, nada mais”.

E essa última, entende-se, não pode ser efetivamente observada em sua completude com qualquer viés moral, pois isso adentraria o campo do “que é justo”. “Temos aqui uma exigência moral poderosa: a de que é necessário *se abster* por completo da moral, caso se queira medir plenamente a realidade do que é!” (Latour, 2020a, p. 45). Esse raciocínio explica o elemento de tensão da subjetividade e objetividade presente na separação Natureza/Cultura, ou na impossibilidade de definir ambos os conjuntos de maneira separada.

Alinho-me a Latour no entendimento de não ser possível sustentar a divisão Natureza/Cultura. Quando utilizada nesta pesquisa, Cultura é Gaia: a aferição de objetividade (tornar Natureza) a elementos do mundo é originada em dinâmicas subjetivas (Cultura). Sendo uma relação constitutiva, os elementos tidos como objetivados são também material para subseqüentes dinâmicas subjetivas. Não utilizar o termo Gaia aqui é uma opção para tanto seguir o caráter ainda propositivo de Latour em colocá-lo¹, como para “não limitar” sua utilização ao tema principal e absolutamente importante da obra do autor, o Antropoceno.

O experimento conceitual de Latour de nomear a união de Natureza/Cultura é motivado por uma necessidade de superar epistemologicamente a divisão dos termos, insustentável a essa altura. Tal demanda é compartilhada por outros autores, também enquanto um questionamento do que epistemologicamente se diz estar “justo aí, nada mais”. Um exemplo pertinente é como Donna Haraway se debruça sobre esse tema em sua obra “Staying with the Trouble” (2016).²

1. Apesar da opinião particular positiva sobre o termo proposto por Latour.

2. Nesse livro, a autora revisita uma abordagem para tratar de tema semelhante, a relação humano/tecnologia, já trazida em seu Manifesto Ciborgue (Haraway, 2009) (Fontgaland & Cortez, 2015). Outras discussões pertinentes para esse tema podem ser acompanhadas em (Bailão, 2016), sobre o conceito de “Paisagem” de Tim Ingold, e (Murillo, 2016), tratando dos “papéis aferidos pela Natureza” no processo de formação de laços de parentescos na obra de Janet Carsten.

Nela, a autora dialoga com Latour e sua proposta de Gaia oferecendo críticas e complementos. Entende a Gaia latourniana como o que chama de “sistema apoiético”³, isto é capaz de reprodução em si mesmo, autônoma. Não é a teleologia objetiva da Natureza, mas a constatação de sua independência em relação a quem lhe nomeia, uma consciência de haver um sistema independente o suficiente para existir depois de atingir condições impossíveis de sustentação da vida humana em larga escala:

[Latour invoca Gaia para] nomear acasalamentos não lineares complexos entre processos que compõe e sustentam subsistemas entrelaçados mas não-aditivos como um todo sistêmico parcialmente coeso (...) Gaia não é redutível à soma de suas partes, mas atinge coerência sistêmica finita diante das perturbações internas a parâmetros que são eles próprios responsivos a processos sistêmicos dinâmicos. Gaia não pode nem deveria se importar com intenções, desejos ou necessidades de humanos ou outros seres biológicos, mas Gaia coloca nossa própria existência em questão. (Haraway, 2016, pp. 43-4)

Dessa reflexão, Haraway compartilha com Latour a urgência de se atentar às demandas da chegada do Antropoceno. Esse acontecimento derruba qualquer sustentação para dividir o mundo entre Natureza/Cultura (ou sujeitos/objetos) e ignorar como esses elementos se compõem mutuamente. Ela propõe uma reformulação no ato de pensar e fazer Cultura em consonância com o uso do termo nessa pesquisa. “Não existe nada conectado a tudo, tudo está conectado a alguma coisa” (Haraway, 2016, p. 31). Um uso consciente de seu caráter processual, interrelacional e intersubjetivo, a qual demanda uma “habilidade de resposta responsável” de seus agentes.⁴

Aprofundarei essa proposta de Haraway em outra seção, mas concluo afirmando que, no lugar de Gaia, tratarei do mesmo conceito sob outra nomenclatura mais próxima da questão abordada neste trabalho. Utilizarei o termo Cultura

3. O termo “sistema” é utilizado largamente neste trabalho, e adquire significados específicos variados em relação ao contexto em que são utilizados. Buscando um esclarecimento mais didático para ajudar no seu entendimento, faço uso das definições para essa palavra no dicionário Michaelis, destacando, sobretudo, as definições 1 e 7, respectivamente: “Conjunto metódico de princípios interdependentes, sobre os quais se estabelece uma doutrina, uma crença ou uma teoria” e “Inter-relação de unidades, partes etc., responsáveis pelo funcionamento de uma estrutura organizada”, com destaque para o aspecto interrelacional. Também cabe pontuar a definição 11: “Conjunto de aspectos morais, políticos ou econômicos de uma sociedade”. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sistema/> (acesso em 24/05/2023).

4. Tradução livre, sujeita a novas proposições, para o termo de Haraway mais bem adaptado ao inglês, *response-ability*. (Haraway, 2016)

constantemente interrelacionado com a Natureza (e, portanto, igual a Gaia) como uma referência, ou uma *proxy*, para emaranhar as dinâmicas entre subjetividade e objetividade, e o faço por entender sua interatividade semelhante à da Natureza/Cultura.

A maneira que opto por falar de Cultura (e seu estado na contemporaneidade) pode ser melhor aprofundada por um diálogo entre a área da Ciência da Informação com a Sociologia do Conhecimento. Os jargões, ou conceitos próprios que norteiam as explicações, são diversos. Se fala em “apropriação de conhecimento, informação, cultural”, “relação entre conhecimento e ignorância” ou “entre o que se sabe e o que não se sabe” e, dentro dessa última e bastante essencial, “o que se sabe que não se sabe, e o que não se sabe que não se sabe”. Na medida do possível, tentarei construir esse diálogo através de uma articulação desses termos.

Na literatura da Sociologia do Conhecimento, tradicionalmente a palavra “ignorância” foi definida como uma constante oposição do termo principal do campo, “conhecimento”. Ela já foi definida como “ausência de conhecimento de fatos” (Rerscher, 2009, p. 1), sendo o fato a ideia de um acontecimento na realidade objetiva totalmente acessível à interpretação subjetiva. A oposição entre conhecimento e ignorância foi uma resposta a uma pergunta frequente desse campo da sociologia: “o que se sabe [é o conhecimento], e o que não se sabe [é a ignorância]?”.

Quase como tomando a situação de sua própria área de pesquisa como exemplo, os autores problematizadores dessa oposição passaram a considerar o impacto da limitação de tecnologias e ferramentas de “leituras” da realidade oferecidas pelo contexto em que elas se apresentam. Também estavam atentos a como isso é particularmente importante em uma sociedade cujo traço cultural é a produção de verdades objetivas.⁵

Dessa questão, sociólogos do conhecimento pensaram em expandir suas próprias indagações sobre “o que não se sabe?”. Essa pergunta foi destrinchada em duas: “o que se sabe que não se sabe?” e “o que não se sabe que não se sabe?”. Se o conhecimento sobre a realidade pudesse ser entendido como um espaço físico, então poderia se dizer que os autores passaram a se debruçar sobre não somente pontos sabidamente existentes, porém não mapeados, mas sobretudo ponderar sobre pontos totalmente desconhecidos.

5. Para um bom exemplo contemporâneo dessa questão, ver os desafios levantados por (Bâ, 2010) no registro de tradições orais ameaçadas de povos originários africanos como consequência de longo prazo da colonização, sobretudo na falta de recursos teóricos e tecnológicos para tal tarefa.

Com isso, passam a questionar a estabilidade da oposição entre ignorância e conhecimento. O sociólogo do conhecimento Karl Mannheim mapeia a relação constante de construção e destruição entre o conjunto de saberes, sentidos comuns, conceitos e percepções de um determinado grupo, as diversas particularidades das versões desse conjunto internalizadas pelos indivíduos que compõem o grupo, e como essa relação se altera em condições diferentes de tempo e lugar, dando espaço especial para o conflito social como principal motor dessa dinâmica (Mannheim, 1998, p. 2).

Ao investigar um fenômeno, ao produzir um conhecimento, e no caso da obra referida o objeto de estudo é a própria maneira com a qual formamos pensamento e traduzimos em ação, é importante considerar os elementos contextuais, colocá-lo no processo histórico. Entender por quê/ com base em o que determinada experiência foi subjetivada em uma forma de pensamento, e por que ela se traduziu em outra ação determinada.

Não se trata de um eterno processo de relativização, mas de desenvolver a capacidade de relacionar os processos geradores de interpretações legitimadas sobre a realidade. Para o autor, há esferas de um conhecimento “verdadeiro” ou objetivo, porém inacessíveis em sua totalidade. Mannheim não define ignorância, mas destaca uma condição permanente de “não saber”. Formamos então nossas esferas de conhecimento, tanto socioculturais quanto individuais, a partir de diferentes interpretações que morrem ou sobrevivem à passagem do tempo.

Um entendimento semelhante é compartilhado por Rancière, ao buscar uma “emancipação” do espectador diante do modelo clássico da comunicação entre locutor e interlocutor, muitas vezes unidirecionada do primeiro ao segundo. Seu foco aqui é pensar a *performance* teatral para além da produção de conteúdo por autorx(s) com o objetivo de transmiti-lo diretamente a um espectador tábuia rasa. Ele enxerga, semelhante a Mannheim, que a interpretação por um interlocutor de um conteúdo mesmo produzido pelo locutor ocorre “à medida que compõem seu próprio poema, como o fazem, à sua maneira, dramaturgos, diretores, dançarinos ou *performers*.” (Rancière, 2014, p. 16). Isso independe da intenção do autor/locutor de passar uma mensagem específica e que o espectador entenda somente a ela.

Há para ele também um terceiro-elemento nessa clássica relação locutor/interlocutor o qual ajuda no entendimento dessa explicação. A mensagem em si na verdade trata-se de uma entidade autônoma. Ela não existe em um vácuo de relações,

mas, como em uma *performance* teatral, sua totalidade possível de significados existe e é ao mesmo tempo inacessível para interpretações e apropriações:

Na lógica da emancipação há sempre entre o mestre ignorante e o aprendiz emancipado uma terceira coisa- um livro ou qualquer outro escrito - estranha a ambos e à qual eles podem recorrer para comprovar juntos o que o aluno viu, o que disse e o que pensa a respeito. O mesmo ocorre com a performance. Ela não é a transmissão do saber ou do sopro do artista ao espectador. É essa terceira coisa de que nenhum deles é proprietário, cujo sentido nenhum deles possui, que se mantém entre eles, afastando qualquer transmissão fiel, qualquer identidade entre causa e efeito. (Rancière, 2014, pp. 18-9)

Esse terceiro elemento reúne então todo o potencial de significado para além de qualquer relação binária no processo de compartilhamento da Cultura. Também converge com a ideia de ser inacessível a totalidade da “esfera de conhecimento verdadeiro”. Alguma coisa não se sabe então sobre esse terceiro elemento. É uma condição da comunicação⁶.

O cientista da informação Garcia Gutiérrez também discute uma aproximação própria sobre a condição de ignorância. Invoca o conceito de “estesia”, a capacidade de sentir, coloca-o como o refúgio da “contradição, incerteza, ambiguidade, provisionalidade, pulsão, debilidade, subalternidade, dissenso, aleatoriedade” (Gutiérrez A. G., 2013, p. 94). Trata-se de uma característica da vida social, a convivência com aspectos não coerentes da Cultura e a capacidade de espanto ou surpresa produtora de convivências em microdimensões cotidianas, pois é por essa sensibilidade que se convive com diferenças. Seja lá qual for a norma da “Cultura” para um sujeito, sua estranheza para com um diferente não reproduz uma negação da existência da diferença. A estesia lhe permite sair da norma, fugir da objetividade, expandir sua subjetividade.

A convergência desses exemplos de obras diferentes indica como há um incômodo da literatura em relação à maneira de aferição de objetividade a elementos do mundo e como lidar com a subjetividade. Por isso a proposição de uma reformulação dessa divisão e o uso de Cultura enquanto uma opção argumentativa que conscientemente considere seu lugar na discussão conceitual colocada. A

6. Há, dentro da Sociologia do Conhecimento, outras pesquisas dedicadas a explorar a superfície desconhecida do conhecimento. Ver as discussões sobre o “não-conhecido” nas obras do já citado (Gross, 2012), mas também (Schutz & Luckmann, 1973) e (Schutz, 1946).

partir dessa construção do termo, pode-se debruçar-se sobre o atual estado da Cultura gerador dessa preocupação.

1.2. O estado da Cultura: sem Magia, o Sagrado

Originaria(s) de processos histórico-culturais europeus, a modernidade ou as modernidades parecem ter gerado uma dependência das bases epistemológicas fornecidas à Cultura hegemônica por um mecanismo de construção de verdades objetivas. É comum aos cernes das hegemonias culturais, consumadas ou pretendentes, a necessidade de existir negando a possibilidade de existência a qualquer outra possibilidade. Isso é feito pela construção simbólica de objetividades para sedimentar uma verdade, o que confere uma marcação de subjetividade aos elementos distintos.⁷

Retomo como exemplo a discussão da subseção anterior para ilustrar esse raciocínio. Já foi dito como há um entendimento da Natureza enquanto um sistema fechado objetivo que está “justo aí, nada mais”. Algo que foge da ideia de equilíbrio limitado e coerência sistêmica parcial da visão de Haraway sobre a Gaia latourniana e atinge estado de teleologia. A realidade é ausente de moral, ausente de subjetividade, e a única maneira de acessá-la de verdade, é através de métodos rígidos ou não onde o subjetivo não pisa.

Para explicar o mecanismo de supressão de subjetividade, Latour traz para a discussão o registro de paisagens através da mediação, ou a produção de naturezas-mortas. Os métodos de mediação e registro objetivos, pela cartografia, recolhimento de dados estatísticos sobre uma determinada paisagem ou, no exemplo de Latour, a pintura dessas naturezas-mortas, mesmo pretensamente detentores da tradução do real objetivo, exigem uma seleção prévia de quais elementos serão observados, deliberada ou involuntária.

No caso das naturezas-mortas, ela faz parte de uma tradição ocidental de pintura que ganhou força por volta do século XV e faz uso da perspectiva do observador para organizar um “espetáculo de objetos”. Há uma determinada posição (no tempo presente de exibição da tela e a uma distância específica) na qual deve haver um sujeito para observar um determinado objeto, da mesma maneira previamente posicionado para captura da imagem. Tanto para adquirir a posição de sujeito quanto de objeto, os elementos componentes desses dois termos passam por uma organização anterior realizada por um terceiro ator, o operador.

7. Essa marcação também constitui uma relação de binaridade Verdadeiro/Falso.

A captura de uma imagem de um espaço e tempo determinado de uma “paisagem” ou bioma e seu posicionamento enquanto representação realista, graças à técnica de pintura, exige que o operador prive daquele bioma todas as suas outras características interrelacionais, complexas e mutáveis. Ao indicar que a imagem “realista” e, portanto, objetiva é a única forma de acessar e interpretar a complexidade de, no caso, o bioma, todos os outros aspectos dele são por definição escondidos do sujeito-observador. E o caráter objeto-objetivo esconde de volta a presença de quem construiu a cena, quem capturou a imagem de uma paisagem em um determinado momento e a reproduziu. Esconde efetivamente um terceiro-elemento que manipula e determina os papéis.

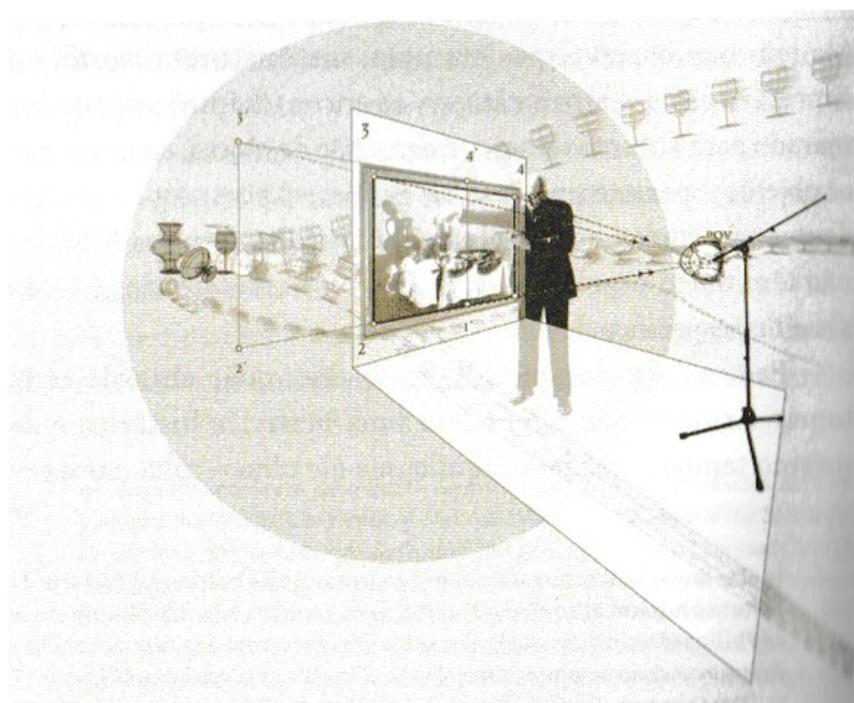


Fig.1: Desenho por Samuel Garcia Perez (Latour, 2020a, pag. 38).

E o mecanismo de construção de objetividades falsas e operadas como pretensas realidades/verdades, é componente fundamental dessas hegemonias de pensamento da contemporaneidade, dessas hegemonias da Cultura. Esse parece ser um entendimento compartilhado pelo sociólogo do conhecimento Mathias Gross. Ele escreveu um artigo intitulado “Objective Culture” em 2012, no qual aprofunda as teorias de um outro sociólogo, George Simmel. Gross entende o debate recente na literatura sobre ignorância- apresentado anteriormente- como “parte de um discurso que aparentemente contradiz as percepções prevalentes de

que o impacto de eventos imprevisíveis pode ser controlado atualmente através de cálculos de probabilidade” (Gross, 2012, p. 423). Como um efeito da modernidade:

os produtos da cultura são cada vez mais separados da atividade humana concreta e passam a confrontar os seres humanos como forças objetivas, geralmente anônimas. Os indivíduos geralmente sentem que estão cercados por elementos culturais que não compreendem completamente - embora os últimos sejam feitos pelo homem. Por exemplo, normas e leis inventadas pelos seres humanos se tornam fenômenos recorrentes (aparentemente) previsíveis e, portanto, fenômenos objetivos ou ‘forças’⁸. (Gross, 2012, p. 429)

O cientista da informação Garcia Gutiérrez vê como questão das sociedades contemporâneas a supressão daquilo que chamou de estesia. O progresso de hegemonias culturais que as embasam está ligado ao estabelecimento de um conhecimento “poderoso, vociferante e dogmático que também cresce em impassibilidade, fragmentação e anestesia” (Gutiérrez A. G., 2013, p. 94). Este último termo, anestesia, é chave para essa compreensão. Uma Cultura anestesiada desconhece elementos de incerteza e como conviver com as diferenças. Isso não significa que elas deixem de existir na prática, e anestesiado neste caso não significa ausência completa de ação. Negar a diferença e não agir diante de incertezas também produz ação, principalmente nos corpos da diferença, humanos ou não, sujeitos às consequências de sua exclusão da legitimidade de existir.

Como entendem os estudiosos do conhecimento comentados acima, conhecimento envolve a convivência inevitável com a ignorância. Construí-lo demanda enxergá-lo enquanto fragmentado, porque é em destacar suas incompletudes onde reside a sua possibilidade de mudança e não reprodução dogmatizada. Se não se enxerga os espaços entre as coerências do conhecimento sobre o mundo disponível na Cultura, se enxerga somente um bloco homogêneo e coerente, ausente de perturbações internas. De tal maneira neutralizado que os sujeitos, condicionalmente ignorantes, se veem impotentes quanto à sua importância interrelacional e porosa nesse suposto bloco.

O diálogo entre esses autores, portanto, permite uma reflexão minuciosa sobre esse estado contemporâneo da Cultura. Seu mecanismo de apropriação exige uma aparência de coerência e homogeneidade para lhe aferir um caráter de objetividade. Nesse movimento, a capacidade dos indivíduos de conviver com as diferenças, incoerências e a estranheza é suprimida pela imposição de uma

8. Tradução livre.

objetividade homogênea totalizante e totalitária. Em seu lugar, as normatividades da Cultura se tornam obrigatórias.

Em geral, esse é um processo metonímico, ou de reificação. As apropriações simbólicas sobre a realidade são entendidas como substitutas da coisa total à qual se referem, uma vez que pretensamente compreendem toda a sua significação. E a manutenção desse processo “sobre aquela euforia metonímica sigilosamente constrói sua poderosa ‘lógica mítica’, pensamento dogmático” (Gutiérrez A. G., 2013, pp. 97-8). Ela efetivamente adquire um estado transcendente, sagrado, pertencente a um plano diferente em relação ao mundo dos emaranhados de vidas mundanas interacionais e interrelacionadas.

Quando sua inquestionabilidade por aparência de objetividade se solidifica na Cultura, esses aspectos da vida significados em signos culturais deixam de ser alvo de ação intencional. Os agentes-sujeitos construtores de sua Cultura não enxergam mais a possibilidade de criação e prática com eles, mas como uma “força” originada de um plano superior. Essencialmente algo sagrado que exerce uma força unidirecional- objetiva- sobre o plano cotidiano dos sujeitos.

Nesse sentido, a (percepção da) Cultura resultante da modernidade possui em seus traços hegemônicos caráter fortemente religioso. Essas várias hegemonias, que não são homogêneas e muitas vezes conflitantes, como qualquer elemento da Cultura, compõem o regime⁹ do Capitalismo. O filósofo Giorgio Agamben também observa esse aspecto de religiosidade e religião do Capitalismo em relação à modernidade, e lhe afere três características principais:

1. É uma religião cultural, talvez a mais extrema e absoluta que jamais tenha existido. Tudo nela tem significado unicamente com referência ao cumprimento de um culto, e não com respeito a um dogma ou a uma ideia.
2. Esse culto é permanente; é a ‘celebração de um culto *sans trêv et sans merci*’. Nesse caso, não é possível distinguir entre dias de festa e dias de trabalho, mas há um único e ininterrupto dia de festa, em que o trabalho coincide com a celebração do culto.
3. O culto capitalista não está voltado para a redenção ou para a expiação de uma culpa, mas para a própria culpa. (Agamben, 2007, p. 70)

9. Assim como “sistema”, o termo “regime” também é bastante utilizado na escrita deste texto. Repetindo a estratégia de auxiliar seu entendimento nos contextos em que está inserido com alguma definição mais didática, destaco as definições 1 e 6, respectivamente, do dicionário Michaelis: “Forma de governar, administrar, reger ou dirigir” e “Modo de viver ou de proceder”. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/regime/> (acesso em 24/05/2023).

Trata-se de um regime de exploração dos sujeitos e subjetividades, e dos corpos nos quais habitam, de acordo com o interesse da Cultura hegemônica da vez. E não necessariamente por uma maneira forçada, mas pela captura do livre-arbítrio através da normalização do arbítrio, do controle do objetivo sobre o subjetivo. Seguindo o raciocínio de Agamben, particularmente os Museus reprodutores de hegemonias, por exemplos os Museus Nacionais¹⁰, têm um papel importante nisso.

Eles assumem o papel de Templos para a religião capitalista e identificação de unidade territorial-cultural secular. Por serem um dos locus das pontas do tecido social compositor da Cultura, e pela mediação com o desígnio de reforçar narrativas objetivas e “verdadeiras” que escondem seus próprios vieses e localização no tempo e espaço, eles servem de vitrine da separação entre a objetividade impossibilitada de uso e as subjetividades possibilitadoras de ação:

A impossibilidade de usar tem o seu lugar tópico no Museu. A museificação do mundo é atualmente um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens - a arte, a religião, a filosofia, a ideia de natureza, até mesmo a política - retiraram-se, uma a uma, docilmente, para o Museu. Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo e agora já não é. (...) De forma mais geral, tudo hoje pode tornar-se Museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência. (Agamben, 2007, p. 73)

É possível aprofundar o aspecto da separação do plano da prática das coisas de seus símbolos. Da construção retórica da Cultura enquanto não uma coconstituição de subjetividades e objetividades, mas como uma reprodutora de visões de mundo pretensamente definitivas e objetivas. Ao discutir as teorias sobre o papel da Magia na vida social para Simondon, a teórica do design Betti Marenko explica como ela representava uma “integração harmônica do humano no mundo anterior a qualquer separação entre sujeito e objeto”. Era a essência da interrelação entre humano e mundo, do sentimento de integralmente parte um do outro (Marenko, 2019, p. 221).

Essa figura reformulada da Magia é um importante fator de análise, uma ferramenta epistemológica para entender como se dão as interações escondidas entre sujeito e objeto, humano e mundo, humano e não humano. Se aproxima também

10. Esse exemplo levantado é muito bem aprofundado no livro *Culturas Híbridas* de Nestor García Canclini (2019).

do Animismo discutido não só por Marenko, mas por Isabelle Stengers, sobre a necessidade de retomá-lo enquanto importante fator da realidade da vida com essas interações (Stengers, 2017).

O Animismo se relaciona com Magia por conferir aos elementos não humanos sua própria “alma, força de vida e qualidades de personalidade” (Marenko, 2019, p. 220). Iguala então em termos de potencialidade de ação o não-humano com o super sujeito da modernidade, desmonta as barreiras entre subjetividade e objetividade e promove um agenciamento. Advogo junto das autoras pela reativação desse elemento de Magia e Animismo em outra seção, mas comentá-lo aqui fornece uma oportunidade de observar como ela é posicionada na modernidade. O pensamento racional cientificista moderno marginaliza-a, isolando-a no significado das artes fantásticas e ilusórias relacionadas à Idade Média ou anterior à civilização:

Enquanto que o positivismo, com sua visão racional dos fenômenos sociais, e o empiricismo, e a fé no progresso tecno-científico, enxergaram o animismo como uma epistemologia falha, um erro, ou no melhor dos casos um estágio imaturo do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. (Marenko, 2019, p. 220)

A autora ressalta como para Simondon a Magia estava mais perceptível em um tempo anterior ao da modernidade e contemporaneidade. Esse plano foi vagorosamente abandonado e esse senso de integração entre sujeito e mundo, e sua mútua possibilidade de interação, foram capturadas por dois fenômenos sociais em relação ao desenvolvimento do capitalismo. O primeiro é a religião, ou a religiosidade inerente da vida capitalista, que absolutiza o poder da Magia na sua produção de verdades negando ao sujeito o acesso ao plano do sagrado, apenas a adoração. O segundo, em coordenação com o primeiro, é a tecnologia, a qual objetiva e objetifica o potencial abstrato e heterogêneo da Magia, tornando-se ele próprio sagrado.¹¹

Na contemporaneidade então, observa-se como a possibilidade de ação e uso, a “habilidade de resposta responsável” provocadora de mudanças deliberadas, embasadas numa consciência de uma sociabilidade compartilhada, gradualmente foi suprimida da vida. Suprimida no sentido de nomeada enquanto impossível. Nessa seção, algumas oposições foram utilizadas para chegar à ideia conclusiva do estado da Cultura contemporânea. Do complexo Natureza/Cultura, subjetividade

11. Segundo Marenko, somos lembrados da existência da Magia pela estética presente em ambos os fenômenos, ou ela se manifesta na religião e tecnologia através da estética (Marenko, 2019, p. 222).

e objetividade, normal e diferente, conhecimento e ignorância, Ciência e Magia, essas oposições apontam para uma mesma percepção de que a Cultura resultado da modernidade opera por uma constante nomeação do que não pode ser alterado, do que está “justo aí, nada mais”.

Ela cria um regime tecno-religioso do Capitalismo. A base de sua operação é a criação de certezas, de objetividades, e modelos unidirecionais de comunicação, escondendo o caráter relacional do conhecimento e as potencialidades da convivência e interação com o diferente em sua construção. E a essas objetividades-verdades são negadas a possibilidade epistemológica de contestação: por um lado construindo-as por um processo dogmatizante, por outro despistando a localização dos indícios do seu caráter fragmentário.

Também na lógica da imutabilidade das coisas se coloca a aparente imobilidade das disputas no campo social. Não somente elas, mas as capacidades das interrelações e a construção de laços efetivamente comunitários. O regime do Capitalismo deve ser minucioso nas suas objetividades, pois deve envolver a percepção do indivíduo enquanto apenas isso, um indivíduo mais relacionado aos seus pares pelo sistema geral de pensamento do que pela noção de compartilhamento presente nas micro relações. Não se constrói sociedades, unifica-se indivíduos. Na medida do possível em que a Cultura enquanto Gaia responde.

É claro que há momentos nos quais as disputas e contradições inerentes da vida social se colocam como um obstáculo ao controle neutralizante desse regime. Mas mesmo esses pontos de erupção são objeto de controle. A posição de objetividade de certos aspectos do mundo (perguntar quem nomeia e quais são é um movimento importante de contestação) coloca muitas vezes as suas próprias contestações como “parte do jogo”, ainda que a efetiva possibilidade de mudança seja impensável.

Importante reforçar como esse estado da Cultura não é um processo homogêneo, ainda que hegemônico. A dificuldade de estabilizar sua descrição é prova disso. Também, como dito acima, não se coloca totalmente ausente de contestação. As contestações a essas hegemonias do pensamento existem como uma forte resistência a esses processos e são foco dessa pesquisa. Dizer que a captura da Magia é uma totalidade seria compor com a retórica da modernidade e do Capitalismo.

Muito pelo contrário, ela se faz absolutamente presente inclusive dentro do próprio processo histórico desencadeador, ela apenas é negada pelo robusto regime simbólico. Para tomar a consciência de que uma saída desse cenário é possível, a análise do processo histórico torna-se bastante pertinente. Ela permite

observar como mundos originaram outros mundos, pensamentos pensaram outros pensamentos¹², como essa hegemonia cultural não acontece separada de processos que efetivamente utilizaram a capacidade de ação, agir, usar.

1.3. A Magia está onde?

Como comentado, a designer Betti Marenko faz uso das análises de Simondon para refletir sobre a presença da Magia no mundo moderno. Elemento comumente associado às práticas hereges, pagãs, naturalísticas e animistas em seu sentido mais estigmatizado. A designer indica onde a Magia se manifesta na sociedade secularizada pela modernidade (Marenko, 2019, p. 221). Por um lado, a religiosidade do Capitalismo confere caráter sagrado ao simbólico e retira do sujeito seu acesso à sua criação, absolutiza a sua própria Magia.

Por outro lado, concomitantemente a tecnologia objetifica-a, neutralizando-a no objeto técnico, desprendendo-o do plano terreno e conferindo-lhe status de sagrado (Marenko, 2019, p. 222). Portanto, o desenvolvimento dos aspectos religiosos e tecnológicos da Cultura da modernidade é um emaranhado de fios pertinente para seguir na tentativa de localizar os processos históricos que o originou.

Os autores e as análises serão divididos em duas etapas, ambas fazendo um recorte para torná-las cabíveis nesta pesquisa, mais ou menos entre os séculos XV ao início do século XXI. A primeira focará nas obras de Nicolau Sevcenko e Peter Burke, em suas respectivas “No loop da montanha russa” e “Uma História Social do Conhecimento I e II”. Tratará de como o desenvolvimento da técnica e tecnologia, sobretudo para atender aos preceitos da racionalidade moderna, normalizaram a objetificação e objetivação de uma visão de mundo particular enquanto modo de vida no Capitalismo. Nele, o futuro e as mudanças no mundo se tornam medíveis, projetáveis, previsíveis, indeliberáveis. Não há, portanto, incertezas.

A segunda etapa complementa com o aspecto religioso do Capitalismo que promove um modo de vida baseado em certezas e verdades objetivas. Retorno a outro trecho de “Diante de Gaia” de Bruno Latour. Nessa passagem o autor indica como a modernidade propõe à sua sociedade o pós-apocalipse, uma percepção de processo histórico em linha reta inevitavelmente rumo a um mundo melhor. Esse é

12. Aqui também livre traduzo e diálogo com as expressões em língua inglesa de Haraway, “*which worlds world worlds, which thoughts think thoughts*” (Haraway, 2016). Acredito que o movimento de tradução expressando o caráter relacional dos processos culturais é também um movimento de utilização, utilizar a ação, dessas expressões.

uma questão existencial muito forte da vida no Capitalismo, pois se relaciona com a capacidade de projetar um futuro deliberado. Por isso, esses dois processos históricos fortemente interrelacionados serão foco da análise que se segue.

Tecnologia e Religiosidade

A obra de Peter Burke em dois volumes procura analisar de maneira não definitiva uma história social para o conhecimento. O recorte do autor está sobre o que se pode chamar de conhecimento técnico-científico enquanto o conhecimento hegemônico na sociedade racionalista e secular resultante da modernidade. Ele sabe que esse recorte exclui parcialmente conhecimentos populares ou tradicionalmente colocados fora do chavão da Ciência, mas é assim que constrói seu foco nas suas dinâmicas dominantes.

O segundo autor a ser tratado aqui, Nicolau Sevcenko, em um texto mais enxuto em relação ao de Burke, oferece reflexões profundas sobre a passagem mais recente do desenvolvimento tecno-científico. Se debruça sobre a virada do século XX ao XXI para trabalhar proposições aos desafios colocados por esse período. Apesar de abordar um período significativamente menor que o do primeiro historiador, esse foco maior em um momento recente complementa muito bem a longa história analisada por Burke e a argumentação desta seção.

É necessário um comentário inicial sobre o ponto de partida de Burke, antes de abordar o nosso. O primeiro evento analisado na obra do historiador é a invenção da prensa de Guttemberg.¹³ Ele é de suma importância para sedimentar a hegemonia da escrita (e indiretamente a mediação) como linguagem de transmissão de conhecimento legitimado (Anderson, 2008). Apesar de esse ser um marco na relação da sociedade moderna com o conhecimento de maneira geral, é um evento posterior que creio ser um bom ponto de saída para a análise dessa seção.

O historiador indica como com as Navegações e as primeiras etapas da Colonização europeia a matemática, enquanto campo geral de saber, foi supervalorizada. Os empreendimentos e a gestão da colônia por companhias de navegação privadas, despreocupadas com qualquer necessidade, não cabíveis nos números, de humanos e não humanos habitantes previamente dos territórios “descobertos”, buscavam a eficiência dos investimentos e do retorno. Contabilização de recursos (humanos e não humanos), locomoção organizada, classificação, levantamento estatístico, esses elementos eram expressos na linguagem matemática. Mesmo

13. Com ela, a difusão e sobretudo cópia de conhecimentos escritos em larga escala em relação a qualquer época anterior torna-se o horizonte de eventos para as questões colocadas por (Bâ, 2010).

a estrutura física de um empreendimento colonial, sobretudo em se tratando dos navios, exigiam largo conhecimento em engenharia e arquitetura.

Conforme as graduais unificações de Estados em unidades nacionais foi demandando um maior controle da complexa, diversa e desigual população interna às fronteiras demarcadas, maior esse controle estatístico dos corpos e vidas se tornou interessante aos governantes. Ao falar sobre o termo “estatística”, Burke indica que ele

designava originalmente a descrição de uma região, particular de um Estado(...). Nessas descrições, os números passaram a adquirir maior importância, a tal ponto que os governos chegaram a recrutar matemáticos, enquanto o termo ‘estatística’ adquiria seu significado corrente. (Burke, 2014, p. 88)

Em outras palavras, a matemática atrelada à gestão estatística ganha um importante espaço nesse momento como linguagem de expressão das dinâmicas sociais, pelo menos nessas estruturas hegemônicas. Fomenta-se a ideia de que, com ela, com os números, chega-se à explicação objetiva da realidade. Mostra a realidade nua e crua “dos dados”, adquirindo caráter de verdade.

Através da técnica, o indivíduo torna-se soberano do mundo. Esse estágio embrionário avança não somente dentro das funções do Estado, mas torna-se uma tendência geral na Ciência¹⁴, na Academia e nas instituições de ensino e pesquisa em geral. Um forte incentivo no desenvolvimento das disciplinas, principalmente as aplicadas, ligadas à matemática (engenharia, física, química) ao longo dos séculos de colonização certamente foi protagonista para reforçar essa tendência:

No século XVIII, o conhecimento útil se tornara respeitável. Sob novos estatutos de 1699, a Academia Francesa de Ciências passou a dar mais ênfase à engenharia e a outras formas de ciência aplicada (...) [a partir de 1500], a árvore do conhecimento fora desbastada. A matemática fora promovida ao primeiro lugar (...), as artes mecânicas eram levadas mais à sério (...), mostrando a crescente aproximação entre conhecimento acadêmico e o não acadêmico. (Burke, 2003, pp. 104-8)

A principal disciplina, segundo Burke, responsável pela gestão de uma sociedade de massas conectada pela produção em série industrial, definida largamente pela

14. Por mais de uma vez utilizei neste texto o termo Ciência com inicial maiúscula. Nessa nota procuro demonstrar minha constatação de que é um uso provocativamente indicador de um aspecto mais senso comum do termo, o que será problematizado em outra passagem. Parece-me um bom momento e local para responder a uma possível inquietação do leitor.

posse (ou não) da propriedade privada, seria a economia (Burke, 2003, pp. 96-7). Ela quem traduziria a enorme complexidade dos processos sociais envolvidos na produção capitalista em modelos mais simples.

É nela que se desenvolve os mais refinados métodos de gestão estatística da vida, dos corpos, coisas e pessoas, descontextualizando-as para torná-las todas neutralizadas nas suas representações numéricas. De maneira geral, a própria gestão de uma empresa representa isso mais localmente. As posições hierárquicas e a manutenção de empregos, volume de salários passam por uma análise “objetiva” dos números do orçamento. E esse cálculo desprovido de moral dará a realidade das coisas, as demissões necessárias, o pagamento etc.:

A racionalidade atuarial (...) lava a alma daqueles que decidem sobre a economia, de todos aqueles que, tendo em mãos a lista do próximo furgão de demitidos, podem dizer (...): ‘Vocês querem o que? É muito triste, mas números são números, e não se vai contra a realidade dos números. (Gros F. , 2018, p. 10)

E na crescente da neutralização da subjetividade na objetividade numérica, as ciências sociais passam a seguir duas tendências, ambas quase uma emulação dos mesmos fenômenos nas ciências naturais. A primeira é a tentativa de explicar fenômenos sociais a partir de leis descritivas gerais, formuladas inicialmente em termos de probabilidade, com conotações de normalidade e desvio da norma. “Outra proposta mais modesta (...) foi elaborar ‘modelos’ (...) que geram explicações de situações mais confusas e complexas encontradas no mundo real” (Burke, 2014, pp. 108-9).¹⁵

O horizonte da Ciência em buscar, dentro de cada disciplina, alguma lei geral definitiva ou modelo de previsão quase perfeito promove uma forte desconexão entre as “províncias do saber”. O aspecto interacional do conhecimento é camuflado pelas constantemente desatualizadas leis gerais de explicação de algum fenômeno da realidade, as quais ainda se propõe como leis (Tálamo & Smit, 2007, pp. 34-5).

O potencial multidisciplinar de interação entre essas áreas é engessado por essas ultraespecializações, muitas vezes comprometendo a unidade dentro da própria disciplina. O diálogo entre saberes considerados legítimos pelo método racional, sempre instáveis em sua legitimidade, também se torna cada vez mais dificultado, sobretudo na cisão cada vez mais rígida entre Ciência/ saberes populares (Cunha, 2007).

15. O Equilíbrio de Nash, formulado pelo matemático Edward e um dos principais mecanismos da ciência política moderna, trabalha essa chave de neutralização das incertezas, aplicada à tomada de decisão do indivíduo em interação com outros indivíduos independentes.

Depois da massificação da sociedade quando a produção industrial se torna a atividade hegemônica, seus processos massificados começam a evoluir para automatizados. Conforme as capacidades de previsões objetivas é refinada pela técnica, essas previsões tornam-se passíveis de programação. A incerteza e todas as suas angústias são eliminadas pela crença de que as tecnologias são capazes de captá-las totalmente e nos resguardar.

Ou melhor, de que o progresso técnico-científico na sociedade industrial é tamanho, que é capaz de apresentar soluções objetivas para qualquer questão. E essa percepção se sustenta na capacidade de controle social resultado do desenvolvimento técnico e das demandas do Capital. A passagem do século XX para o XXI era também o passo de um mundo massificado e automatizado para um em estágios iniciais de algoritmização. Uma sequência de processos, como sugere a metáfora que o historiador Nicolau Sevcenko utiliza para imaginar essa passagem.¹⁶

Incapazes de refletir rapidamente sobre cada novidade e seus impactos, de corresponder à aceleração da vida em sociedade, de relacionar conhecimentos e traçar suas raízes para além do campo das ideias e voltar, os sujeitos perdem sua capacidade de ação, agir e usar o mundo. As dinâmicas cotidianas como um todo passam a seguir uma lógica automatizada de uma “engenharia de fluxos”, que controla desde infraestrutura até o tempo de trabalho, alimentação, lazer, alterando configurações de percepção temporais e espaciais (sobretudo na abrangência e instantaneidade da Era Digital) e afetando a construção de laços mais profundos (Sevcenko, 2012, pp. 62-3), incluso aí a capacidade de articulação política.

Isso certamente não ocorre em um vácuo, e reforço aqui a intenção nesse processo de favorecimento dos interesses do Capital e todas as disputas de elites diferentes que o compõe e se beneficiam dele. Na entrada do século XXI o Capital consegue funcionar ininterruptamente em uma relação territorial acima do nível das unidades políticas responsáveis pelo atendimento das demandas de suas respectivas populações (Sevcenko, 2012, pp. 31-2).

Isso inverte então a relação antiga entre Estado e Capital. O primeiro passa a se submeter às demandas do segundo, pois é incapaz de se sustentar nesse novo cenário econômico. O Estado então cede sua reponsabilidade de gerar bem-estar

16. Saindo de um período de subidas e descidas bastante extremas, o século das guerras totais, a entrada no século XXI lembrava um sequente *loop* de montanha russa. Uma etapa altamente vertiginosa em que a orientação visual é invertida (e, portanto, enganosa) e os corpos são sujeitos à força externa tornando-se mero objeto.

social às dinâmicas dos interesses privados. Ele se torna de maneira geral um acomodador dessas disputas, pouco capaz de efetiva mudança nas estruturas sociais por estar muito mais sujeito a interesses extranacionais.

A ideia de cidadania também se adequa a esse novo cenário. Com o enfraquecimento das capacidades do Estado e a já comentada dificuldade de criar relações interpessoais profundas, as utopias do Capitalismo se voltam para a defesa de uma superindividualidade, construída a partir do Eu para o Eu. Tamanha é a força de projeção da normalidade da sociedade capitalista que qualquer necessidade de articulação social se torna desnecessária.

Esse regime de pensamento se baseia na noção de estar distante o suficiente da condição de construção histórico-social-Cultural para funcionar como força maior capaz de atender as demandas sociais. “Fazendo minha parte, prosperarei. Eu prosperando, a sociedade prospera”. Essencialmente a lógica do liberalismo econômico clássico sobre a ideia de desenvolvimento:

o mundo técnico-burocrático fabrica indivíduos moralmente anestesiados. (...) Cada um se concentra no pedacinho da atividade, e a monstruosidade do conjunto não é visível por ninguém. (...) O tratamento de massa aniquila a imaginação do semelhante e destrói a sensibilidade com o próximo. (Gros F. , 2018, p. 117)

Ainda que existam movimentos de resistência, eles se fazem frente à uma hegemonia na qual a construção de uma sociedade deliberativa e reflexiva é secundária diante da possibilidade do empreendedorismo individual. A individualidade moderna baseia-se na fé de o sistema de pensamento ser a força que amalgamará os esforços egoístas em recompensas sociais.

A fé se apresenta novamente, reforçando o aspecto sagrado desse regime de pensamento. Um sagrado não sobre um conjunto específico e bem descrito de normas, valores, costumes etc., mas um sagrado sobre uma determinada maneira de pensar. Pensar individualmente, obedientemente, acriticamente, anestesiado. Fé no sistema que está “justo aí, e nada mais”, superior, perene, onipotente.

O antropólogo Bruno Latour faz uma citação poderosa sobre a força da religiosidade moderna em epistemicidar (Carneiro, 2005) as respostas ao Antropoceno e à crise climática: “Se a modernidade não fosse profundamente religiosa, o chamado para se adaptar à terra seria ouvido com facilidade” (Latour, 2020a, p. 325). Não fosse

a potência do sagrado desse conjunto de visões de mundo, suas reproduzidas violências sistêmicas já seriam alvos de turbulências estruturais.

Em Diante de Gaia, o autor afere essa situação à uma noção existencial da sociedade moderna. Para ele, vivemos com a certeza de que não haverá um momento pior da humanidade para além do pré-civilização. Ou seja, caminhamos em linha reta rumo a um progresso infinito, graças aos avanços da tecnologia e ao potencial do indivíduo de empreender no mundo. O futuro é sinônimo de desenvolvimento.

Como o autor localiza historicamente essa guinada na religiosidade moderna é bastante pertinente, pois está relacionado ao nascimento da unidade nacional do Estado. Após um período extenso e arrasador de guerras religiosas por conta da Reforma¹⁷, posterior à Guerra dos Trinta Anos, a chamada Paz de Westphalia demarcou a relativa pacificação das disputas nobiliárquicas em territórios difusamente demarcados para a estabilidade dos regimes absolutistas e a unidade fronteiriça dos Estados-nação. Religião e política deveriam superar as embrionárias noções de pluralismo humanista da Renascença, abandonar a convivência com incertezas e diferenças e tornarem-se totais:

pouco importa do que terão certeza- da ordem política, da interpretação da Bíblia, da matemática, do direito, da narrativa experimental ou da obediência ao papa ou ao Rei Sol-, o que importa é ter certeza. (Latour, 2020a, p. 294)

O autor reforça como tanto nessa época quanto na nossa, “tudo gira em torno da animação ou da desanimação da matéria”. A capacidade de obter ordem diante do caos é na retirada da “capacidade autônoma de ação” (Latour, 2020a, p. 296), uma noção bastante relacionada ao desenvolvimento científico do século XVII e a ideia de “inércia”. A estabilidade social é vista então como possível apenas pelo controle da **possibilidade** de atuação sobre o real pelas massas. A confiança deve ser transmitida ao regime de pensamento, a fé na racionalidade moderna.

Isso cria uma falsa separação entre o plano da civilização, templo da racionalidade a qual distingue Natureza/Cultura, e o plano de Gaia (ou a Cultura enquanto definida nessa pesquisa), das incertezas, da convivência com a diferença e a inerente tensão da vida social, e, para a discussão de Latour, do habitar uma Natureza viva. A civilização apresentará as respostas às demandas mais radicais do mundo e da

17. Essa também facilitada pela difusão dos textos bíblicos em vernáculo pela prensa de Gutenberg.

humanidade. Então não há receio nenhum de eventuais impactos negativos dessa forma de existir.

Nesse ponto Latour trabalha a ideia de desinibição. Tamanha é a certeza na objetividade da civilização que não há a menor intenção de autocrítica, de revisão, de contestação. Profanar esse sagrado é ruim. Em uma análise supostamente isenta de julgamento moral, a possibilidade de crítica é negativamente marcada. E quem o ousa fazê-lo, as resistências insistentes, não encontrarão vontade de escutar. Ou não escutarão os alertas explícitos ou, diante da necessidade de questionar o pensamento hegemônico, obterão respostas tímidas escondidas atrás de um “ceticismo” acovardado:

Não é que não houvesse alerta (...); não, as sirenes apitam com toda força, mas, apesar disso, decidimos, virilmente, que não nos deixaremos *inibir* pelos perigos. Se há inibição, ela está na velocidade da reação às catástrofes. (Latour, 2020a, p. 303)

E esse é então o traço característico herdado da modernidade. A perspectiva existencial de uma certeza de salvação. No raciocínio de Latour, uma noção de sociedade que efetivamente desconhece a possibilidade de extinção, de apocalipse, pois ele é a situação pré-civilização, qual seja a definição dessa última. A fé absoluta na inevitabilidade do progresso causa a inconsequência e a impossibilidade de posicionamento diante de um produto absurdo.

Pela certeza da não-vinda do apocalipse, nos é permitido conferir a essa hegemonia de pensamento a responsabilidade por nossas ações individuais e obedecê-la. Realizamos nosso papel social pelo conforto da resposta do sistema objetivo. Uma transferência de reponsabilidade em uma relação direta entre indivíduo e sistema simbólico cultural que pula a etapa de incerta e cansativa articulação entre pares (Gros F. , 2018, pp. 51-2). A obediência é um atrativo e argumento de uma opção coletiva, e por isso me debruçarei sobre ela na próxima passagem, buscando entender como essa construção histórico-sociocultural forma as relações simbólicas de um indivíduo com o mundo, e como ele as sacraliza.

Obediência

O filósofo Frédéric Grós, preocupado com a superobediência moderna frente aos seus mais absurdos produtos, se dedica a refletir sobre justamente os possíveis mecanismos de obediência. Ele revisita obras importantes da filosofia ocidental e da política moderna para entender razões pelas quais indivíduos obedecem a ordens sociais. Na modernidade, esse movimento pode ser visto como a combinação de dois tipos descritos por Grós, o consentimento e a subordinação. O primeiro indica a ilusão de uma escolha por obedecer, camuflando o segundo estruturado pela proeminência da ordem dada.

Sobre o consentimento, o autor também confere à certeza “pós-apocalíptica” da sociedade moderna descrita por Latour um papel central. Segundo Grós, as principais obras que inauguram a cultura política moderna a partir da formulação dos Estados-Nação (especificamente dos autores Hobbes, Rousseau e Locke) apresentam uma argumentação semelhante ao discutido por seu contemporâneo: anterior à civilização institucionalmente regulada através do contrato-social, a vida humana se encontrava no domínio nomeado pela modernidade como Natureza. Nesse domínio, o indivíduo faria uso constante de seus instintos para sobreviver em um caos de disputa desregrada e desigual por recursos.

Ao se separar da Natureza (criando a cisão Natureza/Cultura), a sobrevivência deixa de ser uma disputa, na teoria, e passa a ser um esforço coletivo. Como pilar da política na modernidade se encontra, novamente, a certeza da vida em (ou melhor, nessa) sociedade como o estágio da humanidade unidirecionado ao desenvolvimento. Portanto, uma linha reta para longe da barbárie. Esse, entende Grós, é o argumento individualmente reafirmado por indivíduos para justificar seu esforço na obediência ao contrato social, por mais difuso, aparentemente impróprio, desigual, ou mesmo absurdo, que ele soe (Gros F., 2018, pp. 137-8). Aqui se dá o suposto exercício da escolha racional pela civilização.

E aqui se camufla a obediência pelo consentimento na modernidade. Fixar o apocalipse no passado, visualizar um único caminho à frente, baseado na certeza do horror anterior e do progresso futuro, forma uma simulação de *escolha*. Essa civilização não é imposta, mas escolhida coletivamente por conta da necessidade de viver fora do domínio da Natureza através do contrato social.

Existe o argumento da geração de hegemonias de pensamento e obediência não ser de exclusividade da modernidade. De fato, em diversos momentos da

história da vida humana na Terra houve dominações diferentes em posição central na concepção de mundo de seu tempo. Inclusive é inegável que a modernidade tenha herdado características de regimes culturais anteriores. Mas dificilmente se encontrará um momento anterior no qual a dominação consentida é um fim em si mesmo. Uma geração de obediência cuja finalidade é a manutenção infinita da ordem, que escolhe os termos do contrato social antes do consentimento.¹⁸

Em uma sociedade de massas, inverte-se a relação de construção do Eu pelo Outro, pelo menos no campo das percepções. Uma relação na qual o reconhecimento pelo segundo é o responsável por conferir existência ao primeiro, ou seja, o Eu só existe enquanto a representação feita pelo Outro no momento da interação (Agamben, 2007, pp. 51-2). Isso é abandonado e substituído pela falsa possibilidade de construção dos Outros a partir dos Eus, de representar a alteridade a partir da individualidade. A relação com o social, construída pela interação entre existências diferentes, na modernidade não passa de uma mera projeção de vontades individuais desagregadas ou fracamente construídas com seus pares, nos tornando assim igualmente egoístas:

É pelo desejo de sermos nós mesmos que nos fazemos mais parecidos com os outros. Os que decidem sobre a economia, os papas da comunicação fazem cintilar, no fundo do lago do conformismo, o fantasma de um si liso, luminoso. E cada um, novo Narciso, mergulha aí para morrer. (Gros F. , 2018, p. 107)

Essa extrema individualização provocada nas relações interpessoais coloca o sujeito da modernidade em uma posição tal qual as pessoas voluntárias para participar do experimento do psicólogo Stanley Milgram, abordado por Grós. Ele ocorria através da coordenação entre uma experiência de fachada e uma de verdade. A falsa consistia em angariar voluntários para testar a capacidade de um indivíduo em memorizar informações com o estímulo da dor. Realizava-se um sorteio para escolher um voluntário para ser aquele quem deveria dar as respostas conforme recebia os estímulos (choques elétricos que aumentavam de voltagem conforme ele errava as respostas). O(s) outro(s) sorteados ficariam em uma sala separada recebendo ordens de um ordenador pela realização dos choques e insistência caso se recusassem.

18. Para Gros, isso é evidenciado nas literaturas sobre sistemas culturais totalitários de Orwell e Huxley. “(...) um conformismo que seria resultado da *produção* das uniformidades” e não da supressão direta de individualidades (Gros F. , 2018, p. 106).

A verdadeira pesquisa, no entanto, se dava da seguinte maneira: o sorteio pelos papéis era forjado para que um ator contratado por Milgram sempre exercesse o papel de “torturado” e receptor de choques inexistentes, realizando sua atuação de dor conforme a orientação prévia do psicólogo. Ou seja, os reais voluntários sempre seriam os carrascos. Nesse experimento, busca-se estudar as justificativas para a obediência a ordens absurdas, no caso uma pessoa torturar um outro indivíduo a pedido de uma determinada autoridade, sendo ela a científica. O que Gros observa sobre os resultados da experiência original é o quanto a autoridade ordenadora era muito mais respeitada quando o voluntário se encontrava sozinho com ela durante o ensaio (Gros F. , 2018, p. 127).

Sem ninguém para compartilhar o incômodo com a ordem, o indivíduo é mais ainda incentivado a aceitá-la. De tal maneira que o protagonista da ação deixa de ser o ordenador, sendo este o papel da ordem em si. Sua pertinência para o indivíduo torna-se tamanha que gera obediência por subordinação (Gros F. , 2018, p. 67). As consequências, entendo, são a manutenção dos mais variados sistemas biopolíticos.

Essa ideia será apresentada na seção seguinte retomando a argumentação de Grós, mas adianto o foco estar depositado em sistemas cujo funcionamento é uma ramificação própria desse mecanismo geral da Cultura moderna, de imposição de objetividades certas e geração de superobediência. Os sistemas discutidos são da ordem dos maiores absurdos, colocando em muitos casos verdadeiras necessidades de posicionamento diante da vida ou morte de pessoas. Necessidades neutralizadas, mas não respondidas, pelas utopias da modernidade.

SEÇÃO 2 ▪ Colonialismo, Biopolítica e Antropoceno: sagrados apocalípticos

Na primeira seção, defendi uma concepção de Cultura como uma dinâmica. Entendo que sua formação se dá na interação co-constitutiva e constante entre intersubjetividades e objetividades. Assim ocorre um processo definido na literatura anglófona como “*world making*”. O termo em inglês “*world making*”, pode ser livremente traduzido para fabricação de mundo. Ele se assemelha com o campo da ontologia, mas dá uma ênfase maior na ação, em práticas cotidianas formadoras de um mundo próprio (Tsing, 2015, p. 292).

Resumidamente, fabricar mundo é a maneira com a qual a experiência do indivíduo em interação difusa com elementos não humanos, com outros humanos, com grupos etc. lhe fornece carga simbólica para dar significado a essa realidade. A interação entre esses “mundos” individuais, por sua vez, dá forma ao que chamo de Cultura enquanto a dimensão coletiva desse processo. Seu combustível é a Magia, representante da interação harmônica entre elementos do mundo e sua mútua capacidade de influência uns nos outros.

Construir Cultura, fabricar mundo, é, reforço, um fenômeno compartilhado, intersubjetivo e interativo com coisas não humanas. A fabricação do mundo da modernidade, por sua vez, exige uma captura da Magia, de tal maneira que se perca a possibilidade de agência sobre esse processo. Em lugar de uma interação entre subjetividades distintas e objetividades em fluxo, o pensamento moderno se baseia em tentativas de conceber realidades e fabricar mundos definitivos, eficientes, isentos de subjetividade. Isso se dá por uma articulação entre a religiosidade do pensamento moderno e o seu desenvolvimento tecnológico. Através desse último, a objetividade é dada, reificada e tornada sagrada. A modernidade então promove essa auto sacralização por pretender explicar o real definitivamente e, a partir disso, apresentar-se como o melhor modelo de sociedade rumo ao progresso da humanidade.

Essa fé na vida melhor pela modernidade e nosso aparente consentimento pleno para viver nela nos leva a abandonar a habilidade de resposta responsável sobre nossas ações. Ficamos desconectados da experiência do mundo pela qual se

constrói Cultura e perdemos a consciência sobre a dimensão intersubjetiva. Assim também negligenciamos as consequências desse modelo de sociedade. Nós obedecemos a ele (Gros F. , 2018) pois através dele nos é garantido o livramento do apocalipse (Latour, 2020b) da vida fora da civilização.

Essa construção da Cultura não acontece em um vácuo de intenção, tampouco ela realmente nos *isenta* de consequências dessa forma de viver. O regime de pensamento do Capitalismo, racional-tecnicista, objetificador e auto reprodutor de sua hegemonia, através de uma articulação tão difusa quanto qualquer dinâmica cultural de interesses e subjetividades, nitidamente favorece uma minoria extremamente favorecida. Na pirâmide social, quanto mais alto, maior será o acúmulo de benefícios entre os habitantes desses respectivos níveis.

O ato de nomear objetividades e apresentar explicações definitivas sobre a realidade e como ela deve ser ocorre de maneira não tão diretamente coordenada, mas com certeza social e historicamente construída, muitas vezes imposta. Ele esconde uma manutenção do desigual acúmulo de opressões biopolíticas. Quanto mais se desce na pirâmide social, mais numerosos serão as consequências dos sistemas biopolíticos atuantes. Até o ponto de chegada ao mundo fora da hierarquia.¹

Mesmo propondo objetividade e suprimindo subjetividades e intersubjetividades, a modernidade não escapa à essas dinâmicas interativas. Pretender-se como o único mundo possível no discurso não impede a fabricação de outros mundos diferentes e sobretudo consequentes da proposição hegemônica. Nessa seção, busco observar quais são as consequências, em que dimensão elas ocorrem- o nome sugerido adianta, sistemática- e, a partir disso, refletir sobre o volume gigantesco de afetados, humanos ou não, dessa forma de fabricar o mundo. Busco demonstrar como a construção de uma forma sagrada de existir pela modernidade, na verdade, gera e mantém a existência de apocalipses, permeia-se de barbárie. Ela promove a cegueira, a surdez e mudez quando seus efeitos são colocados à mesa.

Quando afirmo “efeitos”, não os compreendo enquanto colaterais. Na verdade, a defesa da utopia da modernidade trabalha junto de sua imposição prática. E desenvolvo aqui o papel da biopolítica enquanto tecnologia em larga escala que realiza essa tarefa. Acredito que o destaque à três situações sistemáticas nas quais isso ocorre pode ser o suficiente não para um total entendimento do tema, mas para permitir sua discussão. Esses três sistemas resultantes da vida na

1. Nessa fronteira, é pertinente questionar se conseguimos conceber o impacto da vida humana em sociedades de massa sobre os elementos do mundo que não são colocados na “pirâmide social”.

modernidade não se encontram isolados uns dos outros, atuam simultaneamente entre si e entre outros não referidos nesse estudo.

Uma definição propositiva do termo “sistemas biopolíticos” se faz necessária, antes de entrar nos exemplos. Início com uma discussão do conceito de biopolítica criado por Foucault, para em seguida expandi-lo. Para isso, o foco não é na obra do pai do tópico, mas de autoras e autores que trabalharam o termo em um sentido semelhante ao deste texto, ou seja, suas sistematizações. São Sueli Carneiro e Achille Mbembe, respectivamente preocupados com a biopolítica do racismo epistêmico e com a biopolítica da morte.

Logo depois, os três exemplos de sistema biopolíticos serão aprofundados. O primeiro, o sistema de algoritmização da vida, serve como sequência da discussão da seção anterior da potência de Magia da tecnologia antrópica da sociedade industrial e digital, e como ela fabrica um mundo pela precariedade desconectado da experiência. O segundo aborda o sistema do colonialismo e do Plantationceno, fazendo uso de autoras e autores que analisam a capacidade de objetificação de sujeitos desse sistema. O terceiro é um retorno ao tema do Antropoceno e sua origem epistemológica na cisão Natureza/Cultura. Deixo-o por último por retomar o assunto inaugural dessa dissertação, e por se tratar de, na prática, a ausência de respostas efetivas de humanos diante da marcha em direção ao fim do seu mundo, o único conhecido que oferece condições de vida sociocultural.

A pertinência dessa argumentação é baseada em um questionamento profundo, “por que continuamos a viver dessa maneira tão sistematicamente desigualmente prejudicial?”. As tentativas de explicar as origens processuais dessa configuração da Cultura foram realizadas na seção anterior, para o qual a pergunta também é cabível. Aqui, novamente ela, mas com intenção questionadora diferente, propositiva na verdade. Acredito a gravidade dos sistemas biopolíticos descritos ser suficiente para escancarar a necessidade de realizar essa pergunta a nível existencial. Eles colocam em risco vidas, corpos, relações, um sem-número de outros seres excluídos da humanidade e o (nosso) próprio mundo, a troca de benefícios tão desigualmente distribuídos quanto os prejuízos. Diante da magnitude de seus efeitos, identifica-se a potência dos mecanismos culturais neutralizadores da habilidade de resposta responsável.

2.1. Biopolítica e sua sistematização

Como dito, em lugar de um aprofundamento direto na obra de Michel Foucault para discutir a ideia de biopolítica (e biopoder), a opção é por outros dois cientistas que realizaram suas análises semelhantes. Os dois autores, Sueli Carneiro e Achille Mbembe, analisam e desenvolvem sob lentes singelamente distintas a “primeira instância de experimentação biopolítica” (Mbembe, 2016, p. 130), a escravidão dos impérios coloniais.

A primeira autora parte desse evento para analisar a construção simbólica do racismo na Cultura ocidental e especificamente no Brasil, enquanto o segundo reflete sobre diferentes modelos de administração política que fazem uso de biopoder. Ambos os cientistas aplicam o conceito de biopolítica foucaultiano, desmembrando suas possibilidades de análise. De início, é possível observar a convergência dos autores no entendimento da biopolítica enquanto tecnologia de poder típica da modernidade.

Não apenas uma ferramenta da administração institucional, é por ela que se exerce a soberania nas sociedades de massa industriais. Essa soberania do sujeito e corpo político está na possibilidade de escolha sobre quem “deixar viver e deixar morrer” (Mbembe, 2016, pp. 125,128)². Mesmo moralmente colocando como alvo o bem-estar social, o verdadeiro mecanismo das disputas políticas modernas é em torno da realização ou não dessa escolha.

A biopolítica faz surgir três elementos da vida social marcantes e inéditos. O primeiro e mais evidente é o já mencionado exercício da escolha entre quem deve viver e quem pode morrer. O segundo é a tentativa de controle sobre os fenômenos coletivos aleatórios. O terceiro é o agrupamento de individualidades desagregadas umas das outras em coletivos massivos, populacionais, quantificáveis (Carneiro, 2005, p. 76). Os dois últimos elementos já foram discutidos na seção anterior³. Retorno ao elemento ainda não discutido, o exercício da escolha entre quem “deixar viver e deixar morrer”.

É a escolha por um sujeito entre permitir ou não as condições garantidoras da existência a um Outro, objeto do ato. Nessa possibilidade, o sujeito agente exerce

2. Importante pontuar aqui que o foco de Sueli Carneiro, através da sua análise da biopolítica, em um primeiro plano é sobre a possibilidade de existir epistemologicamente. Não pontuo essa diferença no corpo do texto porque não entendo haver prejuízo de entendimento para a análise e tampouco para a absoluta relevância da discussão colocada pela autora, pois ela explicitamente fala de corpos ao falar de epistemologia.

3. A fabricação de mundos objetivos permite incorporar à narrativa sagrada do progresso iminente da modernidade as mais diversas incoerências e inconsistências típicas da vida no Capitalismo. E essa superprojeção da objetividade enquanto algo dado, e não construído, parte da supressão das subjetividades e intersubjetividades no processo de ressignificação de experiências.

sua soberania. No caso da biopolítica enquanto tecnologia de poder característica das sociedades de massas e dependente de todas as construções simbólicas que a sustentam, certamente a ligação entre a escolha do agente e quem é objeto da escolha não é uma linha reta. Na verdade, uma multitude de processos se relaciona com ela para, no final desse emaranhado, ela efetivamente resultar na manutenção da vida ou na morte de corpos.

Por isso o exercício da biopolítica está relacionado às condições sistêmicas garantidoras da existência do Outro. De certa maneira, a ideia de um indivíduo diretamente diante e consciente de seu papel de agente nessa escolha, ausente de mediação, optar pela morte do Outro soa bastante repugnante. No mínimo, é um ato de violência bastante explícita. Mesmo no experimento de Stanley Milgram, a realização da tortura não era uma situação direta entre quem escolhe e quem é o objeto de escolha, graças à existência de uma ordem ativadora do ato e sua mediação pelo maquinário. Há um terceiro ator, o ordenador, e ele profere a ordem a qual já vimos ser a protagonista da ação.

E a ordem se torna protagonista por conta de uma complexa relação entre contexto e hierarquias sociais simbólicas entre os três participantes, ambos típicos da sociedade moderna. Da importância e imponência do progresso científico diante do incômodo individual, da necessidade do voluntário em receber a quantia, do “consentimento” do azarado no papel de torturado parecer-nos suficiente para o torturador se desresponsabilizar pelo ato. Tanto o é que na presença de um quarto ator, ou quinto ator junto do aspirante a torturador, ou na situação em que a o ordenador não está diretamente presente, a tendência é a não realização da ordem absurda (Gros F. , 2018, p. 127). Nesse caso, a legitimidade da ordem é colocada à prova pela situação compartilhada com pares. Ou reflexionada pela individualidade agora com espaço para existir e se expressar, dada a ausência do ordenador para conferir se a ordem estava mesmo sendo cumprida.

Nas sociedades de massas o que permite à biopolítica o seu exercício em escala igualmente massiva -da escolha entre corpos destinados à vida ou à morte- parece ser justamente a turva robustez das construções simbólicas legitimadoras dessa escolha. Essas construções, como visto anteriormente, camuflam a difusa conexão entre a escolha do sujeito ator e as consequências sobre o sujeito objeto dela. Elas trabalham em sua perpetuação por apresentarem-se enquanto objetivas, precisas, inevitáveis, diluírem de tal maneira a importância e responsabilidade individual e camuflarem a intersubjetividade desse processo do qual perde-se de vista as consequências práticas. Não se enxerga uma possibilidade a não ser a obediência dos sujeitos à realidade dos fatos.

Por isso, fica “mais fácil” de praticar atos que expressem essa escolha, ela é normalizada enquanto ferramenta de disputa por narrativas. Claro, existem posições em que a biopolítica é bastante explícita, por exemplo a guerra total, ou a execução sumária de opositores ou determinada etnia. Talvez pela proximidade com o século das Guerras Mundiais e dos totalitarismos esses sejam exemplos mais evidentes do exercício da biopolítica.

Mas a massividade da escala da modernidade dilui a responsabilidade individual tanto quanto dilui a importância de cada ato de cada pessoa para que a escolha de um indivíduo em determinada posição da hierarquia social sobre a vida de outro, geralmente abaixo dele, produza algum efeito. Na mitologia da modernidade, o empreendedorismo do indivíduo e do mercado, somado à iminência do progresso da civilização, seriam suficientes para garantir uma prosperidade geral. Alguém perder seu trabalho não é, por exemplo, exatamente um problema para a manutenção de sua vida. Muitas vezes é até a solução para problemas econômicos gerais nessa lógica.⁴ Os benefícios genericamente trazidos pela modernidade não estão em questão, mas a dependência deles em relação a esse regime está. A ideia de que a modernidade nos livrou de fato do apocalipse da incivilização é absolutamente falsa.

Os benefícios gerais (mesmo quando desconectados da desigualdade abissal entre os extremos das hierarquias sociais) não são realizados em um vácuo de consequências negativas, a despeito das tentativas de sua religiosidade em omiti-las das narrativas oficiais. Os benefícios da tecnologia industrial não ocorreram e ocorrem em uma linha do tempo cujo impérios coloniais dos países industriais não existiram, para citar um breve exemplo. Também os benefícios gerais não ocorrem isolados do aprofundamento da desigualdade das recompensas da modernidade de maneira estrutural. Por exemplo, a internet existe e a sociedade se globalizou com a digitalização, com apenas 1/3 dela conectada (Freenet, 2016).

O argumento então é o seguinte. Ainda que existam situações óbvias do exercício da biopolítica, a sustentação de uma Cultura de sociedade através desse instrumento de poder não é possível sem a sua realização em escala sistemática. Somente assim é possível acomodar as utopias impostas e as distopias resultantes. Essa

4. Demissões volumosas em uma fábrica não são tidas como relevantes para o viver/morrer dos demitidos, são as condições econômicas de sua classe, o valor dos alimentos e a necessidade de aquisição de recursos mínimos para a vida através do dinheiro adquirido pela venda da força de trabalho que lhe causam isso. Tampouco é a decisão da gerência de se adequar às exigências do mercado financeiro, se modernizar e substituir a mão de obra humana por máquinas automatizadas. A desconfiança do mercado sobre a empresa proprietária da fábrica, que gerou nesse exemplo bastante provável uma queda de investimentos, está ainda mais distante na cadeia de eventos do exercício da biopolítica.

escala de aplicação lhe confere caráter normalizador, culturalizante, justamente impondo-se pela suposta objetividade. O peso da escolha entre garantir a vida ou permitir a morte de uma pessoa, pessoas ou populações demanda a diluição de seu peso pela diluição da responsabilidade.

Para buscar um exemplo semelhante ao do Experimento de Milgram, pode-se trazer a figura de Eichmann para ilustrar essa questão. Sua logística do Holocausto compôs um movimento maior de uma política nacional alemã “inédita” de extermínio. O antissemitismo nazista do qual Eichmann era adepto já avançava por décadas e séculos no continente europeu (Arendt, 2012). A tecnologia de controle populacional eugênico e a violência totalitária haviam sido experimentados já nas colônias e compunham o leque de ferramentas da administração pública. A estrutura logística foi resultado da Revolução Industrial nos transportes na virada do século XIX. Todos esses elementos também ocorreram anteriores à decisão pessoal do carrasco em realizar as ordens dadas a ele.

No entanto, a necessidade de realização sistêmica da biopolítica não é justificativa para diluir *de fato* a responsabilidade individual. Argumentei que essa é uma retórica da modernidade permissora de sua manutenção, não uma constatação da força inevitavelmente maior do sistema sobre o livre arbítrio do sujeito. Ainda no caso de Eichmann, sua defesa não foi em negar sua responsabilidade por “não ter escolha”, mas por realizá-la em um ato distante o suficiente da realidade da morte na câmara de gás que, para ele, não havia sentido em sua responsabilização.

A acusação de sua cumplicidade com o Holocausto estava na realização, por ele, da operação logística. Sua defesa, paradoxalmente, estava na constatação de tê-la realizado. Ele reafirma sua responsabilidade sobre esse ato isolado, mas não enxerga a cadeia de eventos resultante, a partir dele, no genocídio nazista⁵. Só enxerga a ordem dada, a norma cumprida, isolada. A sua burrice então não está na incapacidade cognitiva de entender a gravidade de seus atos, mas em “pensar por clichês, por generalidades. Eichmann é incapaz de ter opiniões, ele só gosta de ideias prontas” (Gros F. , 2018, p. 122).

Nesse sentido, entendo o exercício da biopolítica como responsabilidade compartilhada por cada membro da engrenagem do sistema de poder no qual ela opera. Ela nunca é diluída, entendo ser a responsabilidade *de fato* de cada membro de engrenagem do sistema biopolítico a sua base de sustentação. É no silencioso

5. O carrasco nazista não vê sua responsabilidade em buscar utilizar a matemática das planilhas e a malha dos trens da maneira mais eficiente para alinhar o destino dos judeus ao ideário antissemita do partido, que optou por se aliar antes da tomada do poder na Alemanha.

consentimento e subordinação latente que, diante dos mais claros absurdos e alertas de crises profundas, o indivíduo se permite seguir com a vida.

Coloco aqui a ideia de aplicação sistêmica dessa tecnologia de poder como uma característica não para justificar a des-responsabilidade do sujeito, mas para alertar para duas coisas: a gravidade dela por sua escala, e a potência (interna e externa ao indivíduo) com as quais deve-se produzir contestações para eventualmente des-normalizar esse normal. Aprofundo então o conceito de “sistemas biopolíticos”, um termo quase redundante, mas importante para a análise da aplicação prática da biopolítica, para observar como ela se realiza.

A condição sistêmica do exercício da biopolítica se dá por um motivo: ela demanda o controle da forma com a qual fabricamos nosso mundo. Ela atua na intersubjetividade, desagregando os atos de escolha sobre quem pode viver ou morrer do emaranhado de dinâmicas sociais permissoras de sua efetivação. É nessa dimensão onde a biopolítica se posiciona, enquanto o mecanismo normal pelo qual os processos micro e individuais se sujeitam às construções de suas justificativas.

Anteriormente, foi colocado como há na verdade esse entrelaçamento de eventos difusamente interligados no tempo e espaço que geram situações de exercício da biopolítica na atualidade, mesmo a narrativa da modernidade indicando o contrário disso. Uma pessoa não morre de fome *porque* foi demitida/não recebe o suficiente. Essas condições sozinhas não lhe causam necessariamente a morte. Uma pessoa portadora de grande patrimônio não necessariamente vive uma vida boa e duradoura.

Mas essas suposições servem como autojustificativas, mesmo as chances de ambas as hipóteses se concretizarem repousando nas condições oferecidas por seu contexto à cada um. O demitido morre de fome porque não tem emprego, e o abastado vive bem por possuir grande patrimônio. Nessa lógica ignora-se se o acesso aos elementos de garantia de vida e de qualidade dela é intermediado pela necessidade de posse de patrimônio para *comprá-los*. Tampouco se o patrimônio do abastado é resultado de processos de mais-valia.

Por isso quem não o possui, muito provavelmente, morrerá ou terá uma vida significativamente mais precária em relação a quem o possui. Se as dinâmicas da sociedade apontam para um equalizador simbólico (o lucro) de competição pela vida, ignora-se todas as desigualdades econômicas históricas que lhe servem de base. Isso

não ocorre somente em relação a esses dois extremos, o muito e o pouco privilegiado, a hierarquia social é bastante diversa, com muitas intersecções, e a desigualdade cresce conforme se comparam polos opostos das relações hegemônicas.

A atuação sistêmica da biopolítica se dá em todo o processo de co-constituição de subjetividades e objetividades, das dimensões micro e macro da vida social, criando o “real” e suas idealizações. Ela não é um fenômeno isolado, uma teoria megalomaníaca, um monstro sem rosto e com muitas cabeças, inconcebíveis em sua totalidade. Não é uma exceção totalitária, um desvio, na jornada da civilização rumo ao progresso. Não, ela é o processo inteiro pelo qual ações no mundo e escolhas individuais no cotidiano e nas micro interações são baseadas em (e dão forma à) dimensão macro da modernidade e do Capitalismo.

A biopolítica é sistêmica porque a utilizamos para fabricar nosso mundo. Com ela, a eliminação massiva de sujeitos e subjetividades para neutralizar as inconsistências modernas torna-se uma possibilidade normal. Isso é independente da realização de algum progresso desigual, muito pelo contrário: esse entendimento do caráter sistêmico da biopolítica exige a inclusão das ruínas nas narrativas que fizeram promessas, pois o esforço de realizar essas é causador daquelas (um esforço, repito, cada vez maior conforme se caminha rumo às periferias do Capitalismo), e tudo isso fabrica o nosso mundo.

Aprofundada a ideia de realização sistêmica da biopolítica, ficará mais claro o entendimento dos exemplos. Sustentar um regime de pensamento baseado em utopias e narrativas coesas, homogêneas e estáveis, como afirmei, demanda uma enorme e complexa capacidade de controle das narrativas oficiais e das subterrâneas, aquelas em fuga da hegemonia do pensamento moderno. A característica principal dessas narrativas subterrâneas que demandam controle, pode-se dizer, é sua *complexidade interrelacional*, ou seja, o ajuntamento dos mais variados recortes sociais resistentes à neutralização do regime da objetividade-humano ou não (biológica e ideologicamente), gênero, raça, sexualidade, formação educacional, posse de riqueza, linhagem familiar, nacionalidade etc. Afirmo isso porque os exemplos de sistemas biopolíticos abordados na sequência, devido à escala com a qual operam, o fazem justamente pela tentativa de controle social através dessa interseccionalidade.⁶

6. Até aqui, utilizei suposições explicativas realizadas muito no campo da economia e das relações de trabalho. Reforço seu caráter exemplar, pois esse é apenas um dentre tantos recortes sociais possíveis.

2.2. Algoritmização da vida

Na seção anterior, analisei como a tecnologia na modernidade é um dos processos sociais onde repousam mecanismos de fabricação de mundo. É a fé em seu desenvolvimento que sustenta a narrativa do progresso e de salvação pela civilização. O sistema biopolítico de algoritmização da vida é o estado mais recente da relação entre humano e máquina. Para além das linhas de produção industriais, esse sistema ganha corpo conforme as tecnologias digitais permitem a programação de dinâmicas da vida com temporalidade e espacialidade “próprias”. Ela prioriza e desconecta a vida virtual em relação a todas as suas consequências materiais.

As tecnologias digitais tornam mais robusta e turva a dimensão da virtualidade. Esse lugar da interação humana existe quando há vínculos intersubjetivos de comunidade, compartilhamento mais ou menos convergente de visões de mundo, valores, ritos sociais etc. Ela, é claro, co-constitui a dimensão da materialidade, inexistente sem ela, mas armazena o arcabouço simbólico do grupo em questão. A virtualidade, nesse sentido, não se restringe à Era digital. Ela também foi objeto de expansão para o processo de formação dos Estados Nação e das narrativas, história e cultura nacionais nos séculos XV ao XX.

Os romances típicos que difundiram os vernáculos, a circulação de jornais que atestava os acontecimentos de várias localidades ao mesmo tempo, conectadas por uma Cultura mais ou menos semelhante, elementos assim foram essenciais para criação de vínculos sociais sustentáveis à alteração dos sujeitos no mundo material (Anderson, 2008). É o que permite existir “desde 1867 (...) uma representação coletiva conhecida como Canadá (...), apesar de ter sofrido uma mudança de 100% em seus membros”, por exemplo. Pensar a virtualidade como uma dimensão compartilhada “ajuda a explicar continuidades agregadas no comportamento de seus cidadãos- obedecer às leis canadenses, lutar em guerras do Canadá” (Wendt, 2014, p. 202).

A era digital, por sua vez, aumenta a robustez dessa dimensão porque permite um acesso muito mais dinâmico⁷ e acelerado ao conteúdo da dimensão virtual, o fluxo de informações e seu volume é imenso (comentarei adiante seu impacto na fabricação de mundo), e sua estrutura física é bastante reduzida em relação ao tamanho de seu conteúdo. Essa estrutura atende perfeitamente às necessidades de imposição

7. Acessar qualquer base de dados via *smartphone* tem uma temporalidade muito mais acelerada que a busca da mesma informação em bibliotecas.

da lógica do Capitalismo através do exercício sistemático da biopolítica. O mundo digital está o tempo todo no ar para ser acessado, de qualquer lugar. Bolsas de valores, empresas, linhas de produção e todos os fluxos sociais decorrentes, interagem programaticamente e ininterruptamente entre si nessa dimensão, e fora da temporalidade da política das instituições⁸. Tudo (aparentemente) está conectado a (aparentemente) tudo na globalização digital.

Mas nela nada está verdadeiramente conectado a tudo. Mesmo sendo na dimensão virtual/digital o lugar das dinâmicas hegemônicas de poder e da vida social, a possibilidade de existir na Era Digital é, como tudo no Capitalismo, absolutamente desigual. Apenas 1/3 do mundo está conectado à *internet*, e a centralidade da estrutura digital nos países centrais torna inclusive mais caro construí-las em regiões afastadas. Esse ponto por si só já é exemplo suficiente das dificuldades em se coordenar processos sociais para manter as utopias da modernidade nas periferias globais. Cerca de 70% dos acessos no mundo pertencem a uma única empresa. Nos Estados Unidos, 92% das páginas *online* pertencem a somente 10 empresas (Freenet, 2016).

Entendo então o sistema biopolítico de algoritmização da vida enquanto atuante não somente nas populações totalmente incluídas nas dinâmicas da Era Digital, mas igualmente para os excluídos em seus diferentes graus. A exclusão é um mecanismo biopolítico. Pensar que apenas 1/3 do planeta possui entrada na globalização digital⁹ de fato é constatar a supressão dos outros 2/3 da dimensão onde se realizam coisas fundamentais da vida, como o acesso ao trabalho, à educação¹⁰, e à informação e a apropriação dela etc. Se colocarmos essa reflexão em conflito com a promessa do progresso da civilização, será observado que sua chegada é tão desigual quanto o acesso aos meios para obtê-lo.¹¹

Com essa reflexão, retorno à discussão em relação à religiosidade da modernidade e a sua potencialidade de fabricação de mundo, de Magia. A promessa de progresso iminente e a construção de uma matriz de significação baseada nas certezas de entendimento do real e uma interpretação objetiva dele são o pilar essencial para construir a vida no Capitalismo. Isso inclui nossas experiências sinestésicas

8. Mesmo a temporalidade da vida virtual digital difere radicalmente da vida material de um sujeito. Enquanto dorme na dimensão material, ainda pode estar praticando atividades virtuais.

9. Sem falar das diferenças qualidade desse acesso.

10. A pandemia da COVID-19 escancarou os impactos da exclusão da Era Digital em relação ao acesso à educação básica de qualidade e à infância em tempos de crise na saúde pública.

11. Segundo relatório da Oxfam, entre 2017 e 2018, o número de bilionários possuidores da riqueza que somada equivale à da metade da população global mais pobre caiu de 43 para 26 (Oxfam, 2019, p. 10).

permitidas por nossa condição corporal- nossa relação com imagens, com outra pessoa, com o “mundo natural” etc. Em ordem de ganhar sua objetividade, a Cultura da modernidade se coloca como o modelo de sociedade em linha reta a um futuro melhor que o presente. A tecnologia do sistema biopolítico de algoritmização da vida garante à civilização o pós-apocalipse na sua *programação* na virtualidade.

A sustentação dessa promessa fica cada vez mais exigente conforme se afasta do centro do Capitalismo. Na verdade, há uma discussão na literatura sobre qual é de fato a condição da vida nesse sistema que promete a utopia e entrega a ruína, pretende a certeza e entrega a informalidade. Sobretudo com a mudança nas relações de trabalho, econômicas e materiais com a entrada na Era Digital, as garantias institucionais de bem-estar social gradualmente enfraquecem na medida em que o Estado perde seu protagonismo na gestão da vida para o capital global automatizado. Garanti-lo torna-se cada vez menos interessante ou cada vez mais difícil para aqueles a quem cabe as tomadas de decisão sobre os que podem morrer e os que podem viver¹². Através da imposição da objetividade pela algoritmização, busca-se adequar as expectativas à capacidade real de cumprimento das promessas. O alargamento do abismo da desigualdade expressa exatamente o quanto o caminhar rumo à essa prosperidade exige muitos excluídos, humanos e não-humanos.

Daí cientistas apontam o caráter precário da vida *de fato* no Capitalismo contemporâneo, e a informalidade das relações não somente de trabalho, mas de garantias de bem-estar promovida pela vida programada em algoritmos. A antropóloga Anna Tsing possui um livro inteiro dedicado a refletir a vida pela precariedade enquanto incerteza de estabilidade. Sua justificativa é a falha da modernidade em cumprir suas promessas de um progresso concreto e abrangente:

Se supunha que a modernização preencheria o mundo - ambos comunista e capitalista- com trabalho, e não apenas trabalho, mas ‘empregos padrão’ com salários e benefícios estáveis. Tais empregos agora são bastante raros; a maioria das pessoas depende de vivências muito mais irregulares. A ironia do nosso tempo, então, é que todas as pessoas dependam do capitalismo, mas quase ninguém tem o que costumávamos chamar de ‘emprego normal’¹³. (Tsing, 2015, p. 5)

12. Como a guerra clássica é alterada pelas tecnologias digitais é objeto de discussão em (Gros F. , 2009).

13. A autora utiliza o termo “*regular job*”. Adapto a tradução para expressar o “emprego normal” como o termo senso-comum em português do trabalho típico no Capitalismo, o que acredito ter sido a intenção de Tsing.

A autora, aproveitando as dinâmicas sociais relacionadas ao cogumelo *matsutake* como objeto de estudo ao longo do livro, coloca como a entrada na Era Nuclear¹⁴ marca o imaginário moderno com a constatação do potencial humano em controlar a Natureza. Nessa época, argumenta ela, as utopias eram certas, estáveis, e o progresso, iminente- o frágil bem-estar social keynesiano ganhava espaço no pós Guerra. Hoje, ela continua, a globalização garante que não há lugar no mundo intocado pela política moderna e efetivamente excluído de seus processos. Ainda assim, a precariedade é a normal da vida no Capitalismo. Um lugar não excluído não significa atores incluídos nas promessas dos avanços tecnológicos (Tsing, 2015, p. 21).

A prática das relações de trabalho é a informalidade. Como o Capitalismo não consegue de fato impor uma homogeneidade dos processos ao ritmo da automatização do algoritmo ao mesmo tempo que gera uma situação de precariedade normal como condição do viver, ela na verdade é apropriadora de dinâmicas locais de produção em geral fora de sua sintonia (Tsing, 2015, p. 66). Estruturas de trabalho formal com acesso aos direitos garantidos supostamente pelas instituições políticas coexistem com redes difusas de trabalho informal e muitas vezes em condições absolutamente precárias, nas quais o aprofundamento das desigualdades se baseia.

O antropólogo Nestor Garcia Canclini analisa essas “hibridações” em escala global entre estruturas de trabalho formal e a economia fora dessa esfera, por exemplo, no mercado artesanal da América Latina, e como ambos compõem as dinâmicas do Capital (Canclini N. G., 2019b, pp. 234-5).¹⁵ Esse autor se aprofunda nas alterações das capacidades do Estado para tratar dessa informalidade do trabalho e precariedade. Ele indica uma mudança de uma governabilidade estatística de gestão da vida para uma governabilidade algorítmica.

Na primeira, se “ordenava os dados de quem participava em todas as escalas mediante informação pedida com fins específicos por governos, partidos, empresas e organizações sociais”. Na segunda, a coleta de dados é massiva, pois é automatizada e armazenada na dimensão virtual e seu objetivo é sempre o aprimoramento da produção, eficiência nos gastos e garantia de

14. Pertinente também o uso por Tsing desse período para abrir sua discussão da relação Natureza/Cultura. Complementa suas reflexões posteriores sobre o Antropoceno, sistema biopolítico que discutirei adiante.

15. Outro antropólogo, Lins Ribeiro, investiga nesse sentido novas análises possíveis do fenômeno da globalização contemporânea sob essa lente das relações de trabalho. A globalização digital da economia gera e convive com redes informais difusas de trabalho e produção. Seus exemplos vão desde fábricas clandestinas a serviço de marcas estabelecidas no centro do Capitalismo até redes de contrabando de mercadoria pirateada (Ribeiro, 2014, pp. 264-5).

lucro (Canclini N. G., 2019a, p. 53). Essa mudança de mecanismo biopolítico termina por desubjetificar a administração social.

O cientista da informação Bernd Frohmann sugere em sua análise da desubjetificação das dinâmicas sociais nas redes digitais quatro exemplos ilustrativos desse processo. Enumero-os aqui (Frohmann, 2006):

1. transações em bolsas produzem alterações no mercado quase que instantaneamente baseado em cálculos pré-programados de plataformas. Essa dinâmica econômica afeta a disponibilidade de empregos, preços de bens de consumo básicos e economias nacionais inteiras.
2. dados de compra de consumidores coletados estabelecem estratégias de distribuição de bens e políticas de venda, precificação etc. Toda informação gerada por um indivíduo na virtualidade torna-se um dado sobre si e uma ferramenta de adequação das estratégias comerciais.
3. manipulação de dados sobretudo para marketing político atualmente. As redes buscam formar um vínculo entre o conteúdo e o sujeito pela identificação de suas reações emocionais e quais dos estímulos emocionais específicos aumentam seu nível de engajamento.
4. a guerra automatizada desconecta a experiência muitas vezes traumatizante de seu ato. Explodir uma vila é uma experiência de violência que pode ser amenizada ao seu praticante se ele estiver apenas mexendo em alguns botões de controle de *drones* e interagindo com uma interface digital, em detrimento da presença no local e na hora do ato.

Isso não mina somente as capacidades das instituições e precariza a situação de seus dependentes (esses também cada vez mais volumosos), criando diversas situações em que a tomada de decisão se dá entre quem deve viver e quem pode morrer. Também coloca em xeque o modelo de democracia e cidadania. Os processos sociais “mais importantes” migram para a virtualidade, acontecem em uma temporalidade diferente das consequências bastante materiais, e o Estado passa a representar de maneira deficiente os interesses da população. A perspectiva de luta política então muda radicalmente. A informalidade imposta pelo Capitalismo é em um fluxo muito mais acelerado do que qualquer processo de mudança institucional atualmente em curso, quebrando o interesse de indivíduos em compor essa construção de uma cidadania antiga, sobretudo para as novas gerações (Canclini N. G., 2019a, p. 67).¹⁶

16. Isso também é reforçado pela desagregação da intersubjetividade conforme analisado com (Gros F. , 2018), a qual dificulta a formação de laços coletivos profundos pela experiência compartilhada.

Apesar de ponderar algumas conquistas da globalização permitida pela Era Digital, como o aumento do multilateralismo no regime internacional do meio ambiente e direitos humanos, Canclini questiona quanto desse avanço se deu globalmente e não regionalmente, e quantos benefícios nesses processos em larguíssima escala chegaram ao cidadão (Canclini N. G., 2019a, pp. 12, 17). Por outro lado, observa como as redes digitais possibilitaram novas formas híbridas de articulação cidadã, política ou democrática. Não somente se erguem as pautas identitárias cuja associação virtual facilita uma agregação massiva de pessoas espalhadas pelo mundo, mas grandes erupções performativas semi-espontâneas de insatisfação transformadas em movimento- “#occupyWallStreet”, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil ou o “#YoSoy132”.

Mas mesmo nesses exemplos, está bastante marcado o descompasso entre as atuais capacidades do Estado e as demandas as quais deveria atender. No caso do segundo exemplo acima, Canclini sugere como esses movimentos performáticos se tratam de coincidências “dentro de crises econômicas compartilhadas na globalização econômica e comunicacional (...) em países diversos, do desconcerto das elites e os setores populares que não sabem como fabricar sociedade” (Canclini N. G., 2019a, pp. 36-7). Eles dificilmente formam laços de luta política mais duradouros para além do estopim motivador da revolta.

A algoritmização da vida então é biopolítica na medida em que justifica a precariedade e a informalidade (do trabalho, da luta política) como condição normal da vida na modernidade. Ela propõe o auge do controle quantitativo (e, portanto, objetivo) das dinâmicas sociais, é a interação mais intensa entre o desenvolvimento tecnológico e a sacralização da civilização. Através dela, todos os deixados para morrer em nome das garantias dos que puderam viver possuem cada um uma justificativa da inevitabilidade, da normalidade, desse ato. Ela coordena as ruínas dos excluídos da Era Digital com a promessa de utopias alcançadas por minorias cada vez menores, as quais assim assumem papéis cada vez mais ativos no exercício da biopolítica.

Essa coordenação é possível, como dito anteriormente, pela robustez da dimensão da virtualidade permitida pelas tecnologias digitais, e como ela se projeta sobre a materialidade onde ocorre a precarização da vida e o exercício da biopolítica.¹⁷ A vida algoritmizada não trata de uma vida acelerada pela indústria, mas instantaneizada pela programação. O volume de informação circulando pela dimensão virtual, sua disposição permanente e sua velocidade de circulação de

17. Em se tratando da velocidade dos processos sociais, certamente Carlitos em *Tempos Modernos* está em um tempo consideravelmente mais lento, em comparação com a vida no século XXI.

uma ponta a outra da rede torna a capacidade do sujeito e da sociedade em se apropriar dela muito mais defasada (Erll, 2012, p. 5). Ela afeta a condição corpórea humana com a qual interagimos com a dimensão do material, para formar o virtual. A condição corpórea humana é aquela pela qual nossos sentidos traduzem em experiência nossa interação com elementos do mundo material (Bezerra, 2009, p. 8). É a nossa conexão entre pensamento e mundo.

A organização do conhecimento pelo algoritmo eleva seu aspecto repositório (e não interativo) à última potência. A virtualidade é um repositório de informações imenso e que se autoalimenta a despeito da intencionalidade da coleta da informação por seu portador. Agora não só busca explicações objetivas do real, como sua disposição em uma mesma plataforma padroniza o potencial afirmativo da verdade em questão, e não o conteúdo da informação presente nela. Permite-se:

à cada inscrição o poder de todas as outras. Mas este poder não vem de sua entrada no universo dos signos, e sim de sua compatibilidade, de sua coerência ótica, de sua padronização com outras inscrições, cada uma das quais se encontra sempre lateralmente ligada ao mundo através de uma rede. (Latour, 2000, p. 8)

Essa equalização de potencial permite a justificativa do deixar morrer após, por exemplo, uma demissão como uma adequação às inevitáveis pressões do mercado. Isso não quer dizer que o pensamento moderno expresso pelas redes digitais torna o pensamento homogêneo nesse sentido. Seu efeito é a elevação exponencial do mecanismo de reificação da realidade através de seus símbolos. Como estão todas disponíveis em escala massiva, elas são todas tidas igualmente como neutras entre si, isentas de intenção, e igualmente representativas da realidade dos fatos:

A documentação digital desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, o dos sujeitos autônomos comunicando-se ou trocando 'informações' uns com os outros -porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais. Sua produção e processamento ocorrem fora da consciência. (Frohmann, 2006).

Encerro a discussão sobre o sistema biopolítico da algoritmização retomando o terceiro exemplo de Frohmann, pois ele se origina em uma característica do sistema ponderado na sequência. Os programadores das redes sociais, por meio da coleta

massiva dos dados nas nossas reações a um determinado conteúdo,¹⁸ conseguem programar a disposição de conteúdos seguintes a partir delas. Com isso, nos influenciam através de nossos gatilhos emocionais para manter o engajamento.¹⁹

Pode-se concluir que a despeito da proposição de uma objetividade isenta de intenção, a programação da virtualidade possui sim uma intenção por seus controladores. A de neutralizar as intenções diversas dos seus sujeitos usuários e apresentar-se como objetiva. Esse exemplo de Frohmann demonstra como isso se dá não necessariamente pela anulação da subjetividade, mas privando a construção dela através da intersubjetividade. Ela enclausura os indivíduos em câmaras de ecos virtuais, construindo um mundo não por uma intersubjetividade ampla, mas por uma intrasubjetividade aguda.

Essa intrasubjetividade para qual a dinâmica da modernidade nos empurra é parte da construção da dimensão virtual no sistema biopolítico da algoritmização da vida. Mas para atingir essa magnitude, ela evoluiu de um estado anterior de gestão social, a estatística, originada na administração colonial. Na próxima subseção, argumento que é a partir desse sistema biopolítico anterior quando se desenvolve a capacidade de *objetificação* (tornar objeto) dos elementos do mundo (humanos e não humanos), e sua posterior escalada da massividade industrial à instantaneidade global digital.

2.3. Colonialismo e Plantationceno

A plasticidade do controle do ritmo da vida material pela programação na virtualidade, em escala massiva, instantânea conforme abordado acima, se dá por um motivo: a simplificação dos sujeitos a serem controlados e programados em dado, no caso dos algoritmos. As análises e programações deles são traduzidas em combinações de números binários. Essa linguagem permite para o algoritmo tornar esses sujeitos *objetos* em sua lógica.

Tornar sujeitos objetos, ou objetivar e objetificar coisas da realidade, vimos ser um dos principais, se não o principal, motor de fabricação de mundo do Capitalismo. Permite que “coisas sejam retiradas dos mundos de suas vidas para se tornar

18. Quando paramos para vê-lo, quanto tempo paramos para analisá-lo, o que falamos, nossas expressões faciais, reações emocionais etc.

19. A constatação dessa intenção escondida na programação do algoritmo foi inclusive expressa em filme documentário produzido por ex-funcionários das empresas das mídias sociais, Privacidade Hackeada, de 2019.

objetos de troca”, sendo uma possibilidade para coisas “não humanas assim como as humanas” (Tsing, 2015, p. 121). Em ordem de tornar objetiva determinada explicação, é necessário objetificar e objetivar seus componentes- sujeitos- em unidades administráveis.²⁰

Antes da Algoritmização, a governabilidade estatística da sociedade moderna já organizava as coisas, humanos e não humanos, enquanto dado, número calculável e previsível (Canclini N. G., 2019a, p. 53). Essa governabilidade estatística, apesar do seu auge coincidir com as dinâmicas da linha de produção fordistas retratada em *Tempos Modernos* (Chaplin, 1936), não é uma invenção da indústria, também foi herdada por ela. Ela se origina na administração colonial (Burke, 2014, p. 88).

O período das invasões coloniais pelas nações europeias é bastante extenso. Os primeiros assentamentos coloniais nos moldes imperiais na África ocidental por empresas da Europa datam de pelo menos o século XIV. Essa atividade econômica de dominação se expande conforme os difusos reinos e propriedades nobiliárquicas se unificam em Estados-Nação.²¹ Na literatura que trata das dinâmicas culturais do período de formação dos impérios coloniais europeus, ele é tido como o momento de consolidação da relação sujeito/objeto da modernidade.

A técnica de representação da Renascença pela perspectiva objetiva construída por um operador²², através da administração colonial, torna-se mecanismo essencial da administração social. Ela também se desenvolve dentro dos Estados europeus em medida menos agressiva, mas ainda que não o fosse, a escala atingida por essa governabilidade apenas nas colônias, nos impérios globais, já indica por si só a profundidade escala de sua penetração normativa.

Essa consolidação é um movimento duplo. Formação da relação sujeito/objeto e a criação de quem era o sujeito da modernidade. A partir dessa última, foi possível constatar quem ou o que seriam os objetos das ações do sujeito. “A enunciação sobre o Outro constitui uma ‘função de existência’” (Carneiro, 2005, p. 39). Antes de explorar os processos estudados pela literatura sobre a formação dos objetos na

20. Não utilizo o termo “coisificação” pois “objetificação” relaciona-se melhor à ideia de objetos e objetividade, enquanto “coisa” é um termo bastante genérico. Por isso prefiro reservar esse último termo como referência aos elementos do mundo antes de seu posicionamento na relação sujeito/objeto. De qualquer maneira, a relevância do mecanismo da objetificação está mais em seu processo do que propriamente no nome de seu produto.

21. Relembro nessa nota a conexão dessa mudança de formação política nas metrópoles coloniais com as dinâmicas da religiosidade do capital abordadas na seção 1.

22. Discutida na seção 1.

modernidade, cabe um breve comentário sobre a formação do sujeito. É novamente Sueli Carneiro em diálogo com Foucault quem discute esse procedimento. Ela analisa-o em dois eixos, o primeiro, a sexualidade, relacionada à herança cristã pela distribuição de papéis da família burguesa. O segundo, a racialidade, sobre a imposição da superioridade da branquitude no imaginário cultural²³.

De início, Sueli Carneiro entende como esse ato de definição entre o sujeito e alteridade é, antes de tudo, uma imposição de determinada alteridade. Para definir o Ser, nome utilizado pela autora, deve-se compreender o dinamismo da subjetividade daqueles a quem é conferida a possibilidade de tê-la. Para isso, ela afirma, a técnica utilizada é a definição estática do Outro. Seu fundamento é a marcação do indivíduo patológico, para que opor-se a ele sirva para o não marcado “homem normal” como constatação de sua normalidade.

o Outro (...) adquire apresenta-se de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao Ser. Assim, a dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro. (Carneiro, 2005, p. 40)

Busca-se estabilizar ou neutralizar os seres pertencentes ao Outro em generalizações, estereotipagens e preconceitos para privar seus corpos de sua autonomia, lhes é conferida uma “anemia de vontade”. A afirmação da subjetividade então se dá pela negação dela ao Outro. Ou seja, não há um sujeito monolítico e homogêneo da modernidade, mas é colocado enquanto normal e é construído pela marcação negativa do Outro, do diferente.

A autora converge nessa análise do sujeito moderno. Para ela, o Outro ganha estatuto de “coisa que fala”, e é sua marcação de “Não-Ser” que molda o Ser, o sujeito. Nesse processo, é retirado do Outro, daquele a quem é negada a subjetividade moderna, os seus atributos “naturais” segundo a narrativa da modernidade: “auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização” (Carneiro, 2005, p. 99).

É pertinente agora analisar como ocorre a *objetificação* do Não-sujeito na modernidade. Como um ser é retirado de seu contexto de laços particulares e emaranhados da vida social para dar lugar a uma figura estereotipada e privada de suas faculdades subjetivas pelo *mainstream* cultural. De cara, a invasão e

23. Interessante explorar como ambas as obras de Sueli Carneiro e Stuart Hall aprofundam o tema. A autora argumenta como a patologização da figura do feminino serviu para normatizar epistemologicamente a sexualidade burguesa (Carneiro, 2005, p. 40), o que é ilustrado por Hall a partir de análises de representações da “histeria feminina” (Hall, 2016, p. 94). Sueli Carneiro também coloca a construção de uma imagem do negro “depravado” arrematou o padrão estético em torno da branquitude (Carneiro, 2005, p. 43).

exploração colonial direta e sua presença nunca reparada no imaginário contribuem bastante para essa normalização. Mas há uma dinâmica “de fundo”, um exercício de biopolítica anterior, relacionado ao controle das narrativas, a representação simbólica dos Não-sujeitos. Esse processo é investigado pela própria Sueli Carneiro junto com análises de Stuart Hall que articularei na sequência.

Invoco aqui a reflexão de Sueli carneiro para o argumento de Charles Mills, sobre o Contrato Racial, para indicar em que consiste a cerne da objetificação do Não-sujeito moderno. Para Mills, o exercício da biopolítica demanda a criação de regras de cognição: “os requisitos da cognição factual e moral ‘objetiva’, numa sociedade organizada racialmente são, de certo modo, mais estritos, pois aquela realidade oficialmente sancionada é diferente da realidade propriamente dita” (Carneiro, 2005, p. 100). É imperativo então que o indivíduo interprete a realidade não pela apropriação dos seus elementos factuais, mas pela replicação do ideário dominante (na citação de Mills, a superioridade do branco sobre os Não-brancos), mesmo a segunda efetivamente negar ou contradizer a primeira. É um compromisso inicial com a negação da verdade.

O mesmo ocorre em relação estereotipagem racial do negro em relação às narrativas da colonização, segundo Stuart Hall. A representação dos povos africanos e do continente no imaginário ocidental europeu inicia-se com uma curiosidade pela “misticidade” da região até então pouco conhecida até o século XIX. Quando a empresa colonial vai efetivamente invadir a região, esse imaginário é alterado, pela religião e pela tecnologia/Ciência (onde vimos estar capturada a Magia da modernidade). Por um lado, a Igreja defenderá uma imagem da África e do africano como terra das depravações, canibalismo, barbárie, ausente de civilização (Hall, 2016, p. 162).

Por outro, a Ciência fará um esforço em atrelar diferenças culturais à biologia dos indivíduos, chegando assim à conclusão falaciosa da herança hereditária dessas diferenças culturais. Como observar de fato essa hereditariedade cultural na fisiologia humana é impossível, mais uma vez realizando um esforço de negação do real, essa conclusão passou a ser inferida nas características físicas visíveis e comportamentais, ou seja, nas expressões do corpo (Hall, 2016, p. 169). São essas diferentes manifestações corpóreas onde, supostamente, estaria indicada a hierarquia racial²⁴.

24. Hall indica 5 desses estereótipos de representação racial (e de gênero) relacionados ao corpo e comportamento, através da análise de sua sobrevivência após a abolição da escravidão no cinema dos EUA

Para os negros, 'primitivismo' (cultura) e 'negritude' (natureza) tornaram-se intercambiáveis. Esta era sua 'natureza' e eles não poderiam escapar. Como tantas vezes aconteceu na representação das mulheres, sua biologia era seu 'destino'. Os negros não eram apenas representados em termos de suas características essenciais. Eles foram *reduzidos à sua essência*. A preguiça, a fidelidade simples, o entretenimento tolo protagonizado por negros (...), a malandragem e a infantilidade pertenciam aos negros *como raça, como espécie*. (Hall, 2016, p. 173)

É um processo de roubo da subjetividade pela estereotipagem da representação. E não tardou para essa estereotipagem expressa na diferença dos corpos compor as narrativas de justificativa da Colonização. Religiosamente e cientificamente, colocava-se o mito da civilização como uma "natureza" do branco ocidental e uma impossibilidade biológica ao negro. Por isso, sustenta-se no imaginário europeu o "fardo do homem branco", seu papel enquanto salvador cristão ou cientista do progresso que poderia messianicamente trazer a civilização aos seus excluídos-pela escravidão na colônia, papel de objeto a ser explorado.²⁵

No entanto, Hall sugere que as representações em si são apenas metade desse processo. Enquanto elas trabalham de maneira declarada, explícita, são ativadas no seu contato com um observador, "A outra metade encontra-se no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado" (Hall, 2016, p. 200). O autor utilizará o conceito da estereotipagem pelo "não dito" para tratar dos fetiches e fantasias compositoras do imaginário da biopolítica racial.

Para dialogar com Sueli Carneiro, interpreto o "não dito" como uma convergência com o epistemicídio, conceito proposto pela autora cujo objetivo era impor a indigência cultural aos dominados (Não-sujeitos, objetos) da modernidade. Ela explora esse termo tratando da exclusão da produção científica de pessoas negras ao longo da história do país, uma exclusão não apenas da "liberdade de expressão",

em estudo de Donald Bogle, com grande protagonismo do filme "O nascimento de uma nação" de 1915 em manter esses estereótipos na Cultura do país (Hall, 2016, p. 177): o bom-negro pai Tomás, os malandros, a mulata trágica, a mãe preta e os mal-encarados.

25. Sueli Carneiro traz como exemplo uma citação de Hegel na qual ele expressa justamente a crença na "impossibilidade" de "culturalizar" o negro (Carneiro, 2005, pp. 99-100). Também é bastante pertinente a análise realizada por Hall sobre a simbologia da publicidade colonial, por exemplo dos anúncios supremacistas da marca de sabão *Pears* (Hall, 2016, pp. 164-5), e das artes do período que retratavam o imaginário metropolitano sobre suas colônias (Hall, 2016, pp. 171-2).

mas do acesso a um dos palcos principais de legitimação de conhecimento e fabricação de mundo da modernidade, a Ciência (Carneiro, 2005, pp. 117-125).

Na maioria dos estudos, nos tornamos visíveis não pela nossa própria autopercepção e autodeterminação, mas mais pela percepção e interesse político da cultura nacional *branca*, e a maioria dos estudos e debates públicos tem o 'ponto de vista do branco. De certa maneira, somos fixados e medidos externamente por interesses específicos que satisfazem o critério político do sujeito *branco*. (Kilomba, 2010, p. 40)

O “não dito” nesse caso não é a expressão da biopolítica da racialidade pelas “não expressões”. Trata-se aqui do que foi, de fato, expressado, mas jamais permitido a sua legitimação e assim excluído das narrativas oficiais, configurando mecanismos de esquecimento, de impedimento da fala no palco da legitimação das narrativas, de não dizer. Um dos principais, afirma Sueli Carneiro, é o ato de silenciar a exclusão do sujeito da diferença nessa matriz de pensamento, pois esse “não dito” serve como negação do real- tal como descreve Mills. Impedir o acesso à legitimação das narrativas culturais envolve esse procedimento de negação da racionalidade do sujeito, matéria prima da condição subjetiva na modernidade.

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (Carneiro, 2005, p. 97)

Ela dialoga com Boaventura de Souza Santos, o qual afirma o epistemicídio um mecanismo compositor não só do genocídio colonial e da dominação europeia, mas também da legitimação das narrativas da modernidade e do Capitalismo. Com ele foi buscado uma eliminação das narrativas alternativas, tornando-as subterrâneas, atuando não somente como instrumento da empresa colonial, mas como uma arma epistemológica geral, “porque ocorreu tanto no espaço periférico (...) como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (Carneiro, 2005, p. 96).²⁶

26. Ele também é bastante evidente em relação ao debate da integração social dos negros libertos da escravidão no Brasil (Carneiro, 2005, pp. 107-9).

O sistema biopolítico descrito nessa seção então opera pela retirada da subjetividade, ou transformação em objeto, de determinados corpos e vidas. Alcança também a homogeneização do conhecimento hegemônico, pois cria uma incompatibilidade entre a Cultura hegemônica e as não-hegemônicas. E como é pela hegemonia que se legitima as narrativas da modernidade, as alternativas práticas e epistemológicas a ela tornam-se inviáveis. Esse processo engessa a formação de conhecimento legitimado e é peça fundamental da sua reificação e caráter repositário, não intersubjetivo. Mas isso ocorre com um fim, herdado e aprimorado pela algoritmização: o controle estatístico da vida em sociedade e, sendo biopolítica, dos que vivem e os que podem morrer.

O nome proposto para esse sistema é duplo, o da Colonização, por colonizar a subjetividade do Não-sujeito da modernidade e torná-lo objeto, e o do Plantationceno, sistema de controle dos fluxos da vida daqueles tornados objetos²⁷ para a exploração em larga escala e geração de lucro. A autora Anna Tsing define em que se baseia o sistema de produção do plantation na colonização. Em linhas gerais, segue um plano iniciado com o extermínio da vida local da região a ser colonizada e a exploração comercial do trabalho, da região e das matérias primas, todos os três tornados objetos retidos em sua classificação na administração colonial:

criaram elementos autocontidos e intercambiáveis de um projeto, da seguinte maneira: extermínio de pessoas e plantas locais; preparo da terra recém-esvaziada, não reivindicada; e introdução do trabalho e plantações exóticas e isoladas para produção. (Tsing, 2015, p. 39)

Os moldes da exploração do plantation são bastante conhecidos, envolvendo monocultura (ou pouquíssimas culturas), produção extensiva e mão de obra escrava. A definição de Tsing indica a importância da primeira etapa. A objetificação dos alvos da colonização permite sua exploração homogênea enquanto objeto sob controle do Sujeito da modernidade.

Os resultados são, para os humanos, sua exploração do trabalho via escravização sob justificativa moral. Para os não-humanos, em geral acomodados nas classes de “recursos naturais” matérias-primas, sua extração, comercialização, destruição dos biomas que compõem, e sobretudo o consumo em larga escala. Para ambos,

27. Humanos e não humanos, e aqui essa colocação da não-humanidade é bastante evidente. Donna Haraway dá um ótimo exemplo recente: de como imensas cadeias produtivas se utilizam da exploração serial de éguas, cachorras e mulheres voluntárias para o desenvolvimento de medicamentos hormonais cuja liberação foi baseada em uma porcentagem mínima de eficácia a despeito da ineficácia em parte da população e o desenvolvimento de efeitos colaterais. (Haraway, 2016, pp. 104-17)

humanos e não-humanos, o extermínio de suas populações é o traço geral, pois tornados objetos, são apenas propriedade a ser reivindicada pelos sujeitos, não tem controle nem sobre a terra onde habitam.

É nesse sistema produtivo que a governabilidade estatística nasce e se aprimora. Ela impõe a seus participantes a relação sujeito-objeto e, para aqueles privilegiados com a subjetividade moderna, lhes é conferida a capacidade, sobre todos os Outros Não-sujeitos, de exercício da biopolítica. E em larga escala para produção mais eficiente possível do lucro. Para isso, os fluxos da vida desses tornados objetos devem ser controlado da saída da região de origem passando pela produção diária a qual devem corresponder. Sua morte deve ser evitada apenas na medida em que a produção demanda, mas nada é realizado para evitar sua morte para além disso.

Isso é o que motiva a reflexão de Tsing sobre como, no plantation, pessoa escravizada e a cana de açúcar alienígena às terras coloniais adquirem o mesmo estatuto de objeto a ser explorado. Para esse estatuto são empurrados tanto sujeitos não reconhecidos pela modernidade quanto coisas não-humanas, geralmente chamadas de “Natureza”, inibindo qualquer receio no exercício da biopolítica sobre eles. Ela descreve como na lógica colonial²⁸:

Africanos escravizados tinham ótimas vantagens [comerciais] da perspectiva dos proprietários: eles não tinham sistema de relações locais e, portanto, não tinham rotas de fuga estabelecidas. Como a própria cana, a qual não possuía nem relações interespécies nem doenças no Novo Mundo, eles eram isolados. Eles estavam no caminho para se tornar autocontidos, e, portanto, padronizáveis. (Tsing, 2015, p. 39)

O processo de formação dos Impérios europeus baseado nas invasões e extermínios coloniais não propôs somente uma forma própria de controle da vida-a colonização dos sujeitos e subjetividades, objetificação dos alvos e a finalidade de geração de lucro através do sistema plantation. Ele também estendeu esse sistema biopolítico para a escala global. A retórica da civilização pela modernidade e saída da “barbárie” da natureza era apenas isso, retórica. Ela foi fixada na Cultura conforme seu sistema de exploração foi imposto.

Essa governabilidade estatística da vida e exploração em larga escala dos Não-sujeitos da modernidade, já vimos, será abraçada e aperfeiçoada pelas tecnologias digitais. Antes disso, ela é internalizada pelos Estados- Nação, mesmo pelas

28. A autora, nesse trecho, está comentando especificamente sobre a opção de colonizadores portugueses por uso de mão de obra africana na exploração colonial da América.

metrópoles coloniais, para servir para gerir a sociedade da Revolução Industrial em curso. O mecanismo de objetificação e a exploração pelo sistema do plantation “tornou-se uma inspiração para a industrialização e modernização posteriores” (Tsing, 2015, p. 39). A escala atingida por esse modelo, tanto em relação às áreas do globo abrangidas quanto ao seu aperfeiçoamento pela indústria e posteriormente pela algoritmização, é o que demarca a proposição do período do Plantationceno para Tsing, por sua vez nomeando o sistema biopolítico descrito aqui.

Uma vez que as operações centrais de fresamento foram iniciadas, todas as operações tiveram que ser executadas no tempo do moinho²⁹. Os trabalhadores tiveram que cortar a cana o mais rápido que puderam e com toda a atenção, apenas para evitar fermentos. Nessas condições, os trabalhadores tornaram-se, de fato, unidades autocontidas e intercambiáveis. Já considerados commodities, eles receberam tarefas que se tornaram intercambiáveis pela regularidade e pelo tempo coordenado projetado na cana. (Tsing, 2015, p. 39)

Essas observações também são comentadas por Donna Haraway. Ela apresenta a história do termo Plantationceno, resultado de uma discussão na Universidade de Aarhus, em outubro de 2014. Ele tem a finalidade de demarcar um período em que as atividades humanas de manutenção da vida em geral deram uma guinada na direção de “plantations extrativos e enclausurados, dependendo de trabalho escravo e outras formas de explorar, alienar e geralmente espaçar trabalho transportado” (Haraway, 2016, p. 206). Uma lógica herdada e aprimorada em espaço e tempo para além dos primeiros laboratórios coloniais.

Dos séculos XIV ao XX, o sistema do plantation cobriu a parte do mundo fora da categoria de metrópole, ou seja, a maioria dele. Posteriormente, os Estados-Nação gradualmente adotaram essa governabilidade estatística conjuntamente com a matriz econômica industrial, até ambos serem aprimorados pelo sistema biopolítico da Algoritmização da vida. “Acadêmicos tem entendido há muito tempo que o sistema escravista do plantation foi modelo e motor para o sistema fabril baseado em máquinas e avidez por carbono” (Haraway, 2016, p. 206).

Esses dois sistemas biopolíticos, o da algoritmização da vida, e o da colonização e Plantationceno, ocorrem de maneira simultânea e se influenciando mutuamente. Eles são dois dos variados sistemas biopolíticos compositores do mundo da modernidade. São motor de sua fabricação, pautam ritmos dos fluxos sociais,

29. A autora usa o termo em inglês *mill*, que também pode ser traduzido para “fábrica”. Tradução livre.

hierarquias, morte e vida, relações, tempo e espaço, conhecimento e ignorância. Analisá-los é fundamental para entender a profundidade com a qual operam, fabricando mundo, legitimando verdades e significando a realidade. Esses dois sistemas também se relacionam com um fenômeno discutido de maneira recente, o qual impõe suas próprias questões. O mundo da objetificação e exploração em larga escala, desconectado da experiência do real, e sob uma hierarquia desigual fabricado pelos dois sistemas também é um “ponto de inflexão para o Antropoceno” (Haraway, 2016, p. 206).

Na próxima subseção, analiso o conceito do Antropoceno e suas discussões. Elas confirmam o evidente protagonismo das atividades humanas na geração de uma catástrofe climática igualmente mais evidente. Discuti-lo sob a luz dos dois sistemas de fabricação de mundo e exercício da biopolítica permite indicar as minúcias de suas causas e propor um debate sobre a natureza igualmente biopolítica da vida na iminência do apocalipse ambiental.

Esse terceiro exemplo não esgota todas as possíveis sistematizações do exercício da biopolítica enquanto Cultura da modernidade. Mas analisar os três conjuntamente dá alguma noção de como interagem ideias e práticas para alterar a realidade, impactar o mundo e dar forma à modos de vida. Encerrar com a análise do Antropoceno também reforça a urgência da ressignificação do conceito Natureza/Cultura, pois a manutenção da clivagem apenas sobressai cada vez mais a incapacidade de resposta diante de seus desafios.

2.4. Antropoceno

Estudos que constataam a profundidade da crise climática causada por atividades antropológicas são extensos, já houve “debates em demasia, (...) sucessivos relatórios do IPCC [que] resumiram quase vinte anos de documentação, e o grau estimado de certeza está em 98%” (Latour, 2020b, pp. 55-6). A historiadora Naomi Oreskes também examinou os resumos de quase mil artigos científicos em revistas revisadas por pares entre 1993 e 2003, e não encontrou tentativas de refutação das evidências da origem antrópica da crise climática, encontrando muito mais um atual consenso (Chakrabarty, 2013, pp. 4-5).

Essa crise climática já é um debate a nível global pelo menos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, 1972. Pode-se dizer que é nesse encontro de países a inauguração do debate institucionalizado

a nível “global” via articulação da ONU.³⁰ A profundidade dela tampouco é questionada, e é alvo de debate somente entre a gravidade alta ou extrema de suas consequências. Destruição de biomas, extinção de espécies, fenômenos climáticos extremos cada vez mais extremos, aumento da temperatura global, tudo isso empurrando para a gradual erosão das condições de vida humana no planeta, destruindo no caminho as condições de vida para uma variedade de não-humanos. São tempos de “grandes mortes e extinção em massa, desastres contínuos cujas especificidades imprevisíveis são tolasmente tomadas como a própria incognoscibilidade” (Haraway, 2016, p. 35).

O Antropoceno é um conceito associativo das atividades antrópicas como causas das mudanças climáticas em curso. Ele serve de metáfora inacabada para indicar como, de fato, o planeta saiu dos parâmetros climáticos do Holoceno. “Muitas mudanças associadas ao Antropoceno já ultrapassam a variabilidade natural do Holoceno e do Quaternário. Isso inclui mudanças no CO₂ atmosférico, CH₄ e níveis de N₂O” (Zalasiewicz & al, 2017, p. 57). Mesmo o conceito em si não sendo objeto de consenso, ele ainda é uma ferramenta epistemológica útil para analisar a crise climática e, portanto, para nomear o sistema biopolítico dessa seção.

Ele possui um outro debate para além daquele sobre a gravidade de suas consequências- nunca as indicando como *pouco* graves. Recebendo o sufixo *ceno*, buscando indicar uma nova era ou sub era geológica, o debate mais forte é em torno da definição da “cavilha de ouro”, da evidência se sua data de início, ou mesmo se ela existe (Latour, 2020a, pp. 184-5). Descobrir a partir de qual momento as atividades humanas alteraram padrões climáticos típicos do Holoceno e desencadearam alterações nos regimes do meio ambiente que atingiram “o ponto em que [se] mudou o curso da história da Terra por pelo menos muitos milênios, em termos dos efeitos climáticos de longo prazo previstos (por exemplo, adiamento do próximo máximo glacial)” (Zalasiewicz & al, 2017, p. 57).

Há algumas vertentes de sugestão da data de início do Antropoceno para serem destacadas. Opto por descrever duas delas. A inicial é a indicada pelos dois primeiros cientistas a cunhar o termo, Paul Crutzen, ganhador do prêmio Nobel de Química de 1995 e o biólogo Eugene Stoermer. Foram os primeiros a realizar publicações

30. Esse fórum compõe um regime de governança muito mais complexo, envolvendo acordos regionais e bilaterais, cooperação entre uma variedade de instituições governamentais ou não, centros de pesquisa, universidades etc. Essas entidades e Estados se relacionam em diferentes palcos internacionais para a tomada de (alguma) decisão de resposta. Compõe um regime transnacional policêntrico (Abbott, 2012), e sua amplitude e desafios inspiram a teorização sobre outros problemas discutidos a nível global, por exemplo a regulação das tecnologias digitais (Capurro, 2014, p. 12).

defendendo a ideia da passagem dos parâmetros climáticos do Holoceno, e a entrada em um novo período, cujo nome Antropoceno foi a sugestão. Esse termo enfatiza o consenso já comentado sobre a origem antrópica da crise climática.

Em uma publicação informativa na Global Change Newsletter de 2000, os dois cientistas sugerem o fim do Holoceno/ início do Antropoceno no final do século XVIII. Mesmo indicando o caráter possivelmente arbitrário na definição de uma data, argumentam ser a partir desse período “quando dados recuperados de núcleos de gelo glacial mostram o início de um crescimento nas concentrações atmosféricas de vários ‘gases de efeito estufa’” sobretudo em resultado das atividades humanas e especificamente as industriais (Crutzen & Stoermer, 2000, p. 17). “Essa data também coincide com o desenvolvimento da máquina à vapor de James Watt em 1780” (Crutzen, 2002).

Uma segunda corrente de datação do Antropoceno se dá em diálogo com outras duas que surgiram a partir de Crutzen e Stoermer³¹, e não procura exatamente uma data para seu início. Suas autoras e autores reforçam o foco na discussão da *chegada* do Antropoceno, e como ela representa a marcação de uma descontinuidade entre um mundo e determinadas possibilidades de vida nele para um outro no qual “o que vem depois não será como o que veio antes”.³² Para Donna Haraway, é suficiente interpretá-lo como esse ponto de virada, e o objetivo é torná-lo o mais breve possível (Haraway, 2016, p. 100).

Essa é uma reflexão compartilhada por Latour. De maneira complementar, ele discute como sua chegada coloca em xeque total para o pensamento ocidental a divisão Natureza/Cultura. Suas consequências exigem um ponto de virada da própria humanidade do Capitalismo, no sentido de revisar suas bases e abandoná-las:

O que faz do Antropoceno (...) uma excelente ‘cavilha de outro’ claramente detectável muito além da fronteira da estratigrafia, é que o nome desse período geo-histórico pode se tornar o mais relevante

31. Uma delas é a proposta de James Scott sobre a origem de um Antropoceno “fino” a partir do domínio do fogo, seguido por um Antropoceno “robusto” com as alterações climáticas provocadas pelos avanços da Colonização nas Américas e as primeiras grandes devastações de biomas (Scott, 2017, p. 39). A outra defende como evidência inquestionável de marcação estratigráfica da ação humana no planeta a detonação da primeira bomba atômica (Tsing, 2015, p. 3), indicando, porém, a “Grande Aceleração” Industrial o momento em que a temporalidade dos impactos antrópicos se tornou sincrônica- vários eventos impactantes ocorrendo simultaneamente (Zalasiewicz & al, 2017, p. 57).

32. Mas ainda assim, para se demarcar uma nova época climática nesses termos, o debate permanece. Para chegar a um consenso sobre a Era Quaternária, os geólogos levaram quase meio século (Latour, 2020a, p. 185). O mesmo para definir o Holoceno como “a época geológica pós-glacial dos últimos dez a doze mil anos”, inicialmente proposto em 1833 e aceito oficialmente na comunidade científica em 1885 (Chakrabarty, 2013, p. 12)

conceito filosófico, religioso, antropológico e (...), político para começarmos a nos afastar para sempre das noções de 'moderno' e 'modernidade'. (Latour, 2020a, p. 190)

Essa outra linha de interpretação sobre o Antropoceno na verdade aprofunda questionamentos já colocados anteriormente por aquelas no momento preocupadas com a demarcação técnica-estratigráfica dele. Pode-se dizer que o consenso das origens antrópicas da crise climática é acompanhado por um senso maior ou menor da impossibilidade da continuidade da vida sob o regime do Capitalismo e do pensamento da modernidade. Isso está profundamente relacionado ao caráter utópico/pós-apocalíptico da modernidade discutido na seção anterior.

Quando Bruno Latour coloca suas ponderações sobre a mudança de plano temporal (para o futuro) e espacial (para o sagrado, fora da materialidade e das consequências materiais) que a modernidade realiza para se firmar enquanto matriz de pensamento hegemônica, ele o faz à luz da chegada do Antropoceno. Sobretudo, se preocupa fortemente com a ausência de respostas coordenadas e efetivas³³ nos mais diversos níveis de articulação social com a urgência requisitada pelo tema. Muito pelo contrário, as articulações resultantes nos impactos ambientais ou se amplificam ou seguem muito tímidas.³⁴

Essa timidez é quase um reflexo do pensamento moderno diante de, como Latour colocou, uma importante questão existencial. Já vimos como viver pela modernidade passa por diversos mecanismos de fabricação de mundo cujo objetivo é neutralizar contradições, diferenças, incoerências e propor-se como absoluto, definitivo e legitimar-se como verdade. Esse não é o caso da vida no Antropoceno. Nele a condição é a incerteza do que virá depois do ponto de virada, quais serão as mudanças nas condições físicas, químicas e biológicas- o que dirá nas políticas, sociais, religiosas- da vida no planeta.

Os sistemas biopolíticos anteriores apontam como o pensamento moderno e sua forma de vida exigem, em ordem de sustentar sua narrativa da certeza e confiabilidade, um extenso exercício de controle de vida e coordenação de mortes de corpos de populações inteiras. Quanto mais adentro das periferias do

33. Sobretudo em uma sociedade que exalta a potência da **razão**.

34. Muito recentemente alguns movimentos de certa amplitude ganharam força, como o aumento da preocupação da União Europeia com a pressão da sociedade civil por práticas, sobretudo econômicas, que visem uma participação mais ativa na questão do combate à crise climática. Mas de maneira alguma passam por mudanças estruturais nas formas de produção e não afetam a cadeia do regime climático como um todo. Ainda assim, já indicam *algum* interesse de resposta mais ativa no palco dos blocos continentais.

Capitalismo global, menos coerência haverá entre a narrativa do progresso da civilização moderna e a vida cotidiana das relações intersubjetivas e materialidade, exigindo cada vez mais da faculdade negacionista no processo de representação e fabricação de mundo (Carneiro, 2005, p. 100).

No debate das narrativas, a colocação da impossibilidade de seguir por muito tempo com a forma de vida na modernidade, devido à sua conseqüente crise climática, é rebatida com dois argumentos. Primeiro, o de que a profundidade das conseqüências não é certa o suficiente para questionar a existência dessa Cultura, pois ela mesma pode se reformular e retomar sua caminhada rumo à utopia do progresso. Segundo, a incerteza sobre qualquer alternativa acerca de sua viabilidade e *nível de consenso* torna a vida na modernidade ainda o caminho “mais seguro” e menos conflituoso.

Sobre o primeiro, configura-se um falso debate entre “alarmistas” da crise climática, chamados assim mesmo quando propõem as mais ponderadas reflexões, *versus* os chamados “climatocéticos”, ancorados em um suposto ceticismo quanto às faltas de certezas claramente demarcadas. Os últimos se escondem atrás da suposta objetividade cética do pensamento moderno para declarar políticas e subjetivas as intenções dos que sugerem uma resposta existencial ao “novo apocalipse” sem nem poder afirmar de maneira consensual quando ele começou (Latour, 2020a, pp. 55-62). Colocam a manutenção da modernidade como única saída, pois apenas ela expressa certezas.

A linha argumentativa do segundo grupo de “críticos” do Antropoceno é igualmente reveladora do caráter tautológico das justificativas da utopia do progresso. “Os Singularitianos (como são chamados) parecem pouco preocupados [em] saber se os limites dos parâmetros do Sistema Terra serão generosos o bastante para” sustentar sua alternativa de saída da crise climática. Concentrados em *think thanks* financeiras e representando uma elite muito privilegiada, eles sugerem a aceleração do desenvolvimento tecnológico (o mesmo que trouxe o Antropoceno) como caminho para encontrar respostas efetivas (Danowski & Viveiros de Castro, 2017, pp. 70-2). Seu objetivo é:

retomar os sonhos que empolgaram a tantos, de meados do século XIX até o despontar da era neoliberal. Em outras palavras, trata-se de completar o projeto oitocentista de autofundação do Homem com o projeto novecentista do controle técnico absoluto do mundo: de perfazer o projeto do século da Razão com a retomada e o cumprimento

das promessas do século do Progresso. A história se repete; mas, como se vê, pulando carniça. (Danowski & Viveiros de Castro, 2017, p. 79)

Apesar do relativo consenso na comunidade científica sobre a gravidade da crise climática e sua origem antrópica³⁵, o avanço da ciência do Antropoceno esbarra nesses obstáculos argumentativos. Tanto os “climatocéticos” quanto os fiéis mesmo diante do apocalipse, em medidas diferentes, colocam o progresso capitalista e o pensamento moderno como a saída de si mesmos, dos seus próprios problemas. Nesse movimento, todas as difusas clivagens binárias da vida moderna são absolutamente reforçadas, pois servem de âncora do pensamento para sustentá-lo mesmo diante da sua mais evidente ameaça de extinção, causada por elas.

O apocalipse climático é originado na ideia da possibilidade de controle do humano sobre todo o seu regime da Natureza. É consequência direta da separação Natureza/Cultura, como se ambos os domínios não se tratassem da mesma coisa e, portanto existissem de maneira independente, permitindo assim sustentar os sonhos do segundo termo, um dia, nos livrar da dependência do primeiro. Subjetividade e objetividade aqui então são largamente instrumentalizadas.

Se a Natureza é o mundo objetivo que está “justo aí, nada mais”, quando as ciências constatarem a nossa dependência material em relação a esse domínio, essa constatação é empurrada para o campo dos debates subjetivos da Cultura (enquanto segundo elemento da díade). Por sua vez, a objetividade é invocada para defender a suposta certeza da manutenção da vida pelo projeto da modernidade e pelo progresso tecnológico, e ainda que as ciências responsáveis pelo progresso tecnológico sejam as mesmas as quais advogam pela necessidade de uma resposta efetiva ao Antropoceno, quando se posicionam para *defender* o projeto do Capitalismo e da modernidade, deixam de habitar o domínio da subjetividade.

Aí está, acredito, o exercício sistemático da biopolítica do Antropoceno. Ele é consequência direta do modo de vida moderno e seus outros sistemas biopolíticos atuando de maneira simultânea. Passa pela objetificação colonial, não apenas de humanos, mas também dos elementos não-humanos como os animais, o solo, o clima, a bacia hidrográfica, a vegetação, todos transformados em matérias-primas, objetos possíveis de isolamento de seu mundo originário e de exploração lucrativa com uma aparente ausência de consequência na garantia da vida. Segue pelo ritmo acelerado da estatística industrial até atingir uma dimensão

35. E a essa altura a estridência das evidências diariamente noticiadas.

própria de temporalidade e espacialidade na algoritmização, a qual evidencia a importância dos processos sociais apenas no virtual, em troca da negligência dos acontecimentos fora dessa esfera.

Por enquanto, ele segue também as complexas relações de desigualdade entre aqueles a quem foi conferida a possibilidade de ser sujeito na modernidade e os Não-sujeitos, tornados objetos. No curto prazo pelo menos, há pessoas beneficiadas pelos sistemas que causaram o Antropoceno em aguda relação desigual com pessoas prejudicadas não só por ele, mas já pelo acúmulo dos outros sistemas – portanto objetos da biopolítica. Essa relação desigual é reforçada no epistemicídio do pensamento por qualquer saída alternativa à modernidade e ao Capitalismo, pois torna reféns do “deixar morrer” aqueles quem já são os deixados para morrer e serão os com menos possibilidades de viver nas erupções da crise climática.

Aqui pode ser invocada novamente a figura da banalidade do mal e a burrice de Eichmann. Em ordem de negar a gravidade da crise climática e fugir das dificuldades óbvias de se parar o que se está fazendo para procurar alternativas à altura das exigências (“alarmistas”), nos prendemos na segurança do discurso do progresso iminente da modernidade. Reflete em nós a incapacidade de Eichmann de pensar por ideias próprias e a reprodução da obediência acrítica, objetificada, do pensamento hegemônico. Decidimos por exercer a biopolítica, seguir as ordens, mesmo quando somos sujeito e objeto simultaneamente (Haraway, 2016, p. 35).

No longo prazo a gravidade da crise climática coloca a todos em posição de objeto. Ainda que tenha defendido uma atuação mútua dos sistemas biopolíticos, considero o Antropoceno um acúmulo ainda a se desenvolver dos abordados (e não abordados) nas seções anteriores, pois traz à mesa a possibilidade do fim das condições da vida humana no planeta como a conhecemos hoje – um exercício da biopolítica total. Os privilégios desigualmente distribuídos no Capitalismo só servirão, talvez, para definir quem serão os últimos a morrer.

Encerro com uma última reflexão essa seção sobre as diferentes formas do exercício da biopolítica em escala enquanto forma de administração da vida na modernidade. Com o Antropoceno, está posto o fim do mundo fabricado do Capitalismo a partir das suas promessas utópicas. Independente do caminho que a Cultura seguirá, e mesmo que siga pelo reforço de uma narrativa vazia de progresso iminente, ele deixará de existir, dado o fim até do período geológico o qual permitiu o desenvolvimento global da humanidade. “Ele não está apenas *diante* de nós, (...), mas, em boa medida, *atrás* de nós: ele já começou a acontecer,

e não pode ser revertido” (Danowski & Viveiros de Castro, 2017, pp. 80-1). “Escondido pela profusão das guerras mundiais, das guerras coloniais e das ameaças nucleares, haveria, no século XX – o ‘século clássico da guerra’- outra guerra, também mundial, também total, também colonial, que teríamos vivido sem vivenciá-la” (Latour, 2020a, p. 25).

Tal como os eventos do século passado abalaram a fábrica do mundo moderna, o Antropoceno termina por torná-la obsoleta. Ele é o sistema mais agudo na exigência por novas formas de Magia e de fabricar mundo, significar (ou antes, retomar) a experiência e a realidade, de pensar. “Apesar do nome, não é uma extensão imoderada do *antropocentrismo* (...). Pelo contrário, é o humano como agente unificado (...) que deve ser dividido em vários *povos* distintos, dotados de interesses contraditórios” (Latour, 2020a, p. 197).

Ele indica a impossibilidade de seguir pensando “humanos sem mundo”, de seguir separando Natureza/Cultura (Haraway, 2016, pp. 55-6; Tsing, 2015, p. 20). Exige retomar a intersubjetividade e, antes disso, redistribuir a faculdade de subjetividade. Na seção seguinte, exploro como a literatura aponta novas (ou velhas, porém esquecidas) fronteiras do pensamento, possibilidades de Magia e fabricação de mundo enquanto saídas não só para o Antropoceno, mas para os demais sistemas biopolíticos mantenedores do Capitalismo.

SEÇÃO 3 ▪ Possibilidades e potencialidades

As seções anteriores, cada um com seu foco, se debruçaram sobre o que esse trabalho de pesquisa entende como uma questão central para a modernidade e o Capitalismo no presente. Essa questão se desenrolou como consequência de dinâmicas histórico-culturais próprias desse sistema político-econômico e dessa matriz de Cultura, a qual serve de arcabouço para a significação de elementos do mundo nesse contexto- fabricação de mundo (Tsing, 2015, p. 292).

Retomando brevemente as reflexões anteriormente discutidas, o ponto de partida escolhido como referência conceitual foi um dos tidos pilares da modernidade, a divisão ontológica Natureza/Cultura, expressa nos termos de uma segunda divisão também abordada, sujeito/objeto. A Natureza é tida como a dimensão da vida pré-civilizacional, pré-cultural, imutável, do que está “justo aí, nada mais”. Seus habitantes são objetos da realidade e não tem agência na alteração de sua condição ou de seu lugar habitado, tornando-se possível identificar verdadeiras leis gerais as quais regem seu funcionamento. A entrada na Cultura¹, por outro lado, reflete a saída do estado natural, pois seus habitantes possuem a capacidade de impactá-la, disputá-la e alterá-la. São seus sujeitos.

Essas duas divisões expressam como se fabrica o mundo a partir da matriz moderna. Há elementos da vida condicionalmente imutáveis de si e de seu meio, em oposição a outros tomados como agentes. Também há elementos com a faculdade do subjetivo em detrimento de outros os quais não a possuem, e, portanto, são objetos. A questão central, no entanto, é como essas divisões são, ou no caso não são, correspondentes à dinâmicas da vida, ou como elas são impostas mesmo em contradição (inclusive para justificá-la) com seus resultados reais. Na prática, a modernidade é construída e perpassada por uma série de processos socioculturais frequentemente justificados pelo argumento da objetividade.

3.1. O Global, o Local e o Terrestre

A seção anterior elencou três de múltiplos exemplos possíveis em que a objetividade serve de justificativa para processos socio-político-culturais sistemáticos de gestão da vida e de seus elementos compositores, especificamente na lógica

1. Utilizo momentaneamente aqui o termo Cultura a partir da divisão Natureza/Cultura, e não a partir do sentido adotado na seção 1 que enxerga a constituição mútua entre ambos os elementos como inevitável.

de exploração de recursos e geração de lucro do Capitalismo. As dinâmicas da virtualidade digital com sua própria temporalidade e espacialidade ganham *status* de objetividade, e, portanto, se sobrepõem em grau de importância na determinação de suas correspondentes materiais. Diversos sujeitos, humanos e não-humanos, são alienados, traduzidos e tornados objetos para justificar os projetos coloniais e suas respectivas incorporações na máquina de exploração estatística.

E por fim a impossibilidade de reação efetiva à chegada do Antropoceno segue a justificativa, justamente, pela aceção da divisão Natureza/Cultura como um fator objetivo. Duas respostas à crise climática são extremamente comuns nessa chave de entendimento (Haraway, 2016, p. 3): ela só pode ser resolvida pelo aprofundamento dentro da modernidade e reforço do desenvolvimento técnico-científico produto dos sujeitos culturais, pois não se concebe esse mesmo desenvolvimento como causador da crise; não há nada a ser feito, dada a separação intransponível das duas dimensões e a incapacidade dos sujeitos da Cultura de alterarem efetivamente processos da Natureza².

A fabricação do mundo da modernidade, portanto, é fundada numa concepção arbitrária de que existem elementos da vida fixos, porque objetivos. Por isso são objetos, são não-sujeitos. E por isso, sua condição e a de seu meio são impossíveis de se alterar. O mundo moderno e a lógica capitalista demandam de seus sujeitos a compreensão e aceitação de que muitos aspectos da realidade- sejam eles quais forem- não são passíveis de acordo ou mudança. Eles estão “justo aí, nada mais”. Da impossibilidade do fazer algo fora dessa lógica resulta uma auto desresponsabilização dos seus sujeitos, não aqueles definidos pela modernidade, mas dos sujeitos a despeito dela, pois devem obedecer a suas normas sob a justificativa de sua objetividade.

As significações de elementos da realidade particulares do pensamento moderno passam a ser tomados como representantes do todo das significações sobre o mesmo elemento, incluso aqueles diretamente indicadores das contradições. A construção do conhecimento se torna excessivamente classificatória, desarticulada e engessada. A provincialização de áreas do saber nas disciplinas e subáreas passa a dificultar sua interação, e se valoriza aqueles que miram nas explicações objetivas da realidade que sirvam como fórmulas replicáveis em escala.

Isso denota uma sacralização latente da modernidade capitalista, na qual as fundações significantes, a despeito do processo histórico que as produziram,

2. Essa segunda justificativa também está muito presente nos negacionismos abertos do Antropoceno.

não estão no mesmo plano de seus sujeitos, inalcançáveis para serem postas em debate. São como a Natureza, estão “justo aí, nada mais”, compartilhando os museus com as naturezas-mortas. Essa sacralidade concentra a capacidade de fabricação de mundo em apenas dois âmbitos, como já visto: a **religiosidade** dos seus ritos sociais próprios, que expressa a crença no progresso inevitável pelo **desenvolvimento técnico-científico**. Deve-se seguir à risca a sociabilidade moderna prevista no Capitalismo, e isso basta para viver neste mundo, enquanto o progresso pela ciência e tecnologia é produto natural dessa religiosidade, e garantirá amanhã um mundo melhor do que hoje.

Isso não significa que as contradições da lógica moderna não cheguem aos seus sujeitos. Quanto mais afastado³ dos centros hegemônicos, menos coerente é a correspondência entre o discurso da modernidade capitalista e a suas práticas resultantes, e a coordenação de elementos inconsistentes para manutenção dessa lógica se torna mais exigente (Tsing, 2015, p. 24). A seção anterior, novamente, descreveu três sistemas biopolíticos possíveis dentre muitos, todos atuando em emaranhados de Interseccionalidade. Eles compõem o estado da crise da reificação da Cultura na modernidade e expressam a urgência e a responsabilidade dos habitantes deste mundo em, de alguma maneira, buscar alternativas, construir novas fundações para pensar outros mundos possíveis. Para orientar essa virada, retomo outra obra de Bruno Latour escrita, de certa maneira, como uma atualização de muitos temas de Diante de Gaia.

No livro Onde Aterrar (2020), o autor coloca a crise do mundo moderno em três eixos, curiosamente muito relacionados aos sistemas descritos na seção anterior⁴. São eles as “migrações, explosão de desigualdades e o Novo Regime Climático” (Latour, 2020b, p. 19). Respectivamente, os eixos colocados por Latour fazem referência à herança da colonização- inclusive sobre o resultado desse período histórico, com duração até o presente, na crise climática sobre migrações de poluição, refugiados de desastres naturais etc.-, a perda de garantias institucionais pelo enfraquecimento do papel do Estado, e, claro, o Antropoceno.

E segue, propondo uma fotografia das coordenadas políticas do estado atual da modernidade, com todas as limitações de representações imagéticas descritas na seção 1. Latour constrói vários modelos dessas coordenadas para ilustrar sua

3. Esse afastamento não é uma questão de geografia necessariamente, mas de correspondência simbólica.

4. Escrevi o esboço do que seria a seção dos sistemas biopolíticos quatro meses antes de ler Onde Aterrar.

análise. Elas servem de ferramenta de abstração para o destroncamento desses referenciais tradicionalmente usados para explicar posicionamentos distintos nas disputas dentro da Cultura moderna. Visto como simplório pelo próprio autor, são apenas um facilitador para posterior aprofundamento, e o reproduzo abaixo em termos mais gerais. Coloco a ressalva de Latour sobre o esquema tratar evidentemente apenas dos habitantes da modernidade (Latour, 2020b, p. 39).

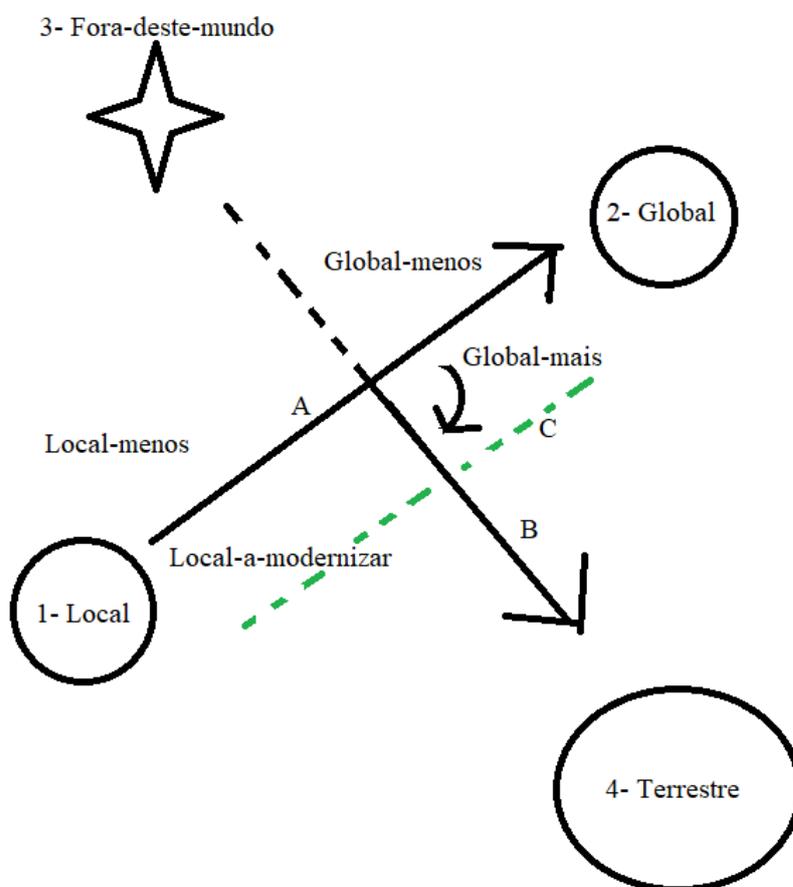


Fig.2: Reprodução autoral que compila os esquemas desenhados por Bruno Latour para ilustrar limitadamente a “descida à Terra” em “Onde Aterrorar” (Latour, 2020b).

Neste modelo, o eixo A representa o contínuo de disputas em torno do aprofundamento na narrativa universalista da modernidade, variando entre um extremo 2, o Global da utopia pela globalização, e um outro extremo 1, o Local enquanto representação moderna do anti-Global (Latour, 2020b, p. 37). O eixo A nesse caso indica a direção, no sentido de 1 para 2, da temporalidade moderna, em que o avanço no tempo compreende, naturalmente, o caminhar do progresso

em torno de uma sociedade mais integrada e regida por valores universalmente aceitos. Daí o posicionamento dos “progressistas” e “reacionários” de ambas Esquerda e da Direita, respectivamente, próximos de 2 e 1.⁵

Por isso, o autor afirma, “uma vez que a direção da história estava dada, poderia haver obstáculos ‘retrocessos’, ‘avanços rápidos’, até mesmo ‘revoluções’ e ‘restaurações’, mas nenhuma mudança radical na ordem geral das posições.”. O sentido poderia variar, mas a direção do mundo está traçada (Latour, 2020b, p. 39). Daí, no plano abaixo do eixo A, o “tradicional” debate em torno da modernidade entre o Global universalista (mais) e o Local cujo destino só poderia variar em direção ao seu oposto modernizado (Local-a-modernizar).

O autor, no entanto, questiona a relevância dessa oposição entre Global e Local, pois a crise da modernidade capitalista, sobretudo à luz das questões postas pelo Antropoceno, indica a impossibilidade material da consumação do trajeto rumo ao Global utópico. E se o Global-mais é impossibilitado, o Local-a-modernizar igualmente o é, pois perde o referencial que lhe dá significado. Então esse plano abaixo do eixo A (onde estão representados o Global-mais e o Local-a-modernizar) passa a fazer oposição a uma nova dinâmica, representada pelo plano acima do eixo A e resultado da falha no projeto da modernidade.

Nesse outro plano, o Global-menos faz referência ao aprofundamento indiscriminado da crença no progresso pela modernidade, a despeito de seus efeitos. O Local-menos, por sua vez é um retorno a um passado provinciano idealizado e excludente da vida compartilhada do mundo. A questão reforçada por Latour sobre esse deslocamento é que ambos são resultado da inviabilidade do projeto moderno, mas também não correspondem a saídas possíveis para os problemas à mesa. Na verdade, ambos são uma fuga, uma negação, do mundo material terrestre que não corresponde aos inviáveis mundos propostos (Latour, 2020b, p. 41).

A motivação do autor em atualizar as questões levantadas em Diante de Gaia e colocá-las em termos “menos acadêmicos” partiu do incomodo com esse deslocamento/descolamento das opiniões políticas para abstrações do mundo, produzidas como resultado da sacralização da modernidade, de sua impossibilidade, e da impossibilidade de questioná-la. Especialmente no movimento representado por aquele que levou à eleição de Donald Trump, além é claro de seus derivados em outras partes do mundo. Esse movimento concentra as inconsistências da

5. A orientação do “progressismo” nos dois espectros aponta para o Global.

virada “menos” do Global e Local, pois reúne uma aspiração por um Capitalismo tecnocrático total a valores tradicionais ufanistas referentes a passados idealizados.

Ambos são definidos em termos ultranacionalistas, em oposição ao Global, e ultraindividualistas, em oposição ao Local comunitário. Esse novo referencial de posições políticas é onde habitam, por exemplo, as elites econômicas negacionistas do Antropoceno, amparadas por atividades produtivas resistentes às evoluções de conotação positiva inclusive dentro da própria modernidade capitalista, como no desenvolvimento das chamadas tecnologias sustentáveis. Elites que assim o fazem com justificativas baseadas em tradicionalismos e nacionalismos. O movimento político trumpista reunia o *slogan* “*Make América Great Again*” e tinha como forte demanda o abandono do regime institucional internacional do Meio Ambiente. Por isso Latour reúne o plano do Global-menos e Local-menos nesse novo referencial 3, de Fora-deste-mundo, pois ele reúne e potencializa todos os elementos da modernidade que indicam a desconexão com o mundo no qual ela é colocada.

É como se, o autor explica, pensássemos (ou fabricássemos) o mundo a partir da estrela Sirius, uma posição fanaticamente objetiva porque descolada, e não da Terra. E é utilizando essa coordenada do Fora-deste-mundo que uma nova direção pode ser traçada, representada no eixo B, em uma nova temporalidade. Uma temporalidade cujo futuro, o sentido “para frente”, está marcado na nossa reaproximação com as condições materiais e interrelacionais da vida compartilhada, seja ela por uma readequação da nossa fábrica de mundo ou sofrendo as consequências de não a fazer. Em oposição ao negacionismo do mundo resultado da característica negacionista da modernidade (Latour, 2020b, p. 47), possibilita-se um novo referencial político 4, que Latour chama de Terrestre.

O novo referencial Terrestre traça, a partir do eixo B, uma oposição não somente ao Fora-deste-mundo, mas à parte do esquema indicadora das coordenadas “típicas” da modernidade, representada por A, 1 e 2, responsável pelo surgimento de 3. Em outras palavras, o Terrestre é uma proposta de fabricação de mundo fora dos parâmetros da Cultura moderna, e antagônico à sua desconexão com o mundo enquanto dimensão compartilhada. Da disputa entre “progressistas” e “reacionários”, Latour fala sobre uma nova disputa entre “Modernos” contra “Terranos”, cuja fronteira nesse modelo está mais ou menos colocada no eixo C.⁶ A nova coordenada política é uma oposição às definidas na matriz moderna.

6. Opondo o Terrestre tanto às coordenadas da modernidade quanto ao Fora-deste-mundo.

O polo Terrestre, no entanto, não exclui demandas antes espalhadas no eixo A. Na verdade ele simboliza uma reapropriação de demandas e posicionamentos políticos em algum mundo fora daquele definido pelas coordenadas da modernidade. Sua direção passa pela virada qualitativa mencionada anteriormente da temporalidade moderna e sua noção de futuro possível, “como se tivéssemos girado 90 graus, *suspensos entre o antigo vetor e um novo*, impelidos adiante por duas flechas do tempo que não apontam nunca para a mesma direção”. É a partir desse incomodo compartilhado com Latour, sobre como pode se dar essa virada e de “identificar de que esse terceiro termo é composto” (Latour, 2020b, p. 51), que essa seção se desenrolará adiante.

Tratando-se de um aprofundamento das reflexões oferecidas pela literatura, a proposta é discutir mecanismos conceituais, referenciais epistemológicos, alternativas da Cultura para auxiliar no deslocamento rumo a esse Outro mundo. Esses elementos serão explorados a partir de cientistas já anteriormente trabalhados, bem como alguns novos, com a preocupação comum de imaginar, ou fabricar, um mundo fora dos grilhões da modernidade capitalista. Em resumo, quatro seções farão esse papel.

A primeira se dedica à ferramenta da Profanação, enquanto movimento de rompimento da sacralidade moderna. A segunda enfim vai explorar o conceito de Magia proposto por Betti Marenko em sua análise de Simondon, em articulação com outras pesquisadoras, e seu papel na fabricação de um Outro mundo. Chegando a ele, a ideia do Terrestre será abordada pelo tema do Cthutuluceno de Donna Haraway e outras reflexões semelhantes sobre o compartilhamento desse Outro mundo com a alteridade. Ao final, faço um comentário mais específico sobre as propostas dentro da literatura mais dedicada às dinâmicas da informação e da Cultura.

3.2. Profanação

Como visto anteriormente, um dos componentes do conhecimento disponível refletidos por sociólogos do conhecimento é o conjunto de marcadores do seu caráter fragmentário. São aqueles demonstradores da sua finitude, das incertezas inerentes a qualquer matriz de significação de mundo (Gross, 2012; Schutz & Luckmann, 1973). Elementos esses muito importantes para a formação de sociedades mais reflexivas, são um bom ponto de partida para indicar caminhos culturais alternativos à modernidade capitalista.

Isto porque seu papel é contrário à própria lógica da modernidade, a qual busca conhecimentos totais, explicações gerais e definitivas. Apontar a existência de brechas, de buracos, zonas não exploradas da realidade pelo conhecimento, torna-se possível questionar a **sacralidade** do moderno. Ela não está mais em posição superior em relação às dinâmicas da realidade que ela busca significar. Torna-se um elemento do próprio real, tão contraditório quanto qualquer outro.

Daí a importância de iniciar as análises sobre referenciais teóricos para se orientar em direção ao Outro mundo, ao Terrestre, com a **Profanação**. O primeiro movimento para a virada qualitativa para fora da modernidade é a constatação de sua condição terrestre, e não sagrada. Para a lógica moderna, poucas heresias são tão grandes quanto questionar a própria sacralidade de sua ordem. Retomando as discussões de Agamben da seção 1, é na metáfora do museu enquanto templo da modernidade que estão postos os elementos da vida retirados da perspectiva de uso (Agamben, 2007, p. 73).

Profanar, nesse sentido, é invadir o museu templo da modernidade e retomar as coisas do mundo ali presas. É reativar o uso antes buscado no consumo das mercadorias do Capitalismo (Agamben, 2007, p. 72). Mas, alerta Agamben que

é preciso lembrar que a profanação não restaura simplesmente algo parecido com o uso natural [pois isso dependeria da manutenção da divisão Natureza/Cultura], que preexistia à sua separação na esfera religiosa, econômica ou jurídica. A sua operação (...) é mais astuta e complexa e não se limita a abolir a forma da separação para voltar a encontrar, além ou aquém daquela, um uso não contaminado. Também na natureza acontecem profanações. (Agamben, 2007, p. 74)

O uso denotando possibilidade de uso é aquele capaz de retirar a coisa utilizada de sua determinação estabelecida. O autor, nesse momento, utiliza o exemplo do gato brincando com um novelo de lã utilizando seus movimentos de predação. Mas ele aponta outros dois mecanismos interessantes de Profanação. São eles a paródia e o lúdico, mais especificamente o jogo.

Ambas as práticas demandam a utilização de coisas cujas categorias simbólicas já estão previamente estabelecidas. Especialmente a paródia, que transforma no ridículo esse símbolo preexistente, gerando o efeito do humor justamente pelo uso inesperado de um elemento até então entendido pela sua intangibilidade (Agamben, 2007, pp. 38,44). O jogo, por sua vez, é uma derivação de antigas cerimônias

ritualísticas. Analisando as reflexões de Émile Beneviste, o filósofo Agamben afirma a “potência do ato sagrado” residir “na conjunção do mito que narra a história com o rito que a reproduz e a põe em cena. O jogo quebra essa unidade: como *ludus*, ou jogo de ação, faz desaparecer o mito e conserva o rito” (Agamben, 2007, p. 67).

A Profanação, então, mostra-se como o primeiro eixo com potencial de iniciar a virada rumo ao Outro mundo. É por meio dela que se torna possível questionar a totalidade da Cultura da modernidade, reafirmar e alargar suas brechas, seus buracos, seus fragmentos e fronteiras inexploradas. Ela permite incorporar a incerteza e imprecisão de uso das coisas, de ação dos elementos do mundo. Essa incerteza também é explorada por Agamben em um exercício reflexivo de Profanação do autor.

Ao realizar uma análise profana da Felicidade, Agamben afirma que a atingir só é possível se o Eu não tem consciência de sua existência e possibilidade. Há uma “diferença entre viver dignamente e viver feliz” (Agamben, 2007, p. 24). Viver dignamente está relacionado com conquistas sabidamente possíveis pelo Eu. São colocados objetivos dos mais pessoais, mas alcançá-los, segundo o autor, não traz felicidade, pois já estavam projetados, previstos, conhecidos.

Para ser verdadeiramente feliz, no entanto, Agamben expressa a necessidade de desconhecimento e incerteza sobre a possibilidade de sê-lo pelo Eu. Uma relação paradoxal, pois “quem é feliz não pode saber que o é”, e a Felicidade “só nos cabe no ponto em que não nos estava destinada”, ou na medida da sua imprevisibilidade (Agamben, 2007, p. 24). A Magia, então definida pelo autor como o nomear do oculto, fuga da linguagem estabelecida e do tido como natural, é a ferramenta necessária para reconhecer a existência do desconhecido possível, do contraditório, rompendo a previsibilidade (e, portanto, o destino) da Felicidade, repossibilitando-a se mantida como imprevisível (Agamben, 2007, pp. 23-5). A Magia é o mecanismo explorado na seção seguinte, a partir de sua potência em, justamente, profanar.

3.3. Magia

Na seção 1 o conceito de Magia já foi colocado para tanto posicionar conceitualmente esta pesquisa quanto para posteriormente guiar a contextualização histórica da crise da reificação da Cultura pela apropriação capitalista da informação. Essa reflexão será reapresentada nesta seção como uma alternativa ao problema abordado. Retomarei as autoras (Marenko, 2019) e (Stengers, 2017) para a discussão a partir do que Agamben escreveu sobre Magia.

Foi discutido como a dinâmica da modernidade depende de uma reprodução sistemática de certezas para determinar vida e morte, através da colonização de sujeitos para torná-los objetos. Também esconde as próprias contradições em sua realização através de uma narrativa civilizatória. A associação das reflexões de Marenko e Agamben permite tecer a alternativa, pois oferecem uma interpretação de Magia robusta para guiar a “descida ao Terrestre”.

O filósofo italiano, novamente, confere à Magia o poder de acessar e criar elementos desconhecidos do mundo. Para Marenko, mágica é o ato cujo objetivo é “tentar controlar e alterar o ambiente por meios artificiais” (Marenko, 2019, p. 217), e a associa a ideia de animismo, “a noção de que objetos e outras entidades não humanas possuem (...) qualidades de pessoa⁷” (Marenko, 2019, p. 220). Assim, lhe atribui três componentes principais, a efetividade (sua capacidade de realização), o mistério (acesso ao desconhecido) e a estética (a habilidade de provocar reações sensoriais e emocionais em sujeitos) (Marenko, 2019, p. 218).

Essa ferramenta conceitual permite, em primeiro lugar, a possibilidade de explorar usos incertos de coisas do mundo, e, portanto, em contraponto com a sacralidade da matriz moderna de maneira profanadora. Em segundo lugar, ela depende do rompimento da oposição sujeito/objeto, pois se deve atribuir subjetividade a todas as coisas para ativar-lhes a Magia. Isso é um posicionamento epistemológico contrário ao impulso objetificador da modernidade, já que puxa de volta para o mundano as coisas antes sacralizadas no museu, reaproximando os domínios da Natureza/Cultura.

O potencial da Magia e animismo em embasar uma Cultura crítica da modernidade é mais explorado por Stengers. Ela coloca esses termos não como mera ferramenta epistemológica, mas como uma atitude de fuga consciente das amarras colocadas pela modernidade historicamente moldadas. No caso do animismo, reativá-lo como pretende a autora é não recuperar seu uso passado já categorizado, mas regenerar essa relação “a partir da própria separação, regenerando o que a separação em si envenenou”. Trata-se de reconhecer o potencial que “o meio tem em contaminar”⁸, de como as relações compartilhadas entre coisas-sujeitos habitantes do mundo move a Cultura (Stengers, 2017, p. 8).

A autora em seu texto “Reativar o animismo” discute Magia e animismo tecendo uma crítica de como a colonização desses termos, e o próprio mecanismo de

7. Traduzido de *personhood*, que poderia significar “personalidade” em uma tradução mais literal, mas foi adaptado para manter a ideia central da frase da autora.

8. Importante a colocação de Stengers ao final dessas citações da distância em relação ao argumento relativista que afirma não haver autoridade de fato em nenhuma “verdade”. Essa reflexão pelo animismo, pelo contrário, reativa o potencial de múltiplas verdades em significar mundos.

colonização da modernidade, é um processo herdeiro da Inquisição católica da Contrarreforma. Simbolicamente, ela argumenta, foi um dos momentos da história onde a violência da caça às bruxas (além, claro, das primeiras colonizações) forçou a fixação da hegemonia do pensamento moderno, através da divisão da sociedade entre as bruxas, seus caçadores e os respectivos herdeiros de ambos.

Por conta disso, a reflexão por esses termos esbarra na autoridade do conhecimento científico. Constata a colonização da Magia e do “animismo” pela Ciência (com “C” maiúsculo) (Stengers, 2017, p. 4), como folclore e da referência apenas pela proteção da analogia:

falamos livremente da magia de um acontecimento, de uma paisagem, de um trecho de música. Protegidos pela metáfora, podemos então expressar a experiência de uma agência que não nos pertence, mesmo que ela nos inclua, estando este “nós”, porém, sob a sedução de um determinado sentimento. (Stengers, 2017, p. 12)

A autora então reforça a necessidade de colocar-se fora da proteção desse uso dos termos enquanto mero conceito, e aceitar a possibilidade de sermos mistificados (Stengers, 2017, p. 12).

A tomada de consciência da Magia não é uma habilidade naturalizada em algo ou alguma coisa, mas uma constatação da importância da experiência e da “mudança como forma de criação” (Stengers, 2017, p. 13); no caso dos habitantes da modernidade, uma resposta ativa à colonização do mundo que também exprime uma responsabilidade. Por isso a autora reforça a nomeação dessa reativação da experiência compartilhada e da mudança como motor da criação, e em uma reflexão sobre o animismo. Pois isso é uma experiência ativa em si de resposta e contraponto à modernidade.

As duas autoras convergem nessa retomada das ideias de Magia e do animismo discutindo inclusive as aplicações e a autoridade cultural da tecnologia e do conhecimento científico. O primeiro, tecnologia, por Marenko, realizada em uma análise da obra de Simondon sobre o animismo e Magia em seu desenvolvimento. A autora avança até o algoritmo, nomeando dois processos críticos: tecno-Magia e Animismo 2.0.

Os dois expressam uma nova fronteira de interpretação e utilização da tecnologia (digital) que coloca em primeiro plano o debate sobre a relação entre sujeitos

humanos e não-humanos, em detrimento de reforçar a separação entre a virtualidade e a materialidade (Marenko, 2019, p. 220). Marenko faz essa proposta apontando como ela explica melhor a relação atual entre habitantes da modernidade e a tecnologia. A autora, como (Regattieri & Antuon, 2018), também reforça o argumento de Simondon sobre a limitação do uso do algoritmo pela programação, pois a criação tecnológica em detrimento de seu desenvolvimento mercadológico depende da incerteza da máquina em de fato realizar a sua tarefa (Marenko, 2019, p. 216).

Esse mesmo raciocínio é utilizado por Stengers sobre o conhecimento científico. Ela o vê como resultado de “realizações científicas” ou “aventuras da ciência”, o caminhar sobre campos compartilhados de saber os quais mesmo conhecidos, são sempre indefinidos. A Ciência, por outro lado, é a apropriação das realizações científicas pela modernidade, transformando-a em um combustível da colonização (de sujeitos, outros saberes, mundos) e se colocando, em uma “narrativa épica”, como desencantadora do mundo (Stengers, 2017, p. 4).

E ela reforça, sobre a hegemonia moderna, “os cientistas estão contaminados, é claro, assim como quem admite que eles têm autoridade para decidir o que existe objetivamente” (Stengers, 2017, p. 7). A modernidade cria uma fortaleza em torno das realizações científicas que acaba por privá-las de experiências em um mesmo plano com saberes alternativos, como aquelas resultado do diálogo com tradições de povos originários da Amazônia comentados em (Cunha, 2007). Mas Stengers assim o propõe fazendo um alerta importante sobre o uso desses termos.

A releitura da Ciência enquanto realizações científicas é base para a autora afirmar que ainda vive(mos) no mundo da hegemonia da modernidade capitalista e da autoridade da Ciência. Ela reconhece sua posição de ainda habitar o mundo e a Cultura onde os “Outros” são animistas, mas nunca o “Nós”. Por isso Stengers é atenta a, e alerta para o caráter imprescindível da consciência de contraposição ativa e responsável ao regime do Moderno nessas reflexões sobre Magia e animismo. Por isso também para Marenko a importância de novas perspectivas de uso para tecnologias existentes em detrimento da constante inovação tecnológica para atender a interesses do capital.

Essa reativação proposta em articulação das duas autoras acima comentadas tem o potencial de alterar a fábrica de mundos da modernidade para novas possibilidades, críticas, responsivas e conscientemente responsáveis de habitar o mundo. Essa perspectiva de Magia e animismo se coloca como motor de mudança e da criação.

A próxima seção tem o objetivo de discutir as perspectivas de mundo à luz das reflexões expostas acima, sobretudo as que propõem saídas ao Antropoceno, sob a lente do Cthutuluceno.

3.4. Cthutuluceno

Em diálogo com as autoras discutidas na seção anterior e entre si, as pesquisadoras Donna Haraway, Anna Tsing e o pesquisador Tim Ingold articulam possibilidades novas de habitar o mundo, resignificá-lo e fabricar outros⁹. De maneira geral, todos demandam uma virada na percepção da individualidade como forma de habitar e significar o mundo, e falam de colocar o indivíduo-sujeito como um Outro-sujeito em constante relação difusa com Outros-sujeitos. Eles usam analogias semelhantes em torno da visão de, se a vida de um sujeito não é um ponto, mas um fio, o mundo é **composto** por emaranhados e é neles onde decorrem seus acontecimentos. Jamais em fios ou pontos isoladamente.

Propondo também uma reformulação na autoridade e aplicação da Ciência como Stengers, a autora Donna Haraway a coloca como uma prática investigativa que é não a de um observador neutro descontextualizado, mas de uma interlocução entre sujeitos. O sujeito questionador-cientista deve, no mínimo, propor um contexto propício para a habilidade de resposta do sujeito-responder. O compartilhamento da experiência torna-se motor da Ciência agora realizações científicas (Haraway, 2016, p. 127).

Sobre essa argumentação, Haraway rediscute a passagem Pensamento moderno para o desse Outro-mundo. O com inicial maiúscula representa a mesma narrativa épica do mundo da modernidade comentada por Stengers. O pensar desse Terrestre é um “pensar-com”, uma experiência de articulação de pensamento entre sujeitos sob a condição de habitantes do mesmo mundo. Uma “visitação” com outras pessoas. E foge do épico moderno pois reestabelece a fábrica do mundo no mesmo plano dos sujeitos, lhes permitindo um manejo conjunto- “nada mais mundano” que isso. E habitar o mundo dessa maneira é a cultivar a “habilidade de resposta responsável” comentada na seção 1 (Haraway, 2016, p. 130). A manutenção da

9. Aqui cabe uma nota um pouco mais elaborada sobre o estado da literatura. Já há uma produção textual (e arte-visual) bastante robusta, influenciadora de outras citadas nessa pesquisa, baseada na cosmologia ameríndia amazônica em relações de contraponto, resistência e convivência com a modernidade. Especificamente a obra do xamã yanomami Davi Kopenawa (com o antropólogo Bruce Albert e o cineasta Luís Bolognesi), os do líder indígena Ailton Krenak, e as reflexões de Eduardo Viveiros de Castro e Debora Danowski. Tendo conhecimento da sua imensa contribuição, opto por não a aprofundar nesta pesquisa, pois exigiriam uma dedicação e foco próprios que extrapolam o tamanho previsto para este trabalho.

experiência compartilhadas entre sujeitos humanos e não humanos responsáveis pelas mudanças no mundo, sobretudo quando soa o chamado para protegê-lo.

A esse mundo fabricado a partir da Magia e do animismo, reativado pela experiência compartilhada entre sujeitos diversos responsáveis, Donna Haraway dá o nome de Cthtulukeno. Esse mundo não é “nem sagrado nem secular; essa fabricação de mundo terrestre é marcadamente terrana, enlameada, e mortal- que está em jogo agora”. E por isso a autora coloca que “nós estamos em jogo uns com os outros” (Haraway, 2016, p. 55). O que indica para a autora ser por esse mundo a resposta efetiva ao Antropoceno cuja crítica é descrita por Latour (Haraway, 2016, p. 43). Uma previsão menos pessimista em relação a de Latour, a qual aponta para uma virada ao plano do Terrestre por consciência ou consequência da necessidade de responder à crise climática.

Tal como feito com os termos Magia e animismo, o Cthtulukeno é uma reapropriação de uma obra fora do domínio da Ciência- da ficção científica- para confrontá-la¹⁰. A renomeação do monstro lovecraftiano denota o que Haraway chama de “tentacularidade”, ou “pensamento tentacular”, descrito acima, como característica definidora do Cthtulukeno. Mundo no qual sujeitos se emaranham em conjuntamentos difusos, e sua existência e significação do mundo depende desses emaranhados (Haraway, 2016, pp. 31-2).

Os emaranhados aproximam as reflexões de Haraway às de Ingold. Esse autor se preocupa em desconstruir a organização do mundo entre sujeitos e objetos. Ele utiliza o termo “coisas” para os habitantes desse mundo- como Haraway utiliza “criaturas” (Haraway, 2016, pp. 13-4). As coisas não são unidades, mas fios espalhados no espaço e no tempo, jamais vistos separadamente, existentes enquanto emaranhados com outros fios em “parlamentos”:

Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas. (Ingold, 2012, p. 29)

10. Donna Haraway assim reativa o papel da ficção científica na fabricação de mundo, inclusive aquela geradora da modernidade. Esse é um tópico bastante explorado no livro comentado nesta pesquisa, e mereceria outro trabalho unicamente dedicado a essas reflexões. Outro autor que comenta a importância da ficção na modernidade é (Certeau, 2012, p. 42).

Esse caos dos emaranhados, formas não delineadas e de impossível desembaraço, são contraponto à engenharia com a qual tenta-se organizar a vida na modernidade, tentativa “constantemente frustrada” pela negação da vida em ser contida (Ingold, 2012, pp. 36-7). Tal vazamento permite a contaminação entre sujeitos e sua interação para fabricar o mundo. Isso é evidenciado pelo exercício proposto pelo autor em descrever uma árvore, e a dificuldade de separar na descrição a definição das coisas (insetos dentro da casca, a casca, o líquen, o musgo, mesmo o pássaro habitante da copa) de seu estado constante de relação.

São essas reflexões, Haraway afirma, que explicam porque “nem a biologia nem a filosofia sustentam mais a noção de organismos independentes em ambientes, isto é, unidades que interagem além de contextos / regras” (Haraway, 2016, p. 33). E é essa perspectiva a base da argumentação de Anna Tsing, ao observar em termos gerais como experiências compartilhadas se articulam para criar novos contextos e habitações neste mundo, e especificamente o estado da reprodução e circulação do tradicional cogumelo *matsutake*, como resultado da ruína produzida pela modernidade capitalista.

O trabalho de Tsing explorando a cadeia do *matsutake* é um enorme esforço (muito bem recompensado pelo resultado da pesquisa) em explorar, além dos elementos de contraposição à modernidade capitalista, a importância da incerteza, do desconhecido, da ruína, da indeterminação- inclusive aqui o papel dos sujeitos não humanos e o desconhecimento de sua capacidade de fabricar mundos sem a participação de humanos. Ela dialoga com uma reformulação na literatura da biologia sobre o conceito de espécies, que busca observar os sujeitos contidos em unidades não relacionadas e independentemente atuantes.

Se alinha com a proposição de que o estado de um indivíduo/espécie é resultado de encontros e interações indeterminados entre esses sujeitos- ou seja, emaranhados- nunca replicáveis, sempre contidos em uma espacialidade e temporalidade própria. Nesse sentido, analisar o estado de algo ou alguma coisa demanda levar em conta as relações entre essas coisas que o permitem (Tsing, 2015, pp. 139-42). E dessa maneira, em uma articulação entre processos históricos, disputas político-econômicas, manejos florestais, relações interespecies e narrativas interpessoais, Tsing consegue tecer uma análise muito mais mundanamente embasada sobre os sujeitos atores e seu mundo a partir da cadeia do *matsutake*, do que uma análise construída pela Ciência épica da modernidade.

Antes de concluir a seção, é pertinente dedicar uma seção mais curta para comentar três propostas epistemológicas especificamente dedicadas a oferecer ferramentas para a desconstrução da narrativa épica da Ciência. Por conta disso, uma última subseção discutirá brevemente mecanismos propostos por pesquisadores de dinâmicas da informação e do conhecimento já dedicados ao “processo de descolonização” da Cultura: a Descolonização dos conceitos, a Hibridação e a Diversidade.

3.5. Novas epistemologias da informação e Cultura

A Descolonização dos conceitos e do pensamento é explorada por García Gutiérrez, em uma proposta de uma nova epistemologia. Em contraponto àquela construída pela modernidade que “representaria esse mundo ideal do conhecimento competitivo e bem-sucedido” classificado, Gutiérrez sugere uma “epistemografia, [a qual] se ocuparia do conhecimento despercebido”, das incertezas, do contraditório (Gutiérrez A. G., 2006, pp. 104-5) e do subterrâneo (Canclini N. G., 2013). Explorar o conhecimento rompendo as fronteiras do conhecimento colonizado.

Trata-se de uma construção do conhecimento e da Cultura sobre um processo consciente de constante desconstrução, uma classificação em constante movimento desclassificatório para atingir um pluralismo lógico. Colocaria na linha de frente a “responsabilidade de nossas categorias” escolhidas para significar o mundo. Em diálogo com Donna Haraway, sugere inicialmente situar o conhecimento em um lugar de onde se fala como forma de evitar o relativismo impedidor da crítica (Gutiérrez A. G., 2006, p. 108). A partir disso, o foco no elemento do contraditório torna-se possível por exemplo utilizando-se de oxímoros (Gutiérrez A. G., 2006, p. 110), cujo do autor é resumido com “a desclassificação como projeto de recolonização descolonizante” (Gutiérrez A. G., 2013, p. 97).

A epistemografia preza por uma abordagem transdisciplinar e favorece a proeminência de processos de Hibridação (Gutiérrez A. G., 2006, p. 106) das categorias da Cultura, aprofundados por Nestor García Canclini. Esse autor analisa a modernidade latino-americana em três eixos, a capacidade das disciplinas de separadamente identificarem processos híbridos, como sua colaboração pode criar novas lentes para essa análise, e a extrapolação que a transdisciplinaridade permite para os estudos da Cultura. São dois mecanismos de hibridação do conhecimento mais comentados pelo autor. O descolecionamento (semelhante à desclassificação de Gutiérrez) (Canclini N.

G., 2019b, p. 302) e a desterritorialização para reterritorializar, no sentido de “perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais (...) parciais, das (...) produções simbólicas” (Canclini N. G., 2019b, p. 309).

A relação pertencente, desenraizada e plural com o território serve de base para as reflexões sobre a Diversidade de Lins Ribeiro. Atendendo às questões de Haraway sobre situar o conhecimento em um lugar, o autor argumenta sobre a impossibilidade de formar globalizações universalistas. Como argumenta Latour sobre a legitimidade da demanda de pertencer a algum lugar (Local) (Latour, 2020b, p. 66), discursos globais sempre estarão e devem estar vinculados a algum lugar. A referência oferecida pelo autor para construí-los de maneira a garantir uma Diversidade democrática são os “particularismos cosmopolitas, [que] são capazes de lidar com as tensões entre particularismos e universalismos, entre hibridismo e fundamentalismo, de maneira mais produtiva” em relação a discursos hegemônicos (Ribeiro, 2014, p. 187). Um vínculo com um território aberto ao compartilhamento da experiência com a diferença e o contraditório.

Enfim articuladas, essas são as fundações da proposta de um Outro-mundo e sua Cultura. Uma que zele mais pelo papel das relações e da experiência compartilhada entre sujeitos para significá-lo. Capaz de atribuir a habilidade de resposta responsável a seus membros e não dependa de narrativas épicas sobre a verdade absoluta por traz da incerteza caótica da vida em emaranhados- pelo contrário, o mundo e a experiência nele compõem o mesmo domínio. Jamais buscando separar sujeitos de suas relações contextuais, mas entendendo sua existência enquanto resultado delas. O tentacular Cthuluceno como saída do Antropoceno.

São esses novos horizontes oferecidos pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores analisados acima, uma Cultura animista e uma Magia como potencial para diversos sujeitos humanos e não humanos constantemente interagir e a guia para a discussão das perspectivas desta pesquisa. Sobre o que se trata a modernidade capitalista e sua crise- destrinchando seu discurso historicamente construído e os resultados dissonantes no campo da experiência. Também são eles o referencial de pensamento para começar a imaginar saídas ou ao menos respostas para essa crise, e explorando mundos alternativos possíveis.

SEÇÃO 4 ▪ Lugares da Cultura e o Ecossistema de Bibliotecas

Após uma tentativa de sistematizar o problema principal que nomeio “crise de reificação da Cultura pelo processo de apropriação capitalista da informação” na sociedade da modernidade capitalista, e tecer reflexões que articulam as respostas propostas pela literatura a ele, a partir daqui essa pesquisa irá se debruçar sobre uma experiência de campo dentro dos Lugares da Cultura. Nessa primeira etapa de nova seção, busco apresentar os detalhes dessa fase da pesquisa.

Em primeiro lugar, devo brevemente apresentar uma conceitualização utilizada para referenciar o que seriam esses Lugares. Essa tarefa será realizada por um diálogo entre os argumentos de Pierre Nora, acerca dos lugares de memória, com as reflexões de Natália Duque, em seu trabalho sobre dispositivos culturais. Combinou-se elementos dessas argumentações para chegar em um referencial útil para os termos desta pesquisa.

4.1. Lugares da Cultura, quais?

Um dos principais nomes da literatura sobre os processos de memória na modernidade, Pierre Nora apresenta o termo “memória” sobretudo em comparação com a ideia de “história”. Enquanto o segundo é tido como a operação intelectual de narrar acontecimentos passados, “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, a memória é o processo de viver o presente através da significação afetiva, simbólica, especialmente coletiva e intersubjetiva do passado:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. (Nora, 1984, p. 9)

Os lugares de memória, para o autor, são espaços, físicos ou não-físicos, que evocam esses processos, em um sentido triplo da palavra “lugar”: material, simbólico e funcional, através de uma “sobredeterminação recíproca” com a história-memória para narrar o passado. Por exemplo, uma biblioteca que funciona como um simples depósito de materiais, “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1984, pp. 21-2). Contrapõe também “os lugares dominantes

e os lugares dominados”, os primeiros funcionando como grandes templos da narrativa oficial da autoridade – característicos, Nora afirma, das sociedades da modernidade composta pelos sujeitos que depositam sua própria capacidade de memória nos templos objetivos –, enquanto os segundos se apresentam como “lugares de refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas (...). O coração vivo da memória” (Nora, 1984, p. 26).

O autor coloca, no entanto, a necessidade de “vontade de memória” por trás dos processos nesses lugares, e afirma que sua ausência os configuraria em lugares de história, ou seja, apenas dedicados a realização da narrativa estabelecida sobre o passado. Aqui cabem as reflexões de Natalia Duque, para aprofundar a ideia da intencionalidade referida por Nora, a partir de sua perspectiva em relação aos dispositivos culturais, nesse caso especificamente discutindo o papel das bibliotecas na realização da modernidade europeia na América Latina pela Colonização.

A partir das reflexões de Agamben, Foucault e Deleuze sobre o mesmo conceito, a autora destaca a potência dos lugares como dispositivos culturais tanto para a manutenção da Cultura hegemônica quanto para sua crítica e dissonância, para “a descolonização-colonização do ser e saber, e, portanto, para (...) incrementar ou diminuir a brecha social em termos de cultura, educação e participação política” (Cardona, 2019, p. 12). Trata-se de espaços que denotam as relações de poder social, simbólico, político e econômico, e “se materializam em estratégias, tecnologias e táticas de dominação”:

Agamben permite consolidar as ideias propostas até aqui, em seu artigo ‘O que é um dispositivo? (2011)’ apresenta uma compreensão [do termo] baseada no reconhecimento de um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente cada coisa, discursiva ou não: discursos, instituições, edifícios, leis (...). O dispositivo, tomado por si só, é a rede esticada entre esses elementos. O dispositivo sempre tem uma função estratégica concreta, que está sempre inscrita em uma relação de poder. Como tal, o dispositivo resulta do cruzamento das relações de poder e saber. (Cardona, 2019, p. 25)

Nesse sentido, entende-se que todo dispositivo cultural, imerso nas e realizando as relações de poder – sobretudo na biopolítica do exercício da soberania sobre os corpos dos sujeitos discutida anteriormente – é carregado de uma carga de intencionalidade. Mesmo aqueles compostos por discursos de neutralidade e objetividade não são isentos dessa intenção, dado que, como visto em seções anteriores, o próprio discurso nesse caso reproduz as relações hegemônicas da

Cultura. Da mesma maneira com os “lugares dominados” de Nora, localizados nas rachaduras e frestas da hegemonia cultural, são em si uma das partes dessa relação de poder.

Os lugares foco dessa pesquisa combinam esses dois aspectos dos conceitos apresentados acima. Por um lado, são a materialização da vivência da cotidianidade das relações entre diferentes sujeitos e seus grupos, constantemente interagindo em processos que significam e ressignificam a experiência do real através dela própria – nos termos deste texto, os lugares com potencial de Magia (Marenko, 2019). Por outro, tal potencial de animação da realidade não ocorre num vácuo de intenções e esquemas simbólicos e hierárquicos estabelecidos.

Nenhum desses lugares – um museu, um monumento, uma biblioteca ou uma rua –, frutos da experiência humana concreta, são obras do acaso ou “naturais”. Compõem eles próprios essas relações de poder. Daí, concluo, a importância de definir um conceito (instável) de Lugares da Cultura que igualmente considere seus emaranhados com as hierarquias simbólicas, não deixando de reconhecer as contradições e hibridizações possíveis nesses esquemas – por exemplo, uma instituição cultural como política pública, servindo a um determinado projeto de Estado, mas com práticas que buscam romper os referenciais políticos estabelecidos.

Dada a abrangência conceitual dos Lugares da Cultura, para essa etapa de campo foi realizado um recorte temático de um tipo específico de espaço que, no senso comum, é mais diretamente associado às dinâmicas da Cultura. A experiência das bibliotecas, ou também o ecossistema bibliotecário, em algumas regiões da Colômbia, especificamente em Medellín e o departamento de Antioquia, mas também passando brevemente pela cidade de Cali e pela capital Bogotá, será o tema das próximas seções desta pesquisa.

O objetivo dessa etapa é o estudo de experiências práticas nos Lugares da Cultura definidos que façam reflexões e possíveis respostas para os problemas apresentados neste trabalho. Novamente nos termos aqui utilizados, entender se e/ou como buscam profanar a sacralidade da Cultura, reativar a Magia e emaranhar sujeitos em processos vinculativos de pensar outros mundos possíveis no Cthulluceno. E, como já referido, não deixar de pontuar suas características contraditórias ou híbridas em relação aos processos hegemônicos.

Essa fase foi realizada a partir do programa contínuo *Pasantía de Investigación da Universidad de Antioquia* (UdeA), em Medellín¹. Recebido pela *Escuela Interamericana*

1. Disponível em: <https://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/internacional/cooperacion-cientifica/pasantias-investigacion> (acesso em 1/09/2022).

de *Bibliotecología* (EIB), com a professora Natália Duque Cardona e demais professores do departamento², seminários temáticos realizados pelos docentes do departamento possibilitaram um aporte teórico às pesquisas realizadas por lá. Essa parte da etapa de campo foi de suma importância, dada a extrema participação da EIB em diversos processos nos Lugares da Cultura, seja em bibliotecas (públicas e populares), movimentos sociais, lugares de memória das vítimas do Conflito Armado³, escolas, coletivos etc. Especificamente no caso do ecossistema de bibliotecas, é ampla a atuação dxs docentes e pesquisadorxs no suporte para desde gestão de processos, referências teóricas e reflexivas, até construção de políticas públicas (PCLEO, 2016; REBIPOA, 2019).

Com essa bagagem da atuação dos membros da EIB nos Lugares da Cultura, foram realizadas visitas aos que pertenciam ao ecossistema bibliotecário⁴. Em um cronograma construído a partir dos encontros dentro da rede de atuação do departamento da Universidade, pude escutar a experiência territoriais de bibliotecas públicas e populares. Elas formam o cerne do ecossistema analisado, que de tal forma é restrito a elas. Também as redes associativas de iniciativas populares e comunitárias e os órgãos de construção de políticas públicas são elementos fundamentais, igualmente presentes nessa etapa. Ela foi feita entre o final de janeiro e o final de março de 2022, e o detalhamento dos locais pode ser conferido na tabela abaixo.

2. Santiago Velázquez, Maria Camila Restrepo, Didier-Jesus Álvarez, Fernando Hoyos, Marta Lucia Giraldo, Sandra Arenas, Luis Carlos Toro

3. O Conflito Armado é um conceito amplo voltado para discutir toda uma variedade de violências reproduzidas estruturalmente e repetidamente na Colômbia. Quatro características sobre ele são tidas como consensuais (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, pp. 24, 27-9): é um conflito com enormes diferenças regionais, descontinuado (dados os contrastes da evolução dos atores armados), complexo (devido ao grande número de atores envolvidos, especialmente as diversas Guerrilhas, grupos paramilitares e agentes de segurança pública), e prolongado em vários períodos temporais de distintas configurações de atores (1965 a 1981, 1982 a 1994, 1995 a 2005 e 2006 a 2014, com a possibilidade de se estender no futuro em outras demarcações). Apesar de, nos trabalhos e políticas públicas referentes à produção de uma memória e justiça social, haver um foco nas violências produzidas pelos múltiplos atores dos diferentes grupos guerrilheiros, paramilitares e agentes do Estado, está claro que o conceito em si não se fecha nessa abordagem, relacionando as práticas desses grupos a outros processos de violência na sociedade, como a perpetrada pelo narcotráfico, mas também aquelas mais amplas, reproduzidas estruturalmente (de gênero, raça, vulnerabilidade, nas comunidades por seus próprios coabitantes) (pp. 22). Por fazer essa articulação entre diferentes reproduções de violências tanto de atores específicos quanto mais gerais na sociedade, e não se limitando a um período nem a um governo em particular, pode-se dizer que o Conflito Armado transmite uma perspectiva robusta de longa-duração dessa violência estrutural, facilitando, pelo menos parcialmente, o trabalho de reparação e memória social, vinculando esses processos continuados com o presente em disputa.

4. Outros lugares também foram visitados, como as instituições e movimentos sociais de memória do Conflito Armado (Centro Nacional de Memória Histórica, Casa de Memória de Medellín) e centros culturais de bairro em Medellín (Centro de Desenvolvimento Cultural Moravia). Ainda que extremamente relevantes para as reflexões produzidas neste trabalho, a análise demandada por sua riqueza e complexidade seria muito maior do que o escopo aqui colocado.

Tabela 1 – Cronograma de atividades de pesquisa de campo definido com a EIB-UdeA

	28	29	30	31	
Jan	Seminário na UdeA, prof. Didier Álvarez	Visita guiada ao Parque Biblioteca San Antônio de Prado	Visita guiada ao Parque Biblioteca San Cristóbal	Seminário na UdeA, profa. Camila Restrepo	
	Seminário na UdeA, prof. Fernando Hoyos				
	1	2	3	4	5
Fev	Seminário na UdeA, prof. Santiago Velásquez	Visita guiada à Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena	Visita guiada à Biblioteca Pública Corregimental Las Palmitas	Visita guiada ao Centro de Diversidad de Sexo y Genero, reunião com a equipe	Viagem à Bogotá
	7	8	9	10	11
	Visita guiada à sede do CERLALC, reunião com a direção	Reunião com Silvia Castrillón	Regresso a Medellín	Reunião com a coordenação do Plan Ciudadano de LEO de Medellín (Casa de Lectura San Germán)	Seminário com a profa. Natalia Duque
		Reunião com a Red Nacional de Bibliotecas públicas			
	14	15	16	17	18
	Reunião com a coordenação do Centro Nacional de Memoria Histórica	Visita guiada à Casa Barrios de Lectura Infantil Comfenalco	Visita guiada à Biblioteca Pública Castilla Comfenalco	Visita guiada à Casa de Lectura de Guadalupe Fundación Ratón de Bibliotecas	Visita guiada à Biblioteca Pública Claustro Comfama
	20	23	24	25	26
	Graffitiour na Comuna 13 pelo coletivo Casa Kolacho	Visita guiada à Biblioteca Pública Sabanetas	Visita guiada ao Colectivo los Botones	Viagem a Cali	Visita guiada ao Biblioghetto e ao bairro Petecuy
27	28				
Conversa com ex-membros dos coletivos da Biblioteca de la Dignidad	Regresso a Medellín				
	2	7	8	9	10
Mar	Reunião profa. Marta Lucia	Encontro com coordenadores da Red de Bibliotecas Populares de Antioquia	Reunião prof. Luis Carlos Toro	Reunião prof. Luis Carlos Toro	Reunião profa. Sandra Arenas
				Visita ao Parque Biblioteca García Márquez Doce de Octubre	
	11	12	13	17	19
	Visita guiada à biblioteca popular Sala de Lectura Corporación Girasól	Visita guiada à biblioteca popular Lola Vélez na Corporación de Teatro T-Asombro	Visita guiada à biblioteca popular Barrio Santander	Visita guiada à Biblioteca Pública EPM	Visita guiada à biblioteca popular Agencia de Fomento Luna Roja
	22	23	23	25	26
	Visita guiada ao Centro de Desarrollo Cultural Moravia	Realização de Aula ao curso de graduação de Bibliotecologia da UdeA		Visita guiada ao Centro de Desarrollo Cultural Moravia	Visita à biblioteca popular Bibliocielo
28					
Visita à Biblioteca Pública Piloto					

No geral, as visitas a campo seguiam um modelo semelhante. Uma apresentação do trabalho realizado no Lugar por grupos de mediadores culturais responsáveis pelos processos era seguida de um diálogo sobre questionamentos, reflexões comuns, experiências. Tanto em relação ao Lugar da visita quanto às inquietações provocadas por ele nas dinâmicas da Cultura nos sujeitos presentes. As discussões e proposições que se seguirão são baseadas em registros dessas conversas e escutas em notas de campo, conjuntamente com fontes primárias compartilhadas durante os encontros pelas pessoas que tornaram tal etapa possível.

O ecossistema de bibliotecas de Medellín – ou da região do Vale de Aburrá⁵ –, na análise aqui realizada, será dividido em dois níveis, o Público/Institucional e o Popular/Comunitário, apresentados a seguir. Ainda que se reconheça seus diferentes aspectos, origens, dinâmicas e estruturas, a etapa de campo foi plena de oportunidades de percepção dos vários pontos de entrelaçamento e emaranhados desses dois níveis⁶, aqui deliberadamente (e de maneira bastante instável) divididos como mero instrumento argumentativo e facilitador. Há, também, um foco nos municípios do departamento de Antioquia, mas tanto o papel das instituições formuladoras de políticas públicas a nível nacional na capital Bogotá como reflexões a partir de experiências em outra cidade, Cali, devem ser comentados na sequência do texto.

4.2. Ecossistema

Trabalho as redes de dinâmicas culturais estudadas dentro das bibliotecas através da perspectiva de um ecossistema com diferentes “níveis”, mais no sentido de emaranhados distintos e menos que patamares hierárquicos. O objetivo deste uso é apresentá-las como uma “paisagem” viva habitada por múltiplos sujeitos interagindo desde seus Lugares nas mais variadas frentes, utilizando uma diversidade de estratégias de experiências coletivas para abalar as hegemonias do conhecimento e buscar novos referenciais de Cultura.

Como comentado acima, sua apresentação será dividida entre seus aspectos públicos/institucionais, relacionados à política formal da Colômbia e da área metropolitana de Medellín, e os popular/comunitários, fazendo referência aos movimentos sociais que disputam a Cultura. É composto por diversas experiências bibliotecárias promovidas por sujeitos igualmente diversos, auto-

5. Região em que se localiza a cidade de Medellín, composta por dez municípios: Caldas, La Estrella, Sabaneta, Envigado, Itagüí, Medellín, Bello, Copacabana, Girardota e Barbosa.

6.. Por exemplo, através da atuação da EIB e da pública UdeA.

organizados ou representando uma atuação do Estado. Esses elementos interagem em diferentes processos, seja diretamente no território através das bibliotecas de origem institucionais distintas, seja nos espaços de articulação deles, ou mesmo nas deliberações de políticas públicas nos órgãos competentes.

Não se tratando de uma metáfora original do autor, o termo “ecossistema” é também utilizado em alguns materiais informativos – fontes primárias – tanto do campo do público/institucional como do popular/comunitário, para apresentar o conjunto desses processos em Medellín (PCLEO, 2016, p. 20). A política pública da prefeitura da cidade para a alfabetização, acesso e democratização da Cultura e que define a atuação das bibliotecas públicas (desde as diretrizes estabelecidas a nível nacional), o Plano Cidadão de Leitura, Escrita e Oralidade (PCLEO), estabelece, como um de seus principais eixos de atuação:

Reconhecer e fortalecer o ecossistema de leitura, escrita e oralidade em Medellín, compreendendo e promovendo a ampla diversidade de agentes e práticas sociais nela envolvidos; bem como a enorme riqueza que suas novas formas e expressões representam para a vida pessoal e social. (PCLEO, 2016, p. 11)

A existência desse ecossistema de processos bibliotecários na região também é constatada pela Rede de Bibliotecas Populares de Antióquia (REBIPOA), entidade auto-organizada criada em 1991 pelos mediadores de bibliotecas populares na região. Em seu Plano Estratégico para os anos de 2019 a 2022, indicam que:

No Vale de Aburrá existem 48 unidades de informação (dados de outubro de 2019), que estão implantadas em 5 municípios que são Itagüí, Envigado, Medellín, Bello e Copacabana. A maioria dessas bibliotecas são articuladas através de diferentes redes e mesas de trabalho, constituindo este último em espaços de encontro de várias tipologias de bibliotecas nas zonas de Medellín, chegando a encontrar nelas não só bibliotecas de caráter populares e comunitárias, mas também bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín – SBPM – que são bibliotecas públicas de caráter estatal, bem como bibliotecas das Caixas Econômicas de Compensação Familiar,

Comfama e Comfenalco⁷, caracterizadas como bibliotecas públicas de origem privada. (REBIPOA, 2019, p. 20)

Esse ecossistema também é evidenciado em outras publicações frutos de seus processos internos, e sua preservação é considerada o pilar fundamental da consolidação do discurso da promoção da linguagem e disputa das hegemonias culturais em Medellín (Torres, 2018, p. 86). Constatada a existência desses complexos emaranhados de relações e articulações entre diferentes Lugares da Cultura na cidade, cabe entrar nos aspectos particulares dos dois eixos investigados – o popular/comunitário e o público/institucional.

Redes comunitárias de resistência cultural popular

Importante iniciar essa apresentação da primeira parte do ecossistema pelos seus aspectos populares/comunitários. Em um retrospecto histórico, pode-se dizer que os movimentos sociais dos territórios periféricos e vulnerabilizados de Medellín preocupados com a disputa da Cultura, dos imaginários, dos significados e dos afetos à luz dos períodos mais graves do Conflito Armado, aqueles que propiciaram a formulação de políticas públicas para o tema, são onde se reúnem “esforços sistemáticos para se pensar politicamente” (Patiño, 2005, p. 10). Isso graças aos esforços de luta e resistência de seus sujeitos, vinculados à suas comunidades, lutando pela garantia da vida para os tradicionalmente alvos da biopolítica.

A profundidade histórica deste caráter “fundador” do ecossistema por seus processos populares é identificada pela Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH). Em um largo trabalho de coleta e análise de memórias e testemunhos das vítimas do Conflito Armado na Colômbia e especificamente em Medellín, foi evidenciada a importância das bibliotecas de origem popular como espaços de refúgio. Tanto para os sujeitos dos territórios mais afetados pela violência quanto para os ativamente dedicados, através do fazer artístico, à crítica da condição de vulnerabilidade social em que suas comunidades se encontravam e preocupados

7. Trata-se de entidades de origem privadas, criadas em meados da década de 1950 por empresas interessadas em oferecer serviços de lazer a famílias de trabalhadores delas, além de atividades de educação complementares à escola. Atualmente, essas Caixas também são administradoras de alguns Lugares da Cultura na região, entre eles bibliotecas, através de concessões das prefeituras. Seus programas para as bibliotecas são formulados internamente, mas seguem diretrizes estabelecidas pela política pública- sobretudo na preservação do aspecto público dos espaços. Sua atuação tem algumas distinções em relação às bibliotecas de caráter totalmente estatal, mas nada evidentemente destoante que impeça incorporá-las à análise do aspecto institucional do ecossistema nesta pesquisa. Para mais detalhes de suas origens e atuação cultural, ver (Torres, 2018).

com alterar as representações sobre seus territórios e seus futuros. (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, pp. 430-61).

O mesmo pode ser encontrado no já mencionado PCLEO. O documento do Plano posiciona os movimentos culturais populares como motivadores de mudanças de paradigmas nas pesquisas sobre a formação de leitores e apropriação da linguagem, a partir de novas perspectivas construtivistas e sócio-históricas de ambas. Também evidencia sua importância na ampliação do entendimento do papel das bibliotecas enquanto espaços de disputa da Cultura em uma cidade marcada por desigualdades e vulnerabilidades sociais. Esses novos referenciais tiveram “origem em fatos concretos como (...) o nascimento da Rede de Bibliotecas Populares de Antioquia” (PCLEO, 2016, p. 15).

Como mencionado acima, a Colômbia, e particularmente o Vale de Aburrá, têm uma tradição histórica de movimentos populares ao redor do tema da Cultura, especialmente em se tratando de processos bibliotecários. Se sabe que em algum momento da história (sobretudo desde a segunda metade do século XX) todos os dez municípios que compõem o Vale tiveram registros de “ao menos uma biblioteca de origem comunitária”⁸ (REBIPOA, 2019, p. 16). Anterior à rede de políticas públicas para as bibliotecas na cidade, esses movimentos seguem como pilar fundamental do ecossistema.

As bibliotecas nascem, em sua maioria, no período entre as décadas de 1970 e 1990, fruto do protagonismo dos sujeitos de territórios historicamente alvo da biopolítica do “deixar morrer”. Se mobilizam e se articulam em suas comunidades para responder ao abandono do poder público e à sua exclusão dos Lugares da Cultura hegemônicos – ou de espaços de disputa da Cultura e da significação da realidade. Constituem, através de processos de educação popular, “projetos emancipatórios (...) [que] permitem a consolidação de atores sociais (...) que reconhecem seu ambiente e interpretam seu contexto sendo proativos em um cenário democrático, onde o público adquire significado para a participação política” (REBIPOA, 2019, pp. 16,70).

Criadas como “*escuchaderos populares*”⁹, Lugares da Cultura para a escuta e promoção das vozes dos sujeitos periféricos de cada um dos territórios desde eles próprios, as bibliotecas populares são de origens e características bastante

8. Em 2019, no entanto, apenas cinco deles ainda as conservavam (REBIPOA, 2019, p. 16)

9. Termo cunhado por José Arnulfo Uribe (membro da REBIPOA e responsável pela Ludobiblioteca Manuel Burgos) para falar- não definir- sobre as bibliotecas populares e sua atuação.

diversas, ou possuem estratégias plurais de dinâmicas culturais. Apresento algumas delas:

- A *Corporación Girasól* foi criada por jovens de coletivos paroquiais no município de Envigado no final da década de 1970, que passaram a realizar atividades de educação popular e esportes. A Sala de Leitura, espaço bibliotecário criado em 1994, permanece como Lugar de dinâmicas culturais em conjunto com a prática esportiva.
- A Biblioteca Comunitária Lola Vélez do município de Bello é um processo bibliotecário dentro do movimento popular de teatro *Corporación T-Asombro*, está localizada no lugar sede do grupo teatral e, pelo uso comum do espaço, hibrida a promoção das LEO com as artes do corpo.
- A Biblioteca Popular Bairro Santander, da *Corporación Sembrando Futuros*, em Medellín, é ativa em seu território desde a década de 1980, se configurando como um espaço de promoção das LEO, sobretudo com crianças e jovens, e de convivência, vinculação e mobilização comunitária.
- A Agência de Fomento às LEO Luna Roja também em Medellín é uma rede de espaços de mediação cultural, educação popular e atividades artísticas presente nos bairros La Sierra, Villa Turbay, Villa Liliam parte alta e Santa Lucia parte alta da Comuna 8. O Lugar visitado para esta pesquisa, por exemplo, era a Sala de Leitura do bairro La Sierra, localizada em uma região periférica de encontro de paisagens e realidades urbana e rural da mesma cidade.
- A Fundação Ratón de Bibliotecas, entidade de origem privada, é companheira (e independente) ao trabalho da REBIPOA nos processos bibliotecários populares na região. Possui ela própria uma rede de Lugares da Cultura, dentre os quais a Sala de Leitura Villa Guadalupe, fundada em 2000 no bairro de mesmo nome e vinculada à REBIPOA.



Fig.3: Fotografia da área externa da sede da Corporación T-Asombro com alguns de seus membros, incluindo Zully Ballesteros, responsável pela Biblioteca Lola Vélez. Foi registrada ao lado da entrada do espaço da biblioteca e em frente ao teatro da Corporação (Corporación T-Asombro, Paris, Bello, Colômbia, 12/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.4: Fotografia do mural da entrada da Biblioteca Popular Bairro Santander (Biblioteca Popular Santander, Santander, Medellín, Colômbia, 13/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.5: Fotografia registrando oficina de leitura e confecção de artesanato na Sala de Leitura da Agência de Fomento Luna Roja (Sala de Lectura Luna Roja, La Sierra, Medellín, Colômbia, 19/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Até 1991, no entanto, esses Lugares da Cultura tão particulares em relação às dinâmicas e aos contextos territoriais em que se localizam, teceram e consolidaram vínculos compartilhados de discursos, valores, posicionamentos, objetivos, demandas, afetos e estratégias. Da articulação dos promotores responsáveis pelas bibliotecas populares nasce a REBIPOA, entidade formalmente registrada como organização sem fins lucrativos, espaço de mobilização dos bibliotecários populares para, sobretudo, garantir a sustentabilidade de seus Lugares membros, se fazer escutar as vozes dos sujeitos dos territórios excluídos da Cultura hegemônica e pressionar o Estado pela garantia de seus direitos e de suas comunidades. Buscando, em suma, articular o território pela possibilidade real de mudança de suas realidades.

A REBIPOA, um dos grandes emaranhados de vínculos do ecossistema bibliotecários na região, propõe uma definição do termo “bibliotecas populares” – expressa em seus Planos estratégicos – que justamente reconheça a importância da diversidade e da diferença entre seus membros, inclusive, nos processos de mediação cultural sob uma mesma nomenclatura, além de seu caráter evidentemente político. Com as atividades e estratégias particulares determinadas

pela relação do Lugar e seus sujeitos com seu entorno, optou-se por uma proposta do conceito ao qual bibliotecas de bairro, paroquiais, comunais, salas de leitura, ludobibliotecas, bibliotecas de rua etc., pudessem pertencer:

As bibliotecas populares e comunitárias são espaços socioculturais e educativos, auto reconhecidos como movimentos sociais, que surgem da associação civil de cidadãos, organizações não estatais e iniciativas individuais. Essas instituições sociais são autogeridas pelos cidadãos tanto no meio rural quanto no mundo urbano e reivindicam o papel da leitura, da escrita, do livre acesso à informação, da memória local, da recreação, da tradição oral e da conversa cidadã, entre outras expressões da cultura, como estratégias de transformação da realidade social, da construção de projetos de vida digna, da apropriação social dos territórios, da garantia dos direitos culturais, da produção e circulação social do conhecimento. Em suma, são laboratórios culturais gratuitos para toda a comunidade que, por meio de serviços de custódia, divulgação e acesso à cultura, contribuem para a formação de leitores críticos, escritores e cidadãos. (REBIPOA, 2019, p. 12)

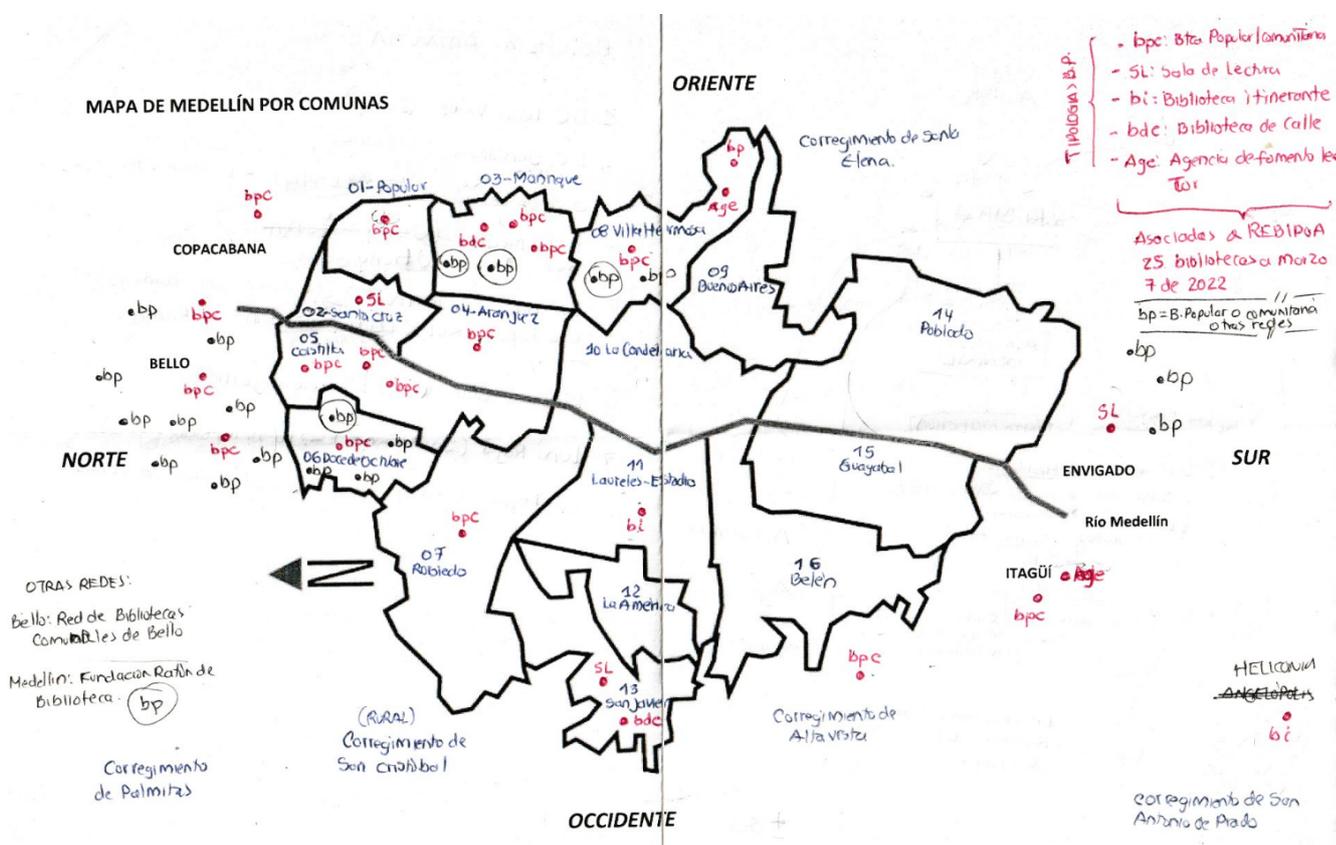


Fig.6: Mapa das bibliotecas da REBIPOA por comuna de Medellín, zona rural e alguns municípios vizinhos, com legenda de siglas e cores no alto à direita e abaixo à esquerda. Preenchido à mão e entregue por Arley Orozco, à época tesoureiro da Rede. Reprodução em scan (07/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

E com esse caráter aberto que a Rede adquire de reconhecimento da diversidade de contextos, sujeitos e estratégias, se estabelecem alguns valores e eixos de atuação comuns, construídos e realizados coletivamente pelos bibliotecários membros. Tais pontos de encontro entre esses processos puderam ser conhecidos nas experiências de campo. Eles foram apresentados já no primeiro encontro com um dos membros de seu diretório, o tesoureiro e bibliotecário Arley Orozco¹⁰, e reforçados novamente em uma das últimas atividades desta etapa, a visita ao espaço e introdução da biblioteca comunitária Bibliocielo do bairro Carpinelo à REBIPOA. Também são registrados em seus materiais produzidos, eventos realizados e Planos Estratégicos.

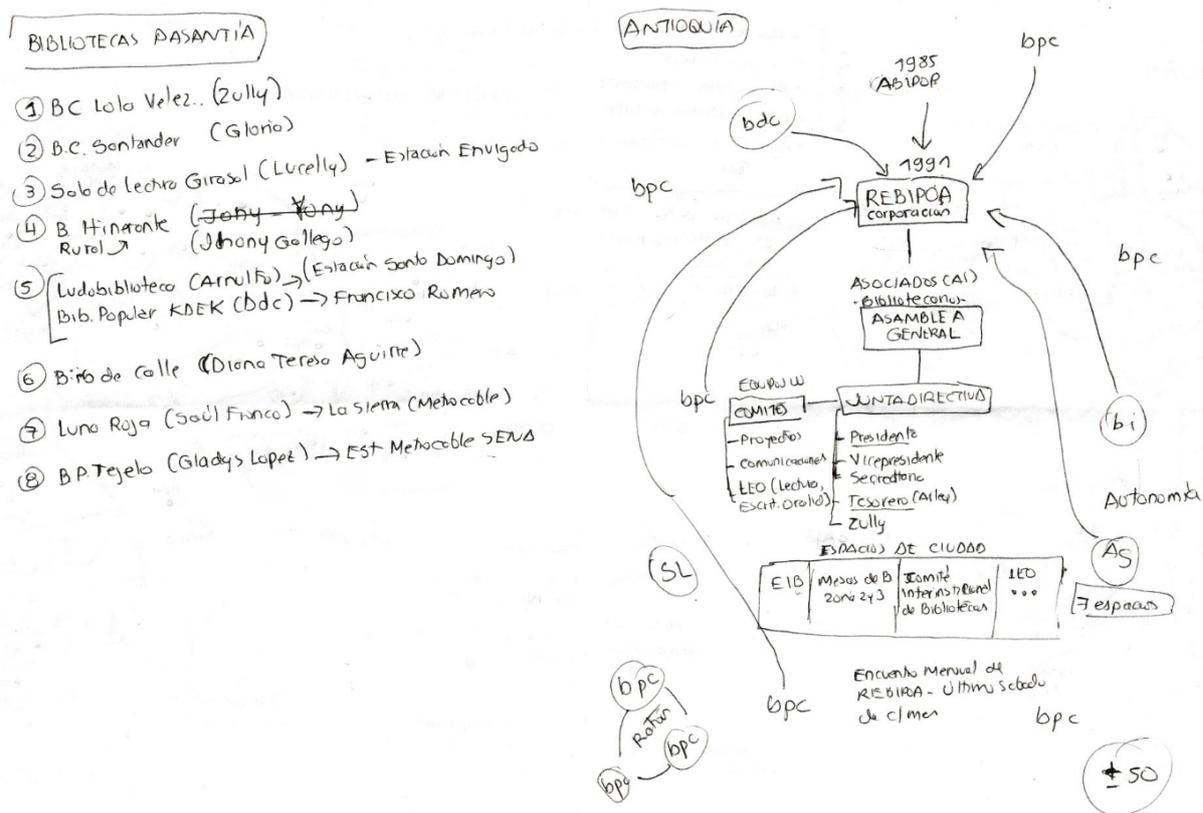


Fig.7: Estrutura administrativa da REBIPOA, seguindo legenda de siglas da figura anterior. Desenhado à mão e entregue por Arley Orozco. Reprodução em scan (07/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

10. Foi sugerida também a visita à página virtual da REBIPOA antes desse encontro mencionado (<https://www.rebipoa.org/>)

No já referenciado Plano Estratégico para os anos de 2019 a 2023, há o estabelecimento da preocupação com o exercício da(s) subjetividade(s) no contexto da biopolítica e da vulnerabilidade social. Se coloca como função das bibliotecas populares dar suporte na manutenção da existência “do sujeito subalterno, marginalizado e excluído”:

Essa orientação para o ‘tornado ninguém’¹¹, para o oprimido, o negro, a mulher, a vítima, o homossexual, o morador de rua, o pobre, o alienado, o defensivo, o encurralado, o indisciplinado, o desconectado, o ‘anormal’, o transgênero, fala tanto do sujeito beneficiário da ação (o usuário) mas mais do que isso, fala de com quem e para quem deve a biblioteca popular e comunitária da Região Metropolitana do Valle de Aburrá; de ali seus métodos, maneiras, estilos, estéticas, linguagens e recursos com os quais quer transformar a subjetividade ou o microuniverso que constitui a jurisdição individual. Assim, a força dessa subjetividade (...) na condição de exclusão, é uma potência poética, artística, espiritual, testemunho que deve ser potencializado com a palavra encarnada ou representada, com a memória inscrita nas paredes ou nas mentes. (REBIPOA, 2019, p. 43)

Nessa conceitualização, a biblioteca, ou processo bibliotecário, é tido como uma ferramenta, uma estratégia de defesa da existência e resistência desses sujeitos vulnerabilizados desde nossos imaginários culturais até suas condições socioeconômicas. Uma defesa, justamente, pelo exercício, através da experiência afetiva, da experimentação artística e do lúdico, de suas subjetividades como agentes coletivos da Cultura, apropriando-se dela, possibilitando romper os engessamentos dos nossos imaginários e tornar-se agentes de transformação de seus contextos. Sobretudo em um aspecto de vinculação, de realização da subjetividade através da intersubjetividade e da convivência com o Outro, com a diferença, com o disruptivo. “O ser sentipensante, é seu Sul” (REBIPOA, 2019, pp. 42-3).

Esses valores e referenciais coletivos do ecossistema de bibliotecas populares do Vale de Aburrá, sendo parte do movimento cultural que inspira novas frentes de pesquisa e atuação na área na Colômbia e na região, é compartilhado por outros Lugares da Cultura em outros contextos. Na cidade de Cali, o Biblioghetto, do bairro Petecuy, Lugar de promoção das LEO diretamente nas ruas do bairro em contexto de

11. Tradução livre de “*ninguneado*”, neologismo em espanhol que transmite a ideia de sujeito colocado em situação de “ninguém”, ou nada, por alguém- sujeito da ação.

vulnerabilidade social e vinculado ao ecossistema do Vale¹², foi apresentado em visita pelos promotores Gustavo Gutiérrez e Felipe Bedoya. Esse processo, igualmente, busca ser um espaço de direito à Cultura e à transformação de imaginários e realidades de sujeitos periféricos em caráter coletivo (Gutiérrez G. A., 2018).

Em grande medida, o mesmo ocorre com os processos de caráter público/institucional referentes ao Estado dentro do ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá. Nas décadas mais violentas da região, no período da “guerra urbana” mais forte, no qual o próprio Estado era também agente da violência, as bibliotecas serviram de refúgio e pontos de pressão civil sobre as autoridades. Sobretudo populares, mas também algumas das públicas já existentes. Dessa pressão e potência do movimento popular, desde o início dos anos 2000 se formulou uma política estatal mais robusta para a criação de redes de um ecossistema de aspecto institucional de bibliotecas públicas, desde o nível nacional, e muito reforçado em Medellín. No próximo tópico do texto, aprofundo essa parte do ecossistema.

Política pública para bibliotecas em territórios periféricos

Há de se comentar brevemente sobre algumas influências de normativas internacionais no desenvolvimento do ecossistema de bibliotecas públicas de Medellín. Elas evidenciam a importância de uma política pública para esses Lugares enquanto espaços de direito a uma cidadania coletiva, crítica e com possibilidade real de ação através da apropriação dos processos de uma linguagem diversa. Algumas descrições da presença desses marcos institucionais no ecossistema, sobretudo CERLALC¹³ e IFLA/UNESCO, são encontradas tanto em trabalhos da EIB sobre a criação desse tipo de política (Patiño, 2005, pp. 19, 73-4, 89-98), quanto em materiais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), órgão a nível nacional que administra a aplicação da mesma (RNBP, 2013, pp. 5, 16).

Localizada em uma série de dispositivos legais sobre a política cultural na Colômbia a nível nacional (PCLEO, 2016, pp. 44-8), a RNBP, localizada na Biblioteca Nacional em Bogotá e subordinada na hierarquia institucional ao Ministério da Cultura, é a entidade estatal responsável pelo delineamento da política pública para as bibliotecas (Patiño, 2005, pp. 75-86) através da articulação das demais

12. Tal vinculação se dá através de diferentes emaranhados de encontros, como com os pesquisadores da EIB, com bibliotecários públicos ou populares do Vale para conversas, diálogos, eventos de reflexão etc., pelos promotores do Biblioghetto.

13. Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe.

redes do país (RNBP, 2013, p. 18)¹⁴. No entanto, em seus documentos e marcos de atuação a RNBP, em consonância com a Constituição de 1991 (Patiño, 2005, p. 15), evidencia o protagonismo da territorialidade – dos territórios e os sujeitos ali presentes – em todo o processo de realização de tal política.

A RNBP adota a concepção de biblioteca pública desde a constatação de uma mudança no país sobre seu papel enquanto depósito/ repositório neutro de conhecimento e educação formal. Seu caráter público não é caracterizado por sua dependência institucional ou relações orçamentárias, mas pelo cumprimento de uma série de condições de inserção e vinculação aos processos de sua comunidade e seus sujeitos, escutando e atendendo às demandas de seu território historicamente vulnerabilizado (María & Vasco, 2013, p. 12; RNBP, 2013, p. 8). Entende-se tal Lugar, atualmente, como

instituição social e cultural, que se estiver verdadeiramente articulada com a comunidade para aquela a que serve(...) pode afetar favoravelmente a mudança social e participação cidadã (...). [Que] incentiva o relacionamento cotidiano de pessoas e comunidades com a leitura / escrita, a aprendizagem permanente e vida na comunidade, bases fundamentais sem as quais a democracia e o respeito não são possíveis. (María & Vasco, 2013, pp. 8,9)

Em encontro com a equipe coordenadora da RNBP na Biblioteca Nacional na etapa de campo da pesquisa, foi explicado como a territorialidade está presente na atuação da instituição. O pilar fundamental é o desenvolvimento de diagnósticos dos diversos territórios realizados por suas próprias redes (mencionadas anteriormente) de sujeitos, lideranças comunitárias, promotores e mediadores culturais, entidades organizadas etc., além, claro, das bibliotecas, em trabalho conjunto com a representação municipal da RNBP¹⁵. Realizam um mapeamento das entidades (econômicas, educativas, religiosas, culturais etc.) atuantes na região, levantando demandas locais em termos de infraestrutura e acesso à educação e Cultura. Com elas, se estabelecem planos de criação de uma biblioteca pública no local e/ou avaliações sobre a execução da política ali. Um exemplo

14. Um breve histórico sobre as bibliotecas públicas e suas políticas na Colômbia desde o século XVIII até o início da década de 2010, quando se fortalece de fato o tipo de política pública estudada aqui, pode ser encontrado em (RNBP, 2013, pp. 1-6) e (Patiño, 2005, p. 16).

15. Há também a descrição do programa Grupos de Amigos das Bibliotecas (GABs), em que cidadãos do território de localização da biblioteca em caráter voluntário se associam diretamente a ela para coordenar seus programas, criar cronogramas de atuação e evidenciar suas demandas diante do poder público (Grupo de Bibliotecas Públicas, 2015).

desse tipo de levantamento específico para uma zona de Medellín, realizado em 1996 e “precursor” desse mecanismo na formulação de políticas públicas, pode ser encontrado no repositório virtual da Universidad Nacional de Colombia, cujo documento é nomeado “*La comuna de hoy hacia la zona deseada: por un proyecto colectivo de ciudad: autodiagnóstico cualitativo y calificado*” (Patiño & Montoya, 1996).

Essas avaliações da execução da política permitem revisões pela RNBP desde as percepções daqueles a quem ela deve atender – os sujeitos dos territórios, usuários e bibliotecários, e traçar objetivos “que não devem ser universais, mas adaptados ao contexto territorial da biblioteca” (Patiño, 2005, p. 43). Nesse processo constantemente dialógico, então, a RNBP pode produzir novos referenciais de aplicação para as bibliotecas públicas, igualmente passíveis de revisão, além da criação e aprofundamento de normativas legais para garantir essa política, colocando as prefeituras como nível de Estado responsável por realizá-la (PCLEO, 2016, p. 52) (figura 6).

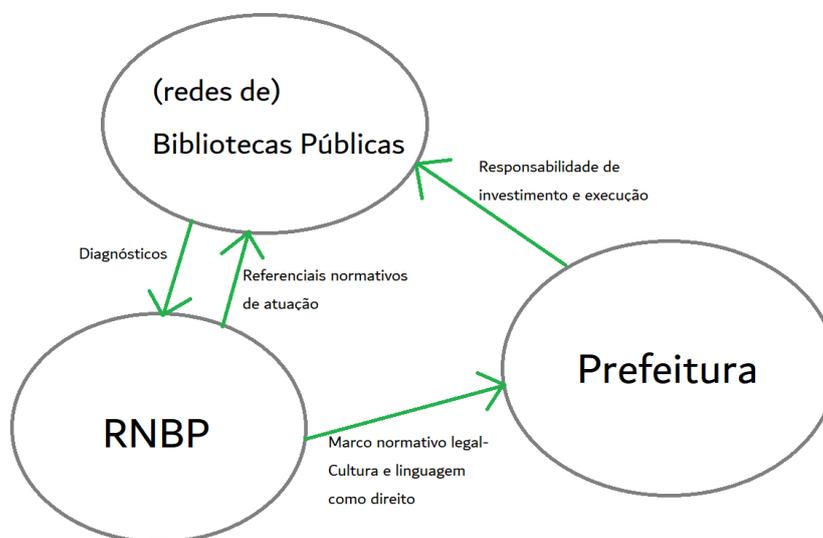


Fig.8: Ilustração esquemática das dinâmicas entre a RNBP, Prefeitura e Bibliotecas Públicas, esboçando os âmbitos nacional, municipal e territorial.

A partir dos referenciais estabelecidos (da maneira descrita acima) pela RNBP, é o já mencionado PCLEO a entidade estatal no município de Medellín que traça o conteúdo da política pública de democratização da linguagem – acesso às LEO. Nele está presente a descrição do papel das bibliotecas públicas através do Sistema

de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM), além da política para as bibliotecas populares, que será descrita posteriormente. O Plano se localiza “no marco da resignificação dos processos culturais, educacionais, econômicos e políticos”, está “na base da constituição e a articulação ética e política das subjetividades (uma vida consigo mesmo) e das sociabilidades (uma vida junto com os outros)”, sendo definido como

uma estratégia intencional e estruturada, histórica e contextualizada de presença nos territórios como resultado da construção coletiva de diversos agentes sociais (indivíduos, grupos populacionais, organizações), que define quadros de ação, programas e projetos destinados a promover as diversas e múltiplas formas de oralidade, ler e escrever em Medellín, entendendo-as como práticas socioculturais que fortalecem a vida pessoal e social, a democracia, coexistência pacífica. (PCLEO, 2016, p. 8)

Nele também está estabelecido o mesmo mecanismo da RNBP de reavaliações e reformulações constantes de seu conteúdo desde as vozes dos territórios, das lideranças comunitárias, das Mesas de bairro que criam seus próprios Planos locais, ou mesmo das bibliotecas populares (PCLEO, 2016, p. 13). A REBIPOA, por exemplo, é uma das entidades civis presentes na confecção das versões do PCLEO. A territorialidade da política pública de maneira mais ampla é justificada como mecanismo de reconhecimento não só necessário das particularidades territoriais, mas das diversas formas em que a desigualdade, a vulnerabilidade social e a biopolítica se apresentam nesses contextos (PCLEO, 2016, p. 16).

O PCLEO define certos conteúdos das bibliotecas públicas do SBPM, tais como o compartilhamento de um mesmo acervo¹⁶ ou os serviços institucionais padrão a todas elas. Ainda assim, o caráter descentralizado dos pilares da política para as bibliotecas públicas permite que elas próprias, imersas em suas redes de vínculos de sujeitos e articulação territoriais, tenham seus próprios caminhos para concretizarem-se como esses Lugares de uma Cultura diversa, da vida comunitária, da crítica à violências estruturais, à vulnerabilidade social e à biopolítica, não se esquivando do desafio de “intervir nas definições de futuro” (María & Vasco, 2013, p. 74).

Uma característica constantemente evidenciada nos encontros nas diferentes bibliotecas públicas de Medellín e do Vale de Aburrá é a “acupuntura social” na

16. Cada biblioteca pública possui um acervo próprio em seu espaço, mas todos eles podem ser emprestados desde qualquer uma das bibliotecas, graças a um sistema virtual integrado de controle e o serviço logístico da prefeitura.

escolha dos locais de suas construções. No já mencionado processo de pressão das redes populares de sujeitos dos territórios vulneráveis, foi demandada uma presença do Estado com uma política de vida – de proteção da vida de diferentes subjetividades e intersubjetividades, de diferentes formas de ser e de habitar coletivamente – em regiões de extrema violência, muitas vezes promovida pelos próprios agentes estatais, nos bairros já precarizados. Foi para responder a essas demandas que esses Lugares da Cultura foram sendo criados. Hoje, localizados nesses setores anteriormente mais sensíveis de bairros, são espaços fundamentais na transformação de territórios de uma cidade, há pouco tempo a mais violenta do mundo, agora em grande medida ressignificada.

Os meios e estratégias desse ecossistema – um híbrido de público/ institucional e popular/comunitário – de romper os limites hegemônicos da Cultura, do conhecimento e da disputa da realidade do presente e da possibilidade de futuro, bem como os processos de vinculação Lugar-sujeitos-território, serão detalhados em seções posteriores. Para concluir esta, cabe refletir sobre algumas das limitações e obstáculos ao longo do ecossistema, bem como a sua potência profanadora (Agamben, 2007).

4.3. Os desafios ecossistêmicos

Em relação aos processos populares/comunitários, o caráter voluntário de exercício das atividades nos Lugares já se configura como uma espécie de obstáculo para a sua sustentabilidade. De início, os tempos de funcionamento das bibliotecas, coordenados por mediadores e bibliotecários que exercem outras ocupações paralelamente, já é dependente da disponibilidade de seus responsáveis (REBIPOA, 2019, p. 23). A autogestão, no entanto, é extremamente valorizada na REBIPOA, pois oferece uma autonomia de recursos, mesmo limitados, em relação ao interesse do Estado em reconhecer ou não a importância do popular/comunitário:

torna-se necessário, que além dos recursos que podem ser gerenciados com o Estado (prefeituras), que não dignificam a vida das organizações que estão fora do institucional, formas de autogestão também são acionadas e insistem, já que no caminho sempre haverá as perguntas, os fracassos e os sucessos.” (REBIPOA, 2019, p. 58)

O suporte institucional desde o Estado, porém, ainda é um elemento extremamente relevante no levantamento de recursos para a sustentabilidade das bibliotecas populares, além das doações de entidades nacionais e internacionais, empresas,

universidades, sujeitos diversos etc. É uma expressiva melhora em relação à presença violenta ou ausência negligente da institucionalidade, e possibilitou avanços nas políticas públicas e nos esforços comunitários de transformação de territórios. Desde 2014, a participação da REBIPOA na confecção das versões mais recentes do PCLEO permitiu a “institucionalização” do suporte estatal às bibliotecas populares, via editais públicos financiados para a realização de projetos de intervenção nos territórios relacionadas às atividades do Plano.

A apresentação desses editais para 2022 foi acompanhada na segunda parte da reunião de introdução do Bibliocielo anteriormente mencionada, com a presença da Secretaria de Cultura de Medellín. Na ocasião, os membros da REBIPOA destacaram a importância de buscar tais incentivos do Estado para a manutenção de seu trabalho e possibilidades de intervenção em seus bairros, mas questionaram como tal inserção dos processos populares na política pública, em se tratando de destinar recursos econômicos limitados, confere o caráter de competição às bibliotecas sem força de sustentação financeira (REBIPOA, 2019, p. 58).

Foi colocada a vontade de pressionar a prefeitura pela inserção das bibliotecas populares, marcadamente realizadoras de um trabalho público na democratização da Cultura nas mais limitadas condições (inclusive nos projetos financiados pelos editais), no orçamento ordinário da cidade. Outras propostas, sem eco por parte dos agentes estatais, já propunham a inclusão da REBIPOA no Plano de Desenvolvimento de Medellín na gestão 2012-2015 associada ao SBPM, dada a convergência com suas linhas de trabalho (Fundación Ratón de Bibliotecas, 2016, p. 26), indicando a vontade de ocupar espaços institucionais por parte dos sujeitos promotores dos processos comunitários.

Nesse sentido, pode-se afirmar a intencionalidade do Estado e seus agentes, ou os interesses sobre se, e como, deve ser a presença institucional no ecossistema de bibliotecas, é em si um fator importante dentro das dinâmicas do ecossistema na cidade. Não somente no suporte para os Lugares populares/comunitários, mas também na própria execução da política pública, no alinhamento com os referenciais desde a RNBP até sua realização nos territórios. Comparar brevemente, por exemplo, os contextos de Medellín e Cali à época da etapa de campo da pesquisa, ilustra esse ponto.

Mesmo com as questões orçamentárias da prefeitura, no geral as relações das bibliotecas públicas e a equipe do PCLEO com os Lugares populares, especialmente os associados pela REBIPOA, são bastante sinérgicas, notadamente nos territórios

– esse tópico será explorado em seção posterior. Tal contexto não foi observado na atividade realizada no Biblioghetto, em Cali. Seu coordenador expressou naquele momento a falta de interesse da Rede de Bibliotecas Públicas de Cali em estabelecer vínculos e diálogos profundos com seu ecossistema comunitário, evidenciada pela ausência de um Plano a nível municipal para a Cultura. Daí ele afirmou seu interesse em, vindo do contexto territorial e entrelaçado ao ecossistema de Medellín, ocupar as hierarquias da Rede de Cali para concretizar mudanças nessa relação¹⁷.

Com as dificuldades de sustentabilidade do ecossistema popular/comunitário e da dependência dos interesses dos sujeitos concretizadores do ecossistema público/institucional, no entanto, seria de extrema gravidade desconsiderar a potência disruptiva que tal ecossistema, como um todo, possui. Está claro como uma resistência no campo da Cultura desde sujeitos populares invisibilizados, vulnerabilizados, anormalizados e deixados para morrer, e pela possibilidade de disputar a Cultura enquanto imaginário social, de transformar as coordenadas hegemônicas de significação da realidade e assim alterar ela própria, pôde contaminar o campo da política pública historicamente responsável pela manutenção dessas condições.

Não somente nos materiais aqui citados e comentados, mas igualmente ao longo de todos os diálogos estabelecidos em todas as atividades de campo deste trabalho foram identificados muitos nós e emaranhados de objetivos comuns nos discursos e práticas desses Lugares da Cultura¹⁸ nesse sentido. A luta por um fazer cultural, um existir social e um viver coletivo que reconheça desigualdades, violências e epistemicídios estruturais, rompa a biopolítica das realidades territoriais, e fortalecendo esses sujeitos historicamente colocado à periferia da Cultura e da sociedade através dos vínculos e mobilização de afetos de seus contextos comunitários.

É um movimento político, no sentido amplo do termo e não limitado à institucionalidade formal, de **escuta atenta** das vozes das ruínas do Capitalismo e, a partir delas, lutar por outros mundos possíveis através da experiência concreta – neste caso, materializada nas bibliotecas. Ao longo de todo o ecossistema

17. O encontro com Gustavo Gutiérrez e Felipe Bedoya no Biblioghetto ocorreu ao final de fevereiro de 2022, quando Gustavo expressou o caminho de sua luta política descrita no parágrafo. No dia 1 de agosto do mesmo ano, Gustavo assumiu o posto de Coordenador Geral da Rede de Bibliotecas Públicas de Cali.

18. Aqui, destaco, não se tratando apenas das bibliotecas propriamente ditas. Muitos discursos, estratégias, objetivos etc., são convergentes das bibliotecas populares e públicas ao diretório da REBIPOA à equipe coordenadora do PCLEO à equipe coordenadora da RNBPN até aos pesquisadorxs da EIB/UdeA.

do Vale de Aburrá – se estendendo até emaranhados em outras cidades –, esses referenciais que miram escutar e transformar uma realidade de “deixar morrer” desde vozes de sujeitos periféricos estão presentes. Desde os planos estratégicos das redes populares, das expressões e afetos cultivados em seus Lugares da Cultura até nos pilares das políticas públicas para as bibliotecas e seus trabalhos nos territórios.

Considero, nesse aspecto, bastante evidente a potência questionadora e transformadora de dinâmicas da sociedade – do ser sujeito, de fazer política, do entendimento sobre o que é a cidade e a vida nela, da normalização da violência periférica e do estereótipo do território a partir disso – que tal ecossistema possui. Tendo em mente o problema central da sacralização objetiva dos elementos da vida para justificar sistemas biopolíticos, o movimento de um ecossistema complexo por fabricar outros mundos desde a(s) Cultura(s) sempre situada(s) em uma realidade diversa e concreta – os territórios – é, em si, um esforço **profanador**¹⁹.

Com essa percepção do caráter profano do ecossistema, nas seções seguintes buscarei apresentar uma das principais estratégias de sua concretização, ou a Magia que alimenta as suas dinâmicas transformadoras, bem como quais são alguns dos processos vinculativos/ alguns dos tipos de relações das tentacularidades e emaranhados responsáveis por sustentá-lo. A seção seguinte, portanto, será dedicada às reflexões sobre a animação da linguagem enquanto totalidade de possibilidades de significação da realidade para romper os engessamentos da Cultura.

19. Um outro caso bastante interessante apresentado como um dos trabalhos da RNBP foi o projeto das *Bibliotecas Rurales Itinerantes* (BRI). Trata-se da criação de uma rede de bibliotecas móveis ao largo das regiões mais afastadas do país, na qual a “centralidade” da RNBP seria responsável apenas pelos processos de formação – baseados em diagnósticos construídos conjuntamente com os bibliotecários das regiões do programa – e fornecimento continuado de recursos para manutenção do trabalho. A definição do conteúdo desse programa, especialmente o acervo, as atividades, o meio de locomoção e região, seria construído “caso a caso”, com protagonismo absoluto dos sujeitos locais. Na reunião com a coordenação da RNBP, foi destacado como as BRI, ainda em processo de aprimoramento, eram uma tentativa consciente de descentralizar as tomadas de decisão nas políticas públicas nacionais, de “profanar” a hierarquia institucional (expressão usada para explicar esse esforço por uma das membras da equipe da Rede). Igualmente conscientes da posição que ocupavam nessa mesma hierarquia, também foi lembrado o aspecto desafiador de, a partir de programas como as BRI, traçar essas novas formas de fazer política. Certamente é um tema pertinente para o campo da Ciência da Informação, e sua brevidade aqui se dá sobretudo pela carência de evidências coletadas durante a etapa de campo, mas deixo no anexo 1 a compilação de um dos materiais institucionais da RNBP afetuosamente fornecidos pela equipe da coordenação.

SEÇÃO 5 ▪ Magia, Linguagem e Território

Na seção anterior, foram colocados os princípios que guiam em termos gerais o ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, bem como os pontos de encontro tanto no funcionamento quanto no processo histórico entre seus elementos público/institucionais e popular/comunitários. Tendo em mente as contradições e, sobretudo, as conexões entre esses processos, nesta seção será discutido o mecanismo utilizado ao longo de todos esses emaranhados para possibilitar o questionamento e a mudança das realidades territoriais: a apropriação da linguagem enquanto totalidade de representação do real, ou, nos termos do PCLEO, a Palavra¹.

5.1. Linguagem como totalidade desde o território

Tal perspectiva de abordagem da linguagem parte do princípio de que na Cultura dominante, seguindo uma visão positivista típica da modernidade, ela é fragmentada em unidades autocontidas para análises e usos “objetivos” isolados entre si. Se perde, assim, a capacidade de usá-la de maneira a integrar suas diferentes formas, conseqüentemente traçando referenciais de enunciação e interpretação da realidade extremamente frágeis e incapazes de significar fenômenos sociais complexos - sobretudo num contexto atual de crescimento exponencial do volume dos fluxos de informação. Com isso, acaba por “reproduzir o uso social instrumental [da linguagem] (escondendo seu potencial transformador da vida cotidiana e das ações cidadãs); assim como perpetuar modelos tradicionais e anacrônicos de ensino e mediação” (PCLEO, 2016, pp. 40-1).

Nesse sentido, defende-se no ecossistema de bibliotecas o uso e apropriação de uma linguagem de uso integrado em suas diferentes realizações. Não somente agregando expressões artísticas, tecnologia e o exercício da leitura, mas igualmente os ambientes sociais não convencionais/ alternativos que compõem o território, colocando a Palavra nos “espaços de vida realmente existentes” (PCLEO, 2016, pp. 11-2):

1. Reforço o conteúdo do PCLEO, dentre os quais essa perspectiva da linguagem, descrita na sequência, como resultado de um processo histórico de mobilização social desde o ecossistema popular/comunitário. Ou seja, está presente em ambas as “partes”. Isto posto, justifico o uso mais frequente do material institucional nesse primeiro tópico da seção para apresentar a ideia meramente pela facilidade da referência e preferência pessoal pelas explicações contidas ali.

[Se] entende que nesses lugares a linguagem vive integralmente e que sua força relacional não pode ser fragmentada; ou seja, que as práticas de leitura e escrita estão profundamente relacionadas com as de fala e escuta, porque o que é lido e escrito potencialmente passa pelo diálogo e pela conversa, encontrando nele um novo fôlego, novo poder na vida pessoal e social. (PCLEO, 2016, p. 20)

Por isso, o PCLEO em seu nome institucional agrega Leitura, Escuta e Oralidade. Também em sua nomenclatura da versão mais recente, afirma-se “Em Medellín temos a Palavra”, que significa “participar, escutar e ser escutado, ter responsabilidade sobre o que se fala”². Pois é reconhecida a sua potência como ferramenta de disputa da cotidianidade e concretização da vida em comunidade, através de sua mobilização e diálogo por esse uso da linguagem, legitimando a diferença e a diversidade no exercício da subjetividade no coletivo, oferecendo oportunidades reais de contestação de realidades de vulnerabilidade social. Essa perspectiva ecoa justamente a importância da territorialidade na edificação desse ecossistema³, entidade essa já citada algumas vezes até aqui, podendo ser definida como:

não só a localização geográfica, mas também e ainda mais importante, [como] as pessoas que a habitam, suas relações sociais e os diversos lugares onde se encontram, vivem, compartilham e têm seus afetos e conflitos, seus encontros e desacordos. (PCLEO, 2016, p. 20)

Pois é nesses territórios das periferias da hegemonia cultural onde estão os sujeitos diversos excluídos de tal disputa, tornados objetos dos processos históricos consolidantes da biopolítica. São as vozes que precisam receber uma **escuta atenta**, seja na formação de políticas públicas (PCLEO, 2016, p. 9) ou na configuração de bibliotecas populares como *escuchaderos populares*. Assim, pode-se construir toda uma gama de dinâmicas em Lugares da Cultura, especificamente localizados em territórios de contextos vulneráveis, voltadas para a crítica e desconstrução de uma hegemonia simbólica e reconstruindo a coletividade e o social desde seus esquemas de representação resistentes nas ruínas das promessas da modernidade capitalista, possibilitando pensar outros mundos, outros futuros possíveis⁴:

2. A referência a essa citação se encontra no material institucional utilizado para apresentação do PCLEO pela coordenação durante a visita à *Sala de Lectura* San Germán, cedido após a conversa, e compilada no anexo 2.

3. Muitas vezes ele próprio chamado de “Ecossistema das LEO”.

4. Essa ideia é apresentada na peça audiovisual institucional do PCLEO sobre a “Cidadania” e seu exercício buscado no Plano, no link <https://www.youtube.com/watch?v=YVU28lrtSrw> (acesso em 05/10/2022), apresentada pelo professor Didier Álvarez, da EIB, um dos principais pesquisadores atuantes no ecossistema pela ideia adotada de linguagem como totalidade de representações.

Nesse sentido, constituímos projetos emancipatórios em que a leitura e a escrita não sejam instrumentais ou mecânicas, mas que permitam a consolidação de atores sociais, participantes na construção de seu projeto de vida e cidade; que reconhecem seus arredores e interpretam seu contexto sendo proativos em um cenário democrático, onde o público adquire significado para a participação política [...]. [Isso] implica a compreensão da promoção da leitura como um processo macro sociocultural que envolve vários elementos sociais e culturais que permitem a formação de uma comunidade leitora em um país e seus diferentes territórios, partindo da premissa de que o ser humano não apenas lê cartas, também lemos o mundo, o bairro, o corpo, as circunstâncias, os livros artificiais e o livro natural. (REBIPOA, 2019, p. 70)

Colocado então a ideia central da linguagem a ser apropriada como um dos pilares fundamentais da realização do ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, cabe discutir alguns dos exemplos presenciados nas atividades da etapa de campo. Na sequência, apresentarei alguns processos que evidenciam o potencial de Magia, de experimentar com a realidade para promover sua mudança, da Palavra presente nesses Lugares da Cultura, posteriormente aprofundando a territorialidade como estratégia de promoção das LEO.

5.2. O uso da Palavra, linguagem para a Magia

Em se tratando dos termos Leitura, Escrita e Oralidade, é rápida a sua associação com atividades ao redor de materiais essencialmente escritos. No caso das bibliotecas, pensa-se nos livros. Na perspectiva tradicional da Cultura que fragmenta a apropriação da linguagem isolando os três termos, o exercício da Leitura passa a ser essencialmente individualizado. Com a reificação do conhecimento, a **criação** sobre ele através da Escrita gradualmente é desincentivada. E, por fim, os sujeitos desse processo, o qual tem como consequência a desagregação da sua coletividade e intersubjetividade conforme discutido em seções anteriores, perdem a agência sobre a Oralidade, prática necessariamente dialógica a qual obrigatoriamente remete a uma **escuta** (REBIPOA, 2019, p. 69).

Em se tratando das atividades que abordam essa problemática, o ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá possui uma série de estratégias comuns as quais miram a promoção das LEO de maneira fundamentalmente integrada⁵ e, portanto,

5. É claro, são comuns à maioria dos Lugares da Cultura conhecidos na etapa de campo espaços de leitura individualizados e o préstimo de livros (dada a disponibilidade de acervo para tal), sobretudo nas bibliotecas públicas, vinculadas ainda a esse imaginário. Porém, em se tratando de bibliotecas e outros Lugares com o claro objetivo de coletivizar a linguagem e sua apropriação, as atividades e estratégias nesse sentido são mais priorizadas em suas organizações.

coletiva. Importante destacá-las como não totalmente iguais, mas pelo contrário, ricas em diversidade evidenciada pelos diferentes territórios cujo diagnóstico protagonizado pelos seus habitantes define os conteúdos literários a serem trabalhados ali (REBIPOA, 2019, p. 70). Ainda assim, esses pontos de encontro evidenciam um esforço nessa perspectiva das LEO e da escuta.

As “oficinas de leitura”, de maneira geral, são atividades realizadas em grupos, sempre mobilizados seguindo algum critério específico relacionado à intenção do exercício de criação de vínculos entre os sujeitos. Grupos intergeracionais de idosos com pessoas mais novas, em que os primeiros compartilham relatos de vida, histórias sobre o território ou contos diversos, são bastante populares. Permitem, por exemplo, a aproximação entre sujeitos de etapas diferentes da vida num contexto social de afastamento de visões de mundo impulsionado pelas tecnologias digitais, muitas vezes através de um partilhar das memórias sobre suas comunidades, suas lutas, suas transformações. No caso do SBPM, o programa institucional o qual abrange esse conceito se chama *Abuelos cuenta cuentos*.

A *Hora del cuento*⁶, igualmente, um eixo de atividade realizado tanto por bibliotecas da REBIPOA (REBIPOA, 2019, p. 27) quanto institucionalizado como programa do SBPM, é uma “experiência de leitura em voz alta através das quais se promove a abordagem e exploração de histórias, autores e ilustradores de vários temas e lugares do mundo” por um mediador a um público, no geral, infantil, mas aberto para outras faixas etárias, sobretudo para membros da família. Não se trata de uma transmissão unidirecional do conteúdo, pois ela é constantemente interativa, ludicamente discutida com espaços de imaginação (e criação a partir dela) sobre como a história lida pode continuar, por exemplo. Apropria-se do conteúdo literário, em uma experiência compartilhada, através da animação da criatividade sobre ele.

Na visita realizada no Parque Biblioteca José Horácio Betancur, no corregimento San Antonio de Prado, foi possibilitada a participação em uma atividade de apropriação das LEO através do estímulo criativo em exercício coletivo. Ela foi mediada pela promotora responsável pelas dinâmicas (institucionais e específicas do Lugar) destinadas ao público majoritariamente infantil, como a *Hora del Cuento*. Em uma folha, o grupo (composto pelos membros da Pasantía de Investigación e outras duas promotoras da biblioteca) escreveria cinco frases de diferentes mídias (livros, quadrinhos, filmes, música etc.) lembradas a partir das memórias individuais do contato com as LEO, que seriam lidas e suas origens apresentadas em voz alta. Na sequência, cada um do grupo criaria um texto pequeno, uma história, usando as cinco frases. Essa história, suas ideias motoras e inspirações seriam igualmente lidas e contadas em voz alta. Tal experiência foi marcada não somente pela apropriação através da possibilidade de criar algo a partir da

6. Ambos os programas nomeados e brevemente apresentados no material do PCLEO do anexo 2.

integração de micro conteúdos escritos e conhecidos (as frases), mas também pelo compartilhamento das inspirações e histórias individuais por trás do exercício, uma mobilização intersubjetiva dos afetos⁷.

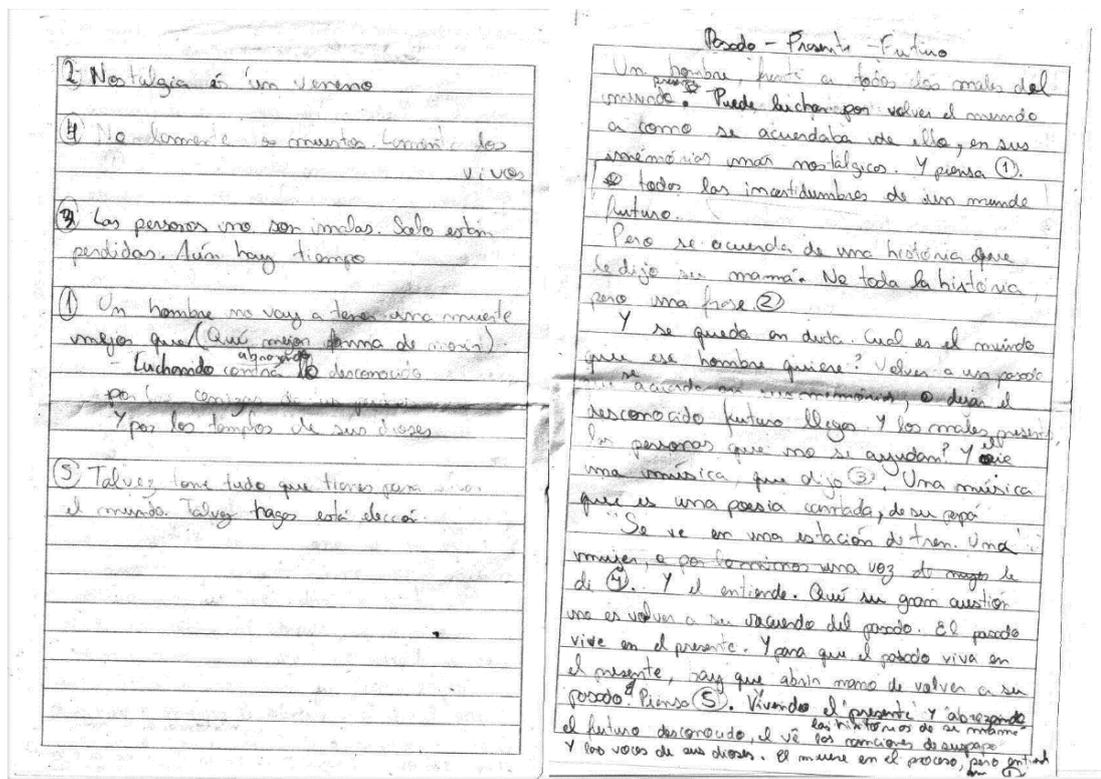


Fig.9: Registro em scan do exercício de criação de texto durante oficina realizada no Parque Biblioteca José Horácio Betancur (29/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

7. “Um homem, enfrentando todos os males do mundo presente e todas as incertezas de um futuro. Ele pode lutar para devolver o mundo a como ele se lembrava, em suas memórias mais nostálgicas. Ele pensou ‘qual melhor maneira de morrer, do que lutando contra o desconhecido, pelas cinzas de seus pais e pelos templos de seus deuses?’ (1). Mas ele se lembra de uma história que sua mãe lhe contou. Não especificamente toda a história, mas uma frase. ‘Nostalgia é um veneno’ (2). E fica na dúvida. Qual é o mundo que esse homem quer? Voltar a um passado que fica lembrado em suas memórias, ou deixar chegar o futuro desconhecido? E os males presentes nas pessoas que não se ajudam, pensou. Ele ouve uma música, um poema cantado por seu pai. Dizia que ‘as pessoas não são más. Elas só estão perdidas. Ainda há tempo’ (3). Ele se vê em uma estação de trem. Ele ouviu uma voz dizer-lhe para que ‘não lamente pelos mortos. Lamente pelos vivos.’ (4). E ele entende. Que seu grande problema não é voltar à sua memória do passado. O passado vive no presente. E para que o passado viva no presente, é preciso abrir a mão de voltar ao seu passado. Ele acha que ‘talvez perca tudo que você tem para salvar o mundo. Talvez você faça essa escolha’ (5). Vivendo no presente e abraçando o futuro desconhecido, ele vê nos outros as histórias de sua mãe, as canções de seu pai e as vozes de seus deuses. Ele morre no processo, mas entende ‘que melhor maneira de morrer, do que abraçando o desconhecido, pelas cinzas de seus pais, e pelos templos de seus deuses?’”. (1): Frase do poeta Horácio retirada do filme Oblivion de 2013. (2): Frase da *Graphic novel* Watchmen, de Alan Moore e Dave Gibbons, de 1986. (3): Fragmento da música “Ainda há tempo”, do *rapper* brasileiro Criolo, de 2016. (4): Frase dita por Dumbledore no livro Harry Potter e as Relíquias da Morte, 2007. (5): Frase dita por Superman na *Graphic novel* Relógio do Juízo final, de Geoff Johns e Gary Frank, sequência de Watchmen e publicada entre os anos de 2017 e 2019.

O ecossistema também transmite um esforço de realização desse tipo de exercício não apenas no âmbito dos espaços bibliotecários por seus sujeitos. Conjuntamente a isso, há a nível de cidade/região um movimento pela mobilização coletiva dos afetos através da experiência criativa com as LEO. A realização das Festas do Livro, desde aquelas com tradicional participação das bibliotecas populares⁸ até as municipais pela prefeitura, prevista no PCLEO e da qual participam as bibliotecas vinculadas pela REBIPOA, é uma evidência. Essas, anteriormente denominadas Feiras do Livro pelo foco no fomento do mercado editorial, hoje se configuram como espaços de atividades de dinamização da linguagem nessa perspectiva coletiva protagonizada pelas vozes periféricas (de artistas, escritores, bibliotecários públicos ou populares), ou seja, uma celebração da Cultura dos territórios e dos processos de promoção das LEO componentes da cidade de Medellín e do ecossistema de bibliotecas.

Uma evidente ilustração deste caráter está nas produções de materiais de chamada ao evento da prefeitura, especificamente nos livros-folhetos distribuídos. Pensados para substituir os panfletos publicitários tradicionais de mercado, esses materiais são minilivros frutos de trabalho de escritores e artistas locais reunidos através de editais públicos para sua confecção. Cada um deles é um volume de uma coleção que conta a história dos temas das Festas do Livro anuais em Medellín⁹, já possibilitando aos frequentadores, sobretudo os vindos desses territórios historicamente vulnerabilizados, a aproximação a um livro, a possibilidade de compor uma coleção pessoal e a inserção nas dinâmicas das LEO, nessa celebração.

Os volumes 13 e 14 dessa coleção de livros-folhetos da Festa do Livro de Medellín representam bem as dinâmicas das LEO que se busca animar nesses processos. O primeiro, da edição de 2020, é uma ilustração em quadrinhos em plano sequencial de um caminhar pela cidade, sobrepondo paisagens “urbanas”, “rurais” e “naturais” atrelando-as a uma significação híbrida e diversa do espaço, através da coloração em azul e vermelho – e um óculos específico- para criação de um efeito tridimensional. O segundo, por sua vez, é um conjunto de textos de provocações criativas para o uso da linguagem baseado na história de “O Mágico de Oz”, tema da Festa de 2021.

8. A referência a essa citação se encontra no material interno da *Corporación Girasól*, cedido pela coordenação após a visita à *Sala de Lectura* do bairro de Envigado e apresentação do trabalho da biblioteca, compilada no anexo 3.

9. Definido pelo comitê do PCLEO do qual participam as bibliotecas públicas, a REBIPOA, a coordenação, a EIB, entre outros dispositivos civis.



Fig.10: Registro parcial em scan do volume número 13 dos livros - folhetos da Festa do Livro de Medellín, da edição de 2020. Sobrepõe três paisagens características da cidade em tons de cores diferentes, para um efeito tridimensional através dos óculos 3D azul-vermelho Reprodução em scan (15/01/2023, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.11: Registro parcial em scan do volume número 14 dos livros-folhetos da Festa do Livro de Medellín, da edição de 2021. Apresenta uma série de pequenos ensaios provocativos sobre a linguagem e a expressão, a partir da temática do evento daquele ano, a história do Mágico de Oz (2021, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Conforme explicado durante o encontro com a coordenação do PCLEO na etapa de campo, esses materiais têm o objetivo de aproximar os sujeitos da cidade às dinâmicas coletivas do fazer artístico-cultural, do direito à linguagem, e da significação do município enquanto, em si, um território compartilhado de leituras e narrativas diversas. Em suma, um convite à celebração das Festas do Livro que é também um convite à coletividade, ambos imediatamente apresentando outras possibilidades de acessar e contribuir com diferentes e diversas leituras, escritas e oralidades dessa realidade urbana-rural-natural.

Para além do trabalho de caráter coletivo e afetivo descrito até aqui, essas dinâmicas também buscam, como exemplificado, evidenciar as LEO de maneira integrada, na qual mesmo o foco em uma de suas partes demanda uma abordagem totalizada (ou não fragmentada) delas. Encontrando essa mesma dinâmica a nível de experiência bibliotecária territorial, pode-se citar um dos projetos realizados no âmbito da Biblioteca Público Corregimental do bairro de Santa Elena. Localizada no setor de mesmo nome em zona rural, esse território é conhecido como lar da “Manifestação Cultural *Silletera*”, das famílias de agricultores camponeses cultivadoras das guirlandas que desfilam na Feira das Flores pelo menos desde a segunda metade do século XX, importante patrimônio tanto para a cultura territorial resistente da cidade quanto para, atualmente, o mercado turístico - habitando esses dois âmbitos mutuamente, realidade constantemente evidenciada e discutida no Lugar da Cultura aqui referido.

O trabalho “Ando Digitalizando” pela Biblioteca faz parte de um esforço maior de, justamente, defesa de manifestações culturais históricas de seu território, como a *Silletera*, e animação de diferentes possibilidades de leitura dele, através dos usos híbridos de tecnologias da linguagem¹⁰.

10. Importante pontuar aqui uma diferença evidente em relação às dinâmicas da linguagem fazendo uso de suas diversas tecnologias. A disponibilidade de recursos é fator essencial para o acesso às mais recentes, sobretudo às digitais. Dessa maneira, as bibliotecas populares têm uma realidade de escassez delas em relação às públicas, alvos de investimentos diretos do poder público em infraestrutura tecnológica. Ainda assim, esse trabalho com múltiplas formas de leitura, escrita e oralidade está presente no ecossistema como um todo.



Fig.12: Registro parcial em *scan da* publicação "Ando Digitalizando", da Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena, composta por textos frutos dos encontros promovidos no bairro Disponível digitalmente no link <https://issuu.com/areadeculturadigitalbibliotecasanta/docs/cuadernillo1>, acesso em 22/05/2023 (2017, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Trata-se de um projeto iniciado em múltiplos percursos pelo território pelos bibliotecários e sujeitos locais, sendo os grupos recebidos por outros sujeitos locais portadores de diferentes tradições de Santa Elena. Nesses encontros, foram compartilhadas oralmente histórias sobre o bairro e suas diferentes culturas, testemunhos e experiências cotidianas foram coletados e registros visuais da paisagem e da realidade rural tradicional do setor foram feitos. Esses materiais foram organizados em arquivos digitais para preservação e divulgação da memória do território na virtualidade, além de compilados em uma publicação com o mesmo nome em formato de livro, organizada através da Biblioteca (inclusive na mobilização de recursos), sobre algumas das pessoas escutadas durante o trabalho. Por exemplo, a história de Humberto Suárez, agricultor local com largos anos de experiência no cultivo de diferentes gêneros, portador desse conhecimento por ter cursado a "Universidade da Vida".

Cabe destacar como o trabalho comentado acima apresenta alguma combinação de tecnologias da linguagem “manuais” e digitais, buscando uma relação de uso delas que não seja exatamente de condicionamento aos seus fluxos. São experimentos e experiências de criação e ressignificação, de um uso artístico-lúdico-crítico delas. Ao longo das conversas e visitas da etapa de campo, os bibliotecários de Medellín evidenciaram algumas iniciativas nesse sentido. Tanto no campo especificamente da linguagem e mídias digitais, com atividades de escrita de crônicas cotidianas a serem gravadas na estética sonora de transmissões de rádio, quanto no desenvolvimento, desde a biblioteca e pelos sujeitos dos territórios, de programação e robótica baseadas em conhecimentos locais para auxílio na agricultura campesina.

Especificamente no trabalho com as LEO, há dois materiais apresentados em algumas das visitas que podem servir de exemplo para esse tipo de utilização das tecnologias digitais¹¹. O primeiro é o programa *Territorio Libro*, do coletivo *Nuevas Voces* e incentivado pelo PCLEO, de criação de murais espalhados pela cidade de Medellín, em uma combinação estética das cenas artísticas das periferias e territórios com Realidade Aumentada para transformação da paisagem urbana¹²:

Esta proposta se caracteriza por integrar as diferentes artes dos criadores das comunas 8,9,10 e 13 (grafiteiros, poetas, *rappers*) através de uma experiência inovadora ao nível da leitura, escrita e oralidade através da aplicação LAYAR. Dar vida aos graffiti com celulares, através da geolocalização de arquivos de áudio com poesia ou rap nos mesmos, nos pontos que intervêm no território, e com realidade aumentada através do reconhecimento de imagens de graffiti e projeção de elementos virtuais. (Coletivo Nuevas Voces)¹³

Um segundo exemplo é a publicação *Radioperiódico Clarín*, do *Archivo Historico de Medellín* (instituição sob a Subsecretaria de Leitura, Bibliotecas e Patrimônio do município) e colocada em circulação nas bibliotecas do SBPM. Ela consiste na compilação de transcrições de notícias difundidas entre os anos de 1959 e 1988,

11. Nenhum dos dois exemplos trazidos aqui é específico do trabalho de uma das bibliotecas ou dos territórios, pois não foi possível organizar evidências de tal uso das tecnologias digitais desse tipo durante a pesquisa de campo. Mas entendo a pertinência de ambos no sentido de representarem, pelo menos no trabalho com as LEO, a intencionalidade mais geral por trás do uso dessas tecnologias no ecossistema.

12. <https://www.youtube.com/watch?v=UuKbrEr7Tz0>

13. <https://www.nuevasvoces.org/territorio>

pelo canal de rádio de mesmo nome, que foi transmitido durante a segunda metade do século XX. Os temas vão desde acontecimentos nos bairros, sobretudo em relação ao Conflito Armado, até discussões sobre tendências estéticas e anúncios de filmes. As notícias foram regravadas em arquivos de áudio para formar um novo acervo ¹⁴, e podem ser acessadas através da leitura de QR code na própria publicação.



Fig.13: Registro parcial em scan da publicação “Radioperiódico Clarín: Clarín dice lo que otros callan” de dezembro de 2020, páginas 18 e 19 (2020, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Esses diferentes exemplos trazidos acima evidenciam a presença, nos diferentes “níveis” geográficos do ecossistema de Bibliotecas do Vale de Aburrá, dessa intencionalidade de coletivizar e totalizar a linguagem em suas diferentes dinâmicas e possibilidades de uso integrado. Ao mesmo tempo, eles também são demonstrativos de um outro aspecto dessas redes extremamente emaranhadas dos Lugares da Cultura da região, já mencionado na seção anterior e nesta,

14. <https://patrimoniomedellin.gov.co/proyectos/radioclarin/>

que é a territorialidade como ponto de partida para pensar a Cultura, e, nesse caso, as LEO e a linguagem. Antes de encerrar esta seção, discuto brevemente a importância da vinculação da Palavra ao território, contexto no qual é criada e proferida, nos processos experienciados na etapa de campo.

5.3. Os territórios têm a Palavra

Como visto na seção anterior, a territorialidade é o principal referencial de existência dos Lugares do ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá. Seja como contexto do qual seus sujeitos habitantes mobilizarão a comunidade para criar esses espaços, no caso das populares/comunitárias, ou como localidade de diagnóstico realizado por esses sujeitos junto de agentes do Estado para iniciar a construção deles, no caso das públicas. Na promoção das LEO e animação da linguagem, a vinculação com o território é, igualmente, o principal referencial de enunciação. As estratégias de integração das diferentes formas da linguagem através da ativação da intersubjetividade e coletividade partem dessa coordenada, tanto para reconhecer suas histórias, culturas e resistências à vulnerabilidade social e biopolítica (inclusive nesse campo da mediação cultural), quanto para criar possibilidades de transformá-la positivamente.

Um dos exemplos práticos mais simples desse processo é na construção das coleções e cronogramas de atividades das bibliotecas. Há, de fato, uma parte deles que é definida pelos próprios responsáveis pelos Lugares - por preocupações e interesses próprios e recursos disponíveis dos bibliotecários populares, ou por diretrizes institucionais de programas e materiais reunidos, no caso dos espaços públicos - na qual se faz presente o protagonismo dos territórios de maneira indireta. Mas há também o diálogo constante com os sujeitos de seu contexto para ampliar igualmente as coleções e cronogramas de atividades. No caso público/institucional, é proposto desde a RNBP a possibilidade de aquisição de novos itens dada a demanda territorial (María & Vasco, 2013, pp. 35-6), algo realizado pelo SBPM através do recolhimento periódico de pedidos dos usuários de cada biblioteca para essas compras pela prefeitura.

Nos contextos de recursos limitados para ampliação de coleção, característicos das bibliotecas populares/comunitárias, o diálogo com os diferentes coabitantes do território em que se localizam se faz ainda mais necessário. Tanto pelo suporte na disposição de materiais através de doações (de pessoas, escolas, paróquias, coletivos etc.) quanto na escuta das problemáticas da comunidade para uma identificação

clara de quais tipos de materiais se fazem necessários ou pertinentes. Isso se dá igualmente na construção de cronogramas de atividades, para todo o ecossistema. Os temas de ciclos de trabalho são, no geral, fruto do diálogo entre os sujeitos responsáveis pelos Lugares e os usuários deles, esses últimos consequentemente assumindo um papel de agente (embora ainda na “condição” de usuário).

E levando em conta a (maior ou menor) consciência do aspecto de Dispositivo Cultural (Cardona, 2019) nesses Lugares da Cultura e seus agentes, pode-se identificar a importância da territorialidade na intenção e/de consolidação dos **discursos** criados neles, ou as informações e conhecimentos geradas a partir dali para disputar relações simbólicas de poder. Todo esse processo ao redor das LEO para coletivizar sujeitos e transformar contextos de vulnerabilidade não ocorre em um vácuo discursivo¹⁵. Está profundamente vinculado a um esforço para possibilitar à comunidade na qual se inserem ler, escrever e falar sobre si mesma e, através disso, questionar e derrubar a memória oficial, geralmente carregada de estereótipos negativos e silenciamentos dessas populações marginalizadas (justificando e normalizando a biopolítica), com o fomento das suas próprias memórias, diversas, dinâmicas e diferentes entre si.

Uma configuração, na infraestrutura das bibliotecas públicas do SBPM, corresponde a essa tarefa na dinâmica desses Lugares como espaços de criação e difusão de conhecimento e memória locais. Como visto, existe a consciência da biblioteca, sobretudo as públicas, no imaginário social como espaços de circulação de informação “objetivamente” legitimada - ainda que a realidade os apresente mais como locais de disputa dessa legitimação (Cardona, 2019). Com isso em mente, é montada em cada uma das bibliotecas do Sistema de Medellín uma estrutura dentro de seus ambientes dedicadas ao estudo, compilação, organização e divulgação de saberes gerados pelo e a partir de seu território, chamadas de Salas Meu Bairro/ Salas Meu Corregimiento.

15. Mesmo na parte pública/institucional em que é comparativamente mais evidente à parte popular/comunitária a presença de **algumas** perspectivas de promoção e mediação cultural baseadas numa “cultura letrada universal” relacionada ao tema dos Direitos Humanos e cidadania liberal. Pois até esses aspectos não são pensados desvinculados às particularidades de cada território.



Fig.14: Fotografia de mini-exposição de obras construídas por sujeitos locais a partir de sementes de plantas características do corregimento, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San António de Prado (Parque Biblioteca José Horacio Betancur, San António de Prado, Medellín, Colômbia, 29/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.15:Registros de mural de fotografias realizadas por crianças e jovens do corregimento, sobre o cotidiano dos setores, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San Ant3nio de Prado (Parque Biblioteca Jos3 Horacio Betancur, San Ant3nio de Prado, Medell3n, Col3mbia, 29/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.16: Fotografia de mapa do corregimento destacando alguns outros espaços e instituições (como escolas e outros Lugares da Cultura) membros das redes de articulação da Biblioteca, na Sala Meu Corregimento do Parque Biblioteca San António de Prado (Parque Biblioteca José Horacio Betancur, San António de Prado, Medellín, Colômbia, 29/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Separadas em uma sala ou imbricadas no espaço comum da biblioteca, a depender do tamanho da infraestrutura do Lugar (cuja discussão será aprofundada na próxima seção), são verdadeiros laboratórios de criação de conhecimento especializado sobre o contexto territorial em que se encontram, em formatos diversos: informações sobre práticas produtivas, história do território, organizações, dinâmicas da Cultura e tradições locais e, sobretudo, memórias de seus sujeitos. Além disso, servem de base de dados e materiais a serem recorridos em trabalhos futuros sobre o bairro ou corregimento, tanto por sujeitos locais quanto por outros investigadores.

Durante a visita à já mencionada Biblioteca Pública Corregimental do Bairro de Santa Elena, foi no espaço da Sala Meu Corregimento deste Lugar, apresentada pelos promotores responsáveis pelo espaço, que o trabalho comentado Ando Digitalizando estava disponível. Ele compartilhava a estante da Sala com outros dois materiais interessantes de se mencionar. O primeiro, o Plano Especial de

Salvaguarda do patrimônio imaterial da Colômbia dedicado à Manifestação Cultural *Silletera*, foi financiado pela prefeitura de Medellín e criado pelos sujeitos portadores dessa tradição em parceria com a Universidade da Antióquia. Baseado em uma série de diagnósticos (de etapas de coleta de evidências, testemunhos, retornos positivos, meios de preservar a organização comunitária etc.) realizados com larga participação ativa dos locais, os protagonistas de todo esse processo até sua aplicação, o documento traça um plano de estratégias de preservação e defesa da Manifestação e da comunidade em seu território.

O segundo material eram duas edições físicas da Revista Literária *Hojas de Hierba*, uma em uma publicação própria, outra em um compilado com outras Revistas de trabalho semelhante de bibliotecas públicas diferentes: a *Garabateando*, da Biblioteca Pública *El Poblado*, e a *Soliuna*, do Parque Biblioteca León de Greiff do bairro *La Ladera*. Tudo isso resultado de diferentes oficinas de criação e experimentação literária, organizadas pelos promotores das LEO em seus espaços bibliotecários, com grupos de sujeitos de seu território. Para esses, as oficinas buscaram ser espaços de imaginação, leitura e compartilhamento coletivo através da Oralidade de ideias e afetos, até a produção de textos autorais em formatos diversos, saindo da condição de meros consumidores da Cultura para ter a possibilidade de tornarem-se artistas e autorxs que a disputam no ato de “atrever-se a escrever” (figura 17). Com esses textos publicados nas Revistas mencionadas, essas, por sua vez, são propostas como justamente experimentos estético-artísticos da linguagem como forma de “conceder a possibilidade de exceder a realidade e proporcionar a reflexão às nossas vidas” desde seus contextos, justificando sua legitimidade de informação para a Sala Meu Corregimento na qual se localizavam. (figura 18).

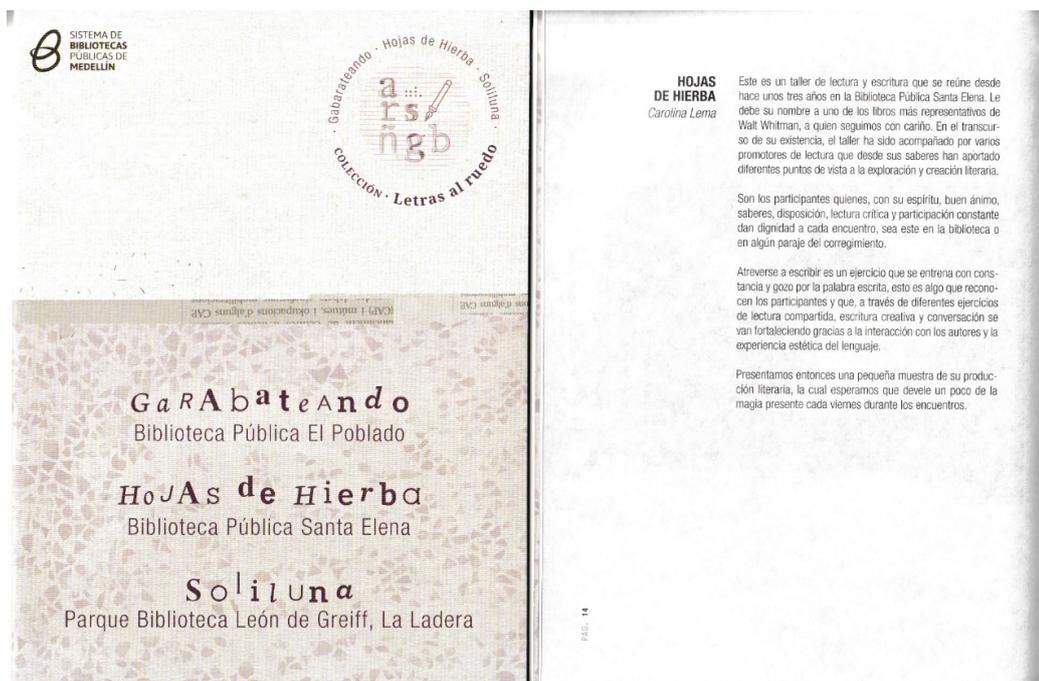


Fig.17: Registro em scan da capa e página 14 da publicação "Garabateando" da Biblioteca Santa Elena (Dezembro de 2017, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

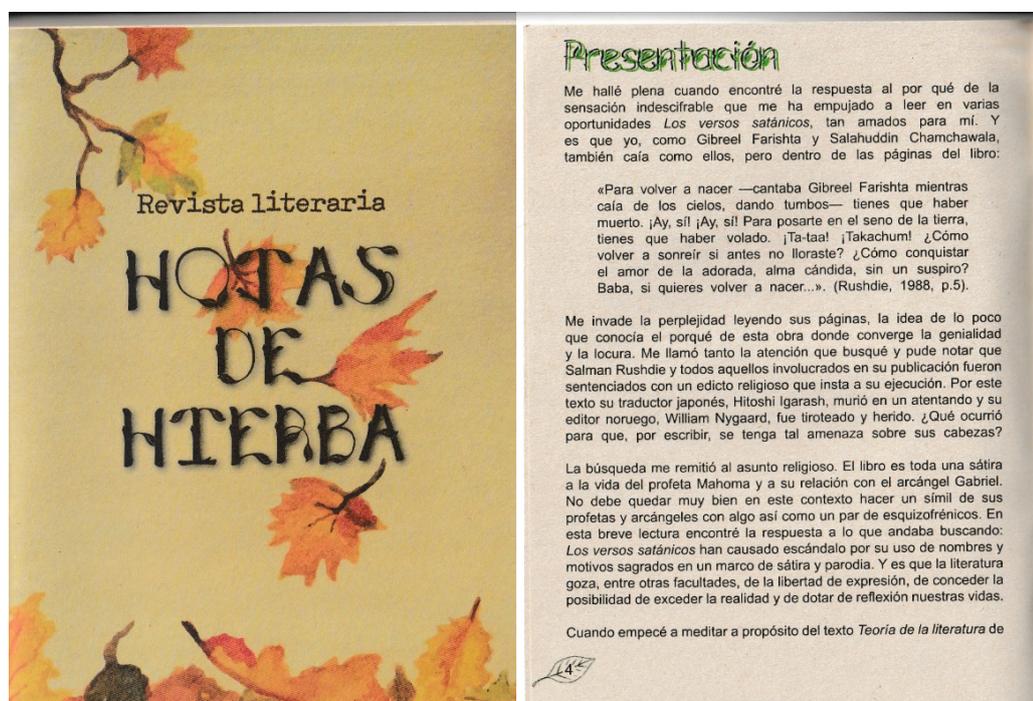


Fig.18: Registro em scan da capa e página 4 da publicação "Hojas de Hierba" da Biblioteca Santa Elena (Dezembro de 2020, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

A intenção descrita como motivadora da existência das Salas, pode-se dizer, é uma versão institucionalizada, nas bibliotecas do SBPM, dos processos de memória e criação artística/ de conhecimento territoriais já existentes nas bibliotecas popular/ comunitárias. Como sua origem e atuação sempre esteve ligado a propagar as vozes da diversidade de sujeitos alvos das biopolíticas em contextos vulnerabilizados e silenciados, pode-se identificar como esse escopo está presente na imensa maioria de suas dinâmicas - lembrando sempre a limitação em termos de recursos econômicos que tal contexto necessariamente impõe. Comento aqui brevemente dois exemplos desse processo nesses Lugares.

Durante a visita ao espaço da Sala de Leitura da Corporação *Girasól* no bairro de Envigado, foi apresentado o livro dos registros fotográficos organizados para preservar a memória da criação e primeiras décadas de atividades do Lugar. Trata-se de evidências visuais datadas desde os anos 1970 até início dos anos 2000 (período com uma facilidade de levantar esse tipo de material consideravelmente menor em relação às décadas dos *smartphones*) sobre sua fundação atrelando a promoção das LEO junto do fomento ao esporte dentro do território, bem como as diversas dinâmicas realizadas de apropriação comunitária do bairro através da festividade coletiva. Cada página é acompanhada de etiquetas-legenda cuja função é, justamente, **narrar** a memória (das pessoas, do Lugar, do território) por trás das fotos, nas quais se identifica a relevância dada para a conquista do espaço da biblioteca comunitária, sobretudo para a população jovem.

Numa outra linha de evidências não documentais desse trabalho de memória e conhecimento territorial, o exemplo a ser citado é uma das peças teatrais produzidas pela Corporação *T-Asombro* do município de Bello por seus membros, majoritariamente jovens locais, onde está localizada a Biblioteca Comunitária Lola Vélez, e assistida durante a visita a esse Lugar¹⁶. Chamada "*Réquiem: El llanto de los olvidados*", conta uma história não especificamente (porém igualmente) do bairro Paris onde se encontram, mas de um "território imaginado", um não-lugar (podendo coincidir com qualquer outro em contexto de vulnerabilidade social) tipicamente atravessado pelas grandes ondas de violência do Conflito Armado da Colômbia. Nele, um casal de idosos avós (entes familiares de extrema importância ao longo

16. Ainda que não seja uma produção específica da biblioteca mencionada, considero impossível e incoerente desvincular a Biblioteca Lola Vélez das atividades da Corporação *T-Asombro*, dado que não apenas compartilham o mesmo espaço comum (com as estruturas dedicadas a cada atividade, de teatro, de leitura, de acervo, de oficinas artísticas etc. mais ou menos separadas entre si) como seus sujeitos, promotores e usuários, são praticamente os mesmos, e circulam e utilizam o Lugar sem dividir as atuações de ambos, a não ser pela organização das atividades dedicadas, e consciência pessoal e coletiva da importância e objetivo de cada um deles, distintos mas não excludentes.

da história de resistência cultural e vivência comunitária), bastante tradicional e “esquecidos” por seus filhos, é posto de refém por um pistoleiro recém fugido da polícia - cuja fuga é conhecida pelo casal através das notícias de rádio as quais lhe caracterizaram genericamente como um assassino extremamente violento.

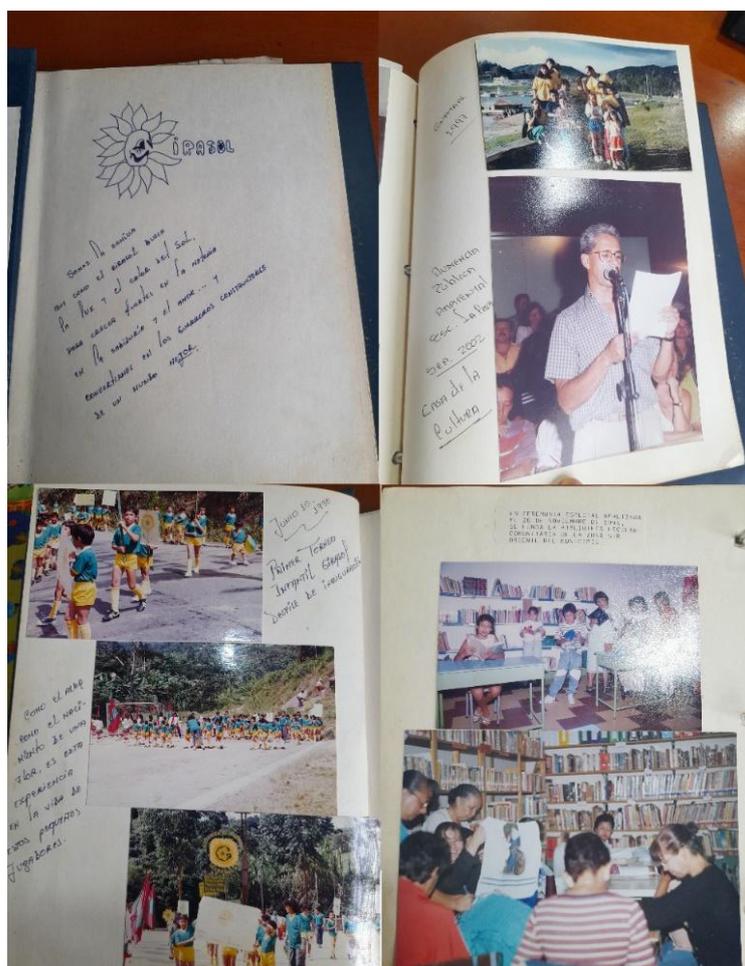


Fig.19: Registros fotográficos de livro de memórias da Corporación Girasól, compilando imagens etiquetadas e legendadas sobre os primeiros anos desse Lugar. (Imagens do livro de 1989 a 2002, registros fotográficos de 11/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Essas três personagens são retratadas na linha do “território imaginado”, ou seja, representações de suas características mais popularizadas no imaginário coletivo para possibilitar identificações afetivas dos espectadores com elas e com a situação abordada - a avó, católica temerosa e bastante amável, o avô patriarcal que fuma escondido para não preocupar a esposa que ama e impaciente com as dificuldades da vida, o jovem criminoso empurrado às armas como única forma de resolução de seus conflitos pela extrema dificuldade de encontrar alternativas;

estes poderiam ser **qualquer** avó, avô ou jovem desses territórios. Há uma série de conversas entre as três de exposição de suas histórias e medos -da morte pela violência, por um destino aparentemente fixado nisso, seja pela polícia, pelo próprio fugitivo, ou como resultado da violência generalizada - e um processo de criação de laços de empatia entre si pelo mesmo modo de identificação afetiva ao qual o público estava submetido: para os avós, o jovem lhes lembrava seus filhos; para o jovem, eles lhe remetiam à sua família assassinada para a qual buscava vingança.

Como resultado disso, o casal passa a se recusar a entregá-lo aos agentes do Estado, sabendo qual futuro lhe era certo, revoltados com isso e com a aparente inevitabilidade da violência armada à qual sempre estiveram submetidos. Os policiais, por sua vez retratados em sua truculência e desprezo pelos até então reféns e sobretudo pelo pistoleiro, buscando unicamente a solução da situação pelo uso das armas, acabam por matar a todos.



Fig.20: Cartaz da peça "Requiém, El llanto de los olvidados" da Corporación T-Asombro, disponível em <https://www.instagram.com/p/Ca9CPrdOLZ1/>, acesso em 22/05/2023.

A peça foi seguida por uma segunda dinâmica, em que o público conversa e compartilha entre si e com os artistas as reflexões provocadas pela obra - assistida ou criada, a depender da perspectiva. Nesse exercício foi possível, justamente, tecer conjuntamente os fios entre a cena apresentada e os afetos mobilizados através dela (de identificação e empatia pelas personagens), pelos quais se dá o choque e revolta diante da aparente inevitabilidade da violência e morte (biopolítica), característica a qual territórios periféricos assolados pelo Conflito Armado - como havia sido o bairro Paris - são constantemente aferidos. Mobilizar esses afetos pela empatia e posteriormente o choque e revolta é uma tarefa de contraposição crítica-estética-artística à normalização dessa violência, tanto pelos mantenedores e executores dessa biopolítica (representados pela polícia), como nos imaginários dos sujeitos afetados por ela.

Esse processo, presente da peça à discussão com o público, permite aos sujeitos envolvidos concretizar e apropriar a ideia de que essa violência **não é normal** (do território) **e não deve acontecer** (ali). Esse experimento caminha pela linguagem em suas múltiplas formas, da escrita, da leitura, da fala, até a sua expressão corporal na atuação e usos da tecnologia para dar os efeitos de cena, e é um exemplo de potência de rompimento de fronteiras de representação de uma realidade concreta - questionando o que é o território e por que é vulnerável - nos quais a vulnerabilidade social é auto justificada, muitas vezes por suas vítimas, impedindo-as de pensar futuros (e, portanto, presentes) alternativos possíveis. Se insere, portanto, na intencionalidade da Corporação e da Biblioteca Lola Vélez de permitir, através das artes e das LEO, outras leituras sobre seu próprio contexto com o intuito de transformar a ele - a própria possibilidade de participar desses processos através desses Lugares e experiências como essa promovidas neles representa igualmente essa intencionalidade.

A partir desses exemplos apresentados até aqui, pode-se, portanto, identificar na estratégia de promoção e apropriação da linguagem no ecossistema de bibliotecas, três características fundamentais. Primeiro, a importância de tal dinâmica ser entendida como um exercício essencialmente coletivo e vinculativo em um entendimento de grupo e comunidade. Segundo, a necessidade de realiza-la reconhecendo e utilizando a totalidade da linguagem em suas diferentes formas integradas. Terceiro, fugir de receitas e modelos universais de entendimento das LEO os quais ignoram as particularidades e diversidade de lugares de enunciação da Palavra, sempre utilizando o território (sua rede de

vínculos afetivos e sociabilidades) como coordenada. Para encerrar esta seção, reflito sobre a potência desses três eixos em transformar esquemas simbólicos de representação do real, conseqüentemente sendo motor da ação de mudança nele - ou seja, o potencial de Magia, definido anteriormente.

Anteriormente, nesta pesquisa, foi discutido como o conceito de Magia se apresenta como uma resposta à sacralidade da Cultura edificada sobre representações supostamente objetivas, neutras e imutáveis da realidade como referencial de ação social. Isso se dá porque a experiência concreta de relações entre sujeitos e elementos do mundo, carregada de uma diversidade de possibilidades necessariamente caracterizadas pela incerteza, é entendida como o motor da mudança dos nossos esquemas simbólicos construídos com uma fachada de universalidade para ocultar sistemas sociais de exercício da biopolítica.

Considero a abordagem em relação à linguagem realizada no ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá convergente com essa ideia de reativar a Magia como ferramenta de transformação da realidade. Considerando uma hegemonia simbólica que desagrega coletividades na individualidade isolada, tornado os sujeitos objetos da Cultura, que fragmenta, desarticula e reifica o conhecimento e a informação sobre o real e, por consequência, impedindo a possibilidade real da mudança social, entendo a estratégia de promoção das LEO referida acima como uma possível realização da Magia para responder a esses problemas levantados.

Isto se dá em três eixos, correspondentes aos exemplos trazidos nesta seção para evidenciar a proposta deste argumento. Primeiramente, o exercício sempre coletivo em diferentes medidas do uso da linguagem permite um fortalecimento das intersubjetividades, necessárias à consolidação de uma vida em comunidade. Segundo, combinar as diferentes apresentações das LEO e suas tecnologias, ainda que haja um foco em uma delas para determinada situação, rompe os limites das fronteiras engessadas das nossas matrizes de conhecimento e interpretação do real e permite não só uma articulação de diferentes formas de ler, escrever e falar, como uma exploração de outras novas formas. E, por fim, colocar o território como coordenada fundamental para a enunciação da Palavra reposiciona sujeitos objetificados como protagonistas da representação e disputa dos significados, lhes conferindo uma apropriação de seus contextos com o intuito de transformá-lo para além da condição de alvo da biopolítica.

Essa perspectiva de construir uma linguagem total e dinâmica, calcada no reconhecimento da diferença e diversidade, no território e na voz das coletividades marginalizadas, busca consolidar outras formas de experienciar a realidade cotidiana - de viver e coabitar um mesmo lugar. A partir daí, quer criar espaços de contestação da Cultura hegemônica e transformação desta. Tendo em mente os exemplos e estratégias comentadas acima como separados apenas para fins de análise desta pesquisa, mas na prática estando profundamente integradas entre si, entendo haver aí uma animação e possibilidade de uso do de elementos antes sacralizados para fabricar outras sociabilidades, outros mundos possíveis. É, portanto, um fenômeno bastante convergente com a ideia da Magia discutida anteriormente.

Importante ressaltar, no entanto, que não é apenas nas estratégias específicas de apropriação das LEO e da linguagem onde estão presentes as fábricas de outros mundos, sobretudo quando o acesso aos recursos e tecnologias para sua realização são bastante limitados. Entendo elas profundamente interligadas (jamais separadas) com uma outra dinâmica de atuação já algumas vezes comentada no texto até aqui: os processos de vinculação, ou das relações, os quais preenchem a existência dos Lugares do ecossistema. Na última seção sobre a etapa de campo da pesquisa, busco aprofundar esse tema, evidenciando as redes/emaranhados/tentacularidades na linha da Cthulluceno, nas bibliotecas do Vale de Aburrá.

SEÇÃO 6 ▪ Cthulluceno: Relações e vínculos como materialização do ecossistema

Até aqui, o texto referente à etapa de campo desta pesquisa se debruçou sobre, inicialmente, a apresentação do chamado ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá. Foi colocada como o mecanismo da territorialidade é usada como referencial diverso possibilitador do rompimento de universalidades sagradas do conhecimento e da Cultura, adquirindo, por sua vez, um caráter disruptivo, profanador. Na sequência, foram tecidas reflexões acerca da estratégia utilizada dentro do ecossistema para realizar tal tarefa, através da animação de outras formas de ler, atuar e criar realidades nesses contextos de vulnerabilidade e silenciamentos. Essa seria o trabalho através da linguagem como totalidade, a ideia da Palavra, explorando seu potencial de Magia.

Por fim, uma última seção da etapa de campo tratará o assunto da estrutura dinâmica que sustenta o ecossistema. Entende-se as relações e vínculos criados dentro e a partir dele como a realização da tentacularidade, dos emaranhados de sociabilidades e subjetividades, que permite a sobrevivência dessas experiências bibliotecárias nesse aspecto ecossistêmico.

6.1. Refletindo sobre a ideia de ecossistema

Essa abordagem a partir do termo (ecossistema) também, como visto, replica a nomenclatura de entendimento de seus atores sobre ele próprio (PCLEO, 2016, p. 20; REBIPOA, 2019, p. 20). Ao mesmo tempo, busca brincar (em uma proposta lúdico-profanadora), com a aproximação da binaridade conceitual que inicia a dissertação, Natureza/Cultura. Não se trata aqui de replicá-la pinçando sem emaranhar as características de seus dois polos - o nome “ecossistema” *versus* o conteúdo “bibliotecas”.

Afere, sim, um nome típico das “Ciências da Natureza” pelo qual falsamente é sugerida a concepção do fenômeno das bibliotecas como “objetivo”, um dado perene da Natureza. Porém, vinculá-lo ao processo histórico e posicioná-lo dentro de um determinado contexto (a própria ideia da territorialidade enquanto espaço de realização das relações e sociabilidades afetivas dos sujeitos, articuladas

difusamente e dinamicamente) “culturaliza” a origem do conceito¹. Destaco essa reflexão sobre o nome escolhido para o fenômeno apenas neste ponto do texto com o intuito de reforçar não somente esse “objeto de estudo” como produto e processo de contextos do tempo histórico e lugar, mas também como é a ecologia dos emaranhados dos atores, sempre processuais, difusos e híbridos, constantemente dinamizando e instabilizando desde a própria realização e sustentabilidade do “objeto” até, inclusive, as condições contextuais nas quais ele ocorre.

Não se trata de analisar especificamente as mudanças no próprio ecossistema ao longo do tempo, tampouco como os variados contextos territoriais foram, do bairro às cidades, alterados pelas dinâmicas nele presentes - temas por si só merecedores de trabalhos dedicados. Proponho entender o ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá e refletir sobre a sua ecologia considerando-o como um território², analisando, assim, “não só a localização geográfica, mas também e ainda mais importante, as pessoas [e atores] que a habitam, suas relações sociais e os diversos lugares onde se encontram” (PCLEO, 2016, p. 20).

Portanto, o objetivo dessa última seção da etapa de campo é aprofundar-se, justamente na complexidade de alguns encontros, características e questões das **relações, vinculações e emaranhados** (na “ecologia”) observadas (ou mais, vividas) durante ela, sem pretensões de esgotar o tema; muito pelo contrário, sinalizando sua riqueza diversa. Essa análise se associa ao conceito do Cthulluceno (Haraway, 2016), anteriormente discutido como proposta de resposta aos desafios da Cultura aqui trabalhados para pensar referenciais coletivos de habitar o mundo - ou um território. Será dividida em três eixos³. O último tratará da vinculação do(s) Lugar(es) da Cultura com a(s) localidade(s) geográfica(s) em que se insere(m), antecedido por uma análise “na direção inversa” de como os sujeitos do bairro/corregimento se relacionam com a biblioteca enquanto estrutura física presente

1. O mesmo movimento é mencionado, como visto anteriormente, por Anna Tsing sobre a mudança na definição clássica de “espécie” na biologia na busca por respostas ao Antropoceno, no qual justamente as relações ecossistêmicas dos atores em determinado contexto de tempo (histórico) e lugar são preponderante em relação à interpretação desagregadora de seus elementos em unidades autocontidas e auto-reprodutoras, na busca de modelos gerais objetivos e replicáveis a outros contextos (Tsing, 2015, pp. 139-142).

2. Se a necessidade de traçar fronteiras para estabilizar essa “unidade de análise” for demasiada, pode-se dizer que esse território chamado ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá é aquele composto, em geral, pelos atores e entidades descritos na seção 4, cuja atividade principal está definida na seção 5, interagindo nas dinâmicas de relação comentadas nesta seção. Tal demarcação, no entanto, é conscientemente, intencionalmente e demasiadamente incompleta.

3. Os eixos escolhidos são separados apenas para finalidade de organização dos argumentos deste texto, não tendo fronteiras totalmente definidas na sua materialidade da experiência vivenciada em campo.

na paisagem. O primeiro eixo, mais breve e iniciado a seguir, será dedicado às relações entre as duas “partes” do ecossistema estudadas, ou seja, da dinâmica entre bibliotecas popular/comunitárias e público/institucionais⁴.

6.2. Relações intraecossistêmicas

Aprofundarei brevemente, neste ponto do texto, o tema da articulação entre as duas “partes” do ecossistema trabalhadas na pesquisa, levantado inicialmente na seção 4. Rememoro o mecanismo de incentivo das bibliotecas popular/comunitárias pelos investimentos através de editais públicos do Estado, sendo este (a prefeitura) o responsável pela inversão direta nas bibliotecas público/institucionais. Durante muitas das visitas aos espaços membros da REBIPOA, foi ressaltado tanto como ele dificulta a participação desses nesse processo graças à dificuldade de formular um projeto em formato adequado, quanto a geração de um ambiente de competição para aceder à recursos financeiros em um cenário no qual eles lhes são limitados.

Como resposta a essa problemática, há um esforço das bibliotecas da REBIPOA em se reorganizarem internamente para buscar os editais de maneira conjunta, colaborativa, construindo projetos compartilhados através da combinação entre temas, necessidades, interesses de intervenção de diferentes bibliotecas-membro etc. Essa discussão e proposição foi consolidada em reflexão à estrutura dos editais de 2022 da prefeitura de Medellín, na reunião de recepção do *Bibliocielo à Rede*. Em lugar de se submeter à lógica neoliberal de competição por recursos colocada através desse instrumento jurídico, os membros da Rede subvertem-na em uma proposta de cooperação para obtê-los. Isso, é claro, não soluciona a questão geral das limitações financeiras das bibliotecas popular/comunitárias, e, por tanto, não exclui a demanda pela participação delas fixadas no orçamento ordinário do município⁵, mas demonstra como a coordenação entre esses Lugares de distintos contextos pode, ao menos, fugir à lógica competitiva dessa política pública.

4. Reforço novamente como entender as duas partes enquanto independentes é uma perspectiva bastante limitada, tanto para interpretá-las propriamente dito quanto para pensar o ecossistema como um todo. Separá-las na argumentação é mero instrumento metodológico facilitador de observação de algumas das várias coerências e incoerências deste fenômeno estudado.

5. Essa reflexão sobre a inversão da lógica neoliberal de competição dos projetos de bibliotecas separadamente como resposta foi colocada pelo pesquisador Ueliton dos Santos Alves, comentando a apresentação de observações parciais da etapa de campo desta pesquisa realizada em agosto de 2022 em evento da Biblioteca Sinhá Junqueira, na cidade de Ribeirão Preto. A pertinência desse argumento demandou sua colocação aqui, pela qual credito e agradeço enormemente ao Ueliton.

Mesmo especificamente nessa tensão dentro do ecossistema sobre os entraves financeiros das bibliotecas popular/comunitárias, no entanto, há mais algumas nuances. Considerando a dificuldade dos membros desses Lugares em construir projetos para concorrer aos editais, uma articulação entre a Caixa de Compensação COMFAMA e a REBIPOA, com participação da EIB, criou um processo formativo promovido pela primeira para os bibliotecários da segunda com o fim de, justamente, orientar sobre a confecção de propostas no formato requisitado pela prefeitura. Na primeira reunião da etapa de campo com Arley Orozco, à época tesoureiro da Rede, foi igualmente realizada a apresentação de alguns dos responsáveis por seus Lugares da Cultura, que haviam acabado de deixar um dos encontros desse processo formativo, na Biblioteca Pública Claustro-COMFAMA na região central de Medellín.



Fig.21: Fotografia registrando o primeiro encontro com membros da REBIPOA durante a etapa de campo, realizada na Biblioteca Pública Claustro Comfama, no centro de Medellín. Ocasão da reunião e conversa com o tesoureiro Arley Orozco, à esquerda do autor. À esquerda na foto está Zully Ballesteros (Biblioteca Popular Lola Vélez). À frente estão, da esquerda para a direita, Gladys López (Biblioteca Popular Telejo) e Lucelly Castañeda (Corporación Girasól). (Biblioteca Pública Claustro Comfama, La Candelaria, Medellín, Colômbia, 07/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

E, igualmente, nos próprios territórios coabitados tanto por bibliotecas popular/comunitárias quanto bibliotecas público/institucionais, há esse aspecto mais cooperativo na relação direta entre esses Lugares. Sua articulação é bastante forte, sobretudo no suporte prestado pelas bibliotecas públicas às atividades das bibliotecas populares, principalmente na disponibilização da infraestrutura, e na ação conjunta de organização comunitária para intervenções do Estado no território, através das Mesas de Bairro⁶. Aqui, é importante ressaltar o breve desvio dos materiais coletados e notas produzidas durante a etapa de campo, pelos quais foi possível identificar esse processo, sobretudo graças aos relatos dos bibliotecários, mas não exemplificando concretamente exemplos dele.

Felizmente, outros materiais de anos anteriores ao de realização deste trabalho podem ser referenciados como evidência da articulação a nível de bairro e território entre os Lugares do ecossistema, indicando inclusive alguma longevidade na sua ocorrência. Em 2016, a publicação chamada *Barrio y Biblioteca: Memorias colectivas en la construcción barrial del noroccidente de Medellín* foi concluída a partir dos trabalhos da *Mesa de Bibliotecas de la Zona Noroccidenta*, espaço organizado pelos entes do ecossistema majoritariamente presentes nessa região da cidade, consolidado a partir de 2013, para coordenar sua atuação. Tanto a Mesa quanto o material foram construídos por uma extensa equipe colaborativa, composta por bibliotecários populares e públicos, e por pesquisadores da EIB.

O texto busca compilar registros de memória dos Lugares da Cultura dessa Zona, sobre suas criações em relação às dinâmicas pelos quais passavam seus respectivos territórios, até o trabalho atualmente realizado ali. O projeto foi idealizado e coordenado no processo de memória pela *Corporación Sembrando Futuros*, entidade responsável pela criação da já mencionada Biblioteca Popular do Bairro Santander. A participação do SBPM se deu justamente através das duas bibliotecas públicas atuantes na região, os Parques Bibliotecas *La Quintana* e *Gabriel García Márquez Doce de Octubre*, com a organização do trabalho e do suporte material. A EIB, por sua vez, realizou o processo formativo das equipes de pesquisa, fortalecidas por seus estudantes do grupo *Semilleros de investigación*. (Corporación Cultural y Biblioteca Sembrando Futuro et al., 2016, pp. 19-21)

O resultado é uma proposta de reflexão não somente sobre o conceito de “bairro” e da vida comunitária reforçada pela articulação política e afetiva entre seus sujeitos, mas um registro de memórias dos próprios Lugares em seu território

6. Esse processo aqui é apenas evidenciado como existente, mas pode-se aprofundar em pesquisas posteriores o peso das demandas comunitárias nos resultados das Mesas com o poder público

desde sua criação até consolidação. Nelas, pode-se ler tanto sobre os dois Parques Bibliotecas, quanto sobre alguns dos outros membros da REBIPOA: a Biblioteca K de K *Casa de la Cultura Francisco de Paula Santa* (Corporación Cultural y Biblioteca Sembrando Futuro et al., 2016, p. 232) e a Biblioteca Popular Telejo - na qual há o destaque para a importância da formação bibliotecária realizada Caixa de Compensação Familiar COMFENALCO para a pessoa criadora e responsável, “que se realizava em uma biblioteca diferente a cada mês” (Corporación Cultural y Biblioteca Sembrando Futuro et al., 2016, p. 58 e 61).

Nesse sentido, a relação intraecossistêmica, ao mesmo tempo que possui uma desigualdade acerca da definição dos recursos financeiros, também é caracterizada pela resposta interna através da articulação entre as partes à essa problemática. Com isso, pode-se entender o aspecto híbrido de uma “mesma” relação. Enquanto a REBIPOA é mantida sob um regime financeiramente limitado pela forma de suporte escolhida no processo de formulação das políticas públicas, o vínculo com as próprias bibliotecas públicas, inclusive uma das entidades privadas que as administram - as Caixas de Compensação Familiar -, e o uso de sua infraestrutura, permite **alguma** forma de contornar esse desafio⁷, sem deixar de fortalecer as alianças diretamente resultado da e voltadas para a conexão com território compartilhado por esses Lugares e seus sujeitos.

A cooperação entre esses diferentes Lugares diretamente nos respectivos e coabitados territórios de atuação indica tanto uma dinâmica mais ampla da relação de vinculação da(s) biblioteca(s) no(s) território(s) quanto a sua dimensão afetiva. Aqui, cabe mencionar a importância das amizades, solidariedades e respeito na consolidação dos vínculos entre diferentes bibliotecários num mesmo contexto, muitas vezes evidenciada nas visitas da pesquisa. Esse tema, a maneira pela qual uma biblioteca adentra o território, será precedido por reflexões do movimento inverso, isto é, como o território adentra a biblioteca, colocadas na próxima parte do texto.

7. No segundo semestre de 2022, ocorre outro evento articulado entre uma das Caixas, a EIB e a REBIPOA, dessa vez sediado na Casa Barrientos de Leitura Infantil, indicando mais uma vez as potencialidades de tal relação. O tema, proposto e organizado pelos membros da REBIPOA, foi a descolonização da Ciência da Informação e da Biblioteconomia através da valorização e reconhecimento do trabalho realizado pelas bibliotecas populares e comunitárias. Os vídeos desse encontro estão disponíveis na rede social da Rede, e podem ser acessados em (acesso em 14/11/2022):

https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=750664666354170
https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=782922909549049
https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1399223297243805
https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=5386742471369173

6.3. Direito a um Lugar de Cultura como relação com o espaço bibliotecário

Um importante tópico para iniciar a relação do território e seus sujeitos com os Lugares da Cultura aqui trabalhados é a dinâmica originada na sua materialidade da infraestrutura. Como comentado na seção 4, as bibliotecas em geral são uma resposta a um processo histórico de ausência ou negligência do aparato estatal, sobretudo nesse âmbito da Cultura, e muitas vezes substituída por intervenções violentas. Considerando essa questão, é possível refletir acerca dos vínculos construídos pelos atores do contexto do bairro/setor/corregimento com esses novos espaços e suas oportunidades a partir da perspectiva de sua existência ali, isto é, como consequência do novo momento de presença deles em um vácuo anterior.

E se é possível entender tal processo desde a convivência da comunidade em sua região com a presença física de suas respectivas bibliotecas, importante ressaltar a diferença de dinâmicas para cada um de seus tipos. Por exemplo, no caso das popular/comunitárias, Lugares auto-organizados em territórios historicamente excluídos das dinâmicas da Cultura e da possibilidade do fazer cultural, elas se tornam importante espaço de representação - ou refúgio (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, pp. 442-3) – da luta social pelo rompimento da condição de vulnerabilidade e possibilidade real de disputar a cidade, seus imaginários coletivos e seu significado. Esse papel do aspecto físico, material, de uma biblioteca é evidenciado no Plano da REBIPOA já trabalhado.

Nele, destaca-se como a importância da bibliotecas popular/comunitárias não reside em seu destaque infraestrutural, dada sua acomodação à paisagem territorial e sua inserção numa rede de afetos e suporte “vizinhal”. São, na verdade, uma representação física de uma experiência em um “não-lugar” mais ampla da comunidade pela luta referida acima, e a sua fisicalidade representa a possibilidade de uma vida mais digna e uma convivência fortalecida. Porém, justamente pela força representativa do posicionamento dos Lugares consolidante de emaranhado de vínculos numa luta pela Cultura, entende-se que eles **têm direito a** ser estetizados, embelecidos, com uma infraestrutura de qualidade a qual “permita-os atuar como referente espacial dos territórios”, como **direito dos sujeitos** ali reunidos.

Embora as Bibliotecas Públicas e Comunitárias tenham espaços reduzidos, elas precisam ser restauradas e intervindas para que se tornem espaços de leitura, encontro e pesquisa, sem perder sua essência, [de] casa, família e amigos, mas para isso você deve ter em mente a figura do bibliotecário como agente propiciador desse ambiente. (REBIPOA, 2019, p. 41)

Essa perspectiva do direito a um Lugar da Cultura com inclusive aparência física digna se apresentou também nas conversas sobre as bibliotecas popular/comunitárias respectivas em cada visita de campo. Uma das fundadoras e responsável pela Sala de Leitura da *Corporación Girasól* contou, em seu relato, sobre os processos de perda e luta por reaver a gestão do espaço⁸. Após sua criação e um período administrando-o, claro, realizando os cuidados de manutenção, uma proposta (aceita) da prefeitura do município de Envigado foi feita para torná-lo Espaço Cultural público, mantendo a *Corporación* na posição de gestora. Isso colocou a Sala na dinâmica de “disputa” institucional periódica (em períodos de alguns anos) de diferentes entidades para assumir o trabalho até então conferido à *Girasól*.

Por um determinado período, a Sala passou a ser administrada pela COMFAMA, a qual substituiu quase totalmente o corpo bibliotecário já atuante ali, bem como suas dinâmicas de trabalho e descontinuando o cuidado (na perspectiva destacada no material da REBIPOA) sobre o espaço. Como resposta, a *Corporación* ativou suas redes de apoio territorial e fez uso de relações informais - de amizade, de proximidade, de vínculos por experiências passadas - com lideranças políticas locais com capacidade de intervenção nessa substituição da gestão do Lugar. Assim, obtiveram novamente a responsabilidade sobre ele, o que motivou novas reformas, ampliações de espaços etc., mantendo ainda a sua “identidade estética” - como os ladrilhos do piso, em um esquema bastante tradicional do Vale de Aburrá. Reforçou também o sentimento ali residente, do direito da comunidade na sua criação e apropriação, pois aquela biblioteca não era mero suporte físico a ser administrada, mas uma conquista histórica daquele movimento na luta por esse direito.

8. Esse relato foi feito ao longo da conversa sobre a atuação da *Corporación Girasól* com a coordenação, e registrado apenas nas notas tomadas em campo, conforme as limitações contextuais da metodologia utilizada, detalhadas nas considerações finais deste trabalho.

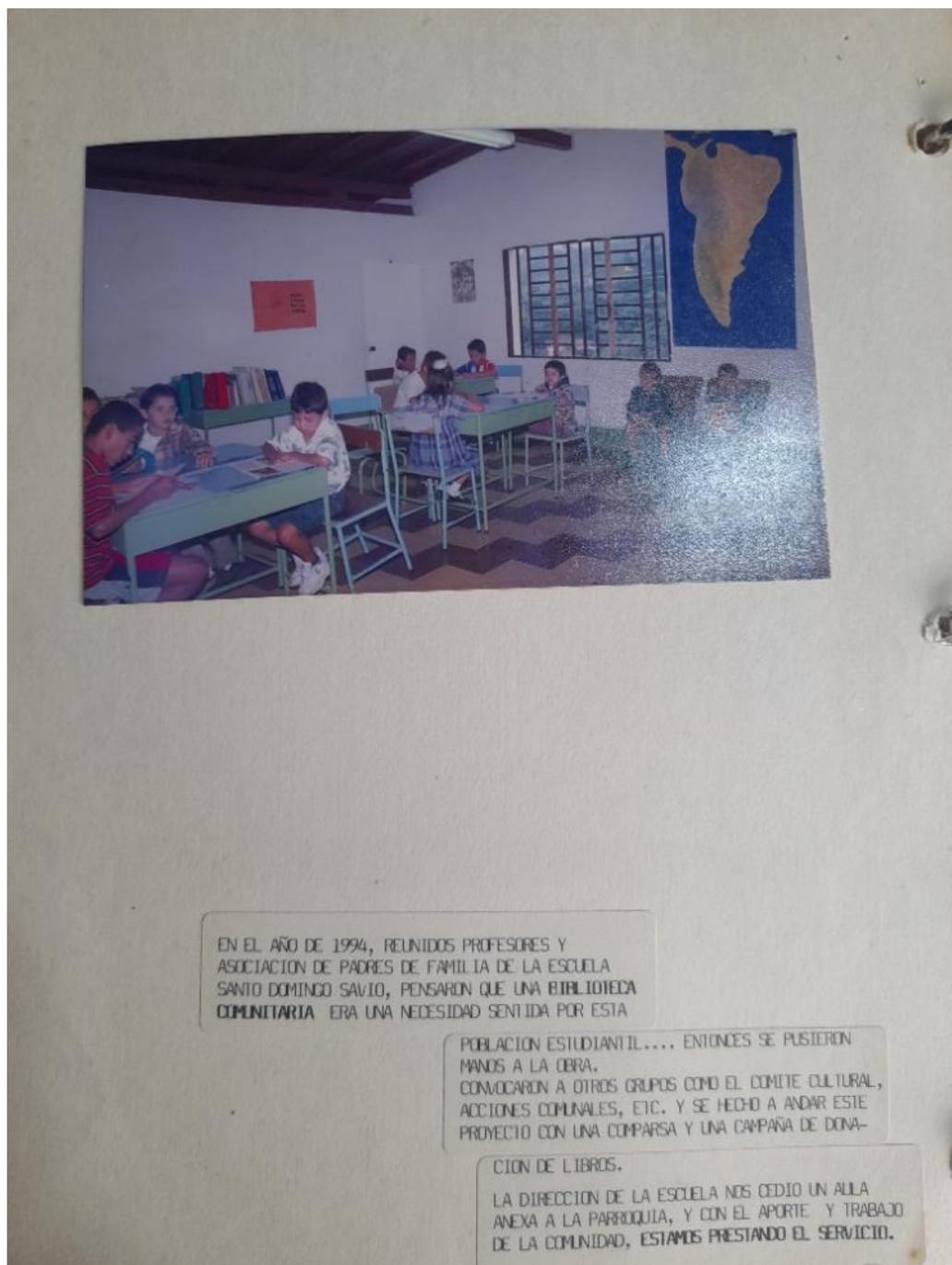


Fig.22: Registro fotográfico do primeiro ano (1994) da Sala de Leitura Corporación Girasól, em seu livro de memórias. O esquema de ladrilhos no piso é bastante tradicional da região (Imagens do livro de 1989 a 2002, registros fotográficos de 11/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.23: Fotografia realizada ao final da visita à Sala de Leitura da Corporación Girasól, em março de 2022. O característico esquema de ladrilhos bejes e vermelhos foi mantido, mesmo com todas as reformas e ampliações do espaço (Sala de Lectura Corporación Girasól, El Salado, Envigado, Colômbia, 11/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

No caso das bibliotecas públicas, e especificamente referente aos Parques Bibliotecas, a consolidação do vínculo dos sujeitos do território com o Lugar, no seu âmbito físico é, de certa maneira, inversa. Lembro o conceito de acupuntura social mencionado na seção 4 para a escolha da localidade de suas construções como forma de preencher um vácuo negligente/ substituir uma política de violência do poder público inclusive com obras de infraestrutura e acesso à Cultura. As bibliotecas públicas são, no geral, dotadas de salas de computadores, coleções amplas e diversificadas, Salas Meu Bairro/ Corregimento bem mantidas. Os Parques, notadamente de infraestrutura muito mais ampliada, possuem um acervo disponível mais extenso, uma maior variedade de salas (de estudo, de computadores, de reuniões, de cinema), makers room⁹, anfiteatros, quadras e campos esportivos, auditórios, alguns até cozinhas e hortas.

9. Salas de computadores com equipamentos de impressão 3D e robótica, de acesso gratuito e possibilidade de desenvolvimento de projetos dos próprios usuários.



Fig.24: Fotografia do auditório do Parque Biblioteca Fernando Botero, durante apresentação circense de companhia local (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.25: Fotografia do auditório do Parque Biblioteca San António de Prado, vista do palco (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.26: Fotografia da “Makers room” do Parque Biblioteca Fernando Botero. Além dos computadores disponíveis na mesa central, nota-se na parte esquerda da sala os equipamentos para impressão 3D (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.27: Fotografia panorâmica de um dos andares do amplo acervo do Parque Biblioteca Fernando Botero (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.28: Fotografia da entrada do Parque Biblioteca Doce de Octubre, também arquibancada para o complexo de campos esportivos na mesma parte do Lugar, ao fundo (Parque Biblioteca Doce de Octubre, Doce de Octubre I, Medellín, Colômbia, 09/03/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Todo o acesso é de caráter público e gratuito, apenas com seu uso organizado pela coordenação da biblioteca - algo importantíssimo para o suporte utilizado pelos movimentos populares em geral, não só para as bibliotecas popular/comunitárias. Esse tipo de arquitetura é, realmente, de megainfraestruturas concebidas a partir de projetos estéticos para integrá-las à paisagem do território, ao mesmo tempo buscando uma ruptura no imaginário sobre ele de permanente exclusão da possibilidade de acessar e se apropriar de tais Lugares e da normalização da vulnerabilidade social. E, no geral, a construção dos Parques é acompanhada de reformas mais amplas na infraestrutura do setor do território de sua localização, como em praças próximas, ruas, saneamento, eletricidade etc.¹⁰

Ainda assim, há uma evidente “incongruência” do Lugar em relação às condições infraestruturais do bairro, sobretudo em relação às casas e estabelecimentos. O esforço de ruptura híbrida da integração estética é identificado pelos bibliotecários públicos como uma espécie de causa de um estranhamento dos usuários sobre, justamente, a possibilidade real de usar e se apropriar daquele espaço. Como discutido anteriormente, um sistema biopolítico depende da sua autojustificativa, ou seja, da normalização da opressão no imaginário cultural de seus agentes/

10. Essas obras que acompanham a construção de um Parque Biblioteca são um tema excelente para complementar as descrições e reflexões sobre os impactos do ecossistema na sociedade medellínense, mesmo não havendo espaço para discuti-la de maneira aprofundada neste trabalho.

alvos. Sujeitos habitantes de territórios historicamente vulnerabilizados tem seu acesso a Lugares da Cultura do porte dos Parques Bibliotecas impossibilitados, ou pela sua inexistência nas áreas de circulação deles dada a negligência/ opção pela presença violenta do Estado, ou porque eram restritos à iniciativa privada, cuja entrada dependia da despesa de recursos econômicos bastante limitados.

E mesmo com a entrada desses Lugares acompanhados de políticas públicas cujo objetivo é inserir esses setores marginalizados no projeto de urbanização da cidade, a visível desigualdade social e econômica e a manutenção sistêmica da condição de “periferia” ainda permanece. A infraestrutura dos bairros e o problema da violência armada certamente **melhorou** (com praças reformadas, quadras esportivas, centros de apoio à comunidade adjacentes a redes de saneamento, integração de transportes às regiões mais afastadas do centro etc.) ao longo desse período de implementação dos Parques Bibliotecas. Mas há uma **dissonância** (Crippa, 2021)¹¹ entre essas megainfraestruturas dotadas de recursos culturais, infraestruturais e tecnológicos de ponta, e a marcada escassez destes na vizinhança de localização, a qual cresce conforme se distancia das bibliotecas. Sobre uma mesma paisagem, dentro de um mesmo território, há uma sobreposição da evidência de melhora da qualidade de vida à conservação da sua precariedade.

Por exemplo, o Parque Biblioteca Fernando Botero *San Cristóbal* está localizado no setor central do bairro de mesmo nome- no qual o acesso via transporte público ainda depende da malha rodoviária, distante da estação de *metro cable* ou metrô mais próxima. Possui um dos projetos arquitetônicos de integração à paisagem de seu território mais destacados da cidade. Nele estão a maioria dos dispositivos citados acima, em especial o auditório, a *makers room* e espaço para oficinas de gastronomia. Aos fundos de sua entrada principal pode-se encontrar um jardim comunitário, no qual há uma passagem das casas até o Parque. A intenção da passagem de tornar o jardim um espaço comum à todas as habitações vizinhas também revela a limitação estrutural delas, pois não só não têm área o suficiente para erguer seus próprios como, relativamente à do Lugar, são bastante reduzidas e com infraestrutura mais precária. Na vista do mirante, o mesmo é confirmado quando observadas as ruas e os edifícios do vale à frente.

11. Importante ressaltar que o conceito de Dissonância proposto pela autora, em referência ao tema dos patrimônios, é na verdade uma reflexão sobre como os patrimônios das narrativas oficiais dos Estados-Nação resultados da violência da Colonização podem ser reconfigurados esteticamente para sobrepor à essa memória da oficialidade a denúncia e crítica da colonialidade da qual é fruto, como uma possível solução a seu mero apagamento. Neste texto, utilizo o mesmo conceito de maneira certamente desviada de seu uso original, pois o considero bastante pertinente para descrever as dificuldades dos Parques Biblioteca em se colocar como espaços de direito à sujeitos vulnerabilizados enquanto a condição geral de seus territórios ainda é de vulnerabilidade social e marcadamente diferente da situação dos próprios Parques, mas entendo a importância de destacar aqui a origem do termo e a extrema relevância da discussão que é proposta através dele.



Fig.29: Imagem frontal do Parque Biblioteca Fernando Botero, na qual se destaca o experimento de integração arquitetônica entre a megainfraestrutura com a estética do bairro (Créditos: Orlando Garcia. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/01-78071/parque-biblioteca-fernando-botero-g-ateliers-architecture/78071_78072 , acesso em 22/05/2023).



Fig.30: Fotografia panorâmica do jardim comunitário na parte de trás do Parque Biblioteca Fernando Botero (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.31: Fotografia da praça central do Corregimento de San Cristóbal, vizinha ao Parque Biblioteca Fernando Botero (Parque Principal de San Cristóbal, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.32: Fotografia do mirante em frente à entrada do Parque Biblioteca Fernando Botero, onde fica ainda mais evidente a dissonância entre arquitetura das habitações do bairro e a do Parque (Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal, Medellín, Colômbia, 30/01/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Repete-se a questão no Parque Biblioteca García Márquez *Doce de Octubre*. Está muito próximo da estação do *metro cable* de mesmo nome, possui um campo esportivo com arquibancada (também servindo de escadaria) logo na entrada, auditório, e muitas salas para oficinas em geral. Este não foi apresentado em uma visita guiada, de tal maneira que ali não houve uma conversa com seus promotores destacando o tema aqui discutido - mesmo com a possibilidade de repetir as observações referentes ao Parque Fernando Botero acima. Mas entendo-o presente neste caso pois o *Doce de Octubre* está próximo de algumas das bibliotecas da REBIPOA visitadas, como a Biblioteca Popular *Bairro Santander*. Nessa visita, sim, foi destacada tanto a importância da articulação entre os dois Lugares em termos de suporte material quanto as dificuldades da biblioteca popular na manutenção da infraestrutura e na angariação de recursos, não solucionadas plenamente pela presença da megabiblioteca pública - ou das obras da prefeitura - no território.

É a partir dessa problemática - a qual, pode-se dizer, tem sim um caráter fortemente estético e referente às dissonâncias infraestruturais - que os promotores das bibliotecas públicas, e especialmente dos Parques, entendem estar a dificuldade de consolidar gradualmente na população dos territórios o sentimento da possibilidade de estar em um Lugar como esses, conforme discutido nas visitas guiadas. Observam uma “barreira” inicial, no processo de vinculação dos sujeitos com os espaços físicos, de desconfiança sobre não apenas a gratuidade do acesso às suas funcionalidades, mas principalmente em relação ao direito a eles, a se apropriar dali, a torná-lo espaço: comum no cotidiano tanto quanto a praça, a quadra ou a rua, e de defesa pela vida digna da sua comunidade. Há, inclusive, o sentimento de não pertencer às dinâmicas do fazer cultural, da leitura, da escrita, da arte, muitas vezes não despertando o interesse pessoal em relação às atividades institucionais realizadas nas bibliotecas do SBPM, e projetando sobre elas a perspectiva hegemônica (da “biblioteca”) de repositório de um saber altamente especializado e, portanto, excludente, elitizado, não animado, “universal” e sagrado.

Importante reforçar a incidência desses obstáculos descritos acima como mais forte sobre os Parques Bibliotecas do que nas Bibliotecas Barriais/Corregimentais. As últimas são, em geral, construídas a partir da restauração e ampliação de uma estrutura anterior já atuante no bairro, como uma escola pública, uma biblioteca escolar etc., as quais são realocadas e já postas em articulação com a nova biblioteca pública, ligada ao SBPM. Por isso, acabam por iniciar sua atuação dentro do território partindo da presença anterior de um processo bibliotecário, educacional ou cultural. Isso torna o choque arquitetônico descrito anteriormente menos evidente, mesmo com a manutenção da “barreira” da consciência do direito sobre o Lugar.

As Bibliotecas Público Corregimentais *Santa Elena* e *San Sebastián de Palmitas* são dois exemplos. Ambas localizadas nos setores centrais de seus corregimentos,

e com certa dificuldade de circular pelos demais dada a distância e relevo entre eles, foram construídas a partir de edificações de, respectivamente, uma escola pública, agora vizinha da biblioteca, e uma biblioteca escolar, ligada igualmente à outra escola pública vizinha. A presença no território dessas instituições anteriores foi continuada pelo trabalho dos Lugares sob o SBPM, e nas visitas ali foi ressaltado como isso possibilitou os sujeitos locais se vincularem com os novos espaços e atividades mais facilmente, ainda que persistisse o desafio de conscientizar sobre o direito a eles em seu caráter público, de se apropriar dali.



Fig.33: Fotografia com os membros do grupo de pesquisa da EIB-Udea e parte da equipe da biblioteca, tomada na entrada da Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena, onde fica clara a arquitetura reduzida em relação aos Parques Bibliotecas (Biblioteca Pública Santa Elena, Santa Elena, Medellín, Colômbia, 02/02/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.34: Fotografia com os membros do grupo de pesquisa da EIB-UdeA e parte da equipe da biblioteca, tomada na entrada da Biblioteca Pública Corregimental Las Palmitas, onde fica clara a arquitetura reduzida em relação aos Parques Bibliotecas (Biblioteca Pública Las Palmitas, Las Palmitas, Medellín, Colômbia, 03/02/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).



Fig.35: Fotografia do corregimento de Las Palmitas, setor central, realizada em frente à entrada da Biblioteca Pública, onde é possível observar a presença reduzida de moradores e estabelecimentos (Corregimento Las Palmitas, Medellín, Colômbia, 03/02/2022, Acervo Guilherme Fellipin dos Santos).

Pode-se dizer então que, em maior ou menor grau, esse desafio está posto para a parte pública/institucional do ecossistema. Algumas estratégias de atuação e vinculação com o território para também contornar esse obstáculo já são experimentadas pelas bibliotecas do SBPM, a partir de um princípio bastante generalizado no ecossistema de a infraestrutura, a materialidade do Lugar, ser importante, mas não a finalidade última de sua existência. Seguindo sua prática histórica pelas bibliotecas popular/comunitárias, a Extensão Bibliotecária é a tática mais utilizada para a consolidação desses vínculos com o território e, talvez, a sustentação desses processos culturais ao longo do tempo. Ela será o tema do último tópico dessa seção final da etapa de campo.

6.4. Vínculos territoriais como existência

Ao longo da etapa da pesquisa de campo, a tática da Extensão Bibliotecária foi evidenciada em dois momentos. Posterior às visitas nos Lugares da Cultura, pôde ser identificado nos documentos das diretrizes da RBNP para a política pública das bibliotecas alguma definição dessa estratégia¹²: uma realização das atividades e circulação de materiais fora dos seus limites físicos, diretamente no território em espaços públicos, como a praça, quadras, ou mesmo nas ruas, até em outras instituições tais quais o hospital e o presídio. Essa perspectiva tem majoritariamente o objetivo de alcançar os sujeitos locais impossibilitados de frequentar presencialmente a biblioteca (María & Vasco, 2013, pp. 18, 59; Red Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013b; Red Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013a, p. 445).

Uma definição mais “funcional” da Extensão Bibliotecária como essa, entendo, não abrange uma importante característica presenciada na experiência de campo em sua motivação e execução. Há uma potente dimensão **afetiva** no estender desses processos bibliotecários para (dentro e) além dos limites físicos de seu espaço, “herdada” da luta de resistência dos movimentos populares da região do Vale de Aburrá. Os testemunhos e trabalhos de construção de memória evidenciam como a “cadeia de afetos” foi, e é, uma proteção coletiva para a vida nos territórios vítimas da violência, para sujeitos poderem “chegar e sair” de zonas de conflito e para a consolidação das bibliotecas como refúgio. “O efetivo é o afetivo” (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2017, pp. 461, 362).

12. A Extensão Bibliotecária nessa perspectiva está prevista no Artigo 20 da Lei 1379 de Bibliotecas Públicas (María & Vasco, 2013, p. 50).

A dimensão afetiva é destacada, por exemplo, nas propostas da REBIPOA para o trabalho das bibliotecas populares ainda atualmente. Na discussão sobre os valores que guiam sua atuação, entre eles estão o **afeto** e a **alegria**, “emoções que as bibliotecas buscam agenciar e ativar, na esfera **do íntimo e do humano**” (grifo meu). Trata-se de um reconhecimento da potência dos Lugares da Cultura em contagiar sujeitos, subjetividades e relações interpessoais, em mobilizar sentimentos dentro de seu território, e direcioná-la para o “carnaval, lúdico, celebração do corpo e encontro com o Outro”, cultivando uma empatia pela alteridade no ato de “reconhecer no Outro uma dor que [também] me pertence” (REBIPOA, 2019, p. 43). Essa afinidade com a comunidade recebe sua importância, igualmente, nas diretrizes das políticas públicas:

Se queremos que a biblioteca pública seja uma instituição que promove a mudança social e contribui para o desenvolvimento comunitário, é necessário que os bibliotecários participem e promovam processos sociais que ajudem a melhorar a vida de indivíduos e comunidades. Portanto, o perfil do bibliotecário não deve ser estático, pelo contrário, tem que ser dinâmico (...) atento às mudanças que ocorrem dentro de sua comunidade. (María & Vasco, 2013, p. 24)

É partindo desse caminho afetivo onde se dá a consolidação da relação das bibliotecas e bibliotecários com seus respectivos territórios e sujeitos. Do estímulo do contato interpessoal entre diferentes, não apenas promovendo a leitura, a escrita e a oralidade, mas efetivamente utilizando as LEO para o estabelecimento de um diálogo marcado pela **escuta atenta**, capaz de criar laços de empatia, confiança (tão necessários para a atuação do ecossistema sobretudo na execução da política pública) e, inclusive, de amizade. Um processo no qual a unidirecionalidade da transmissão do conhecimento do bibliotecário para o usuário pode ser transformada, na medida em que ambos (e principalmente o tradicional transmissor nessa dinâmica) abraçam a possibilidade de serem “contaminados” mutuamente (Stengers, 2017) para criar algo a partir dessa intersubjetividade- outra leitura do território, outra perspectiva de biblioteca, talvez outro mundo possível.

Considero se dar aí a vinculação das bibliotecas do ecossistema com seus territórios, mencionada muitas vezes na análise da pesquisa de campo até aqui. É ela que possibilita aos bibliotecários não apenas o trabalhar a Palavra territorializada, conforme visto na seção anterior, mas também o “tecer de laços de solidariedade” e circular para além dos limites físicos, através de alianças com outras entidades, coletivos e sujeitos de seu contexto (e entre si) (REBIPOA, 2019, p. 55). Esses

laços se emaranham e se configuram em redes diversas, pelas quais a biblioteca pode existir fora de seu espaço, até tornar-se território¹³- este, novamente, não uma localidade geográfica, mas as relações ali cultivadas (PCLEO, 2016, p. 20).

Entendo, portanto, a estratégia da Extensão Bibliotecária como esse processo **vinculativo** pelo qual se tecem as redes do ecossistema. Ela marca a perspectiva de uma biblioteca não fechada sobre si mesma, auto justificando sua existência: ela não é seu edifício, sua coleção, seus equipamentos ou a legitimidade oficial do conhecimento e da Cultura criados e transmitidos ali, não bastando ao seu trabalho, portanto, apenas trazer o território para dentro de seu espaço. Ela existe justamente nas redes estabelecidas, na sua presença no cotidiano dos sujeitos e os laços criados com eles, nas memórias, na vida em comunidade, nos afetos que ela reúne e com os quais se reúne, na articulação social, na geração e defesa de saberes locais e patrimônio.

Uma especial atenção é posta sobre essa estratégia nos Parques Biblioteca numa tentativa de contornar a “barreira” da apropriação do espaço físico pelos sujeitos do território, comentada anteriormente. A saída ao bairro para promoção das LEO e estabelecimento de diálogos e alianças, uma atuação “toca portas” (María & Vasco, 2013, p. 25), além de vincular à vida em comunidade as bibliotecas em geral e os Parques nesse tópico, é também o principal canal de chamada para o território se apropriar desses Lugares. Pois o vínculo catalisa essa entrada, potencializa os movimentos de convite dos bibliotecários aos sujeitos de sua vizinhança para efetivamente ocupar suas estruturas de direito e a construção da Cultura (como os da Festa do Livro de Medellín, comentados na seção 5), ao romper fundamentalmente e pragmaticamente o imaginário da biblioteca hegemônica, excludente, fechada sobre si mesma.

Uma evidência dessa importância atribuída nos Parques à Extensão Bibliotecária, no convite ao território para ocupá-los, é uma pesquisa-diagnóstico, nos moldes de um *survey*, realizada por ao menos 22 Lugares do SBPM, em 16 Comunas de Medellín. Aplicada no contexto da pandemia do COVID-19 (no qual as medidas sanitárias de isolamento para contenção do contágio dificultavam largamente a presencialidade) buscava avaliar o trabalho e o impacto das atividades na relação

13. Nos materiais da RBNP há também o entendimento que o trabalho em rede da biblioteca pública permite a descentralização da tomada de decisão política, cujo protagonismo passa a ser das entidades territoriais (Red Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013a, p. 457)

com o público¹⁴. Dela resultou três bases de dados, das quais uma organizava as respostas a um questionário de ponderações dos bibliotecários sobre a própria atuação¹⁵. Para a pergunta “faça de conta que a biblioteca é nova, que estratégias ou atividades você proporia para gerar inscrições para atividades ou atrair novos públicos?” por exemplo, refletindo sobre maneiras de fomentar o retorno presencial das experiências, destaco algumas das respostas dos promotores dos Parques, colocando a saída ao bairro, pela qual vinculam-se a ele, como o meio de convidar os sujeitos do território e traçar objetivos com eles de apropriação desses processos (tradução livre):

- Parque Biblioteca García Márquez *Doce de Octubre*: “destacam-se ideias como: ocupar outros espaços fora da Biblioteca: desde a Pracinha, com piqueniques literários, (...) onde se podem propor atividades descentralizadas.”
- Parque Biblioteca José Horácio Betancourt *San António de Prado*: Propor ações e eventos inusitados e marcantes para renovar públicos e aprender com a transformação vivida nos últimos tempos. Portanto, poderia funcionar a promoção de atividades descentralizadas para reativar públicos desconectados e convidar novos públicos. Algumas das ideias a seguir seriam interessantes para tenha em mente: (...) Atividades coordenadas com instituições de ensino para apresentar os serviços da biblioteca. - Retomar chamadas para usuários - Promover mais um evento de reabertura do teatro com artistas do território e da cidade - Ações para chamar a atenção dos usuários do transporte público das principais vias.
- Parque Biblioteca Fernando Botero *San Cristóbal*: Propor com líderes e grupos do corregimento desafios que se concentrem na apropriação e participação da oferta de atividades presenciais. Biblioandando: promover ativações nas calçadas, com o objetivo de divulgar os serviços e atividades (...). Programar e realizar ativações e atividades ao ar livre nos espaços exteriores do Parque Biblioteca, de forma a cativar o público e dar a conhecer o leque de atividades disponíveis. Campanha nas escolas de sala em sala (...). Promover [nelas] uma reflexão sobre a história das bibliotecas e a sua contribuição para a cultura, (...) o que podemos encontrar nos seus espaços, convidá-los a vir (...) e a usufruir dos espaços do Parque Biblioteca”.

Por sua vez, no caso de bibliotecas, públicas e populares, não sediadas em megainfraestruturas, a Extensão Bibliotecária enquanto processo vinculativo é também a estratégia para estabelecer redes de suporte nas limitações de recursos, não apenas financeiros, mas em termos da amplitude do raio de atuação. Buscam, em seu próprio emaranhado de alianças, as ferramentas das quais não dispõem para realizar seus processos, como teatros, salas, acervos, até informações,

14. As bases de dados referidas são material interno dessas bibliotecas do SBPM, carinhosamente cedidos pela equipe da Biblioteca Santa Elena para este trabalho após a visita.

15. As outras duas bases de dados continham respostas do público usuário a outros questionários.

público e força de trabalho¹⁶. Ainda dentro do SBPM, a relação das Bibliotecas Público Corregimentais *Santa Elena* e *San Sebastián de Palmitas* com seus territórios são evidências disso.

Recordo a localização de ambas nos setores centrais de seus corregimentos, com uma certa distância e dificuldade logística de circulação por outros setores de seus territórios e as regiões centrais de Medellín, dada as disposições do relevo. Essa condição é um obstáculo para a frequência dos usuários nos Lugares, de tal maneira que sua presença ali, no espaço físico da biblioteca, não pode ser fator determinante para sua vinculação a ele. Nesses casos, então, destaca-se ainda mais a preponderância da circulação e articulação com o território e seus sujeitos. No caso da Biblioteca *Palmitas*¹⁷, por exemplo, as ferramentas para cumprir o objetivo de atender todas as crianças do corregimento são, em suma, realizar atividades diretamente nos outros setores, ou coordená-las com a escola pública dali, vizinha da biblioteca - ambas dentro da chave da estratégia da Extensão Bibliotecária.

A Biblioteca *Santa Elena* também divide a vizinhança com outras duas instituições, as três separadas por uma praça ampla. Uma delas é uma escola pública, cuja aliança é uma das pontes de chegadas das crianças e jovens do corregimento à Biblioteca. A outra é a Casa de Cultura de *Santa Elena*. Esse espaço tem uma disposição de salas e funcionalidades mais próximas de um Parque Biblioteca, mas em dimensões menores. Possui cozinhas, salas de reunião, estúdios de artes do corpo, jardim, auditório e outras instalações, todas, igualmente, de caráter público, e é uma importante parceria para a Biblioteca como suporte estrutural para suas atividades e realização de projetos.

Nos dois casos abordados, essas coordenações de trabalho são mediadas por relações entre diferentes sujeitos desses espaços (bibliotecas, escolas, outras instituições), frutos do diálogo que estabelece uma boa convivência, entre si

16. Tecer essas relações inclusive com atores de outros territórios igualmente possibilita, através dessa articulação interterritorial, a entrada em outros contextos, criando pontes que atravessam os limites fronteiriços dos bairros e municípios do Vale. Algumas evidências dessa estratégia de ampliação territorial do trabalho das bibliotecas através das redes de alianças já foram levantadas anteriormente, em outras reflexões. O livro de 2016 "*Barrio y Bibliotecas*" sobre a zona norocidental de Medellín foi, como descrito, resultado de amplos esforços coletivos de equipes de bibliotecários públicos e populares, e pesquisadores. Na seção anterior, uma das revistas literárias das "*Hojas de Hierba*" da Biblioteca Pública Corregimental *Santa Elena* mencionada estava em uma publicação conjunta de trabalho com outras bibliotecas.

17. Na pesquisa-diagnóstico das Bibliotecas Públicas referida antes, a Biblioteca *Palmitas* destacou a importância da Extensão Bibliotecária tanto como meio de atração do público quanto na manutenção do já consolidado, conforme resposta ao diagnóstico compilada nas bases de dados anteriormente referidas.

e para a comunidade, muitas vezes também marcadas por lações de amizade, e resultadas da saída ao território com o fim de cultivar e consolidar esses vínculos. Ao mesmo tempo que são exemplos da maior “facilidade” de atrair públicos para seus espaços físicos em relação aos Parques, também reforçam a importância do esforço das equipes ao redor da Extensão Bibliotecária, de relacionar-se com seu entorno.

Fato é que essa estratégia é tanto uma maneira de contornar a limitação dos recursos espaciais das Bibliotecas do ecossistema quanto forma de fundamentar a existência delas ao próprio território. Imaginar o próprio território como biblioteca, como Lugar de acesso, criação e disputa da Cultura, onde um parque pode ser um livro, uma praça pode ser uma sala de leitura, uma quadra pode ser uma sala de oficina, e sujeitos, bibliotecas. Mas também imaginar a biblioteca como território, espaço da cotidianidade, articulada com outros Lugares da Cultura, com escolas, associações, cooperativas, coletivos, com a vizinhança, com as pessoas apropriando-se dela. Posicioná-la como um ponto de emaranhado relacional e afetivo, entre sujeitos e com o território, e a partir daí enunciar a Palavra e as LEO.

Antes de trazer um último exemplo para essas reflexões, reforço aqui a importância histórica e contemporânea das bibliotecas popular/comunitárias do ecossistema, e seus sujeitos, como pontos nodais das redes territoriais de defesa da vida e cultivo da comunidade. São Lugares de refúgio nos períodos mais sensíveis de violência (armada, do “deixar para morrer”), de luta por uma política pública digna, inclusive para a Cultura, e de emaranhados afetivos em seus bairros e corregimentos. O trabalho de seus bibliotecários, ainda hoje, permeia espaços de vulnerabilidade social com e através da Palavra e das LEO, com a possibilidade de criticar hegemonias culturais, pensar e fabricar outros mundos possíveis. Foi via a ativação dessas redes de suporte que a *Corporación Girasól* pode fundar e manter seu espaço (a Sala de Leitura), trabalho (de promoção das LEO) e novos ambientes públicos para a vida (físicos, como quadras, até imateriais, como festas do bairro), retomando rapidamente um caso apresentado na seção anterior.

O último exemplo desta seção, no entanto, se desviará da localidade geográfica do Vale de Aburrá e seguirá os emaranhados do ecossistema até o bairro de Petecuy, na cidade de Cali. Ali reside o processo bibliotecário apresentado brevemente na seção 4, o Biblighetto. Sua distância física da região “principal” de ocorrência do ecossistema, ou seja, da influência da presença de movimentos de bibliotecas

popular/comunitárias históricos, atuantes e auto-organizados, e de uma política pública bastante robusta para o tema, o torna uma boa evidência da força desses vínculos gerados através da Extensão Bibliotecária em um contexto não tão propício a essas experiências.

Com base na perspectiva da garantia dos direitos dos sujeitos por meio da promoção das LEO, o trabalho do Biblioghetto segue modificando a realidade cultural de seu território. Em um contexto de grande vulnerabilidade pela falta de infraestrutura, qualidade de vida, e presença ostensiva de agentes da violência armada, esse processo não se dá em uma casa específica, mas se constrói na reocupação dos espaços públicos e comuns do bairro, ou seja, diretamente no território. Suas atividades de mediação cultural acontecem em espaços não convencionais, em algumas das áreas mais vulneráveis do território, numa estratégia intensiva de acupuntura social (Gutiérrez G. A., 2018, pp. 23-6).

O Biblioghetto realiza suas atividades e tem presença, negociada com seus vizinhos, nas ruas, quadras, esquinas e até mesmo em intervenções na paisagem em áreas ocupadas por agentes da violência armada, buscando utilizar a experiência de promoção da leitura como canal de redefinição do espaço. Conforme narrado pelos criadores, também moradores do bairro, a primeira intervenção foi feita onde costumava ser uma rua de conflito direto de gangues. Com a gradual ocupação dessa rua com as atividades de leitura da biblioteca, marcaram uma das esquinas com uma prateleira e a pintura de uma estante, nomeando o lugar “Esquina de Leitura”. As paredes das casas e muros da rua, em acordo com os residentes, serviram de tela para uma série de grafites sobre o bairro e um desenho de uma tela de cinema, na qual periodicamente projetam obras audiovisuais a partir da varanda da casa no lado oposto, cuja proprietária, uma senhora idosa, buscada pelo Biblioghetto para diálogo, deixou à disposição. Essa e outras ruas intervindas e reapropriadas são chamadas de “ruas de cores” (Gutiérrez G. A., 2018, pp. 199-200).



Fig.36: Fotografia tomada com Gustavo Gutiérrez à frente, Felipe Bedoya ao fundo (coordenadores do Biblioghetto) e Luisa Bustamante (companheira de Pasantía de Investigación da UdeA), em frente à Esquina de Leitura do bairro Petecuy (Biblioghetto, Petecuy, Cali, Colômbia, 27/02/2022, Acervo Guilherme Fellipin).



▲ En la sala de lectura del jarillón.
La Escombrera y su tapete de residuos.



▲ Foto que acompañó el primer reportaje
de Biblioghetto en la prensa.

Fig.37: Reprodução em scan de página do livro "Cambiando Balas por Libros", de Gustavo Gutiérrez, relatando a experiência e memória do Biblioghetto até então, em especial sobre os primeiros anos de oficinas de leitura sobre o depósito de lixo deixado entre as casas do bairro e o rio Cauca (Gutiérrez G. A., 2018, p. 302).

As meninas e meninos, e suas famílias, são contactadas diretamente em suas casas pelos promotores do Biblioghetto (Gutiérrez G. A., 2018, pp. 35-6) para os encontros de atividades e eventos. Buscam quebrar o imaginário da inevitabilidade da violência no habitar do território com esse fomento à coletividade. Uma experiência de caráter fortemente lúdico (Gutiérrez G. A., 2018, p. 31) e compartilhada entre os sujeitos da promoção, principalmente o público infantil (Gutiérrez G. A., 2018, pp. 27, 29). O poder da Palavra nessa biblioteca é um pilar fundamental para circular dessa maneira no território. Envolve tanto o referido diálogo com as famílias e filhos para convocar-lhes para espaços de promoção da leitura nesse contexto, quanto a mediação com os agentes da violência armada (Gutiérrez G. A., 2018, p. 26) - mesmo em situações em que os dois casos coincidem (isto é, quando os pais também são agentes da violência).

Mas também o é na própria promoção das LEO, como direito e como ferramenta de reivindicação de sentido. Esse exercício é sempre um momento de encontro entre diferentes sujeitos de diferentes realidades individuais, entrelaçadas no bairro do Petecuy. Trago aqui dois exemplos dessas atividades. Primeiro, as oficinas de conversa e troca de cartas entre jovens do bairro com presidiários/ menores infratores, para a tomada de consciência pelos primeiros sobre a realidade da violência, no intuito de romper o imaginário de “idolatria da delinquência” e da inevitabilidade de um futuro nesse tipo de vida (Gutiérrez G. A., 2018, pp. 178-9). Segundo, o encontro com escritores, como o realizado com o escritor Mário Mendonza, para compartilhar a experiência criativa nas LEO, e tornar mais palpável o imaginar de um futuro nesse meio em contraponto à naturalização da biopolítica: “permitir a uma criança apertar a mão de um escritor antes que a de um sicário”, que a ideia de futuro possível representada pelo primeiro seja uma referência mais próxima na vida de um jovem em comparação à do segundo (Gutiérrez G. A., 2018, p. 18).

Também a maior parte do acervo do Biblioghetto não reside em uma só prateleira, mas é distribuído e circulado entre as crianças e jovens, guardadas em suas casas para, seguidamente, repassar esses livros novamente de mão em mão. Tornam-se agentes do processo com essa partilha para usufruir da possibilidade desta aproximação com a linguagem não só em atividades, mas também em seus lares (Gutiérrez G. A., 2018, p. 30). A própria construção do acervo, então, é caracterizada por uma série de vinculações entre os sujeitos do Biblioghetto: os promotores com os usuários, ao descentralizar e distribuir a disposição dos materiais, e os usuários entre si, por guardarem individualmente partes de um patrimônio coletivo do território- sua biblioteca.

O Biblioghetto¹⁸ propõe uma estratégia que não apenas entende a Palavra como ferramenta de disputa de sentidos e como direito dos sujeitos na reivindicação sobre a realidade, mas que realiza esse processo diretamente na experiência no território e no comum, cultivando e se fundamentando nas redes e emaranhados da vida social. Uma atuação direta em duplo senso, tanto fisicamente estando nos (e, de certa maneira, se tornando) espaços públicos, reocupando-os coletivamente, quanto fomentando vínculos com/entre os Outros, seus vizinhos, coabitantes, buscando um Outro sentido de “público”, de “comum” e de comunidade. Trata-se, portanto, de um nó muito importante no tecido de solidariedade, resistência e transformação do bairro de Petecuy.

Aprofundado este exemplo, bastante representativo para a análise dessa parte do texto, e passando rapidamente por uma última inquietude do trabalho de campo, caberá tecer as reflexões finais sobre o tema desta seção, os emaranhados de relações e vínculos como materialização do ecossistema. Um último elemento encontrado no tema das redes de relações intersubjetivas tecidas a partir das bibliotecas deve ser comentado. Não será muito aprofundado aqui por conta de algumas limitações da metodologia utilizada (discutidas nas Considerações Finais deste trabalho), mas serve como indicativo de possível caminho para futuras pesquisas. Trata-se dos efeitos dessas redes não somente no significado da vida comunitária no território, mas também na vida pessoal dos sujeitos os quais às compõem. Considerando a perspectiva bastante geral no ecossistema (e estimulada em seus materiais de definição de estratégia) do cuidado **afetivo** do trabalho dos bibliotecários, é compreensível que acontecimentos marcantes nas vidas das pessoas tenham, como cenário, a vida nos processos bibliotecários.

Nas conversas com os bibliotecários, esse processo foi identificado de maneiras diversas. Alguns relatos contavam como muitos dos usuários das bibliotecas buscavam seus membros para orientação em tópicos pessoais de suas vidas, desabafos, acolhimento, e eram entendidos como um efeito bastante provável do pilar afetivo do trabalho de seus Lugares da Cultura. As bibliotecas seguiam sendo refúgio, se não para a resistência e sobrevivência à violência armada, para lutas pessoais.

Outros também exemplificaram a possibilidade de construção de uma família fortemente vinculada ao processo bibliotecário. Na Sala da *Corporación Girasól*, a pessoa responsável contou como os grupos de usuários, com o tempo, passam

18. Menciono nesta nota, para não me alongar no texto, algumas outras realizações do Biblioghetto indicadoras da sua atuação vinculativa, como diversas festividades do bairro, campeonatos esportivos, apresentações de contos e teatro (Gutiérrez G. A., 2018, p. 195).

a ser compostos também por filhos de gerações anteriores. Ela própria também compartilhou a história de seu casamento com um dos companheiros de fundação do espaço e da constituição de sua própria família, com seus filhos tendo sido não apenas usuários, mas também promotores da biblioteca em algum momento da vida.

Completo a discussão dos elementos estudados na pesquisa de campo com essa meia-digressão, para indicar tanto uma possível evidência da profundidade do impacto do trabalho das bibliotecas, quanto a necessidade de ainda explorar esse tópico com mais amplitude. Há nele o potencial de melhor entender o impacto da intenção de vinculação dos processos bibliotecários com os sujeitos de seus territórios, podendo aclarar, inclusive, a complexidade dessa biblioteconomia afetiva.

Esta seção foi dedicada ao aprofundamento no aspecto relacional dos processos bibliotecários investigado durante a etapa de campo. Em sua realização, foi evidenciada a perspectiva do “ecossistema” de bibliotecas do Vale de Aburrá, isto é, do fenômeno cultural composto por uma ecologia de lutas e trabalho conjunto de atores de diferentes entidades sociais- públicas, civis, privadas-, intensamente emaranhados em redes que, mesmo contendo certas tensões (políticas, estéticas), possuem um forte caráter de articulação e suporte, além de afetiva e vinculativa. Somada à análise dessa ecologia, foi adotada a percepção do ecossistema como um território, esse lugar não físico significado pelas relações intersubjetivas da comunidade, nesse caso atravessando outros diferentes territórios, bairros, corregimentos e até municípios.

Três dinâmicas de relações e vínculos foram escolhidos para apresentar essa perspectiva: entre as duas “partes” do ecossistema separadas arbitrariamente; dos sujeitos (e) dos territórios com os Lugares da Cultura visitados, especialmente sobre o espaço físico e seu aspecto arquitetônico; e aquelas que as próprias bibliotecas buscam estabelecer com seu entorno, seus vizinhos e sua comunidade. A análise possibilitou a compreensão da complexidade dessas redes e emaranhados, inclusive destacando sua dinamicidade, sobre como não estão imunes a tensões internas, e seus sujeitos protagonistas tampouco estão anestesiados, omissos a elas, como demonstra, por exemplo, o trabalho da REBIPOA tanto na sustentabilidade das bibliotecas populares quanto nos avanços e demandas da relação com o poder público.

Porém, a principal reflexão provocada por essa análise foi como as dinâmicas de relação e vinculação são a matéria-prima de sustentação (e até motivação) do ecossistema. São sempre marcadas e orientadas pela perspectiva de encontro entre sujeitos, com a alteridade, um exercício constantemente intersubjetivo: entre bibliotecários popular/comunitários, bibliotecários públicos, agentes do poder público em geral, pesquisadores universitários e, sobretudo, habitantes do território, nas suas mais diversas formas de organização, coletividade, identificação, em emaranhados tão profundos que um mesmo sujeito pode pertencer a mais de um desses grupos ao mesmo tempo. Tais encontros são materializados em múltiplas versões do espaço público, comum, ou socialmente compartilhado, num constante e intenso esforço de fabricar outras perspectivas do ato de lê-los e habitá-los, e transformá-los. Por isso, associo esse fenômeno aqui ao conceito de Chtulluceno (Haraway, 2016), anteriormente discutido no texto.

Não se trata aqui de entender o ecossistema de bibliotecas a partir da proposta conceitual de Donna Haraway, mas analisar a potência dele em indicar alguns caminhos, apontados pela autora e discutidos ao longo deste trabalho, para responder às grandes questões da Cultura na contemporaneidade no regime biopolítico do Capitalismo. Há os desafios de uma hegemonia do pensamento que objetifica elementos da realidade, coloniza uma multiplicidade de corpos e torna possível o fim do mundo pelo Antropoceno. A proposta do Chtulluceno é pensar a Cultura e a fabricação de outro mundo possível no intenso e constante emaranhar de sujeitos e elementos da vida, até então convivendo de maneira desagregada pelo individualismo, e buscar reestabelecer seus vínculos, e o sentido de compartilhar e coabitar, como resposta a esses desafios.

É aí, entendo, onde se dá a pertinência do ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, como uma excelente referência da potência dos emaranhados vinculantes para a mudança e a transformação da Cultura e de realidades. Através dessas redes e emaranhados, enraizadas na concretude das relações intersubjetivas nos/dos territórios, e com o trabalho sobre a Palavra para disputar os discursos e significados nas diferentes formas da linguagem, as bibliotecas e os bibliotecários constroem com os usuários alguns caminhos de contestação de hegemonias culturais que historicamente posicionam sujeitos na condição do “deixar morrer”. Representam uma opção pela vida de alvos da biopolítica, interagindo em experiências de coabitar seus territórios em novos sentidos de comum, do espaço público, do social, da política, de comunidade. O ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, portanto, se apresenta como um processo bastante promissor para entender a força das vinculações, do tecer de redes intersubjetivas e dinâmicas, para fabricar outros mundos possíveis.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS -

Este trabalho foi dedicado ao aprofundamento das reflexões acerca de alguns dos desafios trazidos pela modernidade capitalista sobre o processo de apropriação cultural da Informação, e identificar dinâmicas possíveis para responder a eles a partir de Lugares da Cultura. Na sua confecção, esse objetivo foi dividido em duas etapas. A primeira se debruçou sobre o problema *per se* da pesquisa, isto é, do que se tratam os desafios mencionados, nomeados pelo autor em uma mesma ideia de “crise de reificação da Cultura do processo de apropriação capitalista da informação”. A segunda parte, por sua vez, sistematizou algumas propostas teóricas e dinâmicas culturais com potência de indicar caminhos para contornar esses obstáculos do nosso tempo.

Antes projetado como uma pesquisa com etapas mistas de revisão da literatura e visitas de campo, a maior parte de sua produção durante a pandemia do COVID-19 acabou por praticamente dividir os dois momentos descritos acima em teórico¹, no primeiro, e majoritariamente prático, no segundo. Mesmo servindo como um experimento para aproximar temas e reflexões da literatura multidisciplinar utilizada sobre o problema à empiria de alguns processos culturais com potencial de resposta, sendo a articulação “não-reificada” entre esses dois âmbitos um dos desafios do trabalho, o contexto pandêmico prontamente impossibilitou a dedicação de parte do tempo em campo para a análise da crise de reificação da Cultura sob as lentes dos sujeitos encontrados². Uma limitação dessa dissertação importante de ser colocada.

Ainda assim, a revisão da literatura em perspectiva multidisciplinar permitiu expandir o argumento conceitual guia da análise para as dimensões mais “concretas” dos desafios pontuados. A *sacralização* de elementos da vida, objetificação de sujeitos, naturalização de dinâmicas da Cultura como “justo aí, nada mais”, puderam ser contextualizadas historicamente nos processos do

1. A revisão da literatura e a concentração de seu uso essencialmente na base da argumentação teórica sobre o problema de pesquisa foi consequência da impossibilidade de sair à campo nos dois primeiros anos da pandemia por conta das medidas sanitárias.

2. Isso não significa ter, durante a pesquisa de campo, ignorado a leitura dos sujeitos encontrados sobre o problema central aqui trabalhado. Além dos diálogos estabelecidos durante as visitas, nos materiais do ecossistema de bibliotecas, importantes evidências dessa dissertação, constam reflexões a respeito, como em (REBIPOA, 2019, pp. 36-9)

“progresso” tecnológico e da religiosidade da modernidade capitalista. E articular o argumento conceitual com a biopolítica, por sua vez, possibilitou entender a materialização dos problemas teóricos nas dinâmicas de exercício da soberania dos sujeitos sobre seus corpos.

Foi possível compreender, por exemplo, como a sacralização de elementos da vida está relacionada à sobreposição exploratória de uma governança algorítmica da virtualidade das tecnologias digitais à materialidade das relações humanas. Como a objetificação de pessoas (e coisas) é método para colonizar corpos, mentes, conhecimentos e territórios. E como a naturalização de dinâmicas da Cultura pautou uma relação da humanidade com a Terra, o planeta, que acelera em direção ao fim do mundo pelo desastre climático. Problemas esses pautados pela obediência a um ordenamento de significados da modernidade capitalista (o qual ninguém individualmente sabe como é em sua totalidade), sob uma crença na garantia do progresso inerente da civilização, e onde a **responsabilidade** das tomadas de decisão é depositada, justificando o exercício sistemático da biopolítica como ferramenta de sua manutenção.

Havia esse desafio de articular uma argumentação essencialmente teórica/epistemológica, ao redor dos binarismos Natureza/Cultura e sujeito/objeto, com estudos e análises robustas de outras pesquisadoras e pesquisadores sobre alguns processos concretos de exercício sistemático da biopolítica, organizados pelo autor nos três exemplos descritos na seção 2. É certo que, como pontuado àquela altura do texto, as reflexões propostas não esgotam nenhum dos exemplos, nem estes seriam os únicos possíveis. Mas essa tentativa da pesquisa permitiu expandir o problema conceitual abordado e evidenciar a complexidade, gravidade e urgência dos temas decorrentes da crise de reificação da Cultura representados pelos “sistemas biopolíticos” associados a ele. Também indicou algumas coordenadas para pensar (e talvez até experimentar) respostas.

Algumas delas foram tecidas ainda a partir da revisão da literatura, buscando um caminho para fora da modernidade capitalista e “descendo para a Terra” (Latour, 2020b). Partiram de propostas ousadas de autoras e autores sobre **profanar** sacralidades hegemônicas da Cultura, de reativar a **Magia** como experiência de ruptura de objetificações e fabricação de mundos, e de conceber um **Cthulluceno** de relações humanas e não-humanas intensamente emaranhadas como coordenada para pensar um mundo possível fora do Antropoceno. Dentro do campo mais “tradicional” da Ciência da Informação, as indicações de respostas

passavam pela dinamização do conhecimento, pela constatação de suas hibridizações e pela sua construção como constante exercício descolonizador. São coordenadas bastante pertinentes, mesmo propositivas, para as quais trabalhos dedicados posteriores seriam essenciais.

No lugar de aprofundar as coordenadas de respostas apresentadas na seção 3, optou-se por utilizá-las como, de fato, coordenadas não definitivas para realização da etapa de campo da pesquisa. Numa tentativa semelhante à da exposição mais elaborada da crise de reificação cultural, a experiência *in loco* no ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, na Colômbia, seria o esforço deste trabalho em explorar, nas dinâmicas e práticas dos Lugares da Cultura escolhidos, caminhos para pensar o mundo fora da hegemonia da modernidade capitalista. A literatura, então, deveria servir de orientação.

Importante inicialmente pontuar algumas dificuldades que surgiram ao longo dessa etapa. Sua realização em um período de dois meses foi bastante curta para uma pesquisa de método etnográfico, ou para a coleta mais elaborada de evidências, para além das anotações durante as visitas e materiais disponibilizados afetuosamente pelas pessoas encontradas nelas. Grande parte das reflexões do campo foram colocadas aqui a partir de fontes “impessoais”, isto é, nenhuma totalmente representativa dos encontros diretos entre autor e Outros sujeitos. Se baseiam em planos estratégicos, publicações, produtos culturais físicos ou digitalizados, até mesmo arquitetura, com parcial exceção da seção sobre os vínculos e relações. Entrevistas e gravações de testemunhos de memória, por exemplo, teriam beneficiado enormemente essa pesquisa e especificamente a argumentação dessa seção.

Através de uma metodologia de pesquisa de campo nesse sentido para a argumentação, de coletas de entrevistas e testemunhos, talvez ficasse mais evidenciada a importância das redes de vínculos afetivos entre aqueles envolvidos nas dinâmicas do ecossistema e, sobretudo, o(s) significado(s) deste para eles³. O exercício de “transcrever” alguns processos de relações intersubjetivas conhecidos nas visitas, sem poder transcrever de fato as Palavras ditas pelas pessoas, demandou um esforço de articulação entre os materiais (livros, folhetins, vídeos, documentos) e notas de campo - sendo essas o mais próximo de um registro

3. Na linha do que propôs Agier sobre entender os significados coletivos sobre “a cidade” através dos olhos dos habitantes, também uma metodologia de coleta de entrevistas e testemunhos poderia indicar outros sentidos não apenas de cidade, mas dos próprios territórios, e identificar melhor alguns impactos do ecossistema (Agier, 2011).

das reflexões tecidas com os sujeitos que me receberam. Por isso, entendo faltar na análise um maior detalhamento do aspecto do afeto, pessoal e coletivo⁴, algo possivelmente mais bem arguido com esse método.

Entendo também haver, na escolha de fontes referenciáveis da etapa de campo, uma preponderância daquelas sobre o próprio ecossistema. Ainda que isso se deu pelo foco da pesquisa, considero persistir em suas conclusões uma grande necessidade de complementação e revisão a partir de uma análise de evidências mais pertinentes sobre especificamente os territórios das bibliotecas visitadas, e seu impacto neles. Da forma com a qual foi construído, o trabalho não deixa tão claras quanto poderia as transformações vividas nos bairros e corregimentos colombianos através desses refúgios bibliotecários.

Em relação ao próprio caso do ecossistema de bibliotecas do Vale de Aburrá, cujo nome foi um experimento de hibridização a partir do utilizado em seus próprios materiais com algumas reflexões do autor sobre a binaridade Natureza/Cultura, cabe levantar certas observações. Como dito acima, a pesquisa nele tinha o objetivo de explorar alguns caminhos de resposta ao problema da crise de reificação da Cultura, associando-os a propostas da literatura. Havia o risco consciente do autor de, nesse movimento, acabar por reificar as explicações teóricas na análise da experiência de campo. Buscou-se contornar essa possibilidade evidenciando, ao longo do texto, algumas contradições, limitações e tensões internas ao fenômeno social bibliotecário não “previstos” nas referências bibliográficas.

Tentou-se deixar claro como, por exemplo, mesmo no contexto do município de Medellín, onde há uma política pública para as bibliotecas nos territórios mais consolidada, a relação entre a parte institucional do ecossistema e as redes populares não soluciona algumas dificuldades das últimas, como a condição de limitação de recursos. Em alguns pontos do texto, foi observada como essa relação inclusive pode ser diretamente prejudicial ao trabalho das bibliotecas popular/comunitárias, a depender dos interesses dos atores responsáveis pelas formulações das leis e diretrizes. Em outra passagem, foram traçadas reflexões sobre a complexidade das questões ao redor da construção de uma biblioteca

4. Havia também a possibilidade de detalhar o elemento do afeto com uma revisão de literatura temática. Essa opção não foi seguida pelo autor pela provável desconexão contextual entre as dinâmicas afetivas apresentadas nas visitas ao ecossistema e as referências disponíveis, mas entendendo ser importante constatar um caminho pertinente para aprofundar a superficialidade da argumentação apresentada sobre o tema. A necessidade de tornar mais claro esse conceito foi pontuada pela pesquisadora Bruna Mayer Costa, cujas reflexões do trecho do texto em que ele aparece resultaram nessa nota de rodapé, creditada à ela.

pública nos territórios vulnerabilizados, onde a possibilidade de usufruto desses Lugares, especialmente de um Parque Biblioteca, não impede uma tensão relativa na sua convivência territorial.

Essas foram algumas das tensões escutadas durante a etapa de campo da pesquisa. É muito provável que, com uma metodologia como a descrita acima de coleta de testemunhos de memória e entrevistas, muitos outros exemplos dessas contingências internas do ecossistema apareceriam e chegariam ao texto final da dissertação. Algumas foram escutadas e evidenciadas *in loco*, e sua escrita foi impedida pela já comentada limitação de fontes referenciáveis. Mas entendo serem suficientes os exemplos trazidos para ao menos demonstrar o fato de todos os trabalhos, disputas, propostas e iniciativas das bibliotecas e bibliotecários do ecossistema, não serem **a resposta** para o problema de pesquisa, um objetivo final apontado pelas reflexões tecidas aqui, tampouco uma ilustração literal das propostas teóricas.

São, na verdade, processos árduos buscando as transformações dos territórios e da qualidade de vida de seus sujeitos, não funcionando como uma linha reta necessariamente em direção a um futuro melhor, a uma sociedade melhor. Passam por reformulações constantes, revisões, negociações, diálogos, protestos, mobilizações e um sem-número de turbulências internas. A construção de redes de vínculos e cooperação torna o trabalho das bibliotecas mais possível, pois está ligado à concretude da vida em comunidade, e não baseado na imposição de uma utopia cultural do desenvolvimento, mas não garante a sua consolidação.

As tensões componentes de processos tão complexos quanto os comentados nesta pesquisa de campo, no entanto, não anulam sua robustez. As bibliotecas popular/comunitárias do Vale de Aburrá há muito são esse espaço de refúgio, em territórios vulnerabilizados, para a construção da vida em comunidade e questionamento de hegemonias culturais. Seu papel nas transformações dos bairros, corregimentos e da própria cidade foi (e é) tão grande que inspiraram agendas de pesquisa e de políticas públicas. Hoje, há esse intenso emaranhado de relações entre redes populares e institucionais, esse grande ecossistema bibliotecário transbordando fronteiras oficiais, caracterizado pelo esforço da *escuta atenta*, da convivência com a alteridade, como ponto de partida para reinterpretar realidades violentas, precárias e excludentes através da experimentação com diferentes maneiras de exercer a linguagem.

Sobre o “objeto de estudo”, o ecossistema de bibliotecas, três aspectos foram destacados, a partir das reflexões tecidas em campo. Primeiramente, como sua intencionalidade geral está marcada num deslocamento das coordenadas hegemônicas de enunciação sobre a realidade, da universalidade objetificante da modernidade capitalista para a territorialidade diversa dos contextos historicamente vulnerabilizados. Em segundo lugar, o trabalho de diversificação das formas de enunciação sobre a realidade, buscando fugir ou experimentar com os cânones, abordando um aspecto multidimensional de uma linguagem totalizada. E, por fim, as relações intersubjetivas, e de sujeitos com seu espaço, como sua concretização, tanto método quanto meta.

Se as preocupações principais desta pesquisa giram ao redor da busca por coordenadas de fabricação de mundo fora da modernidade capitalista, seria negligente não reconhecer a pertinência das dinâmicas do ecossistema apresentadas no campo em indicá-las. A territorialidade parece uma potente estratégia de profanação de sacralidades culturais. A Palavra e as LEO são bastante promissoras na experimentação com a realidade objetificada, isto é, na ativação da Magia. E entender a convivência, em uma biblioteca, território ou cidade, a partir das formas de relacionar-se e vincular-se, pode oferecer perspectivas de (re)construção de coletividades e ideias mais palpáveis (ou terrenas) de um Cthtulluceno.

Entendo essas dinâmicas, não ausentes de tensões internas, como caminhos preferíveis à busca por uma resposta final e universal ao complexo problema trabalhado. Afinal, elas não são nenhuma receita, são processos infundáveis. Territorializar não é buscar uma referência universal de significação do real, mas abraçar a dificuldade de interpretá-lo através do diverso e do diálogo com a diferença. A Palavra não trata de uma forma única e mais precisa de exercício da linguagem, mas de justamente a necessidade de criativamente romper suas fronteiras para expandir suas possibilidades. Os vínculos e redes de afeto, por sua vez, não se concretizam pela constatação “objetiva” dos seus benefícios, mas sim pelo esforço dos sujeitos que as compõem em criá-las e mantê-las. E talvez por isso mesmo pareçam coordenadas mais concretas da descida da modernidade à Terra. Talvez, para fabricar outro mundo possível, não seja necessário pensar fora-deste, mas voltar a entendê-lo de dentro do próprio: “ir más allá, no es más que ir más acá”⁵.

5. Frase de Didier Álvarez que fecha o Manifesto Comemorativo *Para qué nos juntamos? El poder de la colectividad*, de 2019, do coletivo Bibliotecas a la Calle, composto por um grupo de pesquisadoras e pesquisadores, incluindo alguns da EIB-UdeA, disponível digitalmente no link https://issuu.com/bibliotecasalacalle/docs/copia_de_manifiesto_conmemorativo.

REFERÊNCIAS

- Abbott, K. W. (2012). The transnational regime complex for climate change. *Environment and Planning C: Government and Policy*, volume 30, pages 571 – 590.
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.
- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ansara, S. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. *Psicologia Política*, 31-56.
- Arendt, H. (2012). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Azevedo, A., & Schroer, S. A. (2016). Weathering: a graphic essay. *Vibrant*, 177-194.
- Bâ, H. (2010). A tradição viva. In J. Ki-zerbo, *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África* (pp. 167-212). UNESCO.
- Bailão, A. S. (2016, Dezembro 12). Paisagem- Tim Ingold. *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Retrieved from <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). "The Problem of the Sociology of Knowledge". In P. Berger, & T. Luckmann, *The Social Construction of Reality: a Treatise in the Sociology of Knowledge*. (pp. 13-30). Penguin Books.
- Bezerra, U. (2009). O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. (pp. 25-39). Ouro Preto: IPHAN.
- Bloch, M. (2014). *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Burke, P. (2003). *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Burke, P. (2014). *Uma História Social do Conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. São Paulo: Zahar.
- Canclini, N. G. (2013). 'La expansión de la cultura: incomodidades para las ciudades y el arte. In N. G. Canclini, & J. Villoro, *La creatividad redistribuida* (pp. 13-30). México: Siglo XXI.

- Canclini, N. G. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Guadalajara: CALAS.
- Canclini, N. G. (2019). *Culturas Híbridas*. São Paulo : EDUSP.
- Capurro, R. (2014, Março 26). A dor e a delícia da Era Digital. (J. A. Moraes, Interviewer)
- Cardona, N. D. (2019). *La incidencia de la biblioteca en las desigualdades sociales: Aportes epistemológicos a una Bibliotecología y Ciencia de la Información Latinoamericana*. Medellín: Fondo Editorial Biblioteca Pública Piloto.
- Carneiro, A. S. (2005). *A Construção do Outro como Não Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Teses USP.
- Centro Nacional de Memoria Histórica. (2017). *Medellín: Memorias de una guerra urbana*. Bogotá : CNMH- Corporación Región- Ministerio del Interior- Alcaldía de Medellín- Universidad EAFIT- Universidad de Antioquia.
- Certeau, M. d. (2012). *A cultura no plural*. Campinas: Papirus.
- Chakrabarty, D. (2013). O Clima da História: Quatro Teses. *Sopro 91*.
- Corporación Cultural y Biblioteca Sembrando Futuro et al. (2016). *Barrio y Biblioteca: Memorias colectivas en la constitución barrial del noroccidente de Medellín*. Medellín: Rocco Gráficas.
- Crippa, G. (2021, Outubro-Dezembro). Memória, patrimônio e dissonâncias: ferramentas conceituais e epistemológicas para uma mudança de paradigmas. *Informação & Informação*, pp. 24-47.
- Crutzen, P. J. (2002). Geology of Mankind. *Nature 415*, 23.
- Crutzen, P. J., & Stoermer, E. F. (2000). *The "Anthropocene"*. Estocolmo: Global Change Newsletter.
- Cunha, M. C. (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, 76-84.
- Danowski, D., & Viveiros de Castro, E. (2017). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Ekman, P. (Director). (2016). *Freenet* [Motion Picture].

Erik-Mai, J. (2016). Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias of classification. . *Knowledge Classification*, 324-330.

Erll, A. (2012). *Memoria colectiva y culturas del recuerdo: Estudio Introductorio*. Bogotá: Ediciones Uniandes.

Fontgaland, A., & Cortez, R. (2015, Dezembro 17). Manifesto ciborgue. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Retrieved from <http://ea.fflch.usp.br/obra/manifesto-ciborgue>

Foucault, M. (2013). Dos espaços outros. *Estud. av. vol.27 no.79*, 113-122.

Frohmann, B. (2006). O caráter social, material e público da informação. In R. M. M.S.L Fujita, *A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. (pp. 17-34). São Paulo: Marília.

Fundación Ratón de Bibliotecas. (2016). *Leer es poder: 32 años de Fundación Ratón de Bibliotecas*. Medellín: Tragaluz Editores.

Gros, F. (2009). *Estados de Violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Aparecida: Idéias e Letras.

Gros, F. (2018). *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora.

Gross, M. (2012). “Objective Culture’ and the Development of Nonknowledge: Georg Simmel and the Reverse Side of Knowing. *Cultural Knowledge*, 422-437.

Grunvald, V. (2020). Cinema Queer? Sugestão deformativas. In F. d. cinema, *Fórum. doc.bh 20 anos* (pp. 203-11). Belo Horizonte: Fórum de antropologia e cinema.

Grupo de Bibliotecas Públicas. (2015). *Guía para la conformación del Grupo de Amigos de la Biblioteca (GAB) / voluntários*. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia.

Gutiérrez, A. G. (2006). Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, 103-112.

Gutiérrez, A. G. (2013). La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 93-111.

Gutiérrez, G. A. (2018). *Cambiando Balas por Libros: Experiencias de Lectura en el ghetto*. Cali: Impros Ltda. .

Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri/ PUC-RJ.

Haraway, D. (2009). A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In H. K. Donna Haraway, *Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Duke: Duke University Press.

Ingold, T. (2000). Temporality of the landscape. In T. Ingold, *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.

Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 25-44.

Kilomba, G. (2010). *Plantation Memories: episodes of everyday racism*. Munster: UNRAST.

Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu*. São Paulo: Editora Schwarzc.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Latour, B. (2000). Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In C. J. Marc Baratin, *O poder das Bibliotecas – A memória dos livros no Ocidente* (pp. 21-44). Rio de Janeiro: UFRJ.

Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza do Antropoceno*. São Paulo: Editora UBU.

Latour, B. (2020). *Onde Aterrorar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.

Mannheim, K. (1998). *Ideology and Utopia*. Routledge: Routledge Classics in Sociology.

Marenko, B. (2019). Algorithm Magic: Simondon and Techno-animism. In S. & Natale, *Believing in Bits: Digital Media and the Supernatural*. (pp. 213-228). Oxford: Oxford University Press.

María, G. M., & Vasco, I. (2013). *La Biblioteca Pública que queremos*. Retrieved from Biblioteca Nacional de Colômbia: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/formacion/caja-de-herramientas/administraci%C3%B3n-y-gesti%C3%B3n-de-bibliotecas/la-biblioteca-p%C3%ABblica-que-queremos>

Martin-Barbero, J. (2015). Diversidade em convergência. *Matrizes*, 15-33.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte e Ensaios*, 123-151.

Murillo, A. L. (2016, Dezembro 12). Cultures of relatedness. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Retrieved from <http://ea.fflch.usp.br/obra/cultures-relatedness>

Nora, P. (1984). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In P. Nora, *Les lieux de mémoire* (pp. 18-42). Paris: Gallimard.

Oliveira, L. M. (2017). Experiência e Espetacularização como Chaves para Pensar a Cultura e a Arte na Contemporaneidade. *Dossiê Práticas e Políticas Culturais: Paradoxos e diálogos com a tecnologia*, 11-18.

Ortiz, R. (2015). A polissemia das palavras. In R. Ortiz, *Universalismo e diversidade* (pp. 13-35). São Paulo: Boitempo.

Ospina, M. (2020). *La disolución del rostro o el reactivar de la Bruja: Tres ensayos existenciales sobre calderones contemporáneos*. Campinas: Unicamp.

Oxfam. (2019). *Public Good or Private Wealth?* Oxford: Oxfam GB.

Patiño, J. D. (2005). *Políticas públicas para bibliotecas públicas en contextos locales*. Medellín: Universidad de Antioquia.

PCLEO, P. C. (2016, Dezembro). *En Medellín tenemos la palabra*. Medellín, Antioquia, Colômbia: Alcaldía de Medellín, Universidad de Antioquia, .

Pesavento, S. J.-6. (2006, Junho 23). Um encontro marcado - e imaginário - entre Gilberto Freyre e Albert Eckhout. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, n. 2.

Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos vol. 2 n .3*, 3-15.

Rancière, J. (2014). O Espectador Emancipado. In J. Rancière, *O Espectador Emancipado* (pp. 7-27). São Paulo: Martins Fontes.

REBIPOA, C. R. (2019, Noviembre). Plan estratégico de la red de bibliotecas populares y comunitarias de medellín y el valle de aburrá: 2019-2022. *Tejiendo red por el desarrollo bibliotecario popular*. Medellín, Colômbia: Licencia Creative Commons.

Red Nacional de Bibliotecas Públicas . (2013). *Política de Lectura y bibliotecas*. Retrieved from Biblioteca Nacional de Colombia: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/formacion/caja-de-herramientas/lineamientos-pol%C3%ADticas-y-directrices-sobre-las-bibliotecas-p%C3%BAblicas/pol%C3%ADtica-de-lectura-y-bibliotecas>

Red Nacional de Bibliotecas Públicas. (2013). *Los servicios básicos de las bibliotecas públicas*. Retrieved from Biblioteca Nacional de Colombia: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/formacion/caja-de-herramientas/administraci%C3%B3n-y-gesti%C3%B3n-de-bibliotecas/los-servicios-b%C3%A1sicos-en-las-bibliotecas-p%C3%BAblicas>

Regattieri, L. L., & Antuon, H. (2018). Algoritmização da vida e organização da informação: Considerações sobre a tecnicidade no algoritmo a partir de Gilbert Simondon. *LIINC*, 462-474.

Rerscher, N. (2009). *Ignorance: On the Wider Implications of Deficient Knowledge*. Pittsburg: The University of Pittsburg press.

Ribeiro, G. L. (2014). *Outras Globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Rincón Patiño, A., & Hidalgo Montoya, J. M. (1996, Setembro). *La comuna de hoy hacia la zona deseada: por un proyecto colectivo de ciudad: utodiagnóstico cualitativo y calificado: sistematización, análisis y evaluación*. Retrieved from Repositório Institucional Universidad Nacional : <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/6970>

Schutz, A. (1946). The Well Informed Citizen: An Essay on the Social Distribution of Knowledge. *Social Research*, 463-478.

Schutz, A., & Luckmann, T. (1973). "Concerning the structure of negative knowledge". In A. Schutz, & T. Luckman, *The Structures of the Life-World*, v. 1. (pp. 163-178). Evanston: Northwestern University Press.

Scott, J. C. (2017). *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. Yale: Yale University Press.

Sevcenko, N. (2012). *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras.

Stengers, I. (2017). Reativar o Animismo. *Caderno de Leituras N.62*, 1-15.

Tálamo, M. d., & Smit, J. W. (2007). CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PENSAMENTO INFORMACIONAL E INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR. *Brazilian Journal of Information Science*, 33-57.

Torres, C. A. (2018). Caminos de la promoción de la lectura en Medellín y Antioquia. In A. F. Ávila Roldan, L. M. Pulgarín Mejía, C. L. Flórez, & C. A. Bermúdez Torres, *La promoción de la lectura: una mirada a cuatro voces* (p. 152). Medellín: Fondo Editorial Comfenalco.

Tsing, A. L. (2015). *The Mushroom of the End of the world: on the possibility of life in the Capitalism ruin*. Princeton: Princeton University Press.

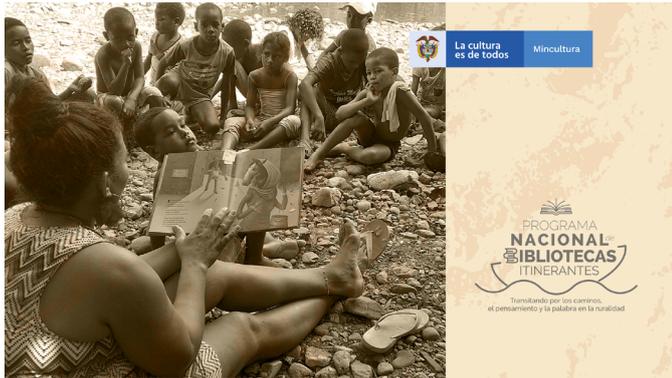
Wendt, A. (2014). *Teoria Social da Política Internacional*. Rio de Janeiro: PUC RJ.

Wersig, G. (1991). Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing and management*, 229-239.

Zalasiewicz, J., & al, e. (2017). The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations. *Anthropocene* 19, 55-60.

FILMES

TEMPOS MODERNOS. Direção: Charles Chaplin. Produção de Charles Chaplin. Estado Unidos: United Artists, 1936. 1 DVD.



Entrega a las comunidades rurales materiales de lectura, herramientas tecnológicas y elementos didácticos y pedagógicos, que circulan por los territorios y fortalecen los procesos que se realizan.



Maleta de Recursos



Libros en el Hogar

Reconoce el rol de las familias en los procesos que desarrolla cada BRI. Se entregan colecciones a familias en los territorios rurales para nutrir las ocasiones de conversación y lectura al interior del hogar.



¿Cuáles son los ejes transversales del acompañamiento?



¿Qué es?

Es una apuesta del Ministerio de Cultura, la Biblioteca Nacional de Colombia y la Red Nacional de Bibliotecas Públicas que busca estimular en las zonas rurales del país la creación de Bibliotecas Rurales Itinerantes, que tengan como base un proceso comunitario que fortalezca el tejido social y potencie la riqueza cultural, étnica, lingüística y social de cada territorio.



¿Quiénes y cómo participan?

Comunidades rurales

Protagonistas en la planeación y puesta en marcha de los proyectos bibliotecarios. Ponen en diálogo las propuestas del Programa con sus territorios, reconociendo las formas propias de pensamiento y conocimiento a nivel local y los posibles diálogos que pueden tejer con el conocimiento universal.



Mediadores

Responsables de tender un puente entre las comunidades rurales, la BPM y la RNBP. Son líderes comunitarios que movilizan la participación en su territorio para la planeación y puesta en funcionamiento de proyectos bibliotecarios rurales. Garantes de la apropiación y territorialización de los procesos, garantizando su carácter colectivo y autónomo.



Promotores y tutores Estrategias Regionales BN

Mediadores pedagógicos con las comunidades y bibliotecas públicas. Proporcionan acompañamiento técnico y formativo, con el objetivo de fortalecer las capacidades necesarias para que las personas involucradas en las BRI desarrollen los procesos que se plantean en comunidad alrededor de la biblioteca como eje.



Bibliotecarios públicos

Actores que hacen posible el mantenimiento de relaciones próximas y continuas entre la comunidad rural y la biblioteca pública, a través de la prestación de servicios de extensión bibliotecarios que sean pertinentes a las características y necesidades propias de cada territorio. Movilizan la biblioteca pública en función de su comunidad.





Selección de las bibliotecas que participarán en el Programa

El Programa Nacional de Bibliotecas Itinerantes tendrá una cobertura nacional y se desplegará en las regiones y zonas rurales del país a través de las bibliotecas públicas adscritas a la Red Nacional de Bibliotecas Públicas.

Las bibliotecas que quieran vincularse al proceso deberán participar en una convocatoria realizando la postulación de la biblioteca y la comunidad rural que asumirá la Biblioteca Rural Itinerante (BRI).

Cada año se realizará una convocatoria a **150 Bibliotecas públicas**

Y se proyecta vincular en la implementación de este programa durante cuatro años a **600 Bibliotecas públicas de todas las regiones del país**

¿Qué nos proponemos?

Estimular procesos comunitarios en las zonas rurales para la formulación, puesta en marcha y consolidación de proyectos **bibliotecarios rurales** alrededor de la oralidad, la lectura, la escritura, el conocimiento, la memoria, los contenidos locales y la información.

¿Qué otros objetivos nos trazamos?

1. Identificar y circular los conocimientos, saberes y memorias locales

2. Integrar la oralidad como un medio privilegiado para la transmisión cultural en la ruralidad.



La cultura
es de todos

Ministerio de Cultura



3.

Favorecer las condiciones de acceso a la cultura escrita como derecho cultural y en contexto con sus prácticas sociales, cotidianas y significativas



Apresentação do Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad, utilizado pela coordenação durante visita à Casa de Lectura San Germán.

- ANEXO 2 -



El mundo en el que vivimos es muy diferente al de nuestros padres y abuelos



Antes bastaba saber leer y escribir

Hoy debemos saber además movernos por el mundo digital; tener correo electrónico y cuenta en Skype, twitter y WhatsApp, estar presente y participar en las redes sociales; enviar y recibir mensajes de texto y de voz.



Las nuevas tecnologías cambiaron nuestra manera de acceder y disfrutar el arte, la ciencia, la cultura, el tiempo libre y las más diversas formas de entretenimiento

Múltiples lecturas, múltiples escrituras, múltiples oralidades. Y, claro, múltiples alfabetizaciones



La paradoja del helado de vainilla



Vainilla, chocolate, fresa, ron con pasas, pistacho, café moka, frutos rojos, macadamia, arequipe, tiramisú, limón, chicle, arándanos, menta, coco, mora, tresleches, maracuyá y queso.



Los seres humanos ciertamente ocupamos un espacio físico en el mundo



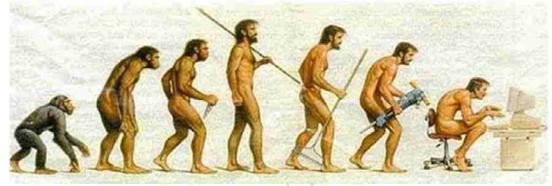
Pero realmente habitamos un momento en el tiempo



Todo tiempo pasado fue peor

- Hace 10 años no había Twitter ni WhatsApp
- Hace 15, Facebook
- Hace 30, internet
- Hace 50, en Colombia no había televisión a color y sólo existía un canal
- Hace apenas sesenta y pico de años, las mujeres en Colombia no tenían derecho al voto
- Hace 100 no existían ni antibióticos ni anestesia
- Hace 200 años Colombia se llamaba la Nueva Granda y estábamos en plena Patrio Boba
- Hace poco más de 500 años todo el mundo creía que la Tierra era plana

La evolución



El hombre es un animal social intergeneracional

- No sólo dependemos de los demás, sino que dependemos de lo construido por nuestros antepasados
 - Nadie es autosuficiente
- Nadie puede decir: es que yo no necesito a nadie



El Plan ciudadano de lectura,
escritura y oralidad de nuestra
ciudad, tiene un nombre:

En Medellín tenemos la palabra



Hoy, tenemos una maraña de caminos que se
entrecruzan



Las alternativas tradicionales

- Mujer o varón
- Medellín o Nacional
- Prosa o poesía
- Derecho, medicina o sacerdocio

A manera de reflexión

Mi bienestar, mi seguridad, mi prosperidad, dependen del
bienestar, la seguridad y la prosperidad de los demás



¿Y cuál es la novedad?

Todos somos *lectores*

Todos somos *escritores*

Todos somos *oradores*

El Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín Desarrolla su apuesta ciudadana a través siete iniciativas

1. Acceso a la Información
2. Diversidad y Accesibilidad
3. Comunidades de Aprendizaje
4. Relacionamiento y Proyección
5. **Ciudad Lectora**
6. Ciudadanías
7. Escenarios para el Arte y la Cultura



Siendo **Ciudad Lectora** la más grande en cantidad de actividades y estrategias brindadas a la ciudadanía.

Actividades y estrategias

Hora del Cuento



Son experiencias de lectura en voz alta a través de las cuales se promueve el acercamiento y la exploración de cuentos, autores e ilustradores de diversos temas y lugares del mundo.

No hay que ser niño o niña para disfrutarlas, esta actividad es para todos.

Llega con un espíritu:

Encontrar en las palabras muchas maneras de vivir mejor



Grandes líneas de trabajo

- Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín
- Eventos del libro
- Estímulos literatura y prácticas de LEO
- Fondo Editorial
- PCLEO

Actividades y estrategias

Psitos Lectores

Promueve la lectura y la oralidad compartida en familia desde la primera infancia (0-6 años). En esta se recomiendan autores, ilustradores, saberes desde la primera infancia que le apuestan al fortalecimiento del vínculo afectivo, el desarrollo infantil y la comunicación familiar desde los primeros años de vida.



Actividades y estrategias

Abuelos Cuenta Cuentos

Programa de voluntarios que comparten el gusto por las historias narradas oralmente o leídas en voz alta, ellos regalan historias en instituciones como hogares geriátricos, colegios, centros infantiles, entre otros espacios no convencionales.



Actividades y estrategias

Clubes de lectura

Son espacios para conversar sobre lecturas, temas y autores de la literatura universal, el intercambio de puntos de vista y la discusión sobre las distintas miradas alrededor de las lecturas abordadas es lo más importante. Se vale no estar de acuerdo.

Los hay para todos los gustos, con enfoques específicos o generales, sea de ciencia, novela, poesía, mujeres que leen mujeres, de ciencia ficción, infantiles, LGBTI, de poesía, de rap, de lecturas transmedia, entre muchos otros enfoques pensados y contruidos con los públicos.



Actividades y estrategias

Talleres de escritura creativa

Espacios para aprender a afilar la pluma, se conversan lecturas con lápiz en mano y se realizan ejercicios de escritura a partir de diversos detonantes literarios, se reconocen estilos y diferentes maniobras para entrenar el ejercicio de creación literaria.



Actividades y estrategias

Lecturas transmedia



Son actividades que promueven la exploración de diferentes narrativas y lecturas en múltiples formatos, a través del cine, el cómic, los videojuegos, entre otros lenguajes, a partir del uso de distintas plataformas y herramientas, para promover un comportamiento lector activo y la generación de contenidos en medios analógicos y digitales



Actividades y estrategias

Lecturas por teléfono

Es una forma cercana de acompañar con lecturas y dedicatorias literarias a través del teléfono, fue inicialmente pensada para población desconectada, pero ha tenido tal acogida que se ha diversificado, incluso se realizan lecturas en lengua de señas para personas sordas.



Actividades y estrategias

Regalando Palabras



Es una forma de sorprender la cotidianidad de las personas con regalos de palabras en espacios no convencionales, como las cabinas del Metro Cable, paraderos de transporte, plazas de mercado entre otros.

Como los lugares de tránsito también son virtuales, estas palabras han hecho parte de los feeds en las redes sociales.

También han acompañado las personas de los Albergues temporales que dispuso la Alcaldía de Medellín durante la pandemia.



Las palabras funcionan

Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

Actividades, programas, estrategias PCLEO

- Estímulos:
 - Procesos LEO
 - Bibliotecas Populares y Comunitarias
 - Literatura
 - Editoriales
- Fondo Editorial
- Colaboratorio de pensamiento LEO

Las palabras funcionan

Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

Actividades, programas, estrategias

- Clubes de lectura
 - Internacional Medellín - Barcelona
 - Leer para no olvidar
 - Clásicos en casa
 - Clubes temáticos de ciudad

Las palabras funcionan

Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

Actividades, programas, estrategias

- Mesa estratégica de formación para bibliotecas populares y comunitarias
- Libros Libres Barcelona – Medellín
- Comité Interinstitucional del PCLEO
- Casa de la Literatura
- Plan estratégico de Comunicación pública

Las palabras funcionan

Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

Actividades, programas, estrategias

- Articulación para encuentros de formación y socialización
 - Encuentro de Clubes de Lectura
 - Encuentro de Talleres de Escritura
 - Seminario de Literatura Juvenil
 - Encuentro Nacional de Promotores de Lectura
 - Encuentro de Abuelos Cuenta Cuentos

Actividades, programas, estrategias

- Eventos del libro
 - Feria Popular - Días del Libro
 - Parada Juvenil de la Lectura
 - Fiesta del Libro y la Cultura



Y nos trae un mensaje:

Las palabras funcionan

Y, ¿cuál es el plan?

El plan es encontrar en
las palabras muchas
manejas de vivir mejor

*En Medellín tenemos la palabra,
porque Medellín es una historia
llena de pequeñas y grandes
historias que nos pertenecen y
que vale la pena compartir y ser
contadas*

Tener la palabra significa

Participar, escuchar y ser escuchado,
tener responsabilidad para hablar

Porque la palabra es una fuerza
transformadora
**Porque las palabras
funcionan**



¿Y ahora?

Ustedes tienen la palabra



Alcaldía de Medellín

Es ciudadano
porque se
construye entre
todos

Y es de lectura,
escritura y oralidad,
porque las palabras
viajan de diversas
formas y a través
de muchos medios
y formatos.

Las palabras
funcionan

Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad

Se trata de un Plan, porque es una hoja de ruta, una invitación abierta para quienes libremente acepten ejercer su derecho a leer, a escribir y a conversar

Referentes conceptuales

- El ecosistema social LEO.
- Lugares sociales para LEO.
- El territorio, construcción sociocultural que se habla, se escucha, se lee y escribe.
- LEO para la vida y la ciudadanía.
- La mediación, compromiso político y pedagógico.
- Alfabetización múltiple y diversa, una exigencia contemporánea.

Conceptos transversales

- Articulación interinstitucional y comunitaria.
- Seguimiento y evaluación: la mirada propia y la de los otros
- Comunicación pública y movilización social del PCLEO

Ejes estratégicos

- Eje 1. Estudio, seguimiento y evaluación de las acciones y prácticas de LEO en Medellín
- Eje 2. Acceso a materiales, programas y servicios LEO
- Eje 3. Sensibilización y formación





ESPACIO PARA TODA LA COMUNIDAD

PROMOVENDO EL ARTE
Y
APOYANDO LOS PROYECTOS
DE PRESUPUESTO
PARTICIPATIVO.



LA CIUDAD DE LOS COLORES.

FESTIVAL DE TEATRO ENVIGADO

GANADORES CATEGORÍA
INFANTIL



CELEBRACIÓN DIA DE LA RAZA

PERSONAJES DE MI PUEBLO
DESDE LA BIBLIOTECA Y EN UNIÓN
CON LA I.E. EL SALADO SE HAN
LLEVADO A CABO EVENTOS EN LOS
QUE SE CONVOCA A TODA LA
COMUNIDAD, PROMOVENDO EL
CONOCIMIENTO DE LA HISTORIA
DEL BARRIO Y FORTALECIENDO EL
SENTIDO DE PERTENENCIA POR LO
NUESTRO.



PARTICIPACIÓN EN LA FIESTA DEL LIBRO.

Biblio circo



BIBLIO CIRCO FIESTA DEL LIBRO

Cada año se participa en
eventos de ciudad con la Fiesta
del Libro y la Cultura
Espacios de formación para el
equipo de bibliotecarios y de
participación para toda la
comunidad.



PROMOCIÓN DE LECTURA



PERSONAJES EN EL PARQUE

PROMOCIÓN DE LECTURA EN
EL PARQUE ECOTURÍSTICO
DEL SALADO.



La biblioteca se
convierte en un
espacio cultural
para todas las
generaciones.

Celebración del día de los
abuelos.



RECONOCIMIENTO DEL ENTORNO

CONVIVENCIAS PARA EL BUEN VIVIR



PROMOCIÓN DE LECTURA ... TEATRO, TÍTERES.

Participación en Eventos a nivel municipal



REBIPOA

Capacitación permanente para las bibliotecarias.
Donaciones.
Participación en eventos de ciudad.



ACOMPANAMIENTO DE TAREAS

Acceso a los medios informáticos de forma gratuita.



PROMOCIÓN DE LECTURA

PARQUE ECO TURÍSTICO EL SALADO



HORA DEL CUENTO

Con alumnos de la I.E. El Salado



GRUPO DANZAS

ADULTO MAYOR



FIESTAS DE ENVIGADO

FESTIVAL DEL SEMÁFORO



LA DANZA

UNA MANERA DE EXPRESIÓN E INCLUSIÓN.
LOS SORDOS SIENTEN LA MÚSICA EN SUS PIES.



GRUPO DE DANZAS



PARTICIPACIÓN CIUDADANA

Soy parte de mi entorno.



PREMIACIÓN CONCURSO DE CUENTO

EL TEATRO

Muchas maneras para comunicarnos y expresar nuestros sentimientos.



LAS ARTES PLÁSTICAS

UNA TERAPIA SANA PARA COMBATIR EL ESTRÉS Y GENERAR RELACIONES.



JUGANDO CON LOS COLORES

DESARROLLO DE LA CREATIVIDAD EN NIÑOS, JÓVENES Y ADULTOS.



SOMOS PARTE DEL PLANETA

SENSIBILIZACIÓN POR EL CUIDADO DEL MEDIO AMBIENTE.



GRUPO DE DANZAS JÓVENES

EL ARTE, UNA MANERA DE CONOCER EL ENTORNO.
MUNICIPIO DEL CARMEN DE VÍBORAL.



PRIMERA
CHIRIMÍA DE
LA ZONA.



HISTORIAS Y
PERSONAJES
EN EL CAMINO



PREPARÁNDONOS
PARA LA NAVIDAD.



EL PAPA DE
TRINA
TEATRO ANTIOQUEÑO PARA
EDUCAR.



CONOCIENDO
LA CIUDAD
MUSEO EL CASTILLO.



PROMOCIÓN Y
SERVICIO
SOCIAL
PROMOCIÓN DE LECTURA Y
ENTRETENIMIENTO EN LA
CARCEL DE ENVIGADO.



CON LOS HIJOS
DE LOS
PRESOS.



DESARROLLANDO
LA INTELIGENCIA
MATEMÁTICA



MANUALIDADES



PRIMERA INFANCIA.



SOMOS PARTE DE CAMBIO



LOS TÍTERES, OTRA FORMA DE CONTAR LA VIDA.



UN ESPACIO PARA LA CONVOCATORIA Y PARTICIÓN EN OTROS ESPACIOS.

CORTIPLE



FELIZ NAVIDAD



DE EXPOSICIÓN EN LA CASA DE LA CULTURA.



PERIÓDICO LUCIÉRNAGA

- UN PRODUCTO DE LA BIBLIOTECA COMUNITARIA JOSÉ ARCADIO TORRES.



TRABAJANDO CON LO QUE TENEMOS A MANO

EL BALCÓN SE CONVIERTE EN ESPACIO AGRADABLE PARA LA LECTURA.



ENCUENTRO DE PAREJAS

CON EL PADRE WILFER ÁNGEL



NIÑOS FELICES, NUESTRA PRINCIPAL MISIÓN



ALFABETISMO INFORMÁTICO PARA ADULTOS.



OTRA MANERA DE ENTRETENER Y COMUNICARSE.



SOMOS COMUNIDAD



MUSEO PEDRO NEL GÓMEZ





EL PARQUECITO
ES NUESTRO,
POR ESO LO
CUIDAMOS.



BIBLIOTECA PÚBLICO COMUNITARIA
JOSÉ ARCADIO TORRES - 1994 - 2019
24 AÑOS APORTANDO A LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN DE LA ZONA 6

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERRITÓRIOS DA MAGIA:

AS BIBLIOTECAS COLOMBIANAS COMO LUGARES DE
CULTURA E DE RESISTÊNCIA À CRISE EXPRESSA NA
APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA INFORMAÇÃO

GUILHERME FELLIPIN DOS SANTOS

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA.

208 PGS, FEV. 2023.

FONTES

Títulos: Justus Pro | URW Type Foundry

Texto: Arial | Monotype

Notas: Times New Roman | Stanley Morison

DIAGRAMAÇÃO: Bruna Mayer.

Desenhos da capa e divisórias de partes
geradas por Bruna Mayer a partir das
figuras que compõe essa dissertação.

